



*Verônica Xavier Luna*

# UM CAIS QUE ABRIGA HISTÓRIAS DE VIDAS: SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS NA GENTRIFICAÇÃO DA CIDADE DE MACAPÁ (1943-1970)

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

278

SENADO FEDERAL



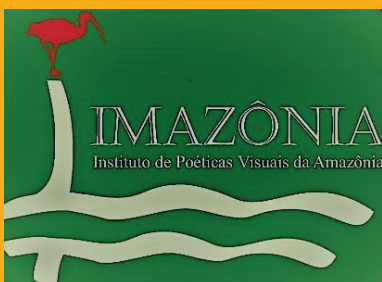
## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

### Trajectoria Acadêmica

Verônica Xavier Luna teve uma trajetória de vida, desde muito cedo, marcada pelo envolvimento com o ensino e movimentos populares. Fez sua graduação, especialização, mestrado (UFPI) e doutorado (UFC) na Região Nordeste. Estudou sua graduação na Universidade Estadual de Campina Grande (UECG) e, em seguida, mudou-se para João Pessoa (1981) para cursar Especialização em História. Concomitante a essa tarefa, trabalhava na Fundação Rondon — “Projeto Merenda Escolar” —, por meio da qual realizou atividades educativas em várias escolas da cidade de João Pessoa. Atuou, também, no Setor de Apoio a Movimentos Populares (SEAMPO), vinculado ao CCHLA da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ainda em João Pessoa, trabalhou no Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), no qual esteve envolvida com um grupo de pesquisa voltado para o estudo de crianças em condição de risco, financiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Exerceu atividades acadêmicas no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), assim como assessorou o grupo de trabalho “Educação Popular”, do Serviço de Educação Popular de Guarabira (SEDUP). Em 1995, Luna decidiu ir trabalhar na Região Norte, especificamente na cidade de Macapá, onde reside por 22 anos, trabalha na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e no Núcleo de Memória Histórica do Amapá (NUMEHAP/UNIFAP). Atualmente leciona as disciplinas História da América Latina Colonial, Independente e Contemporânea, bem como História Cultural da Amazônia. Comprometida com a linha da pesquisa “Cidade, Memória e Cultura”, ela realiza pesquisa sobre a Memória da Guarda Territorial em Macapá, de 1944 a 1975.

Romualdo Rodrigues Palhano

Prof. Doutor e Pós-Doutor da UNIFAP.



### Agradecimento ao IMAZÔNIA

Agradeço a Instituição de Poéticas Visuais da Amazônia (IMAZÔNIA) por ter cedido a obra de arte *Cais* para a capa deste livro. IMAZÔNIA é uma organização não governamental (ONG) com missão reservada a fomentar a arte visual por meio da arte. Seus integrantes são comprometidos em reunir forças criativas, filosóficas e metodológicas para discutir, refletir e difundir a arte macapaense. As expressões artísticas dos componentes do IMAZÔNIA são produtos de uma filosofia ecológica e social, a partir de materiais alternativos, industrializados ou não, como sucatas e outros descartáveis. As práticas estéticas não convencionais adotadas foram as condições que projetaram o grupo na cidade de Macapá e o levou a ser reconhecido no meio artístico, proporcionando aos integrantes frequentes convites para exposições em importantes instituições culturais e participações em eventos de abrangência estadual e nacional. O grupo teve seu nascimento oficial em 16 de outubro de 2010, é atualmente coordenado por Roque Brandão.

UM CAIS QUE ABRIGA HISTÓRIAS DE  
VIDAS: SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS  
NA GENTRIFICAÇÃO DA CIDADE DE  
MACAPÁ

(1943-1970)

## *Mesa Diretora*

Biênio 2019–2020

Senador Davi Alcolumbre  
*Presidente*

Senador Antonio Anastasia  
*1º Vice-Presidente*

Senador Lasier Martins  
*2º Vice-Presidente*

Senador Sérgio Petecão  
*1º Secretário*

Senador Eduardo Gomes  
*2º Secretário*

Senador Flávio Bolsonaro  
*3º Secretário*

Senador Luis Carlos Heinze  
*4ª Secretária*

### *Suplentes de Secretário*

Senador Marcos do Val

Senador Jaques Wagner

Senador Weverton

Senadora Leila Barros

### *Conselho Editorial*

Senador Randolfê Rodrigues  
*Presidente*

Esther Bemerguy de Albuquerque  
*Vice-Presidente*

### *Conselheiros*

Alcinéa Cavalcante  
Aldrin Moura de Figueiredo  
Ana Luísa Escorel de Moraes  
Ana Maria Martins Machado  
Carlos Ricardo Cachiollo  
Cid de Queiroz Benjamin  
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque  
Eduardo Rômulo Bueno  
Elisa Lucinda dos Campos Gomes  
Fabrício Ferrão Araújo

Heloísa Maria Murgel Starling  
Ilana Feldman Marzochi  
Ilana Trombka  
João Batista Gomes Filho  
Ladislau Dowbor  
Márcia Abrahão de Moura  
Rita Gomes do Nascimento  
Vanderlei dos Santos Catalão  
Toni Carlos Pereira

*Verônica Xavier Luna*

UM CAIS QUE ABRIGA HISTÓRIAS DE  
VIDAS: SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS  
NA GENTRIFICAÇÃO DA CIDADE DE  
MACAPÁ

(1943-1970)

*Brasília – 2020*

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
Vol. 278

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Fábio Harlan Barbosa, Cristiano Ferreira, Mariana Gava e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Arte da capa: Leonardo Correa Matoso

Projeto gráfico: Serviço de Multimídia do Senado Federal (Semid)

© Senado Federal, 2020

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

— CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.gov.br](mailto:cedit@senado.gov.br)

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

.....

Luna, Verônica Xavier.

Um cais que abriga histórias de vidas : sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá : (1943-1970) / Verônica Xavier

Luna. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

255 p. : il., fots. -- (Edições do Senado Federal ; v. 278)

ISBN 978-65-5676-009-4

1. Mudança social, Macapá (AP), 1943-1970. 2. Interação social, Macapá (AP), 1943-1970. 3. Desenvolvimento urbano, Macapá (AP), 1943-1970. 4. Macapá (AP), aspectos sociais, 1943-1970. 5. Nunes, Janary Gentil, 1912-1984, biografia. I. Título. II. Série.

CDD 303.4098116

.....

.....

## *Sumário*

7	Introdução
7	Esquadrinhamento de um objeto de estudo
19	1. ORGANIZAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO RÚSTICO
30	1. 1 Constituição de territórios: muitos personagens.
59	1. 2 Entre culturas diversas: a presença dos coronéis.
67	1. 3 Pe. Júlio Lombaerde: precursor da urbanização de Macapá.
83	2. FAMÍLIA TRADIÇÃO E PODER EM MACAPÁ
83	2. 1 Quem são os Nunes.
86	2. 2 O poder das armas e missão política.
96	2. 3 Apropriação do poder local.
105	3. CIDADE ANTIGA: A MENINA FEIA FOI PRAS BANDAS DO LAGUINHO
110	3. 1 Gentrificação é a nova razão racionalista para Macapá.
118	3. 2 Desalojamento dos afrosdescendentes.
130	3. 3 Um cais que aporta(ou) migrantes: a cidade movente.
173	4. UM CAIS QUE ABRIGA(OU) HISTÓRIAS DE VIDA
202	5. SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS NA GENTRIFICAÇÃO DE MACAPÁ
237	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS, TESSITURA REFLEXIVA: UM PARECER PELO OLHAR DO SINGULAR
242	REFERÊNCIAS
254	ANEXO





.....

## *Introdução*

### ESQUADRINHAMENTO DE UM OBJETO DE ESTUDO

Se não articularmos cada elemento da cultura humana, se não engatarmos o que à primeira vista aparece descontínuo e mesmo, com frequência, estranho, absurdo, jamais entenderemos o que os homens produzem e como eles vivem, [...] a condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem [...], torna-se imprescindível, para um estudo sério do homem, articular toda sorte de documento e toda espécie de ciências [...] (ELIAS, 1993, p. 9).

Mar Dulce, assim foi nomeado o rio Amazonas pelo seu primeiro visitante, Vicente Yáñez Pinzón, por sua grandiosidade em extensão. Esse rio-mar de água doce, de ondas serenas, banha todo o litoral da Região Norte do Brasil. Rio onde a leveza das águas doces tenta resistir às águas salgadas do oceano, que com suas rudezas temporárias vêm de encontro à serenidade das águas do rio Amazonas, que parecem infinitas. O mar doce reage e também se agita — é o ritual das águas (a pororoca), um duelo de horas entre as forças do mar contra a resistência do rio, é a luta dos semelhantes na diferença; são as águas salgadas empurrando a doce e ao reverso.

É a práxis de encontro de forças análogas, porém contrárias, dialeticamente. O familiar estranhando-se por algumas horas. O mar adentra duramente o rio, invade suas intimidades para horas depois receber de volta suas águas, agora empurradas pelo rio. A primeira fase desse cotidiano é conhecida como maré lançante. Nesse ínterim, os homens da floresta e seus barcos estão liberados para fazer parte de seu universo, navegando de um lugar para outro, dentre seus vários cais. O segundo momento é a hora da maré vazante, quando os homens e seus barcos devem render suas homenagens às águas do

rio que se vão de encontro ao mar. São as denominadas águas baixas, impróprias para as viagens fluviais.

Como uma gaivota, cruzei o rio Amazonas e aterrissei em Macapá<sup>1</sup>. Como sujeito social “diaspórica”, saí da região nordestina, especificamente do estado da Paraíba, em processo de migração para a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. Como tantos outros migrantes qualificados, cheguei à capital desse estado em busca de oportunidade de trabalho, pois Macapá foi vista como “espaço de esperança” (HARVEY, 2015), já que a oferta de vagas reservadas a concurso de professores para o ensino superior aparecia com mais frequência e em maior número que em minha região de origem. Na cidade de Macapá, presenciei toda a magia do rio Amazonas, pois ele banha toda a sua extensão litorânea, confundindo seu observador. Ora é manso e parece fundir areia e água; ora é agressivo, surpreendendo os passantes que desconhecem seu processo de mutação, banhando-os com suas ondas.

Cheguei como mais uma profissional que, não satisfeita com os projetos das universidades privadas, procurou cruzar fronteiras e conquistar o que a memória desejava. Inicialmente ocupei, em 1996, a função de professora substituta e, posteriormente, a de efetiva, nos quadros do Colegiado e Curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Meu olhar curioso, detetivesco, típico de uma historiadora, lia a cidade visível de Macapá através de seus poucos monumentos, dos quais apenas dois resistiram ao tempo — a Fortaleza de São José de Macapá e a Igreja de mesmo nome. As duas edificações espelhavam seu passado histórico de dominação lusa, que, nos versos de Alexandre Vaz Tavares, lembra eras gloriosas que as mudanças dos tempos lhe arrebataram (TAVARES, 1997).

Na década de 1990, quando cheguei a Macapá, a cidade ainda era muito pequena, comparada a outras capitais. Meu olhar de “outsider”, do diretamente perceptível, a via como desarrumada, sem brilho, feia, sem estética na disposição das moradias construídas, principalmente das casas dos

---

1 Atualmente, Macapá é a capital do estado do Amapá. O Amapá é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado a nordeste da Região Norte, no escudo das Guianas. O seu território é de 142.828,521 km<sup>2</sup>, sendo delimitado pelo estado do Pará a oeste e sul, pela Guiana Francesa a norte, pelo Oceano Atlântico a leste e pelo Suriname a noroeste. É um dos mais novos estados do país.

arruamentos periféricos. Aos meus olhos, davam a entender que não existia um plano de desenvolvimento urbano que orientasse os administradores de Macapá<sup>2</sup>. Ainda guardo na lembrança que a atual Beira Rio, avenida que abre a cidade para o rio Amazonas, era interrompida na metade de seu percurso ao centro comercial da cidade por moradores que ocuparam a avenida, que deveria ser de passagem.

As casas populares eram construídas de forma quase que entrelaçadas, sem nenhum planejamento, com tábuas de cores escuras, quase pretas. Os telhados de brasilitas seguiam o mesmo padrão de cor, de forma a dar mostras de sinais de velhos. Como paraibana, estava acostumada a assistir os moradores das cidades pequenas de meu estado pintar suas casas anualmente, principalmente quando se aproximava o tempo das festas natalinas e o ano novo, quando seus aposentos deveriam estar limpos ou com nova cor. Mas, na verdade, esse ar tenebroso da cidade de Macapá, visto como berrante aos meus olhos, era decorrente da intensa estação de chuvas, que vai de janeiro a agosto, algumas vezes até setembro, esquecendo a nordestina que a estação chuvosa de sua região é curta, quando ocorre.

Por um instante, estranhei esse lugar, mas voltei à lembrança dos estudos de Ana Fani Alessandri Carlos sobre o lugar no/do mundo, no qual ressalta que o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. (CARLOS, 2007, p. 14). Essa interpretação do social me fez apreender que esse espaço da cidade, tomado pelos meus olhos como escuro, correspondia a uma extensão do espaço urbano que foi esquecida pelos poderes públicos e produzida sem as condições materiais para se realizar.

Ao estabelecer-me na cidade de Macapá, fui construindo uma vivência, não me senti estrangeira nesse lugar. Seus monumentos e movimentos

---

2 Macapá foi uma Vila que já nasceu planejada. Posteriormente, outros planos foram elaborados, como destaca Tostes (2006), de modo que Macapá teve vários planos diretores que foram solicitados por diversos governadores do Território Federal do Amapá: o Plano Grumbilf (1960), o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (1973) e o HJ Cole (1977), os quais o autor considera bons exemplos de iniciativa, visto que eles tinham ampla visão sobre o desenvolvimento urbano de áreas estratégicas para Macapá, o que não foi delineado como algo prioritário. Cf.: TOSTES, José Alberto. *Planos Diretores do Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá-AP, 2006.

socioculturais me conduziram ao desejo de conhecer melhor as experiências vividas naquele espaço social em temporalidades passadas. A partir desse intento, empreendi contatos de familiaridade com alunos, professores e amigos. Procurei também conhecer de perto as diversas manifestações da cultura local: o batuque, o Marabaixo<sup>3</sup>, a festa de São Tiago<sup>4</sup>. Conjectura-se que quase todas são híbridas no seu processo de criação e afro no sentido de permanência (LOBATO, 2008).

Ainda nesse percurso, visitei as instituições que representam essa etnia em Macapá (Centro de Cultura Negra) e em Mazagão, quando fui à casa dos organizadores da festa de São Tiago. Do meu lugar de professora, quase que diariamente em sala de aula, nascia um desejo de conhecer a história de Macapá e fazê-la ser conhecida, visto que já me considerava parte desse espaço administrativo do Brasil, ao qual começava a pertencer. A política nacional de investimento, ao destacar e reservar atenção para as regiões e seus respectivos estados de maior desenvolvimento, a exemplo do Sul e Sudeste, abre um leque para o desconhecimento das diversidades econômicas e culturais dos demais espaços geográficos brasileiros. Isso produz uma ideologia de recortes discriminatórios de pobreza regional, como se o Brasil não fosse um todo espacial diversificado, marcado e integrado por algum tipo de investimento associado ao capital internacional e, presumidamente, atrelado ao capitalismo global.

---

3 O Marabaixo é um ritual afro-amapaense híbrido, de continuidade dos valores africanos recriados, presente nas festas católicas das comunidades negras da cidade de Macapá, capital do estado, bem como do interior. A festa acontece no ritmo de tambores ou de caixas, instrumentos de percussão construídos com madeira e pele de animais. As mulheres dançam de forma vigorosa, com suas saias de cores vivas, no compasso forte e intenso dos batuques. Durante o ritual, são servidas bebidas, sendo a mais típica — a gengibirra. Cf. VIDEIRA, P. L. *Marabaixo — dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009. Segundo Tia Chiquinha, como é conhecida no cotidiano da comunidade do Curiaú, “o Batuque é bandaia, pode dançar sorrindo, com alegria, enquanto que o Marabaixo é lamento com o arrastar dos pés no chão lembrando os escravos acorrentados”. (Registro da autora em visita ao Curiaú).

4 A Festa de São Tiago é uma tradição histórica secular, realizada em Mazagão. Segundo Laurent (2008, pp. 9-13), “as cidades também se deslocam”. Desse modo, Mazagão Velho foi a cidade que atravessou o Atlântico, posto que essa urbe — uma praça militar portuguesa em Marrocos, na África, como tantas outras, foi deslocada para a região do Amapá, por ordem do Marquês de Pombal em 1770. A festa é uma representação da luta entre os mouros e cristãos, evento que desencadeou a retirada dos portugueses da praça marroquina para a referida região. Cf. VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A presença marcante de afrodescendentes e seus rituais no centro da cidade de Macapá conduziram-me à realização da primeira pesquisa que resultou na publicação de um livro: *Africanos redesenhando a vila São José de Macapá*. A conquista dos afros descendentes de morar no espaço urbano da cidade só veio a ser ignorada quando, no ano de 1943, Janary Gentil Nunes, primeiro governador do recém-criado Território Federal do Amapá (TFA), resolveu desalojar os afrodescendentes da área central da cidade. A área foi reservada para ser a capital do Território, portanto, uma das ações realizadas para a aplicabilidade das medidas a serem ali instituídas foi a higienização social local. Descentralização<sup>5</sup> que teve como interesse a construção de prédios públicos a serviço do poder administrativo.

Tive conhecimento desse decurso de tempo histórico do atual estado do Amapá ao entrar para o quadro de professores da UNIFAP, quando essa instituição tinha apenas cinco anos de atividades acadêmicas. As discussões teóricas preliminares, no campo da história, estavam sendo esboçadas entre os docentes, principalmente sobre a força de trabalho que fora usada na edificação da Fortaleza de São José de Macapá. Falava-se mais em quantidade: uma defesa por mais índios que negros no campo de trabalho dessa edificação, bem como de estudos sobre as leis do Diretório e os descimentos de índios (BASTOS, 1998). Nenhum autor nativo havia se interessado no estudo da escravidão.

Diante do exposto, os discentes também estavam acordando em relação às atividades de iniciação científica, posto que a conquista pelo direito ao ensino superior foi um pleito da sociedade macapaense desde a implantação do TFA, mas só efetivado na década de 1990<sup>6</sup>, após a legitimação do Amapá à categoria de Estado Federativo da União. Dessa forma, o ensino superior foi uma conquista precursora dos estudantes da capital (Macapá) na época da gestão da família Nunes, principalmente para os que tinham intenção de ingressar no campo do conhecimento superior.

---

5 Sobre o conceito descentralização a partir de uma visão geográfica ver: Maria Encarnação Beltrão Sposito. *A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano III, nº 4, jan./jun., 1998.

6 A UNIFAP, instituída pelo decreto 98.997 de 2 de março de 1990, surge no momento em que, por força constitucional, o Amapá é elevado à categoria de estado.

Nesse ínterim de espera por direito ao ensino superior, os estudantes estiveram absorvidos por discursos sem critérios de valor, mas de efeito moral, produzidos pelo Capitão de Mar e Guerra Arthur de Azevedo Henning, administrador de origem mineira que governou o TFA (1974-1979). Como político exógeno, ele via a cidade como arcaica, improdutiva, sem história a ser contada, princípios filosóficos que o levaram a criar o jargão “O Amapá não tem história”. A população estudantil jovem de Macapá, presa a esse discurso e a outras desculpas, só encontrou duas possibilidades: permanência na cidade por falta de condição financeira de se deslocar para o estado mais próximo (Belém do Pará) ou seguir para essa capital quando possuía recursos.

Após 1991, ano de funcionamento dos primeiros cinco cursos universitários, dentre eles o Curso de História, veio a dificuldade de lançar mão do acervo documental do lugar, que atualmente ainda está sendo guardado pelo Arquivo Público do Pará (APEP) dada a inexistência de um Arquivo Público no estado do Amapá. Investimento de importância cultural para todo o estado, considerando-se o número maior de instituições públicas e algumas privadas (Igreja Católica) que desejavam e continuavam sonhando em ver seus arquivos tratados e conservados enquanto acervo histórico e marca da identidade local. A ausência de um arquivo local me levou a uma incansável luta<sup>7</sup> para que os governantes assumissem o compromisso de edificar o Arquivo Público do Estado do Amapá.

Ao mesmo tempo, fui adentrando nos arquivos de Belém do Pará e me preocupando em estimular o público estudantil sobre as possibilidades que esse acervo nos dava para a escrita sobre a história do Amapá, principalmente

---

7 Como professora da UNIFAP, assumi uma política de defesa pela implantação do Arquivo Público do Estado do Amapá, com amigos professores e funcionários do estado, vinculados à Secretaria de Cultura do Estado. Foi uma luta em favor das condições materiais para a guarda da documentação local das instituições públicas e exigência mínima para o Arquivo do Pará (APEP) conceder a documentação amapaense no formato de microfimes. O intento levou-nos a provocar, com professores da rede privada, uma sessão pública promovida por intermédio da Deputada Federal Cristina Almeida, na Câmara dos Deputados do Amapá (2010). A ocasião permitiu que outros políticos fossem também sensibilizados quanto à importância política e cultural da referida instituição. Outra tentativa foi uma audiência com o governador do estado, Camilo Capiberibe, que se mostrou solícito à proposta. Porém, o andamento quanto à demarcação de terreno e à inauguração do local da pedra fundamental do “Memorial Janary Nunes” foi mais vitorioso, por ter sido um pedido do Senador Randolfe Rodrigues. A proposta do Arquivo Público foi esquecida por nós com a saída desse governador. Colocávamos fé no mencionado gestor, pela formação cultural que detinha. Cf. <<http://www.blogderocha.com.br/reuniao-alinha-aco-es-para-o-centenario-de-janary-gentil-nunes/>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

da cidade de Macapá. Nesse arquivo, não tive acesso apenas às fontes históricas dentro da temporalidade desejada à realização do estudo sobre a escravidão, mas também obtive outras informações que extrapolaram o recorte desejado do século XIX. Essa reunião de dados era referente à vida urbana da cidade de Macapá no período da primeira República.

Arquivei esses conhecimentos com o objetivo de usá-los para estudos posteriores. Em 2013, investi em apreender as práticas da cidade no início dos tempos republicanos. Para complementar os documentos já adquiridos, visitei instituições públicas de Macapá, como: o cartório Jucá, o Tribunal Judiciário do Amapá (TJAP) e o arquivo da Cúria de Macapá, com apoio de dois discentes<sup>8</sup>. Essa atividade contou com a colaboração de alunos da especialização e da graduação em história da UNIFAP. Ambos os pesquisadores estavam interessados também por esse recorte temporal.

Essa pesquisa em fontes documentais sobre a cidade de Macapá nos interstícios das três primeiras décadas de 1900, antes que essa municipalidade viesse a ser a capital de mais uma unidade administrativa nacional, permitiu-me decodificar o que parecia, no plano do imediato, uma sociedade controlada por relações de poder impostas pelos coronéis da Guarda Nacional. Ao folhear “livros de notas” do Cartório Jucá da cidade de Macapá, pude apreender as contradições ocorridas entre os próprios sujeitos de mando, assim como entre eles e os demais moradores da cidade de Macapá. As intrigas ocorridas na cidade eram mais fortes e encontravam aliados menores quando as questões políticas avançavam sobre os valores sociais e morais. Entretanto, esses atores, ao se sentirem afetados em suas necessidades materiais e morais, posicionavam-se contra qualquer poder de mando, até mesmo religioso (BARBOSA, 1999).

Na ocasião da pesquisa tive acesso a informações sobre os coronéis em Macapá e as conexões estabelecidas entre os moradores, independentemente da condição e do lugar que cada um ocupava na cidade. Os atores de menor poder aquisitivo eram ativos tanto nas manifestações políticas como na vida

8 O discente Leandro de Freitas Pantoja, após a referida pesquisa, produziu a monografia *Nos meandros das Vivências, Tensões Cotidianas e Crise da Escravidão Negra em Macapá — 1856-1886*, a qual transformou posteriormente em livro (PANTOJA, 2015). A discente Izoneide Bezerra dos Santos Chagas produziu seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o título: *A República Obscura: Revelando as Práticas Políticas Mandonistas no Amapá (1890-1929)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Digitalizado, 2015.



cultural. Esses personagens atuavam ora de forma ampla, ora de forma fechada, como um leque, principalmente quando suas ações implicavam e exigiam a separação entre os grupos interpostos. Tais momentos de agregação e desagregação social dos moradores da cidade, se comparados aos escritos memorialistas do tempo da administração da família Nunes, pareciam inexistir em Macapá.

A transformação da região setentrional do Pará em Território Federal e as atribuições financeiras concedidas ao Território para seu desenvolvimento econômico e social, principalmente na cidade de Macapá, por ter sido designada a ser capital do então recém-criado Território, provocaram uma concentração de diversidades sociais. Mas nenhum escrito memorialístico<sup>9</sup> sobre o lugar deixou entrever a existência de conflitos, de modo que eles foram obscurecidos enquanto vida urbana dinâmica nesse contexto de gestão dos Nunes. Os feitos e as mudanças na cidade de Macapá foram narrados como uma prática dos administradores públicos, especificamente da família Nunes. Desse modo, a vida urbana nesse contexto governamental foi cartografada pelas narrativas locais como uma cidade de ideias políticas harmônicas no decorrer de seu processo de ordenamento do social.

A versão de ausência de ações políticas da parte dos atores sociais nos relatos dessa temporalidade administrativa da família Nunes obscureceu os entrelaçamentos humanos. Inércia que me pareceu estranha, até mesmo enigmática. Provocação que me conduziu a procurar os indícios das práticas, fossem elas associativas, conflituosas, ou de negociação, realizadas por atores urbanos que vivenciaram o período da administração conduzida pela família Nunes<sup>10</sup>, posto que sua gestão foi notada pelo aumento populacional da cidade por migrantes cearenses, paraenses, baianos e pernambucanos. Desse modo, censurei como uma cidade que recebeu vultosa ancoragem de migrantes em seu cais, portanto, composta por uma diversidade de atores de desejos divergentes, se comportou de forma inerte no seu processo de formação do social.

---

9 Estácio Vidal Picanço foi um dos primeiros memorialistas da cidade de Macapá. Escreveu o livro: *Informações sobre a História do Amapá de 1500 a 1900*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

10 Macapá, capital do TFA, foi administrada por dois irmãos: Janary Gentil Nunes (primeiro governador do Território); Pauxy Gentil Nunes (governador também do TFA); Coaracy Monteiro Nunes (Deputado Federal pelo TFA). No terceiro capítulo desse estudo veremos a trajetória de vida da família Nunes.

Esse pressuposto conduziu-me a problematizar os discursos até então consumidos de que a cidade de Macapá foi especificamente uma construção da administração pública territorial da família Gentil Nunes, discurso de ordem estável, duradouro, um discernimento que se concretizou na canonição do único membro da família que, atualmente, está sendo consagrado com uma edificação *in memoriam* — Memorial Janary Gentil Nunes — por políticos atuais<sup>11</sup>. Essa homenagem olvidou, inclusive, membros da própria família Nunes que foram personagens indispensáveis na aplicabilidade do projeto político de desenvolvimento das formas urbanísticas da cidade de Macapá.

Desse modo, a cidade de Macapá, observada por olhares memorialísticos e positivistas, permeados pela lógica local, foi tomada como um lugar de resultado das intervenções administrativas, implicando no obscurecimento de seu processo de ordenamento da vida social como produto histórico e cultural das relações do lugar, a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social foi negada como condição de realização do espaço macapaense. Porém, olvidou-se que o processo de intervenção do Estado, como assevera Ana Fani Alessandri, “configura-se como forma de dominação e se realiza produzindo contradições” (CARLOS, 2007, p. 41). Paradoxo que me levou à indagação: a transfiguração sociocultural da vida urbana de Macapá, no seu percurso de gentrificação da cidade, foi assistida de forma inerte por sua população urbana?

Orientada por essa indagação sobre o envolvimento dos indivíduos urbanos no percurso de gentrificação da cidade de Macapá, fiz a escolha metodológica para o estudo em foco, norteada por princípios que apontam a vida social em fragmentos, permeada de conflitos, de percepções sobre as incompletudes entre os projetos sociais e a existência dos sujeitos. O pressuposto de relações de interações no processo de gentrificação da vida social (modernização) do lugar me fez trilhar por caminhos em busca da sociabilidade que se debate contra o “social” instituído, nas trajetórias de vida de cinco interlocutores e três autobiografias.

---

11 O Senador pelo estado do Amapá Randolfe Rodrigues (pelo partido REDE) foi o político responsável pela emenda parlamentar destinada à edificação do Memorial Janary Nunes, em setembro de 2011.

Sociabilidade, aqui, corresponde à maneira de imaginar a existência em Macapá, permeada por interações em redes sociais que talvez perpassem os embates do vivido. Pensar nesta perspectiva é se concentrar nas experiências singulares e plurais, da vida urbana da cidade em debate. Assim sendo,

Toda sociabilidade é um símbolo da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Porém, é justamente um símbolo da vida cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação à vida o exige. Da mesma maneira, para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre, fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade (SIMMEL, 2006, p. 80).

Parafraseando Simmel, a sociedade é algo que os indivíduos fazem e sofrem. São os laços e redes de associações feitas, desfeitas e refeitas de maneira fluídica que compõem a “sociação”. Entrementes, a sociedade constitui-se como envoltório e as formas são as interações, nos movimentos de idas e vindas das relações sociais. Tomando em consideração a ideia de “formas” de Georg Simmel, compreendida pelo referido autor como um elemento que ao mesmo tempo orienta e organiza a ação recíproca, assumi a categoria ‘forma social’ como mútua determinação e interação dos elementos da associação, posto que, na perspectiva de Simmel (1983), a vida social só acontece quando os indivíduos, através da “sociação”, interagem movidos por interesses, necessidades em comum.

Desse modo, as formas podem ser apreendidas como construções coletivas, que possibilitam a realização ou não das vontades singulares de cada membro da vida social. Pluralidade de elementos que se converte em sociedade e dá substância à afirmação de que:

A sociedade, no sentido em que pode ser considerada pela Sociologia, é ou o conceito geral abstrato que engloba todas essas formas, o gênero do qual são espécies, ou a soma das formas que atuam em cada caso [...]. Não há sociedade absoluta, no sentido de que deveria existir como condição prévia para que surjam esses diversos fenômenos de união; pois não há interação absoluta mas somente diversas modalidades dela [interação] cuja emergência determina a existência da

sociedade, da qual não são nem causa nem efeito, mas ela própria de maneira imediata (SIMMEL, 1983, pp. 64-65).

As formas contemplam em seu bojo o agenciamento como um modo de interação, categoria social usada por Guattari e Suely Rolnik. Esses autores escolheram pensar e criar por rizomas, relações sociais que se entrelaçam para conseguir algum objetivo. Agenciamento, enquanto categoria analítica, é entendido como uma “noção mais ampla do que a de estrutura e sistema. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica (sic), imaginária” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 317). Com relação ao elemento técnico, esses autores reforçam a associação técnica à medida que afirmam:

As máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem [...] um *phylum* comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. [...] no sentido lato (isto é, não só as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina etc. (*Idem*, p. 320).

A atividade de campo teve como fundamento o método biográfico, constituído pela modalidade, trajetória de vida como possibilidade concreta de reconstrução do passado a partir de relatos, levando em conta a descontinuidade e as rupturas ocorridas tanto no nível da vida individual como coletiva (MARRÉ, 1991, p. 91). A escolha por trajetória de vida foi inspirada na concepção de Suely Kofes (2001) de um itinerário no qual são privilegiados o caminho e o percurso. Seguindo esse princípio, cabe ao estudioso observar nos percursos de idas e vindas as ações que foram obscurecidas, pois no caminho “há sombras, longos silêncios, intervalos obscuros, privacidade indevassada, que terminam por falar do que o tempo faz com a memória de uma vida, vislumbrando apenas o que seria a verdadeira experiência desta vida no tempo.” (KOFES, 2001, p. 22).

A escolha por várias trajetórias (oito) não perpassou pela ideia de um estudo linear sobre sucessão de eventos históricos (BOURDIEU, 1996, p. 74). Assumi então o caráter epistemológico de pensar as trajetórias escritas dos interlocutores a partir das experiências coletivas que apreenderam em suas narrativas sobre eles e a cidade de Macapá, de modo a entrecruzar história da cidade, depoimentos, conflitos, percepções, esquecimentos. Posto que, se foi possível Kofes compor uma trajetória como processo de configuração de uma experiência social singular (KOFES, 2001, p. 27), creio que não parece sem critério acadêmico pensar experiências coletivas, considerando que “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 1999, p. 91), ou de narrativas de vários indivíduos.

Com esse propósito, sustento a tese de que, no caminho dessas biografias, estão presentes as marcas das experiências sociais das circunstâncias em estudo, em seu mal-estar e desamparo (na migração, direito ao trabalho, liberdade política e luta por justiça), bem como em seus conflitos e tragicidades, os rastros da vida social, das sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá. Foi a partir das trajetórias de vidas, amparadas por documentações, e “das formas” de como as experiências sociais aparecem e se constituem, ora trincadas, ora desgastadas, conflitivas ou em “crise” que cheguei ao pulsar da vida social urbana da cidade de Macapá.

Entrementes, estarei neste estudo sobre a cidade — *Um caos que abriga trajetórias de vidas: sociabilidade conflituosa na gentrificação de Macapá (1943-1970)*, discutindo as sociabilidades urbanas. A noção de sociabilidade me conduz ao modelo que permite situar o lado avesso da vida social. Desse modo, as interações realizadas pelos interlocutores e biógrafos foram pontos de concentração para apreender o comportamento dos indivíduos, suas intervenções no cotidiano como unidade analítica deste estudo. Essas relações permitem uma aproximação a compreensão das mudanças significativas no comportamento urbano e político, em um período de transformações sociais e econômicas estabelecidas na cidade de Macapá. Necessitamos então recorrer a tempos remotos para se chegar aos acontecimentos do passado presente.

.....

## 1. ORGANIZAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO RÚSTICO

O percurso histórico dessa região de vivência dos autóctones que, porventura, tornou-se o Território Federal do Amapá, foi marcado pela presença de diversos povos exógenos (franceses, ingleses, holandeses, irlandeses, espanhóis e portugueses). Desde os primórdios do processo de colonização das terras setentrionais do Brasil, a região Norte, no que se refere à Amazônia enquanto terra de florestas e de concentração ameríndia, foi concebida como espaço econômico possível apenas por meio da ocupação, ou seja, pela via da migração do homem branco, considerado, todavia, como “civilizado”. Tal condição atingiu seu ápice com a iniciativa de Marquês de Pombal, ao integrar a Amazônia à economia da metrópole, com o objetivo de ampliar e potenciar os cofres lusos (LUNA, 2011). Uma de suas primeiras atividades foi ampliar o número de cidades e vilas na Amazônia.

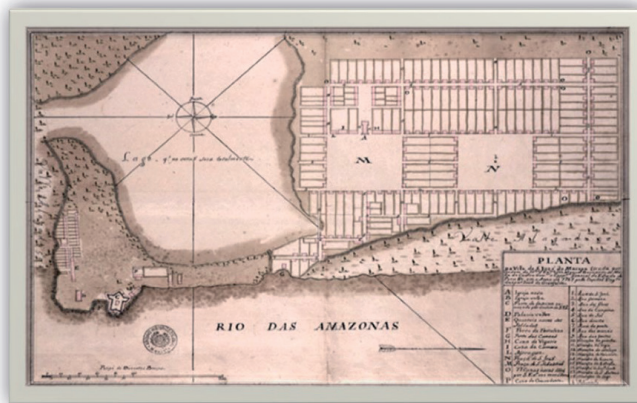
A estratégia do ministro lusitano consistiu em enviar migrantes das ilhas de Portugal para a Província do Grão-Pará, especificamente para sua região setentrional — área de fronteira e espaço geográfico do futuro Território Federal do Amapá (TFA) — fortalecendo, desta forma, a ideologia de ocupação pelo homem branco, civilizado. Para tanto, foram enviados, das ilhas de Portugal, vários casais açorianos e funchalenses, com suas famílias, agregados e escravos, os quais se estabeleceram na vila São José de Macapá, implantada, em 1752, à margem esquerda do rio Amazonas.

Enquanto da África, especificamente de Marrocos, Pombal transferiu as famílias de militares da Praça de Mazagão para a região supracitada, construindo para elas uma vila, com a mesma denominação. Nascia, em 1770, a 70 km de Macapá, a vila de Mazagão. Ambas as vilas foram produtos dos interesses portugueses provenientes da ocupação da Amazônia, em síntese, dos lugares dos homens das florestas, atores sociais encarados pelos lusos como bárbaros. A necessidade de ocupação da área setentrional foi perpassada pela ideologia de que os grupos sociais nativos eram ignorantes e não sabiam usar racionalmente os espaços da floresta, percepção econômica que teve como consequência a compreensão do espaço geográfico da Amazônia como vazio demográfico, formado

pela inexistência de pessoas com uma cultura similar à europeia, de homens considerados brancos, civilizados e que dominavam o uso do dinheiro<sup>12</sup>. Nesse sentido, esse espaço deveria ser preenchido via migração de homens brancos e cultos em substituição à barbárie (MEDEIROS, 2006).

A vila São José de Macapá foi erigida a passos lentos. As formas materiais que lhe serviram de base foram arazoadas a partir do esquadrinhamento do espaço urbano, com limites definidos para residências, prédios públicos e praças (figura 1). A cidade física foi instituída em torno de duas grandes praças: São Sebastião e São José. A primeira recebeu o signo da cruz e a instituição de fé, dentre outros arranjos — Igreja de São José, como símbolo religioso apostólico romano. Recebeu também a casa da câmara (figura 2), casa da alfândega, posto médico, casa do cirurgião e um açougue —, enquanto a segunda acolheu o pelourinho, imagem que transmitia o desejo de dominação e submissão do homem africano cativo e do nativo do lugar. Entre a Praça de São Sebastião (atualmente Praça Veiga Cabral) e a de São José (Praça Barão do Rio Branco), foi construído o prédio da delegacia e cadeia pública e a casa do Juiz (ALMEIDA, 1873).

**Figura 1** - Planta baixa da Vila São José de Macapá pensada a partir de duas praças: São Sebastião, representada pela letra M, e São José, pela letra N.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Divisão de História — Mapoteca - II, Série: Região Norte - Subsérie: Pará. Localização: 10.05.2218, S/D. Palácio Duque de Caxias - Rio de Janeiro - 15.3.2008.

12 Em Kenneth Maxwell (1973, p. 15), lê-se que, na reforma econômica prescrita por Marquês de Pombal no Brasil, figurava em seu esboço a organização de companhias comerciais para assegurar o monopólio português sobre os produtos da Amazônia e a cobrança do quinto real, a quota da coroa sobre a renda gerada no Brasil.

Do lado oposto da Vila, após uma ressaca<sup>13</sup>, foi edificada uma fortificação faraônica para o tamanho da Vila e sua população, porém não fora erguida a título de representação da vida social que se formava no lugar, mas sim para a perspectiva do poder de força frente aos interesses franceses de ocupação daquele espaço. As construções domésticas encontravam-se subordinadas ao poder ou ao grau de posses dos indivíduos, posto que foram construídos casarões para moradias dos comandantes administradores, casarões para colonos comerciantes e produtores, engenheiros, médicos e casas de taipa caiadas para os demais colonos. Quanto à construção da senzala, não há, ainda, registro documentado e tampouco se sabe acerca do investimento auferido, se foi de ordem pública ou privada (LUNA, 2011).

**Figura 2** - Casa do Senado da Câmara da Vila São José de Macapá. Fotografia de 1910, porém, essa edificação resistiu até 1955 ou foi reconfigurada.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

O projeto de edificações urbanas da vila de Macapá contou com o corpo físico de africanos e nativos (índios), na forma de trabalho cativo e compulsório. Ambas as categorias sociais foram usadas para ocupar o posto das atividades braçais. Na visão dos lusos, a cultura individual desses atores os definia. O negro era reconhecido como o mais forte e o mais experiente no trabalho do que o índio. Este último, segundo a observação dos portugueses,

13 Em outras regiões do Brasil, as áreas de ressaca recebem a denominação de áreas de várzea: perímetro de terra que recebe água durante o fluxo da maré enchente.



apresentava-se como uma mão de obra preguiçosa e de saúde facilmente fragilizada. Mesmo assim, os prédios, roças, produtos para exportação (algodão e arroz) foram atividades feitas pelas mãos desses homens considerados incultos e selvagens, porém especializados para o trabalho braçal. As mãos desses homens arquitetaram um projeto urbano que foi aspiração de uma ordem de interesse econômico e político exógeno, a vila São José de Macapá com seus casarões, legado material ainda visível até a década de 1940. Após essa temporalidade, só restaram vestígios da fortaleza e da igreja, como se pode verificar no detalhe transcrito abaixo:

Deixarão cair os nossos melhores edifícios públicos como fosse a grande casa destinada para a Alfândega, Cadêa, casa da câmara, a mesma a Matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não a aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a desmoronar-se, se o Governo não se pressa em garanti-la contra a queda de ribanceira do rio (ALMEIDA, 1873, p. 93).

Entra em cena aqui uma tipografia particular (*typographia de João Paulo Hidelbrand*), mediando os interesses políticos entre o senador maranhense, Cândido Mendes de Almeida, alinhado aos interesses da população de Macapá, e o poder imperial, com sede no Rio de Janeiro. Dessa articulação de interações sociais, uma invenção fora produzida — O Projeto Pinsônia<sup>14</sup>, com o objetivo de servir de negociação entre os anseios dos macapaenses e o governo monárquico. O teor do conteúdo do projeto era a solicitação de transformação da área setentrional à condição de província independente, a pedido dos moradores de Macapá, assim como defesas e esclarecimentos quanto às ideias desfavoráveis de alguns deputados paraenses que não apresentavam interesse de que tal evento viesse a ser efetivado.

---

14 ALMEIDA, Cândido Mendes. *Projeto Pinsonia*, ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova typographia de João Paulo Hidelbrandt: a rua da alfandega, nº 93, 1873.

Esse projeto de negociação contava com o apoio irrestrito de Cândido Mendes, que já havia elaborado anteriormente o Atlas do Império<sup>15</sup>, o qual teve como conteúdo as divisões administrativas do Império, inclusive, com a separação do território setentrional como província administrativa, uma divisão já efetivada. O senador maranhense e os macapaenses da vila São José estavam associados no sentido dessa transformação tão importante para o lugar, mas os trâmites do Projeto Pinsônia transitaram a passos lentos entre a Comissão de Estatística e o gabinete do Imperador, à espera de um parecer, que, por fim, acabou sendo esquecido.

O Projeto Pinsônia e o Atlas do Império envelheceram nas gavetas do Imperador, servindo em tempo hodierno apenas como acervo para lembrar as aspirações dos moradores de Macapá, que se aliaram na ousadia por independência política e territorial (ALMEIDA, 1873; 1868) — ação política que produziu um conjunto de documentos que conectou polos distantes, Rio de Janeiro e a vila de Macapá e, posteriormente, configurou-se em artefato para arquivo. Atualmente, esse material produziu nova tradução, na medida que entrelaçou atores macapaenses de outrora com os interesses da pesquisadora, possibilitando-me apreender como se deu a construção do social na cidade de Macapá em tempos remotos.

Os moradores de Macapá não encontraram no Império o apoio político que desse sentido aos seus desejos de liberdade de ação e negociação, independentemente do controle centralizador dos políticos e do mercado econômico da Província do Pará. Cansados do olhar discriminatório das autoridades políticas do Pará, bem como do posicionamento totalmente ausente da sede do governo imperial no Rio de Janeiro, os moradores da cidade não se conformaram em assistir o desprezo pelo qual passava Macapá; indignação que registraram na terceira carta de representação da câmara de Macapá:

A Assembleia Legislativa da Província em seus orçamentos anuais nunca decretou obra alguma ou quantia equivalente para obras de que necessitamos. Hé sabido que a cidade de Macapá, onde tem um

---

15 ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brazil*. Compreendendo as respectivas divisões, administrações, eclesiásticas, eleitoraes e judiciárias, dedicado à sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Pública do Império, com especialidade à dos alumnos do Imperial Collégio Pedro II, Rio de Janeiro. Lithographia do Instituto Phiomático: rua sete de setembro, nº 68, 1868.

comércio não pequeno, pela especialidade do seu porto, necessita de uma ponte, e calando espírito de todos essa grande necessidade, apenas decretarão a quantia de cinco contos de réis por saberem que não chegava nem a aquisição das madeiras, no entanto e por mero luxo decretaram-se somas fabulosas para ponte em Santarém e Cametá onde nenhuma necessidade se tem dellas por possuírem um porto tranquilo e seguro, ficarem os vapores muito perto de terra, facilitando o embarque da carga e dos passageiros (*Idem*, 1873, p. XV).

Para a população que reivindicava a autonomia territorial, esse desprezo era visto como muito prejudicial, pois uma cidade tão importante como Macapá, na foz do majestoso rio Amazonas estava para desaparecer, visto que sua forma material, criada no período histórico colonial, a exemplo dos edifícios públicos, estava, pelo tempo de construção, a deteriorar-se pela ausência de envio de recursos para a sua conservação. A preservação de alguns poucos casarões permitiu que não caíssem todas as edificações. O tempo passou e só restaram apenas a fortificação (figura 3) e a Igreja matriz, sempre vigiando a cidade de São José de Macapá. A letra do enredo musical da escola Embaixada do Samba de Macapá recorda com nostalgia esse momento de outrora, que ficou gravado na memória da população como uma perda cultural:

Ó Macapá, meu grande amor/Nos versos da Embaixada és a saudade que ficou/Ó Macapá, meu grande amor/Vem dizer na tua história/O que o tempo apagou. [...] O que fizeram dos teus casarões/ Das mangueiras do Largo da Matriz. [...] E nesse sonho veio o coreto da pracinha/ E me empolgo com os dobrados inspirados da bandinha/ Lembrar da festa do padroeiro me aperta o coração... [Grifo meu].<sup>16</sup>

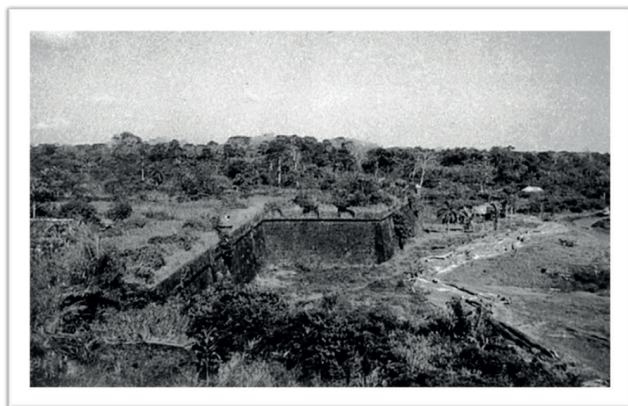
A cidade de Macapá não se desenvolveu como tanto sonhara Marquês de Pombal, na expectativa de que a região fosse próspera em termos econômicos. Entretanto, seus habitantes nunca abandonaram a crença de que esse ideal se realizasse. No auge da dominação colonial e do lucro com a exportação de arroz, os comerciantes locais já vislumbravam os anseios de se

---

16 Música da Escola de Samba Embaixada do Samba. Letra de João Silva & Ivo Canutti. Melodia de Ivo Canutti. *Macapá Querida*, 1991.

desvincular da província do Grão Pará e conquistar a liberdade de articulação econômica direto com Portugal. A ação de Antônio José Vaz foi uma prova real desse desejo local que, ao driblar a “Companhia de Comércio do Grão Pará”, fez negociações diretamente com os lusos, durante o período colonial<sup>17</sup>. Os produtores e comerciantes de Macapá percebiam essa corporação como uma instituição nociva ao desenvolvimento da economia da Cidade, tendo em vista o controle que tal aparato comercial exercia sobre compra e preço da produção local, ação que inibia os produtores de maiores investimentos e lucros. Durante o Império, a vontade de independência política administrativa renasceu fortalecida pelo desprezo que essa área geográfica sofreu: “maldita monarquia!”, declamou o médico Vaz Tavares<sup>18</sup>, em uma poesia só possível de ser conhecida por ter sido impressa (TAVARES, 1997).

**Figura 3** - Menosprezo pela vila São José de Macapá



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

- 
- 17 A obra *Africanos redesenhando a Vila São José de Macapá*, de minha autoria, Verônica Xavier Luna, revela decisões de alguns comerciantes quanto aos domínios da Companhia de Comércio e as contravenções por eles efetivadas no decurso do período colonial. (LUNA, Verônica Xavier. *Africanos redesenhando a Vila São José de Macapá*. Editora Sal e Terra, J. Pessoa, 2011).
- 18 Alexandre Vaz Tavares nasceu na vila São José de Macapá, no dia 8 de agosto de 1858. Iniciou os estudos com seus pais — Antônio Tavares e Florinda Vaz Tavares. Aos 15 anos, foi residir com seus tios no Rio de Janeiro conquistando a graduação em medicina. Elegeu-se Deputado Estadual em 1891, com votos dos eleitores do município de Amapá e Macapá. Trabalhou como médico e foi nomeado prefeito da cidade de Macapá. Publicou sua poesia *Amapá*, na Revista de Educação do Ensino do Pará, em agosto de 1889. (Detalhes destacados do livro *Personagens Ilustres do Amapá*, Vol. I, do escritor Coaracy Sobreira Barbosa. Secretaria de Estado da Administração (SEAD), 1997). Existe a probabilidade de que Antônio José Vaz tenha sido o avô de Alexandre Vaz Tavares, que driblou a Cia. de Comércio do Pará.

A criação da lei de abertura do rio Amazonas ao comércio do mundo, em 7 de setembro de 1867, estimulou a esperança dos moradores de Macapá de retomarem as negociações de autonomia em relação à província do Pará. A lei de livre comércio pelo Amazonas parecia o momento decisivo, pois os referidos atores urbanos viram na prescrição desse ato jurídico a grande possibilidade de novamente trazer para a discussão, na câmara dos deputados, o projeto de autonomia da região setentrional. Tal instrumento foi oficializado desde 1853, por meio de duas atas escritas e encaminhadas a Dom Pedro II pelo senador Maranhense Cândido Mendes de Almeida, no qual estava anexo um abaixo assinado de mais de trezentos homens, de condição social diversificada da cidade de Macapá.

Os parlamentares da época preferiram acreditar no relatório técnico elaborado sobre a cidade de Macapá por um paraense: “convém que ouçamos o Conselheiro J. M. de Oliveira Figueiredo no seu importante Relatório de 1854, o mais amplo e detalhado que conhecemos sobre esta localidade, por tanto mais digno de ser apreciado” (ALMEIDA, 1873, p. 10). A descrição desse visitante detratava a Cidade como um lugar doentio, de ar e água envenenados. O lugar foi estigmatizado pelo relator como um espaço infestado de mazelas, de modo que até a carne bovina havia de ser abatida e vendida no mesmo dia, posto que no dia seguinte, já estaria em estado de putrefação. O objetivo de trazer os escritos do Conselheiro, segundo os moradores de Macapá, tinha uma única missão pelos parlamentares: retardar a decisão em favor da autonomia de Macapá.

A água, que era vista pelos moradores locais como potável e cristalina, foi maculada quanto à sua qualidade e natureza, espalhando-se o mito da água envenenada, causando uma grande fobia nos negociantes ou visitantes que vinham à Macapá. Os escritos dos relatórios, constituídos de inverdades sobre a cidade de Macapá, queriam imprimir a ideia de que o espaço urbano da Cidade e as áreas adjacentes eram impróprios para o desenvolvimento de uma vida social no lugar. Essa visão deturpada do município trouxe consequência, relata a carta de representação dos moradores da Cidade, de modo que os visitantes, ainda que alertados de tais blasfêmias, optavam por beber cerveja à água, concebendo a área, de tal modo, como lugar mortífero e impossível de se viver.

[...] apesar disto, e tal o pânico de que todos se deixam apoderar, que, os hospedes, que por aqui temos a honra de receber, com bem poucas excepções, por mais sede que sintam não querem beber a nossa boa agua por supô-la envenenada da seiva dos sonhados asacuseiros de que tanto tratam os relatórios! (ALMEIDA, 1873, p. 13).

Como já visto anteriormente, desde 1853 os moradores da vila já reclamavam ao poder central sobre o descaso político que afetava a vida urbana da vila de Macapá. Os homens do campo político, jurídico, econômico e social apresentavam como proposta a autonomia geopolítica da área. Comerciantes, pecuaristas, fazendeiros, agricultores, sapateiros, alfaiates, professores, artistas, ourives, funcionários públicos e administrativos alimentavam o desejo de desmembramento dessa região de fronteira. Esse projeto político já vinha sendo pleiteado, porém sem prosseguimento nos órgãos da monarquia. A indignação foi ainda maior quando o governo imperial criou, a partir do decreto 3920, de 31 de julho de 1867, a alfândega de Manaus concomitantemente à de Cametá, no rio Tocantins; Santarém, no rio Tapajós; Borba, no rio Madeira, e a de Paulo de Oliveira, no Solimões, excluindo a cidade de Macapá (*Idem*, 1873, p. VII). O desprezo governamental assumiu grau maior que a própria necessidade de colonização dessa área de mata, até mesmo da vila São José de Macapá, que foi criada para ser o poder de encontro aos interesses fronteiriços franceses.

O status de cidade, conquistado em 1856, foi mais uma estratégia do que realmente um reconhecimento e condição para a qualificação de sua estrutura material. A finalidade desse ato administrativo teve apenas a intenção de silenciar os cidadãos de Macapá, pois pouca atenção foi dada a este município ao final do século XVIII e no início do XIX. O ato foi recordado apenas por seus moradores, através de memórias passadas de pai para filho, os quais guardaram ressentimento sobre o modo como os governos regional e imperial se manifestaram em relação às necessidades da cidade de Macapá. Esse olhar de desdita e descaso com as terras que seriam, mais tarde, o Território Federal do Amapá, perpetuou-se na memória dos moradores — um acontecimento infeliz —, segundo Alexandre Vaz Tavares, filho natural da cidade de Macapá, nascido dois anos após sua ascensão à condição de cidade.

Quando adulto, não se esqueceu de retratar suas lembranças e mágoas na forma de poesia:

[...] Maldito! Maldito seja/vezes mil um tal governo/que insaciável deseja/céus e terra e até o averno/desfeitos em ouro em só!.../ Maldito, porque os legados/dos nossos antepassados, /em vez de serem zelados, / são desprezados sem dó! /Sim! Maldita a Monarquia/-aleijão dos privilegiados/que cegamente confia/aos fátuos caprichos régios/sorte de uma nação. /Ao sistema-imperialismo, /d'El-Rei Senhor-Egoísmo, /Maldição, sim, Maldição! /Dorme, cidade, e em teu sono/ sonha os fulgores de outrora...-Veneza já teve um trono, / já foi dos mares senhora/e às nações já leis ditou;/, mas, hoje... ei-la; descansa, /rememorando a pujança/do fastígio, que a mudança/ do tempo lhe arrebatou.../Dorme!... Tens aos pés prostrado/o Rio-Mar, bardo eterno, /que entoa sempre inspirado/ora, o canto mais galeno/ora, o hino do tufão.../dorme ao som dos cavatinos/ das aves entre as cantinas/dessas florestas divinas/de teu risonho sertão! (TAVARES, 1997, p. 24).

Os filhos de Macapá sonhavam com a transformação desse lugar em um grande mercado, um ponto estratégico comercial, considerando sua magnífica condição portuária, em um dos melhores portos de entrelaçamento comercial com o mundo, no que toca à dimensão territorial e por ser área de fronteira. Mas os interesses centralistas do Império, aliados ao ciúme do governo paraense de não perder suas terras ou mesmo favorecer a existência de um mercado concorrente de portas abertas para o Caribe e a Europa, preferiram fechar os olhos e nada fizeram pela independência territorial da região setentrional. É certo que Belém, como capital do Estado do Pará, não tinha o menor interesse em arriscar perder seu *status quo* de lugar de destaque portuário, como se vê no discurso em referência.

Senhores, os abaixo assignados reconhecem que um máo fadopeza [sic] sobre os habitantes de Macapá desde que se tratou de crear uma Província na foz do Amazonas, *porque desde esse tempo que os homens da Capital da Província nos votarão ao maior desprezo, e não só isso como ainda ao descrédito do lugar, antecipando ou prevenindo com histórias fabulosas não só os Presidentes que succedem na administração da Província, como ainda às pessoas notaveis que de fóra nella aportão e he tal o panico de que se deixão apoderar que tremem quando*

*sabem que demandam a aguas pertencentes à Comarca de Macapá; os arvoredos se lhes apresentam assacuseiros, e presumem que todo o ambiente está impregnado de veneno dos assacús, isto he tão verdadeiro, quanto he igualmente certo que muitos matão a sede com cerveja por suporem nossas aguas envenenadas; he até onde pôde o descretido à que a nos votarão!!! [Grifo meu] (ALMEIDA, 1873, pp. 14-15).*

A solicitação dos habitantes das duas cidades existentes na região setentrional — Macapá e Mazagão — foi sistematizada por Cândido Mendes de Almeida, senador pelo Maranhão, que organizou todas as informações e mandou imprimir numa tipografia particular do Rio de Janeiro, em formato de ata com capa dura, registrando no final as 387 assinaturas de indivíduos de escalas sociais diversas, que aspiravam adentrar na ordem da economia global na condição de cais independente do Pará, para tramitar suas negociações com os portos que rendessem mais lucros, como se pode observar no Projeto Pinsônia (ALMEIDA, 1873, p. 82).

A proposta por parte dos moradores de Macapá estava associada ao aumento da produção do látex, da pecuária na região do Macari e da exploração de filões de ouro, na localidade de Calçoene por garimpeiros guianenses. Os comerciantes das cidades de Macapá e Mazagão, parte setentrional do Pará, desejavam criar um poder administrativo e jurídico sobre as terras distantes geografica e politicamente do poder regional e do governo imperial, como forma de limitar a exploração de outras nacionalidades em detrimento dos interesses locais. As manifestações políticas dos moradores daquelas cidades em relação à indiferença das instâncias superiores induziram o senador Cândido Mendes<sup>19</sup> a retomar a proposta em 1873; os esforços foram vãos e as terras setentrionais ficaram desassistidas. Só não sucumbiram às forças

---

19 O senador Cândido Mendes nasceu em São Bernardo do Brejo dos Anapurus — Maranhão, a 16 de outubro de 1818. Em 1839, aos 21 anos, formou-se na Faculdade de Direito de Olinda. Foi jornalista e fundou, no Maranhão, dois jornais: *O Brado de Caxias* e *O Observador*. Foi promotor público e professor de história e geografia no Liceu de São Luís. Como membro do Partido Conservador, foi eleito deputado em 1843, voltando novamente de 1850 a 1860, enquanto de 1869 a 1872, foi eleito e nomeado senador, cargo que ocupou até 1881. Distinguiu-se na defesa dos bispos, durante a questão religiosa. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e patrono da cadeira 4 da Academia Maranhense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro a 1º de março de 1881. Senador Cândido Mendes. <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/candido\\_mendes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/candido_mendes)>. Visitado em 08 de fevereiro de 2016>.



estrangeiras graças à presença dos homens da floresta: nativos, ribeirinhos, quilombolas de várias etnias (negros, nativos, mestiços e brancos) e de nordestinos que vieram para tentar a vida nos seringais, na mineração ou a serviço de fazendeiros da região do Pará.

### *1.1 Constituição de territórios: muitos personagens.*

O deslocamento humano para esta região de fronteira continua, ainda na primeira metade do século XIX. Uma mobilidade humana de caráter intrarregional ocorreu nesse período em direção à área de fronteira da região Norte. Foi a migração de cabanos dissidentes desse movimento social, bem como daqueles que, sabendo que seriam coagidos a se fazerem presentes nas manifestações, anteciparam-se na fuga em busca de sossego nas terras setentrionais do Pará, onde o acontecimento não havia chegado ao extremo, fixando-se lá. Acostumados à economia ribeirinha baseada no plantio da mandioca para obter a farinha, produto indispensável nas refeições diárias, assim como na extração do açaí, na pesca de peixes e camarões nos diversos rios — graças à rica bacia hidrográfica que corta toda a Amazônia —, não encontraram dificuldade em residir nas terras acima do rio Araguari. Os fugitivos encontraram na área de fronteira um espaço capaz de assistir suas necessidades básicas familiares e a tranquilidade espiritual que almejavam (LUNA, 2011).

Na floresta, os homens fixados às margens dos rios realizavam atividades de caça de animais silvestres (cutias, pacas, jacarés, mucura, caititu), bem como faziam plantio de algumas árvores frutíferas. Os peixes, tais como o pirarucu salgado (semelhante ao bacalhau), a gurijuba salgada e outras variedades oferecidas pelos lagos e mangues (o caranguejo, o siri, o camarão, o mexilhão, a tartaruga, a tainha e conchas), eram extraídos dos rios, não apenas para o alimento pessoal. Essas atividades dependiam, crucialmente, dos instrumentos e técnicas que eles conseguiam desenvolver na própria comunidade ribeirinha: puças, lanças, matapis, espinhel e o curral de peixes. Para complementar a pesca, plantavam-se nos quintais ervas medicinais e temperos (urucum, jambu, pimenta, limão), também eram cultivadas fruteiras:

laranja, manga, açaí, cupuaçu, biribá, café, melancia, bem como abrigavam animais domésticos: patos, galinhas e porcos destinados ao consumo familiar. Nas roças, plantavam culturas alimentares, como mandioca, milho, feijão, cará, macaxeira, batata-doce (LOUREIRO, 2004).

Ainda presente em tempos atuais, na Amazônia e na área que atualmente corresponde ao estado do Amapá, a população ribeirinha é vista culturalmente como despreocupada em relação ao tempo, sem estar presa às realizações sociais de ordem burguesa capitalista. São valores sociais, por exemplo, que se ressaltam nas letras e músicas dos cantores locais, porém igualmente alimentadas por esses povos, no sentido de não servir à lógica do capital.

O dia nos chega toda manhã/, Com nuvens de fogo pintando o céu/Um ventinho frio sopra sim e assim/vez em quando se escuta o canto do Japiim./A canoa balança bem devagar/A maré vazou, encheu, é preamar, eh/O Zé vai pro mato apanhar açaí/Maria pra roça vai capinar/A vida daqui é assim devagar/Precisa mais nada não pra atrapalhar/Basta o céu, o sol, o rio e o ar./E um pirão de açaí com tamuatá./Que vida boa sumano/Nós não tem nem que fazer planos/E assim vão passando os anos/Eita! Que vida boa...<sup>20</sup>.

Durante o império, deu-se a recusa de reconhecimento da autonomia da região setentrional, porém criaram-se projetos políticos paliativos, visando à ocupação do espaço setentrional do Pará via migração — política que levou à implantação, em 1840, da colônia Militar Pedro II, abaixo do rio Araguari, manancial de água que divide a região do Amapá ao meio. Na margem do rio e da floresta foram deixadas famílias de militares. O descaso dos poderes públicos com esse aglomerado de militares levou o lugar a praticamente ruir. Sem a devida infraestrutura habitacional, médica e educacional para seus ocupantes, o projeto foi paulatinamente desaparecendo.

A política imperial que estimulava a ida de militares através de prêmios de melhores soldos, principalmente para os militares brancos que

---

20 Música do cantor Zé Miguel (1991) e composição de Joãozinho Gomes. Filho natural da Amazônia, especificamente, de Macapá-Amapá, José Miguel de Souza Cyrillo é representante dessa cultura do Norte do Brasil, por meio de composições. Na música *Vida Boa*, o cantor mostra de forma poética o modo de viver dos ribeirinhos da Amazônia.

entrelaçassem matrimônio com mulheres índias, visando disseminar valores civilizatórios distintos dos nativos, pouco teve efeito. A ausência de condições sociais mínimas de existência para as famílias reconhecidas como civilizadas, levaram os militares a sucumbirem ou a se adequarem à vida ribeirinha, visto que o transitar dos militares em estruturas sociais distintas das de suas origens não obteve solo fértil para fincar raízes, embora tenha ocorrido uma mescla de sua cultura com a nativa (MEDEIROS, 2006).

Os militares dissidentes da cabanagem foram chamados a migrarem para a Colônia Pedro II. Os que aceitassem a proposta seriam anistiados. Mesmo assim, a colônia declinou, pois não bastava o estímulo pessoal, era preciso políticas sociais adequadas ao ambiente florestal, com condições humanas favoráveis que possibilitassem a recriação de uma existência suficientemente capaz de enfrentar o isolamento e as epidemias trazidas pelos migrantes que, porventura, eram favorecidas pelo ambiente de clima tropical úmido. Em uma correspondência do presidente da província do Grão-Pará com o ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros (1825-1841) ficou registrado que: “Um dos moradores, que para ali foi mandado pelo Governo com sua família, pede com insistência o removam, sujeita-se a perder quanto tem feito, a restituir as prestações que tem recebido; e não é de muito bom agouro que a desanimação assim se apodere dos Colonos” (*Idem*, 2006, p. 119).

No final do Império, novamente, a região recebeu migrantes, resultado de deslocamentos inter-regionais. O fluxo de pessoas viria, nessa etapa, da região Nordeste, em decorrência de um período de longa estiagem, principalmente no Ceará, em direção à Amazônia, para a área do futuro TFA. Nesse momento, a região recebeu vários migrantes provenientes da grande seca no Nordeste de 1874 a 1879. É fato que não só foram de trabalhadores braçais, mas também de fazendeiros e comerciantes, os quais vieram investir na região Norte, atraídos pela economia aurífera e do seringal. Nessa fase, nordestinos como o coronel João Franklin Távora (pernambucano), Cel. Arlindo Eduardo Correa, Coriolano Finêas Jucá (cearenses), afirmaram-se como grandes fazendeiros e comerciantes, e trouxeram consigo “suas gentes”, homens e mulheres nordestinos para trabalharem como agricultores e capatazes, outros como criadores de gado na condição de meeiros. No final do Império, o ouro, o criatório e terras devolutas levaram a região do norte do

Pará a ser controlada por coronéis agropecuaristas e políticos (BARBOSA, 1997).

Nessa conjuntura de maior aproximação da região setentrional com o capital internacional, através da extração do látex, entra em cena um dos interlocutores desta pesquisa como sujeito migrante. Nesse decurso de tempo, encontra-se registrada parte da trajetória de Benony Ferreira Lima. Era neto e filho de cearenses que vieram para o estado do Pará em detrimento do fenômeno climático marcado pela ausência de chuvas, que havia assolado a região do Nordeste no final do século XIX<sup>21</sup>. Seus avós paternos fixaram-se em Chaves, no estado do Pará, enquanto seus avós maternos optaram por morar no Afuá. Benony descreve que seus avós maternos souberam investir em Afuá e destacaram-se. Recorda que seu avô, Vitalino Alves de Araújo, alfabetizado, além de investir em cultura agrícola (roçados), instalou em Afuá um comércio de secos e molhados, edificando uma padaria, comprando uma canoa a vela (transporte de qualidade na época), tanto que: “chegou ao teto de tenente coronel da Guarda Nacional”.

Essas condições contribuíram para que seu avô pudesse oferecer uma vida mais confortável aos seus filhos e à sua futura mãe<sup>22</sup>. Porém, esse interlocutor narra que seus avós paternos, como migrantes nordestinos, não gozaram da mesma sorte. Tiveram que driblar a vida, ora num lugar, ora noutra, em busca de trabalho de ganho vinculado ao capital. Seus avós paternos eram analfabetos e, segundo Benony, foram levados à condução de um destino de pobreza, posto que: “ficaram andando de um lado para outro, sem destino”. Apesar de seu avô ter fixado residência na localidade de Breves, a família passou a viver uma vida de cigano, deslocando-se da ilha de Caviana para Mexiana e depois para Afuá, levando consigo seus oito filhos e a esposa<sup>23</sup>. Por dez anos viveram da extração da borracha, mas aos poucos o

21 Sobre a seca no Nordeste e suas consequências sociais, como a migração para a Amazônia, ver: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus, 1977, p. 156, bem como SECRETO, Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007, pp. 37-39.

22 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 29 de fevereiro de 2012.

23 As localidades mencionadas por Benony fazem parte do arquipélago do Marajó, situadas entre as terras do estado do Amapá e Belém, pertencentes ao estado do Pará. As mencionadas ilhas mantinham relações sociais e comerciais com a cidade de Macapá. Algumas chegaram a pertencer à jurisdição de Macapá, a exemplo de Afuá. Ver documentos de Registros de Terras do Cartório Jucá, 2013.

preço do látex caiu e a situação piorou para a família de seu pai, levando-a a viver na extrema pobreza. Começa aqui a história de Benony, quando seu pai se casou e sucedeu-se seu nascimento no ano de 1927, em uma habitação ribeirinha modesta, às margens do rio Aningal, com confluência no Atiautím, igualmente no interior do município de Afuá. Fruto de uma família extrativista, Benony viveu tal experiência na segunda etapa de interesse pelo látex amazônico em 1940.

Sobre o deslocamento de migrantes nordestinos em direção ao Pará e de lá para sua região de fronteira (municípios de Amapá<sup>24</sup>, Macapá e Mazagão), pude observar que essa ação poucas vezes se deu por iniciativa própria do sertanejo, cansado das estiagens, das produções agrícolas perdidas. A migração foi fruto da política nacional, posto que o Brasil, inserido na divisão social do trabalho como fornecedor de matérias-primas, passava por transformação do modelo de mão de obra cativa para a livre. Esse condicionante provocou a exigência dos produtores do Sul por trabalhadores para a lavoura do café. Conseqüentemente, o Sul recebe, paralelo ao grande fluxo de imigrantes europeus, constantes deslocamentos de migrantes internos, sobretudo de trabalhadores livres do Nordeste para o Sul do País. Com o advento da República, em 1889, as oligarquias agrárias tornam-se a classe mais importante do país. E, dentre elas, sobressai a oligarquia cafeeira que vai dominar o Estado brasileiro, por todo o período conhecido como República Velha (1889-1930). Edgard Carone afirma, assim, esse domínio da oligarquia cafeeira:

O café [...] condiciona um sistema de trabalho e, conseqüentemente, de capitalização bem mais complexos [do que a borracha e o açúcar]. Existe uma intensificação destes fatores, devido à contínua ascensão do produto, o que leva a classe empresarial do café dinamizar o processo de imigração. Iniciativa e renovação são as constantes

---

24 Cabe aqui destacar que o município de Amapá está localizado no centro oeste do estado homônimo. Sua trajetória histórica foi marcada por vários eventos administrativos. Este território foi elevado à condição de município pela lei 798 de 22 de outubro de 1901. De 1901 a 1903, foi denominado de Montenegro. Após 1903, volta a receber a denominação de Amapá. Em 1938, recebe a denominação de Veiga Cabral, mas no ano seguinte (1939) volta a ganhar a nomenclatura inicial de Amapá. Em 1944, chegou a ser a capital do Território Federal do Amapá por poucos meses. Informações resumidas das seguintes obras: MORAIS, Paulo Dias; DIAS, Jurandir. *O Amapá em perspectiva*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2005; SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. Macapá-AP: Editora Valcan, 1998.

do regime republicano, dominado, financeira e politicamente, pela classe cafeicultora. Não é preciso dizer que uma parte do comércio exportador e do sistema bancário e industrial também estão ligados àquela atividade (CARONE, 1977, p. 6).

Nesse caso, quando o estado nacional era acionado para levar os socorros públicos às vítimas da seca no Ceará em momentos de estiagem, sabiamente o Estado, cumprindo a função de agentes dos retirantes, convertia esses socorros em passagens de navio para os fugitivos da seca chegarem ao Sul. A política de mobilidade social<sup>25</sup> visava atender aos interesses por mão de obra dos produtores sulinos bem como dos extrativistas da região Norte, ao mesmo tempo que procurava solucionar os problemas sociais causados pela concentração dos trabalhadores refugiados nos centros urbanos dos estados nordestinos, especificamente do Ceará. Na região Norte, os migrantes foram incorporados à região como força de trabalho e aumento da densidade humana. Portanto, deveriam servir como trabalhadores para os capitalistas da produção do látex, castanha do Pará, ouro e produtos oleaginosos (sementes de andiroba, de copaíba, de cumaru) e peles de animais: onças e gatos maracajás (LINS, 1991).

Os trabalhadores nordestinos que chegavam à Amazônia, em sua maioria, enquadravam-se na forma de relação social de produção extrativista, pegavam no trabalho mais pesado, sob a condição de coerção maior e sem a estabilidade do habitante natural. Os nordestinos que aportaram na região setentrional, ora estavam garimpando, ora na coleta de castanha, como vaqueiros nos campos de florestas dos agropecuaristas, nas matanças de jacarés ou como marceneiros. Portanto, essas atividades caracterizavam-se pela inserção do trabalhador em atividades produtivas mais articuladas ao mercado. O termo a ser destacado é que, no contexto amazônico conformado pelo capitalismo dependente, esse modelo desigual deixa de exercer as suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de equidade aos indivíduos no processo de valorização produtiva, de fundamentos estritamente

---

25 Cabe recordar que, no decorrer da política de subvenção, a imigração externa para atendimento, as aristocracias cafejeiras, ocorreu também a migração interna subsidiada pelo governo federal, porém em menor grau que a imigração externa. Ver NETO, Edgar Braga. *Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. Dissertação de Mestrado em Sociologia-UFC, defendida em 2012.

econômicos. Ao invés disso, na Amazônia, o capitalismo dependente sob o regime de classes acaba se prestando à exploração da força de trabalho em condição extrema, de modo a assegurar a perpetuação da polarização estrutural na economia extrativista, em que, de acordo com estudioso Fernandes, cabe à elite apenas:

[...] resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 1968, pp.83-84).

Benony acredita, em seu depoimento, que a opção de seu avô paterno por uma atividade itinerante e dependente do capital contribuiu para sua condição de pobreza. Em contradição, a sua fala no tempo presente registra que, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, o interlocutor, menor de idade, estava trabalhando na coleta de látex. Seu pai seguiu a rotina de seu avô, porém driblou a vida produzindo-se socialmente por meio de duas formas de sobrevivência que cabiam ao trabalhador na Amazônia: a primeira, era se apoiar na experiência ribeirinha — dedicar-se às atividades de subsistências (compromisso realizado pela mulher e filhos pequenos), quase todas extraídas da própria natureza para atender as necessidades alimentares; a segunda, era a prática da coleta de gomas elásticas, vinculada ao capital estrangeiro, porém de ocupação sazonal (serviços prestados de acordo com a temporalidade do produto) e sem vínculo empregatício, caso não criasse uma dívida com o patrão.

A dupla forma de sobrevivência era tática e apontava para as seguintes conveniências, em primeira tese: estar livre para retornar à sua terra natal ou voltar para aquele espaço de trabalho ribeirinho, quando fosse conveniente; outra tese corresponde ao jogo para se livrarem de grandes dívidas nos

barracões dos patrões. Os pais de Benony moraram em vários lugares, dentre os quais Afuá, Breves, Rio Cajari, Ilha do Bailique, de modo semelhante a seus avós paternos, na expectativa de um lugar mais favorável ao ganho. Nessa corrida pela sobrevivência da família, seu pai trabalhou como caçador de jacarés (para a venda do couro), coletor de látex nos seringais e, por último, marceneiro. As mobilizações frequentes estavam associadas à procura de relações de trabalho menos disfarçadas da exploração insanável do capitalismo assumido pelos grandes comerciantes dos produtos da floresta.

A época em que Benony acompanhou o pai como seringueiro está associada à década de 1940, marcada pelo movimento da economia global, notadamente a europeia e a norte-americana, conforme o desenvolvimento tecnológico e industrial de ambos os continentes. Nessa conjuntura, a necessidade do produto látex conjugou um entrelaçamento econômico entre os grupos internacionais e a Amazônia, consagrando-a como o lugar natural da borracha; desse modo, o látex foi a matéria-prima mais procurada. As cidades do Pará, dentre elas, Mazagão e Amapá, tiveram suas áreas de florestas transformadas em canteiros de extração da borracha. Macapá levou desvantagem em tal jogo econômico desde o primeiro ciclo áureo da borracha, pois os comerciantes locais foram obrigados a negociar o látex com grandes comerciantes vinculados ao porto de Belém, capital do Pará. Esse grupo que era, oportunamente, credenciado a estabelecer negociações com os compradores europeus ou americanos, condicionou o produtor da região setentrional a uma relação comercial subordinada aos interesses econômicos de sua capital, Belém.

A capital paraense sofreu uma mudança urbana radical. Fala-se aqui da *belle époque*, que teve início no final do Império e perpetuou-se nos anos iniciais da república brasileira, ocasionando soluções de melhorias urbanas que não foram estendidas aos municípios; especificamente a cidade de Macapá. As antigas fotografias da localidade demonstram que a povoação de Macapá permaneceu inalterada, do início do século XX até a década de 1940, como as imagens acima expostas estão a testemunhar. Se considerarmos o conceito de Louis Wirth de cidade como “[...] um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1967, p. 96), não cabe ver Macapá como uma cidade nesse contexto em foco, talvez se possa falar da presença de um núcleo urbano em um grande campo



de floresta, ocupado por três grupos sociais em formação: os administradores da cidade, os afrodescendentes e mestiços. Arthur Ferreira Reis em sua obra *Território Federal: perfil histórico*, ao se reportar à cidade de Macapá às vésperas da criação do Território retrata que:

A sociedade territorial não tem caráter urbano. Tampouco se lhe pode atribuir o caráter rural. E isso porque, flutuante nos lugares de mineração, entrega-se de preferência à pesca e à coleta de gêneros nativos, como a borracha, a castanha e os outros vários tipos florestais de cotação nos mercados consumidores. As quatro cidades de municípios capitais só agora começavam a se urbanizar convenientemente. Eram antes burgos em decomposição (REIS, 1949, p. 10).

O que se observa sobre a região setentrional, desde a segunda metade do século XIX, são interesses políticos interdependentes em jogo. Destaca-se o poder centralista do Império<sup>26</sup> coeso ao zelo dos políticos paraenses de não perder suas terras e, principalmente, em não querer favorecer a existência de um mercado (Macapá) concorrente de portas abertas para o Caribe e para a Europa, uma das razões pela qual fecharam os olhos e nada fizeram pela independência territorial da região setentrional (figura 4). Contudo, com base nos estudos de Ivo Coser em *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil — 1823-1866*, é preciso avaliar a atuação dos que se vinculavam ao arranjo federal durante a Constituinte de 1823, pois defendiam a preservação dos interesses regionais e individuais, em comunhão com a busca de um risco mínimo na consolidação da unidade nacional em movimento. Tal Análise pode ser acrescentada para o conhecimento dos projetos posteriores, debatidos em torno da redivisão do Brasil (COZER, 2008).

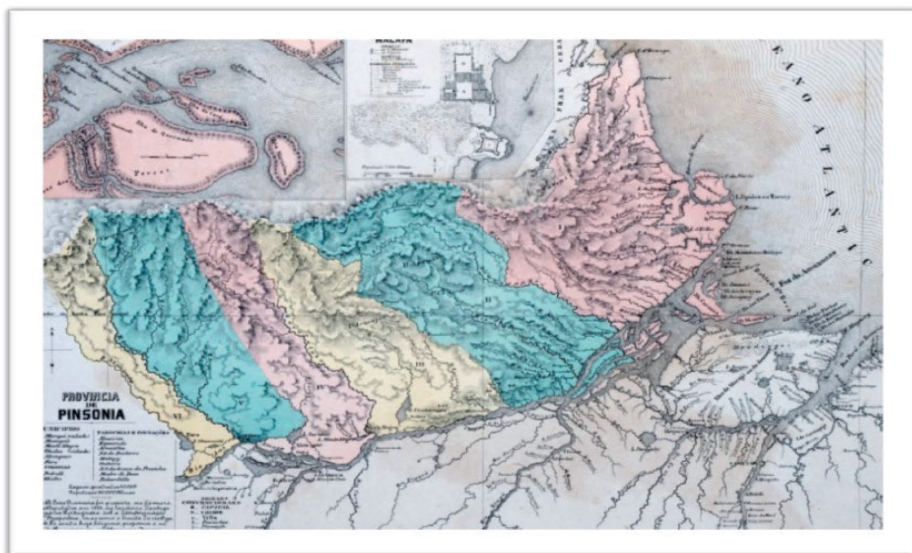
Outro fator negativo, do ponto de vista paraense, foi a solicitação dos habitantes das duas cidades existentes na área de fronteira, Macapá e

---

26 A redivisão administrativa do Brasil foi um projeto que surgiu logo após a independência. Desde 1823 essa temática foi posta em pauta e discutida por deputados e senadores — dentre eles, os deputados Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Manoel José de Souza França —, porém nenhuma alteração foi realizada. Em 1846, Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentou uma proposta ao senado que foi discutida pelos senadores Hollanda Cavalcanti e Carneiro Leão. O projeto de Varnhagen não conseguiu o apoio necessário para as mudanças propostas. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Memorial Orgânico. [2ª parte]*. Madrid. Na Imprensa da Viúva de R. J. Dominguez, R. de Fortaleza, nº 67, 1850.

Mazagão, ter sido apresentada e defendida por um senador de outra província e, no caso de uma ação favorável, seria um ganho político eleitoral para o Maranhão. Claro está por que o projeto de autonomia da Região Setentrional foi ignorado, quando a tipografia do Instituto Philomathico já havia impresso o Atlas do Império do Brasil — 1868, o qual deveria ser usado pela educação pública e nele já estava registrada a separação da Província Setentrional (figura 4), inclusive, bem maior geograficamente<sup>27</sup> que a divisão elaborada para o TFA, em 1943, o que se pode observar na imagem abaixo.

**Figura 4** - Essa foi a primeira construção cartográfica e administrativa, a qual deveria ser denominada Província de OIAPÓQUIA (1868).



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brasil*, 1868.

27 O *Atlas do Império do Brasil* (1868) foi um projeto do Senador do Maranhão Cândido Mendes de Almeida, para o imperador D. Pedro II. Nesse Atlas geográfico, a Província do Amapá teria cinco municípios: I — Macapá; II — Mazagão; III — Monte Alegre; IV — Obidos e V — Alenquer. Nove paróquias e povoações (Almerim, Exposende, Arraiollos, N. S<sup>a</sup> dos Desterros, Matapi, Outeiro, N. S<sup>a</sup> das Graças de Prainha, Madre de Deus e Rebordello) e mais duas colônias, Pedro II e Óbidos. O projeto foi realizado para servir como estudo para os alunos do Colégio Pedro II. Seu arquivo constitui acervo e guarda do IBGE, tendo em vista a passagem do autor pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na condição de membro desta instituição. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>>. Acesso: em 16 dez.2015.

A construção do social na área de fronteira ficou restrita às políticas paliativas para ajudar outros Estados a higienizarem seu caos social, assim como a ação de aventureiros de todos os lugares, lembrando que a presença do “la couleur”<sup>28</sup> convidou muitos para esse solo. Era a “terra de ninguém”, como primeiro conceituou Alfredo Gonsalves (1932), considerando o fluxo constante de estrangeiros (franceses) que chegavam e retornavam com frequência. A ideia de “terra de ninguém” tem uma proximidade com o conceito de “não lugar”<sup>29</sup> defendido por Marc Augé (2005), ao postular o “não lugar” como um espaço de passagem, de trânsito. Acredita-se que a região contestada não era simplesmente um lugar para comerciantes em trânsito, onde se buscava realizar negociações lucrativas e rápidas.

Os eventos políticos e econômicos dão provas contrárias ao conceito estabelecido de “terra de ninguém”. As diversas formas de entrelaçamentos humanos ocorridas na região setentrional (Guiana Brasileira), como a compra do ouro por Caiena, vendas de produtos (roupas e utensílios finos da França), de animais, de transporte (carruagem), negociações de mulheres em prostíbulo de Caiena, prestações de serviços entre as partes, são conexões cotidianas que demonstram a outra face da realidade de uma construção do social em terras de fronteiras. Tal condição extrapolou o limite do econômico e adentrou ao político, de modo que as articulações políticas iam além da identidade nativa. Brasileiros hasteavam a bandeira francesa, a exemplo do capitão Trajano, homem negro, filho de escravo fugitivo, mas que se posicionou a favor da França, inclusive, aliado aos interesses franceses, prestou seus esforços na criação da “República do Cunani” como uma nação independente nas terras setentrionais (CARDOSO, 2006).

O conceito mais pertinente para esse construto social de área de fronteira é: “terra de pluralidades sociais”. Defendo que é uma categoria mais

---

28 A expressão “la couleur”, mesmo que “or” (ouro) em francês, faz parte da linguagem crioula falada por imigrantes do Caribe e da Guiana Francesa na fronteira do Amapá com o referido Departamento da França. A linguagem é conhecida como Patuá. Ver: ANDRADE, Julieta de. *Cultura Crioula e Lanc-Patuá no Norte do Brasil*. Escola de Folclore, S. Paulo, 1984.

29 O conceito de “não lugar” foi trazido para o contexto, apesar de deslocado da temporalidade em estudo, na condição de teor comparativo, posto que sua ideia de lugar de passagem, de trânsito, deixa entrever também, em algum momento, como espaço de “ninguém”, contrariando as práticas de passagem que sempre estão articuladas a outro lugar de movimento e interação. Ver: AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade*. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2005.

completa, tendo em vista a presença de uma população composta por indivíduos de origens diversas que iam se traduzindo segundo as circunstâncias estabelecidas. Naquele lugar, o poder e as leis brasileiras não chegavam ou não queriam que se chegassem. Parafraseando Gândavo (1576), naquele lugar existiam todas as letras do alfabeto da língua portuguesa, menos, G e L — de Governo e Leis fiscais —, isso desde o Tratado Provincial de neutralidade entre os países Brasil e França (Tratado de Utrech — 1713), acordo só obedecido pela monarquia brasileira. A condição de terras em litígios medrou as autoridades brasileiras, razão pela qual se distanciaram das terras ao norte do rio Araguari, permitindo que outros vínculos se estabelecessem, criando as condições favoráveis a uma fronteira aberta aos desejos de quem quisesse se aventurar naquelas terras, compondo sua condição de lugar de pluralidades sociais. A monarquia, ao fechar os olhos para a área de fronteira, acabou por consentir que vidas fossem ceifadas pela ambição francesa, como afirma Silvío Meira em sua obra *Fronteiras sangrentas, Heróis do Amapá*:

[...] os mineiros brasileiros passaram a ser perseguidos e humilhados pelos estrangeiros. Reações surgiram isoladas. Depois foram tomando corpo. Era representante do governo francês no contestado Eugenio Voissen, que arbitrariamente proibiu aos brasileiros o acesso à região das minas [...] (MEIRA, 1975, p.52).

O “la couleur” era o ímã que atraía e unia origens diversas, mas, quando as circunstâncias exigiam, a opção por uma nacionalidade era decidida pela qual lhe fosse mais conveniente; a identidade era neutra ou cambiante. Sabe-se que a riqueza em metais preciosos dessa região contestada saía sem nenhuma cobrança fiscal, favorecendo a economia de outros países, mesmo sendo essa área ocupada por brasileiros nativos, quilombolas, mestiços — na maioria — fugitivos remanescentes dos padrões econômicos e militares impostos pelo Império ou pela Província paraense (desertores militares, fugitivos da cabanagem, da escravidão e criminosos). Personagens sociais que a administração imperial não tinha como cidadãos brasileiros, reconhecimento só ocorrido em tempos posteriores, quando as terras setentrionais corriam o risco de serem ocupadas definitivamente por outra nacionalidade.

Enquanto isso, os comerciantes da Guiana Francesa pouco se interessaram pela origem da força de trabalho ali presente; o importante era a

riqueza adquirida pela exploração do “la couleur”. Para tanto, os Guianenses souberam tirar proveito dos residentes do lugar do ponto de vista político e econômico, de modo que estabeleceram alianças com alguns brasileiros com o fim de fazer da Guiana Brasileira uma República independente do Brasil, bem como realizaram intervenções ilegais nessa área que terminou por enriquecer a Guiana Francesa, como revela o registro abaixo.

O ouro era quase todo exportado por Caiena. E era contado como produção da Guiana. Esta, que vinha se mantendo em torno de 1500 quilos anuais há vinte anos, pulou em 1894 para cinco toneladas. Com o ouro, toda a riqueza ficava com a Guiana e sobretudo com seus comerciantes (SARNEY; COSTA, 1999, p. 141).

Os anos de querelas políticas entre França e Brasil permitiram esse trânsito livre de várias nações, condição política que só foi resolvida no início do século XX (1901), quando a ação diplomática do Barão do Rio Branco pôs fim a esse conflito litigioso pelo qual passaram as terras setentrionais do estado do Pará. O domínio político favoreceu os interesses do Brasil pelo exercício administrativo legal dessa extensão territorial, antes entendido como impossível de realizá-lo, pela condição de terras litigadas. Porventura, foi uma conquista importante para o território nacional, porém sem muito sentido para os habitantes do lugar que, na época, continuaram usufruindo da terra e dos bens da natureza em geral, de onde extraíam seus principais meios de sustento.

Considerando que, em tempo hodierno, essa região ainda possui uma estimativa de cobertura vegetal que corresponde a 98,7% dos seus 143 mil km<sup>2</sup>, pode-se então conjecturar que os ribeirinhos continuaram suas vidas numa relação homem-natureza, visto que a articulação dos homens com a natureza atingia nesse estágio ainda uma integração muito ampla, até que outro evento provocasse o focar dos olhos da política nacional sobre a existência dessa região Norte, na qual estavam localizadas as cidades de Macapá, Mazagão e Amapá.

Na primeira metade do século XX, o tempo parecia não passar. A pequena cidade de Macapá, às margens do rio Amazonas, ainda permanecia sob os ares do século em que fora juridicamente constituída, quiçá mais

pobre. A fortificação militar, capital cultural simbólico da dominação civilizatória portuguesa no período colonial, foi bem cuidada. Nesse ínterim, a Cidade foi assistida politicamente e seus moradores apoiados em seus investimentos, já que o lugar representava o poder militar frente aos interesses políticos de extensão territorial da Guiana Francesa, vizinha fronteira da cidade de Macapá.

A consolidação do regime republicano foi o acontecimento que forçou o Brasil a salvaguardar seu território, diante da insistência francesa de tornar essas terras suas. Enquanto isso, a migração continuava nas terras do Amapá (área setentrional do Pará), ao norte de Macapá, principalmente de países fronteiriços, como Demerara, hoje Guiana Inglesa. A título de exemplo, George Meyer Gonsalves, filho de portugueses que se radicaram na Guiana Inglesa, na fase adulta, formou-se em uma escola da marinha mercante da Inglaterra e, no fim de seus estudos, retornou à Demerara dedicando-se ao comércio.

Navegando pelas águas do Caribe — Guianas Francesa, Holandesa, Inglesa, Barbado, como também da Guiana Brasileira —, George Meyer se fez defensor dos direitos legais do Brasil, motivo que o levou ao constrangimento de ter seu barco fundeado criminalmente por comerciantes da Guiana Francesa. Em 1901, adquiriu terras no recém-criado município de Amapá e estabeleceu relação familiar com o coronel João Franklin Távora, fazendeiro instalado na região de Amapá desde 1886, casando-se com uma de suas filhas, Hildebranda Colares Távora, nascida no Ceará. Dessa união, nasce Alfredo Felix Gonsalves Távora, paraense e o último dos quatro filhos de Meyer (GONSALVES, 1932).

A trajetória de vida de Alfredo Gonsalves teve seu início aqui, precisamente do matrimônio entre George Meyer e Hildebranda Távora, nascido em 14 de janeiro de 1922, mais um interlocutor desta pesquisa. Uma criança que não teve o afago do pai por muito tempo, pois ele morreu quando o menino possuía apenas nove meses de vida. A mãe, por não saber lidar com os investimentos na extração do látex nas terras de seringais deixadas pelo esposo, muda-se com seus quatro filhos para a Ilha da Madeira, porção insular de Portugal. Os filhos de Hildebranda foram educados sem nenhum luxo em escolas públicas desta ilha, desde os primeiros estudos até chegar

ao ensino médio. Os filhos não tiveram acesso ao nível superior, posto que o ensino universitário era ofertado apenas na capital, em Lisboa. Condição inviável para a família de Alfredo Távora, visto que os recursos financeiros da matriarca eram insuficientes para enviá-los à capital metropolitana<sup>30</sup>.

Elfredo ainda consegue trabalhar como representante de medicamentos, na Ilha da Madeira, mas sua condição de brasileiro em terras portuguesas o impossibilitava de concorrer à funções públicas e até mesmo no setor privado; essa política de limitação por ser estrangeiro o incomodava. Um comunicado de seus parentes residentes em Belém, sobre o perigo que corriam as terras de seringais deixadas por seu pai, com a eclosão da II Guerra Mundial e a procura, novamente, do látex da Amazônia pelo mercado internacional, desencadeou o retorno de Alfredo para a região do Pará. O jovem resolveu ocupar e conduzir as negociações possibilitadas pela propriedade herdada, localizada nas terras setentrionais, no município de Amapá.

Meyer foi um grande comerciante e proprietário de seringais. Como homem conhecedor da região, investiu também na extração do ouro e na procura desse metal por quase toda a região. Para tanto, trouxe uma equipe de mineiros ingleses, a qual, à semelhança dos bandeirantes paulistas, também saiu desbravando caminhos por rios e matas (*Idem*, p. 86, 1932). Nessa aventura à procura do ouro, o grupo teve sucessos e fracassos. Na condição de comerciante e grande proprietário de seringais, Meyer via possibilidades de desenvolvimento econômico nas terras setentrionais, caso elas recebessem investimentos dos governos nacional e regional, principalmente destinados à melhoria da infraestrutura portuária, elevando a possibilidade de escoamento do ouro e circulação de outros produtos do município de Amapá (gado, látex e frutas), bem como de pessoal técnico. Tal parecer fica evidente na obra de Alfredo Gonsalves (tio de Alfredo Távora), autor do livro: *Verdadeiro eldorado: o território d'Amapá, antigo contestado franco-brasileiro*, e irmão do comerciante George Meyer, que estando sempre ao seu lado, registrou a história das terras setentrionais.

Seria necessário não só expedir fiscais, como também técnicos, especializados no assunto da mineração, e sobretudo, patrocinar a instalação de Laboratórios e Postos ambulantes de mineração, pronto a

---

30 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 1º de março de 2013.

atender as solicitações dos garimpeiros, a trôco de uma percentagem do metal extraído (GONSALVES, 1932, p. 60).

Acreditava Alfredo que para a exploração e prosperidade da região era preciso maior investimento no deslocamento de mão de obra:

A fecundidade extraordinária do solo, as matas de ucuhuba, marupá umipy e jarana, os pequenos lagos e rios abundantes de várias espécies de peixes, as campinas para criatório fariam deste sítio, um importante centro, se ali fôsse recebida a corrente imigratória (GONSALVES, 1932, p. 77).

Na primeira década do século XX, especificamente no governo de Augusto Montenegro, emergia uma terceira pequena cidade, na área setentrional do Pará; era o município de Amapá, que recebera a denominação de Aricari, antes de a nomenclatura anterior permanecer como definitiva. Este município chegou a gozar de condição mais urbana a partir de investimentos privados, efetuados pelos comerciantes e fazendeiros do lugar, o comandante George Meyer e o coronel João Franklin Távora (administrador da mesa de renda). O primeiro investiu capital no setor da economia, construindo o mercado e o edifício municipal, enquanto o segundo construiu o trapiche para atracamento das embarcações, casas e o clube para a elite da sociedade local. Como destaca Alfredo, “o período florescente de Amapá prolongou-se até 1906” (GONSALVES, 1932, p. 80).

Nesse período, a sociedade que se formou naquele lugar reunia-se no Clube Rio Branco, “onde se multiplicavam as festas elegantes, algumas de extraordinário brilho” (*Idem*, 1932, p. 80). Convém considerar que esse município começou a destacar-se pela intervenção praticamente privada, resultante da visão cultural distinta da paraense. O coronel Franklin Távora era um cidadão pernambucano com outra ideia de cidade. Do mesmo modo, George Meyer trazia experiência urbana de outros centros administrativos, como o europeu. O encontro desses personagens e seus interesses pela cidade de Amapá vão resultar em sua melhoria urbana e motivos de ciúmeiras de políticos do Pará, que rechaçaram os poderes locais enviando paraenses para administrar a cidade, o que veremos mais adiante.



Victor Nunes Leal (1978), autor da obra *Coronelismo, enxada e voto*, defende que foi pelo interesse e insistência desses proprietários que os principais melhoramentos chegam aos lugares mais distantes, de modo que quase todas as edificações públicas (escolas, cadeias, igrejas...) foram resultados de seus esforços, às “vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo” (p. 37). Eram tarefas de utilidade pública, algumas das quais dependeram totalmente do empenho desses coronéis, enquanto outras contavam com contribuições pessoais dos amigos, e com esses feitos “o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” (*Idem*, 37).

Alfredo Gonsalves, em seu livro *El Dourado* (1932), deixar revelar esse investimento humanitarista que o Coronel Franklin Távora realizou no município de Amapá, quando este lugar tinha apenas uma Igreja em perigoso estado de ruína. Descrevendo as contribuições e a falta de reconhecimento às atividades voluntárias desse coronel destaca:

Mas certas criaturas há, a quem o isolamento é impossível; a sua natureza obriga-as à sociabilidade e aos gestos altruístas. São como os pelicanos da fábula, que rasgam o estomago para dar de comer aos filhos... Depois de assinalados serviços, depois de tão franca dedicação pelo Amapá, não se podia admitir surgissem tantas malquerenças. A ingratidão está sempre na proporção dos benefícios doados. Não é de hoje, vem de longe, perde-se na noite dos tempos, mas nem por isso deixa de ferir e de revoltar (GONSALVES, 1932, p. 81).

O interesse do coronel Franklin Távora em garantir a estrutura material de funcionamento da cidade de Amapá encontra um empecilho local que ele tenta superar: a ausência de mão de obra especializada. A preocupação do administrador da mesa de renda da cidade não era com a ausência do trabalhador disposto a atividades gerais, pois essa força de trabalho existia ali, inclusive estava ocupada nas atividades da extração do látex. Entretanto, esses obreiros não serviriam, pois a procura recaía sobre a necessidade de trabalhador qualificado; fator que conduziu o coronel Távora a esperar por cearenses que estavam por terminar a estrada de ferro de Bragança e trazer alguns deles para a edificação da cadeia pública do Amapá (GONSALVES, 1932, 80).

As terras de Amapá sempre foram vistas nos relatórios de padres e cronistas como um espaço favorável ao criatório, pela grande extensão das áreas de campinas; condição natural que possibilitou a instalação de fazendeiros e investimentos no criatório de gado bovino e bubalino neste município. A implantação de fazendas constituía a ordem econômica que conciliava o criatório com a produção do látex (borracha), através de trabalhadores trazidos do Nordeste pelos coronéis, denominados “sua gente”. Esse modelo socioeconômico de concentração de terras, vigente desde o Brasil Colônia, foi, segundo Maria Isaura Queiroz (1976), a estrutura que produziu as relações de mandonismo no espaço nacional, chegando inclusive aos pequenos municípios, a exemplo da cidade de Amapá.

A partir da lógica política de investimento do Império, a segurança da ordem pública nacional foi fortalecida, inclusive das fronteiras, por meio de indivíduos civis, com a missão de ser guardião da integridade nacional, portanto, de estabelecer a segurança e o controle do lugar (CASTRO, 1979, 184). Poder simbólico, que permitiu a sua ampliação para além da segurança, posto que nos municípios onde não chegassem as determinações e instituições oficiais do Estado, cabia ao Coronel da Guarda Nacional<sup>31</sup> o compromisso de exercê-las. Esses fatores contribuíram para o exercício constante de relações de ordem mandonistas nas terras setentrionais, nas quais estavam localizados os municípios de Amapá, Macapá e Mazagão.

Outro fator que colaborou para a manutenção das relações de mando foi o quase isolamento do município de Amapá dos centros de decisões políticas, comerciais e de serviços, como a capital da Província e o Distrito Federal, situado no Rio de Janeiro. Assim sendo, os laços que vinculavam os fazendeiros à “sua gente” no Amapá estavam marcados pela fidelidade de compromisso entre ambos. Nesse município, um fazendeiro que contasse

---

31 A Guarda Nacional foi criada durante o Brasil Império, especificamente no período regencial, sob os signos do nacionalismo, sendo o texto da lei de sua criação uma inspiração muito próxima do original da guarda francesa Pós-Revolução. O objetivo era a defesa da nação nas mãos de todos os cidadãos, portanto, um instrumento apto para garantir a segurança e a ordem, vale dizer, para fortalecer o poder dominante, à medida que a Guarda Nacional era formada por cidadãos eleitores que só vinham a reforçar a ordem política estabelecida. Tal prática aos poucos foi tirando a força do Exército, que no momento não estava aliado aos interesses regenciais. Ver: ELLIS, Myrian. *O Brasil Monárquico. Tomo II: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; e CASTRO, J. B. de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

com os serviços prestados em sua defesa por um de seus vaqueiros ou camponeses sem demora recebia recompensas por seus serviços, como terra, casa e gado. A reciprocidade logo era instalada pela gratidão e amizade, porém esse sentimento ocorria quando o patrão prestava algum tipo de favor a seu serviçal, como: aquisição de médicos, remédios, tecidos para confecção de roupas e compadrio por afilhados. Até mesmo a presença do padre só era possível com apoio do fazendeiro, pois era o único que tinha meio de transporte para seu deslocamento — uma embarcação, posto que o rio Amazonas foi sempre o caminho de saída e chegada, sem outro por terra.

A economia do agronegócio era bem conectada ao comércio das Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa e, por último, com o porto de Belém do Pará. Esse espaço de liberdade jurídica e política propiciou o uso de poderes pessoais *lato sensu*, que por muito tempo dominaram a região onde estavam circunscritos os três municípios: Amapá, Macapá e Mazagão; figuração que revela a construção do social estabelecida através de políticas mais de apadrinhamento que especificamente de mando. Porém, esse poder da ordem também existia, principalmente para os que resistiam a esse modelo paternalista e para os inimigos políticos que cruzassem o caminho desses coronéis da Guarda Nacional, como deixam entrever os livros de Notas e Registros de Terras do Cartório Jucá, de 1892.

Esses fazendeiros, usando dos poderes simbólicos<sup>32</sup> e econômicos, fizeram-se os representantes das populações junto às instituições dos municípios da região setentrional. Enquanto autoridade de poder e saber do lugar, passaram a submeter às populações ribeirinhas, afrodescendentes e nordestinos, homens analfabetos da cidade e da floresta a esse exercício de influência, que se configurou em uma política de favores devidos, por meio dos diversos serviços prestados: venda de terra, pagamento de dívidas, registro de testamentos, registro de tutela de órfãos, partilha de bens. De fato, a estratégia paternalista não admitia desfeita e quando não encontrava lealdade da parte subalterna direcionava-se para práticas despóticas: prisões ilegais,

---

32 Trago o referido conceito para falar sobre um poder que se exerce por trás, escondido nas entrelinhas, que é cunhado por um determinado propósito. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Portanto, “o poder simbólico é um poder de construção de realidade [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

espancamentos, desapropriação de terras, assédio moral, como ilustra o estudo realizado por Maria Cacilda Barreto (SOUZA, 1999), *Rebelião Rural no Amapá*.

A atividade agropecuária não era uma prática realizada só por homens. Mulheres também se envolveram, inclusive viúvas investiam nesse campo do criatório bovino, a exemplo da Sra. Francisca Rolla que, por sinal, sempre foi uma grande proprietária no município de Amapá, como também no município de Macapá, na localidade do Curiaú. Esta senhora, pela condição de ser notoriamente conhecida pelas propriedades que possuía, não deixou de assinar seu nome nos vários documentos de compra e venda de terras e também tinha seu casarão na cidade de Macapá, no qual recebia visitas de amigos das cidades vizinhas e de Belém do Pará. Esse sobrenome aparece inúmeras vezes nas certidões de nascimento ou casamento, constando-a como testemunha (madrinha) desses rituais religiosos da Igreja católica<sup>33</sup>.

As relações de mando estabelecidas impediam alguns trabalhadores urbanos ou das florestas e nordestinos (gente dos coronéis) de entrarem em atritos maiores com seus senhores, em função dos favores devidos, e até de dívidas; mesmo assim, conflitos foram presentes na área setentrional. É bem verdade que as intrigas maiores não se concretizaram entre os fazendeiros e sua clientela, mas sim entre os grupos de poderes que, aparentemente, pareciam ser harmônicos entre si, pois constituíam os estratos superiores da sociedade. No município de Macapá, as tensões foram resultantes das divergências entre os interesses militares do exército e a administração municipal, desencadeando a rebelião de 1910 na cidade de Macapá (BARBOSA, 1998). Os conflitos se davam entre os poderosos e ocorriam em um ambiente elitizado, pois, ao que se parece, os conjuntos de ação eram derivados de criação do ego e visavam o poder como objetivo, conexões que veremos nos próximos parágrafos.

As relações de apoio e ajuda da parte dos proprietários para com seus trabalhadores podem ser observadas como estratégias para lhes assegurar homens que se firmavam no serviço efetivo em suas terras, como pessoas de confiança que lhes fossem fiéis, como uma defesa para seus patrões; missão que cumpriam como se fosse um dever. O coronel Arlindo Eduardo Correia

---

33 Tomo de Registro de batismo da Diocese de Macapá, 1880-89.

foi um modelo nesse entrelaçamento de compromissos entre fazendeiro e clientela. Sua efetivação no Amapá contou com a mediação do capitão Palidoro Rodrigues Coelho, amigo do coronel João Franklin Távora. Este último, grande proprietário no Município, sem demora se prontificou em atender ao pedido do amigo Palidoro. Para tanto, tomou as devidas providências em apresentar Arlindo Correia a outros criadores de gado do lugar. Arlindo, interessado em residir naquela área de campinas, fez a compra de sua primeira posse de terra na área do Amapá e logo passou a administrar um engenho de açúcar (BARBOSA, 1998, p. 65).

Coronel Arlindo usou de seus lucros e comprou mais terras, trazendo mais trabalhadores do Ceará, “sua gente”, os quais foram distribuídos em pequenas glebas de suas terras, comprometidos com o criatório na condição de sistema de meação. Nesse sistema produtivo, cada família de trabalhador recebia um casal de gado bovino e as crias eram produtos de rateio meio a meio. Essa prática rendeu-lhe respeito e gratidão por parte de “sua gente”. Segundo Coaracy Sobreira Barbosa, “o coronel Arlindo possuía um carisma natural por ser simpático a todos que o procuravam, inclusive se dirigia e tratava a todos de forma igual, independentemente da proximidade familiar ou condição social, fosse pessoa da família, empregado ou vizinho”. Relação que provavelmente o transformou em líder com muitos afilhados e pessoa respeitada. Coaracy Sobreira ainda afirma que seu prestígio atravessou as fronteiras de Amapá, e até mesmo o título de Coronel ele não perdeu, quando o presidente Marechal Hermes da Fonseca extinguiu a Guarda Nacional (BARBOSA, 1998, p. 66).

Atuar em um campo de decisão na cidade de Macapá nos primeiros anos da república significava ostentar um capital político de poder e mando, principalmente em uma região onde os princípios mandonistas em nada haviam se alterado após a queda do Império. Foi nessa conjuntura que a elite urbana de Macapá vivenciou (em 1910) intrigas políticas que chegaram à condição de revoltas internas. O tenente Pompeu Aureliano de Moura, ex-prefeito do lugar e comandante de um destacamento do Exército instalado na Fortaleza de Macapá organizou, apoiado pelos soldados subalternos, uma represália contra a decisão do capitão e delegado de polícia, Perez Nunes, por ter decretado a retirada do Exército da responsabilidade do policiamento da Cidade. Macapá se viu diante de um conflito armado entre poderes que

não queriam se submeter um ao outro, nem mesmo ao intendente local, o Coronel Manuel Theodoro Mendes. Para colocar fim à referida disputa, foi preciso o intendente recorrer à capital do estado do Pará que, de imediato, mandou um navio da marinha do Brasil, de Belém, levando o Tenente Pompeu à prisão.

Voltamos aqui ao conjunto de ações derivadas de criações do ego. A satisfação de estar no direcionamento de alguma atividade política era um propósito que conferia às conexões um traço comum, condição que permitia a constituição de “quase-grupos” no interior das relações estabelecidas entre as autoridades da cidade de Macapá, dado que atores estratégicos, mesmo que participando de outras conexões sociais, mantinham certa unidade diante das tarefas que lhes eram designadas. Esta unidade, estimulada por laços de solidariedade, quase sempre estavam fundamentadas em interesses privados e iam mais além, chegavam a afinidades ideológicas, senso de oportunidade, levando-os a conexões baseadas em filiação a um grupo ou partido político. Estratégias que me remeteram à assertiva de noção de conjunto e “quase-grupo de C. Mayer nos seus estudos sobre “A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas”, quando apreende que

[...] a noção de conjunto se baseia nas interações ao redor do ego. Esta última é formada por pessoas que mentem contatos em várias situações e durante certo período de tempo. É por assim dizer, a soma das pessoas envolvidas em uma série de conjuntos-de-ação intencionais em contextos específicos (MAYER, 1987, p. 133).

Fato semelhante, no que diz respeito às intrigas entre grupos de poderes análogos, ocorreu na cidade de Amapá em 1926, municipalidade na época vizinha a Macapá. Aqui a maquinação ocorreu entre o prefeito Dr. Renato Ferreira Savaná, aliado ao juiz de direito Dr. Leproust Brício, ambos correligionários e pessoas de indicação do governador do Pará, Dionísio Bentes<sup>34</sup>.

34 Dionísio Ausier Bentes assumiu o governo do estado do Pará com mandato de 1º de fevereiro de 1925 a 28 de janeiro de 1929. Ao assumir o governo, automaticamente assumiu a chefia do Partido Republicano Federal, do qual Lauro Sodré sempre fora chefe *in nomine*. Fiel ao grupo político, Lauro Sodré foi um governo perseguidor aos seus opositoristas. Qualquer oposição vinda de Lemistas significava punições. Ver: ROCQUE, Carlos. Antônio Lemos e sua época: *História política no Pará*. Belém: CEJUP, 1996. Ver também, COIMBRA, Adriana Modesto. *A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX*. Revista Diálogo Social — XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH. Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

O confronto não foi de ordem político-partidária, mas sim de discriminação social contra a origem da população do Amapá que, de fato, era quase toda nordestina<sup>35</sup>. O poder de força dos coronéis nordestinos era temido, chegando ao extremo, tanto que não era a preferência dos governadores do Pará.

Os representantes abastados do lugar clamavam por seus anseios, mas sentiam o desprezo dos governantes do Pará em relação ao município, os quais não ouviam suas reivindicações. Por fim, a política de Dionísio Bentes priorizou a indicação de paraenses em detrimento aos amapaenses para administrar a intendência de Amapá. O intendente e o juiz da Cidade investiram numa política de menosprezar essa representação social nordestina, tomando medidas violentas contra a população pobre, posto que tal atitude não fosse possível contra os coronéis: desapropriação de posse de terras, prisões ilegais e abusos, visto que andavam com um chicote de couro ameaçando açoitar as pessoas indesejadas ou inimigas na rua. Esses fatores contribuirão, posteriormente, para a Revolução do Amapá.

De fato, a insensibilidade política do Império e da Velha República com a região de fronteira não foi a causa do descontentamento, apesar de não ter sido do interesse do governo do Pará a indicação de representantes do próprio município para assumir sua direção. Preferia que esse compromisso fosse assumido por um paraense, premissa que se consagrou ao deportar para o Amapá, como forma de perseguição, inimigos políticos. O acontecimento que levou ao desencadeamento da rebelião passou pelo desrespeito à população pobre e aos princípios morais alheios, razão que abalou a sociedade local, portanto, norteadora do conflito armado (BARBOSA, 1997, p. 68).

Para os homens nordestinos dessa temporalidade, qualquer desfeito com a honra de mulheres, principalmente as casadas, conhecidas como “a prenda do lar”, deveria ser lavado com sangue. O intendente Renato Savaná provocou a revolução quando andava

---

35 O município de Amapá possuía, na década de 1930, mais de 30 famílias consideradas abastadas pela condição de proprietárias de terras, procedentes dos vários estados no Nordeste. As famílias eram: Alves, Silva, Soares, Silveira, Távora, Limeira, Andrade, Damásio, Cambraia, Moraes, Pontes, Macedo, Colares, Oliveira Barreto, Moura, Farias, Lameira, Souza, Nascimento, Cajazeiras, Palmerim, Rodrigues, Vieira, Fernandes, Pinto, Mendonça, Teixeira, dentre outras. Ver: SOUZA, Cassilda Barreto. *A Rebelião Rural no Amapá*. Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 1999.

[...] com um rebenque, ameaçando espancar os moradores desta vila [cidade de Amapá]. Para completar esse quadro de inconveniência e violência, o intendente Renato, além de mandar prender e bater no ex-tabelião Anselmo Vieira dos Anjos — que era homem culto e respeitado, casado com uma linda mulher, o intendente resolveu roubá-la e a obrigou conviver maritalmente com ele (SOUZA, 1999, p. 17).

O coronel Arlindo escreveu ao coronel João Franklin Távora, explicando a intriga do intendente e do juiz da Cidade. O coronel Franklin Távora era pernambucano e um dos maiores fazendeiros do Amapá, mas no momento estava exercendo cargo ao lado do governador do Pará, Dionísio Ausier Bentes. Do palácio do governador, escreve o coronel Távora: “não há interesse do Governador em trazer esses senhores para Belém. Só quero ver se não existem homens no Amapá [...]” (BARBOSA, 1999, p. 66). O recado coincidiu com a prisão do tabelião Anselmo e o desrespeito a sua mulher pelo administrador e o juiz local, levando o coronel Arlindo, o Capitão João Farias Filho e pequenos criadores e “as gentes” do coronel a cumprirem o papel de homens e defenderem a moral que havia sido ferida. Contaram com o apoio de Franklin Távora e amigos importantes da Guarda Nacional de Macapá, quando em outubro de 1927 conseguiram terminar com as perseguições.

Amaury Guimarães Farias, o terceiro personagem desta pesquisa, nasceu no ano em que cessou a revolta estabelecida no Amapá. Veio ao mundo no dia 2 de fevereiro de 1927, precisamente na fazenda Santa Maria da Pratinha, na foz do rio Amapá, sendo filho do capitão João Farias e de dona Maria Guimarães Farias. No período de sua juventude, foi encaminhado para fazer o ensino médio em Belém do Pará, só retornando aos 17 anos, muito jovem ainda, não para terras de seu pai, mas sim, para concluir o terceiro ano do ensino médio em Macapá. Logo após o término de seus estudos, Amaury Guimarães passa da condição de estudante para a de trabalhador e começa sua labuta na cidade de Amapá, não demorando muito a ser reconhecido, tendo em vista sua dedicação nas atividades laborais que exercia; compromissos estes que o fizeram ser a escolha principal dos amigos em uma candidatura pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que veio, porventura, a ser a oposição aos Nunes no TFA, em 1958.



Retomando a migração, agora especificamente para a cidade de Mazagão, pode-se dizer que lá chegou o tipo força de trabalho sazonal, vinculado ao capital extrativista. Apesar da produção do látex em suas terras, a cidade pouco progrediu. O escoamento do produto só serviu para ampliar a riqueza de um dos maiores coronéis do Pará, José Júlio de Andrade (cearense). Este possuía muitos capatazes (homens nordestinos, fiéis e de palavra), os quais imprimiam ordem à produção e aos subordinados, enquanto o coronel José Júlio balançava-se na rede da varanda de uma de suas casas, ora em Belém, ora no Rio de Janeiro, ou na localidade de Anaranduba, na cidade de Almerim, local onde ficava a casa sede de suas terras no Pará. A floresta e seus produtos *in natura* deram-lhe a condição econômica que o permitiu consolidar a articulação da economia local com a global, através do porto de Belém do Pará, conciliando a oferta de produtos primários à lei da procura do mercado externo. Desta feita, legitimou o ambiente de mata como lugar da precariedade do trabalhador; portanto, a ordem era o trabalho em troca das recompensas monetárias. A rotina era: poucas palavras e muito trabalho (LINS, 1991).

A presença de proprietários/comerciantes nordestinos na região setentrional, terras do futuro TFA, não alterou o modelo de produção efetuado pela economia de mercado usada em toda a Amazônia, denominado de aviamento; apenas reforçou essa prática econômica que entrelaça de forma compulsória o trabalhador extrativista aos armazéns de mercadorias de seu patrão instalados na floresta. Os donos de seringais eram proprietários e comerciantes ao mesmo tempo, prática que permitiu lucro por meio de duas vias de negociação: a primeira, pelo baixo valor pago ao empregado extrativista; a segunda, pelo trabalhador que era obrigado a fazer suas compras no armazém comercial do seringalista. Poucas eram as possibilidades de o trabalhador extrativista associar uma brecha entre o plantio para a subsistência e a atividade extrativista.

Luis Rainho da Silva Carneiro, geólogo que fez inspeção em todo o TFA na década de 1950 com vista em estudos sobre a ocupação do solo amapaense, revelou que parte dos problemas da região era de ordem mais sociológica que agrônômica. Sem dúvida, o resultado de uma política de ocupação pautada na dominação de grandes propriedades de terras, que ultrapassavam limites administrativos, paralelo à ausência de mão de obra, só

podia encontrar reprovação no cultivo doméstico. Desta feita, fez a seguinte observação:

Quando se viaja pela região amapaense poucas e pequenas lavouras se notam, mesmo junto aos barracões dos colonos, isso devida principalmente a duas causas: a primeira, devida à baixa densidade demográfica dos municípios e a segunda motivada pela proibição dos grandes proprietários de terras aos colonos para que não fizessem qualquer cultivo nas terras, afim de que estes apanhassem a castanha e a borracha, produtos que mais interessavam aos proprietários e assim os colonos não viessem a se dedicar inteiramente às suas roças (CARNEIRO, 1955, p.37).

Essa medida de interesse lucrativo acabou por reproduzir relações sociais que levaram os seringueiros à submissão da economia extrativista e dependente do mercado internacional. O “capital simbólico” dos donos de seringais era efetivado não só pela posse de muitas terras, mas pelos homens de confiança, seus capatazes, nordestinos, sertanejos rigorosos e, sem sombra de dúvida, de caráter dominador pela lei da força. Sendo assim, os trabalhadores braçais que vieram da região Nordeste para as terras do Norte e alguns naturais do lugar realizavam de forma “obediente” o trabalho de extração do látex, enquanto outros perderam a vida por não se sujeitarem às condições estabelecidas (LINS, 1991).

A região da Amazônia era vista pelo poder do Distrito Federal como a salvação dos problemas do Nordeste, caos que eles nunca quiseram resolver, haja vista que o fenômeno é conhecido desde o período colonial. Mesmo assim, a seca só se torna um problema a ser pensado quando há uma questão em foco. Um exemplo disso foi a necessidade de investimento, diante da ocupação da região setentrional do Pará, a ser realizado pelo poder nacional republicano. O senador paraense Justo Chermont, no Congresso Nacional de 1919, questionava que as terras de fronteiras “viviam abandonadas e sem donos”, desde sua legalização como terras brasileiras. Ainda sugeriu que o governo federal destinasse recursos financeiros para a fundação de colônias agrícolas nessas terras e nelas alocasse brasileiros, preferencialmente nordestinos, que viviam o drama da seca. Como resultado das reclamações realizadas

pelo senador, verbas foram liberadas para a construção do Centro Agrícola no Oiapoque, com fins de receber camponeses nordestinos.

Desta feita, foi criado o Centro Agrícola Cleveland do Norte. Porém, tal instituição vivenciou experiências campesinas de curta duração, entre 1920/1922. Posteriormente, o governo federal resolveu transformá-lo em Colônia Penal para abrigar presos políticos, criminosos, vadios e inocentes dos centros urbanos do Sudeste, especificamente do Rio de Janeiro, que viviam as convulsões sociais da década de 1922 (ROMANI, 2003, p. 256). O presidente Arthur Bernardes decretou ordem política de esvaziar a Cidade dos personagens indesejáveis e que os enviassem para as matas da Amazônia.

No intento de cumprir o mais rápido as decisões superiores, as autoridades militares não fizeram seleção; enviaram centenas de pessoas, entre elas, sindicalistas, anarquistas, militares (os rebelados “tenentistas”), suspeitos de “conspiração”, criminosos comuns e até menores abandonados<sup>36</sup>. Entretanto, a estrutura da Colônia Agrícola não suportava atender mais pessoas, além da comunidade ali situada. Mesmo assim, foram deportados para o Centro Agrícola mais de 250 homens. Hélio Guarany Pennafort (1992, p. 41), jornalista/repórter nativo do Oiapoque, acrescenta: “a malária, a amebíase e uma coleção de febres brabas acabaram com a vida deles”.

Esse acontecimento contribuiu para, mais uma vez, a Amazônia ser lida como inferno verde, “Sibéria brasileira”, “jardim dos suplícios”, “deserto da peste e da morte”, “selvas pestilentas”, “lugar inóspito”, não mais através do sujeito romance; agora a ação era mediada pela relação sociotécnica desencadeada pelos jornalistas que se encontravam vinculados ao poder central. Esses personagens investiam em disfarçar uma ação brutal realizada pelo poder nacional de higienização da capital do País de mendigos, trabalhadores sem carteira assinada e de homens políticos contrários ao modelo de intervenção política local. Para mascarar o projeto de higienização do Distrito Federal, os articulistas oficiais investiram na emergência da região Norte a partir de múltiplas práticas discursivas que a instituiu como um

---

36 Sobre o envio de menores para Clevelândia, ver as obras já publicadas dos seguintes autores: ALCINO, Rogério. *Clevelândia do Norte*. Guanabara: Editora do Exército Editora, 1971. BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de mestrado em História. PUC/SP, 2008.

lugar de mazelas sociais para a história da região em oposição às demais regiões, especificamente as do sul do País.

Esse discurso jornalístico, na maioria dos casos, encontrava reforço dos interesses político-partidários, pois aproveitavam para consolidar seu lugar como miserável para solicitar apoio financeiro ao governo federal, a fim de modernizar sua região seguindo a lógica do nacional, quando esse capital era quase sempre insuficiente e jamais transformaria a hileia nortenha. Essa prescrição cartográfica social da região acenava para um lugar em descompasso com o nacional, bem como a inseria numa região geográfica com impossibilidade de investimento econômico e social, pela grande especificidade que essa sociedade apresentava — ser área de floresta, onde nenhum projeto seguia seu percurso natural. No imaginário que lhe foi constituído, este mundo era rural tradicional, quente e abafado, de mulheres sexualmente ativas pelo calor, marcado por ritmos lentos dos ribeirinhos e sem conforto. Lugar de índios, de matas, de cobras sucuris e jacarés, centro dos coronéis.

É da época da República Velha a tendência de intelectuais pensarem o Brasil e discutirem a viabilidade de haver uma civilização nos trópicos. Portanto, foi nessa época que se deu o início do movimento eugenista, muito aceito pelas elites urbanas. Intelectuais como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, eram profundamente pessimistas e preconceituosos quanto ao brasileiro. Em se tratando da Amazônia, essa região não teria condições mínimas de possibilidade da produção de cidadãos suficientemente racionais para merecerem espaço privilegiado para viverem, nem tampouco tomar decisão ou participar da condução dos rumos da Nação.

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos (RODRIGUES, 1957, p.28).

Voltando à cidade de Macapá, a mais antiga área urbana que ficava na região setentrional do estado do Pará, com pouco mais de 2.000 pessoas, estava sempre a receber indicação de “homens de bem” para compor seu corpo administrativo, razão pela qual serviu de local de residência para muitos coronéis, dentre eles, Finéas Jucá, Arlindo Eduardo Silva e José Serafim Gomes. Macapá afirmou-se como uma cidade de “processo civilizador”, marcada pela presença de uma pequena oligarquia burguesa agrária, máquina política que, em grande escala, nomeava funcionários, legalizava a posse de terras, decidia sobre a cidade e a floresta, sobre os investimentos em educação, saúde e cultura. Sua organização seguia a lógica da articulação política dos primórdios do período republicano que se processava de acordo com os seguintes atores: os coronéis, o governo estadual e o governo federal.

Seguindo esse modelo, o município passava a ser o cerne dessas relações de poder, uma vez que o coronel, chefe político local — muitas vezes legitimado pelo poder público pelo título que dispunha ou pelo grau de amizade ou reconhecimento pelos bens que possuía — interferia diretamente na administração municipal, no poder judiciário, e em parte sobre a população. Para Victor Nunes Leal (1978), o coronelismo existiu pelo entrelaçamento de compromisso estabelecido entre a esfera pública que se fortalece no regime republicano e a esfera privada decadente — principalmente os donos de terras — em decorrência das crises econômicas estabelecidas no país, sendo assim essa experiência foi fruto do modelo de federalismo implantado pelo modelo republicano. A permanência dos coronéis no espaço público representava, sintomaticamente, o reforço do oficialismo. A tentativa de legitimação desse pacto pelo poder estava fundada no voto, como assevera o autor do estudo *Coronelismo, enxada e voto*.

Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos ‘coronéis’, que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência. Essa decadência é imprescindível para a compreensão do ‘coronelismo’ porque, na medida em que se fragmenta e dilui a influência ‘natural’ dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local (LEAL, 1948, p.255).

Administrada por intendentess preocupados, antes de tudo, com seus negócios lucrativos, a Cidade foi organizada desde sua condição de Vila até 1940, sob o domínio de comandantes, capitães e coronéis (estes últimos intendentess eram homens da Guarda Nacional). Bastava saber ler algumas poucas linhas e ter como poder a posse de terra ou um pequeno comércio, para comprar ou receber o título de homem do corpo da Guarda Nacional. As ruas da Cidade ainda reservam lembranças desses coronéis e capitães, que foram homenageados pela Câmara Municipal com seus nomes consagrados a designações de ruas ou avenidas na cidade de Macapá, presentes ainda nos dias atuais: Coronel Coriolano Finéas Jucá; Coronel Jovino Albuquerque Dinoá; Coronel Manoel Theodoro Mendes; Coronel José Serafim Gomes Coelho.

## *1. 2 Entre culturas diversas: a presença dos coronéis.*

Administrada por proprietários rurais e homens da Guarda Nacional, a cidade de Macapá não passava de um pequeno aglomerado urbano. A Fortaleza de São José perdeu sua força enquanto signo urbano do lugar. Como monumento arquitetônico, acabou sendo desprezado desde a segunda metade do século XIX e só não sucumbiu porque árvores e matos cresceram sobre essa edificação, como as ervas daninhas, que terminaram por sufocá-la. A cobertura ecológica ajudou a proteger a fortificação, bem como permitiu a conservação de suas muralhas de mais de dez metros de altura do impacto das chuvas e do sol escaldante da Linha do Equador. Foi o efeito benéfico da natureza que ocultou a onipotência desse referencial urbano, como manifesta a imagem abaixo (figura, 5), a qual aponta para os indícios das mentalidades e das formas de consciência social das autoridades políticas regional e nacional. O poder de decisão da cidade de Macapá estava centrado no poder de mando desses homens agro criadores que, limitados à decisão política regional e nacional, quase sempre de olhos cerrados para o extremo norte, pouco ou nada acrescentaram à cidade de Macapá.

**Figura 5** — Fotografia datada de 1910. Cenário visível de desprezo e esquecimento de um dos signos urbanos da cidade de Macapá.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida pela autora em 2010.

A fotografia é um instrumento para guardar memórias, portanto, é suscetível a análises sociológicas, porém Roland Barthes (1971) chama atenção para os usos sociais das imagens, posto que cada cena possui seu significado, claro está, e o fazem abundantemente, mas nunca de uma maneira autônoma, já que “todo sistema semiológico possui uma mistura linguística” (BARTHES, 1971, p. 12). A imagem da Fortaleza de São José de Macapá cumpriu a função social de “eternizar” o desprezo pelo qual passou esse monumento de representação simbólica do nascimento da cidade de Macapá nos últimos 30 anos do Brasil Império. Mas, antes de tudo, retrata uma sociabilidade política local em conflito com os demais seguimentos políticos regional e nacional, que vinham produzindo o obscurecimento de uma sociedade que desejava autonomia administrativa.

O coronel Coriolano Finéas Jucá é um exemplo desse status político: nasceu em Baturité, Estado do Ceará, e veio para a região Norte atraído pelas notícias sobre a exploração da borracha em 1873. Fixou-se no município de Afuá, hoje município do Pará, quando denominou uma área de terra de Baturité, nome de sua cidade de origem. Nela montou uma usina de aguardente, açúcar e rapadura. Também trouxe “sua gente”, trabalhadores cearenses.

Posteriormente, implantou uma empresa de navegação a vapor, que recebeu também o mesmo nome. Como homem comerciante e da Guarda Nacional, administrou, na função de intendente, o município de Macapá por um período de seis anos (BARBOSA, 1997).

O espaço urbano de Macapá, no início das primeiras décadas do século XX, era povoado por afrodescendentes, uma comunidade de libertos, resultante de conquistas coletivas e de leis que lhes beneficiaram: Lei Sexagenária, do Ventre Livre, carta de manumissão e pela decisão jurídica de 1888 de liberdade ampla e irrestrita, assinada um ano antes da implantação do regime republicano. Esses grupos formavam o maior número de habitantes da cidade. Ocupavam as terras altas da cidade, com suas residências na parte de trás da Igreja Matriz, local denominado de formigueiro, e na Vila Santa Engrácia, pertencente ao Coronel José Serafim Gomes, na Praça São João, hoje Barão do Rio Branco, área entendida como nobre. Também ocuparam outro lugar, bem ao lado esquerdo da Fortaleza de São José, mas que não constituía espaço de interesse para o gestor da cidade, visto que a área do Elesbão era próxima ao rio e sofria a influência da maré. As habitações eram todas no estilo palafita, ocupadas por afrodescendentes e, posteriormente, por migrantes ribeirinhos de pouca condição social (LUNA, 2011).

Os afro-macapenses possuíam terrenos grandes nos quais plantavam fruteiras e criavam animais, como: galinhas, patos, porcos. Numa fotografia antiga do largo da matriz de Macapá, apesar de a praça estar sob o enfoque do fotógrafo, ficou registrada a presença de animais, como galinhas, e uma carroça de burro. Numa outra fotografia, porém agora da Fortaleza de Macapá, registra-se a presença de um cavalo pastando. Por fim, em outra imagem, nas Docas de Macapá (porto da cidade), perto das embarcações, vê-se um porco. Seu Leonel Nascimento, um dos interlocutores, narrou Macapá como uma cidade de aspecto interiorano, semelhante ao campo. Ao falar de um curral de gado, que ficava no quintal da casa de seu vizinho, relatou: “pela manhã, o gado era levado para pastejar, mais tarde, já no final do dia, era trazido de volta para o curral”.<sup>37</sup>

As moradias dos afros ficavam na zona concêntrica da cidade, perto das lojas comerciais, da escola, da Intendência, da cadeia pública e dos

---

37 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 8 de novembro de 2011.



casarões, inclusive do casario amarelo do Coronel Coriolano Finéas Jucá, em frente à Intendência de Macapá. Culturalmente, os afros eram muito respeitados pelas elites locais, que não questionavam seus rituais; porém, o pároco local não os admitia e percebia-os como dotados de uma religiosidade profana, preservada de seus antepassados com devoção ao Divino Espírito Santo, que, segundo ele, só profanava os credos católicos. O culto de coroação ao Divino Espírito Santo envolvia ladainhas, batuques, músicas improvisadas e danças; cultura denominada de “Marabaixo”.

No período de festas, a distinção parecia não existir no seio da sociedade macapaense, pois os grupos de mais posses ofereciam-se como padrinhos da festa — casa do festeiro —, compromisso que significava oferecer muita comida aos festejantes, doces, chocolates, licores a todos, como se pode ler no *Jornal Pinsônia*<sup>38</sup>. Essa prática cultural era a emoção da cidade. Terminava com grande leilão, muitas oferendas e diversões: corridas, argolinhas e o pau de sebo. Na casa do festeiro, tinha comida farta para mais de 300 pessoas: “galinhas, capãos, patos, perus, leitões, capados, vitelas. Tanta bicharia sacrificada em honra ao Divino”. No olhar do jornalista articulista Pancrácio Junior,

[...] era encantador ouvir e ver as ensaiadas coristas, tendo por prima dona a festejada senhorita T.L. garganta afinada e forte, com seus trinados melogrosos; e a *sympattica* V. com seus medeixes a pôr a gente de boca aberta! [...] centro maiçola, travessa qual pulga, com seus frenéticos eh! eh! eh [...] E cá o rapaz, que não é pêco aparava os sons, com seu baixo profundo afanhozado e mettase — fon, fon, fon! Ah! Marabaixo de minha alma [...].<sup>39</sup>

O articulista não obscureceu as escalas sociais constituídas na pequena cidade ao mencionar: “a helite macapaense gosou horas bem distraidias”<sup>40</sup>.

38 Em 15 de novembro de 1895, foi lançado o *Jornal Pinsônia*, iniciativa do intelectual macapaense Joaquim Francisco de Mendonça Junior e do comerciante José Antonio Siqueira (José Antônio de Cerqueira). Mendonça Junior já era conhecido dos paraenses pelos seus poemas, pelo pseudônimo de Múcio Javrot. Uniu-se a José Antônio Siqueira e eles conseguiram um feito inédito: lançar um jornal de periodicidade semanal, tipo tabloide, cuja tipografia, fabricada na Alemanha, se instalou primeiramente em Belém (*Jornal Pinsônia*, 1899, p.18).

39 Pancrácio Junior, articulista do *Jornal Pinsônia*, 1899, p.18.

40 Idem, p. 18.

Ainda nesse artigo, são reveladas diversas categorias sociais: “o padre, mesmo que chamado pelo festeiro — o juiz da cidade — não veio compartilhar da festa, perdeu sua participação na ladainha à instrumental e ver a igreja cheia, pois não tinha mais lugar para tantas pessoas”<sup>41</sup>. Ainda lamenta o articulista: “O criado do juiz da festa, que fez toda a comilança ficou escarnecido com a ingratidão do Conego Teixeira de perder tanta petisqueiria”<sup>42</sup>. Por fim, deixou claro que o padre não estava de acordo com o ritual do Marabaixo dos afro-amapaenses, razão pela qual não aceitou o convite para celebrar a missa na Igreja, nem mesmo a pedido do juiz da cidade.

A sociedade que se estabeleceu na cidade de Macapá foi constituída por fortes vínculos com o mundo de sociabilidades rurais em que a região Norte vivia mergulhada, desde tempos remotos. Vários segmentos sociais se faziam presentes: a elite política de poder de mando, o juiz, o padre, o próprio jornalista e o criado — que deu a entender que era alguém especializado na arte de cozinhar —, os afro-amapaenses, homens e mulheres, cantantes e dançantes. Estavam juntos em meio às relações de amizade entre pobres e ricos, promovidas pelos atores sociais afrodescendentes, pois eles tinham como elemento de poder seus valores culturais que davam vida e graça à cidade, visto que esse feito a animava. Tal manifestação cultural proporcionava semanas de relação de sociabilidade entre grupos sociais distintos. O ritual do Marabaixo, com suas danças, batuques e cantorias improvisadas, proporcionava essa aproximação (SANTANA, 2010).

Quanto à comunidade afro-amapaense, observei que esse ente social não vivia no isolamento de um mundo rústico. Conceito criticado por Antonio Candido (2003) em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios*, visto que o referido autor defende a existência de uma inter-relação entre a composição social rústica e a organização urbana. Apesar da comunidade afro-amapaense, apresentar, no contexto histórico das primeiras décadas do século vinte, uma organização social simples, sem grandes desníveis econômicos entre seus membros, portanto marcada por laços de solidariedade vicinal produzida por sua estrutura social equitativa e por uma comunhão de mesmas crenças e costumes, sua condição social era de intermediária entre o tradicional e o “moderno”,

41 Jornal *Pinsônia*, 1899, p. 19.

42 Idem, p. 19.

posto que essa unidade social estabelecera relação de convivência com outras escalas do urbano que administravam o lugar. A acomodação me parece foi à forma de ajuste entre essas diferentes estruturas, visto que nem o tradicional e nem o moderno perderam suas características básicas, do contrário, mantiveram interfluenciando-se, como pode ser observado em Maria Isaura Pereira: “às vezes se associa[ndo] por complementariedade, e outras vezes se op[ondo]” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1978, p. 309).

É bem verdade que esse poder de sociabilidade não dependia só da cultura do Marabaixo. A natividade constituiu na cidade de Macapá uma prática de interação entre os grupos sociais diversos. Não importava o status da parturiente, lá estava Francisca Luzia da Silva, parteira, mulher negra, de grande experiência na arte de aparar crianças no momento do nascimento. Por essa ação social que desenvolvia, tornou-se famosa e até os coronéis a respeitavam por seus serviços prestados às famílias em geral. O coronel Coriolano Finéas Jucá pôs-lhe o apelido de “Mãe Luzia”, por ter sido a parteira de seus filhos, e assim passou a ser conhecida. Essa relação situacional remete ao pensamento de Michel Agier (2011), quando enfatiza que são as pessoas que fazem a cidade, os grupos sociais que fazem a cidade, e não a cidade a sociedade.

Muito além de ser parteira, Mãe Luzia, contemporânea de Vó Guardianiana e sua sucessora, fazia remédios caseiros de ervas naturais para ministrar às pessoas que acreditavam na sua arte de fazer medicamentos, pois a ela davam preferência em relação aos médicos, pela relação de confiança estabelecida na experiência. Luzia era procurada para benzer criança, curar espinhela caída, cobreiro, carne rasgada, erisipela e problemas de cabeça. A credibilidade que possuía fez com que o médico obstetra, Cláudio Pastor Dacier, da Unidade Mista de Saúde da cidade de Macapá, recorresse aos seus conhecimentos sobre a arte de virar bebês pélvicos (sentados) para a posição correta de nascimento, facilitando um parto sem risco para ambos, mãe e filho. Durante sua gestão, em 1895, o intendente Coriolano Jucá contratou Mãe Luzia pela prefeitura, pela qual passou a receber por cada parto que fazia (BARBOSA, 1997).

Luzia morava no centro da cidade, em uma casa com estrutura de taipa, que tinha vários quartos e dois deles eram alugados a caixeiros viajantes.

Outra atividade desenvolvida por esta parteira foi lavar roupa para famílias abastadas da cidade, inclusive do governador Janary Nunes, do promotor público Hildemar Maia, do Juiz de direito José Ribamar Hall de Moura e de muitos outros ilustres cidadãos de Macapá, em época que se usava linho branco e passado à goma. A condição descrita no poema “Mãe Luzia”, de Álvaro da Cunha, nos deixa entrever que era irrisório o pagamento recebido pelos partos, visto que a parteira, para conseguir se manter, realizava as tarefas de alugar quartos e lavar roupas.

Velha, enrugada/ cabelos de algodão/Fim de existência atribulada,  
cuja apoteose é um rol de roupa suja/ e a aspereza das barras de  
sabão. / Na quietude humílima do seu rosto/ sulcado de veredas  
tortuosas/ há um calor profundo de desgosto/ e o silêncio das vidas  
dolorosas. / Oh! Brônzea estátua da maternidade! /... te encontrar  
curvada, seminua/ vejo o folclore antigo da cidade na paisagem an-  
cestral da minha rua (CUNHA, 1989, p.102-103).

A população de homens e mulheres brancos, menor que a dos afrodescendentes, ocupava os casarões. Morava neles a elite organizadora da estrutura administrativa que trabalhava nos órgãos públicos da cidade: intendente, juiz, delegado, oficial da comarca, curador de órfãos, coletores municipais e federais, padres, coronéis, comerciantes, professores. De tal elite urbana, faziam parte também alguns comerciantes, que eram de origem estrangeira — orientais —, a exemplo da família Leão Zaguri, de origem marroquina, que chegou a Macapá em 1879. Este trabalhou como negociante ambulante e depois se tornou comerciante fixo de secos e molhados, na mesma época em que João Azevedo Coutinho, senhor de origem portuguesa, exercia o ofício de farmacêutico na cidade há mais de vinte anos e era possuidor também de comércio em Macapá, no qual vendia algumas drogas farmacêuticas (LOMBAERDE, 1948).

Posteriormente, Azevedo Coutinho fora substituído pelo filho de Leão Zaguri, José Zaguri, primeiro farmacêutico nativo diplomado na cidade. Nesse momento, seu pai estabelece a primeira farmácia na cidade de Macapá. A farmácia servia aos mais abastados, enquanto o cidadão comum se servia do posto médico municipal, que não era tão procurado, devido ao costume da população de recorrer a plantas medicinais, garrafadas e benzedeiças. Os

serviços médicos ainda não eram práticas confiáveis aos credos dos moradores do lugar. O posto médico e a farmácia municipal só tiveram maior eficiência quando chegou para a cidade de Macapá, em 1913, o Padre Júlio Maria Lombaerde, religioso de origem Belga, mas naturalizado francês. Sua decisão pelo sacerdócio, particularmente como padre missionário, o trouxe para a região setentrional, especificamente para Macapá.

A presença de estrangeiros em Macapá sempre foi frequente. Israelitas e libaneses marcaram sua presença em Macapá, no início do século XX. Abrahaam Benassuly e Joaquim Pasaculo, Leão Zagury, Salomão Peres, Fortunato Zagury, eram os senhores que faziam parte da comunidade judaica radicada na cidade. Nos comércios dos judeus, os produtos oferecidos por eles já geravam desejo de aquisição aos despossuídos socialmente, principalmente as crianças. Certo dia, um menino afro apanhou uma pedra e atirou contra o balcão do comércio de Abrahaam, quebrando os vidros das prateleiras. O comerciante castigou o menino, deu-lhe umas chineladas. O pai, muito zangado, acusou o delegado, dizendo que em Macapá “preto não tinha vez” e a justiça protegia os brancos. Antes de retirar-se da frente da delegacia, denunciou que “os brasileiros estavam sendo roubados e humilhados pelos amaldiçoados que mataram Jesus Cristo”.<sup>43</sup>

Inconformado, Antonio Guardiano, pai do garoto, reuniu 50 pessoas entre parentes e amigos e foi fazer justiça com as próprias mãos, caminhou até o comércio de Abrahaam com a perspectiva de linchá-lo. Avisado sobre o intuito de Antônio Guardiano, o comerciante pede proteção à polícia. Diversos moradores da cidade simpáticos aos israelitas também se acercaram do local. O Intendente Municipal, Coronel José Serafim Gomes Coelho e o Prefeito de Segurança, Capitão Martiniano Gil Vaz, que estiveram no local pedindo calma, também foram duramente ofendidos e ameaçados. Os afro-macapaenses gritavam: “fecha esta baiúca, mata este judeu [...]”. Com reforço de mais policiais, houve o controle<sup>44</sup>.

Vó Guardiana, parteira reconhecida de Macapá na primeira década dos novecentos — inclusive foi ela quem iniciou Mãe Luzia na sucessão da

---

43 “*Fora judeus*”: *História de um conflito étnico em Macapá em 1911*. Disponível em: <<http://www.amazoniajudaica.org/167563/Fora-Judeus>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

44 Idem, 2011.

arte de partejar —, era a avó do menino travesso. Vó Guardiana ficou muito magoada com a atitude de seus filhos, visto que ela cultivava, nessa estrutura diferenciada de estilos de vida, um bom relacionamento e amizade com os agredidos, pois estava sempre atenta aos chamados dos comerciantes e das autoridades. Observa-se aqui o quanto a cidade era pequena, aproximando os moradores uns dos outros, estabelecendo relações societárias entre quase todos. No entanto, nos momentos de tensões, deixa-se entrever como se encontrava estabelecida a estrutura de posições da sociedade macapaense. Se por um lado percebe-se no conflito o aflorar da “distinção” — como postula Pierre Bourdieu (2007) — entre negros e brancos encoberta pelo respeito, pela relação de boa vizinhança; por outro, nota-se uma relação de tensão entre os “estabelecidos” e os “outsiders”<sup>45</sup>.

### 1.3 *Pe. Júlio Lombaerde: precursor da urbanização de Macapá.*

O estrangeiro Pe. Júlio veio para a Amazônia acreditando que morreria em poucos anos, pois as informações que tivera da região não eram boas: havia uma terra selvagem, inóspita, de clima mortífero, por ser favorável à presença de mosquito da malária, mosca brava, gerando febres de todo tipo de matizes. Para Pe. Júlio (MIRANDA, 1957, p. 188), “a missão era importante, pois era preciso o sacrifício de tudo para ser um santo”. Apesar de não ter encontrado em Macapá a vida selvagem e inóspita que esperava, deparou-se com práticas de religiosidade popular — do tipo “festa de santo”, cura através das benzedeadas, puxadeiras (responsáveis pelo alinhamento de ossos e músculos deslocados) — entre os moradores da pequena cidade. Diante das práticas de cura popular, o padre descreveu Macapá como paragens afastadas de todo centro de civilização e de cristianismo (MIRANDA, 1957, p. 202).

Ao presenciar uma cidade de expressão cultural religiosa híbrida, marcada pelos valores cristão e afro vivenciados na festa do Marabaixo na cidade

---

45 Em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Norbert Elias discorre acerca das normas de socialização e relações de poder estabelecidas numa pequena comunidade da Inglaterra. O fator tempo de moradia foi o elemento gerador da estigmatização dos moradores mais novos da comunidade (ELIAS, 2000, p 102). A cidade de Macapá foi o lugar, o agente desencadeador do estigma — por ser judeu, um povo considerado responsável pela morte de Jesus Cristo.

de Macapá, bem como por rituais indígenas — arte da cura através da medicina fitoterápica (ervas, sementes e cascas) e das benzedadeiras e pajelança —, o padre desconsertou-se. Ficou indignado com os valores locais que havia visto, como “espiritismo e até o fetichismo e paganismo”, comportamentos anticristãos os quais, segundo ele, haviam lançado suas raízes na população macapaense, conduzindo-a à falta dos reais valores cristãos. Às autoridades religiosas de sua ordem missionária, escreveu: esse “indecoroso atrativo de muitas festas, mais dignas dos selvagens africanos que de um povo civilizado, demonstra a decadência religiosa da população macapaense” (*Idem*, 1957, p. 212).

Padre Júlio foi o precursor da urbanização da cidade de Macapá, tornou-se mais um coronel em Macapá, pelo capital cultural e poder *latu sensu* que exercera sobre a população, no sentido de assegurar um modo de vida urbano pautado na higienização como controle, tanto da saúde da população urbana como da vida espiritual. Na concepção do religioso, os moradores da Cidade deveriam ser preparados para seguir os princípios religiosos, especificamente apostólicos romanos, e tomá-los como único caminho e verdadeiro meio de cultivar a fé em Deus. Tal ortodoxia reproduziu uma racionalidade cristã de controle sobre famílias de Macapá, como modo de abater o que ele enxergava como ignorância e corrupção de costumes, de modo que professa:

Apenas umas almas, mais instruídas e mais profundamente convencidas da Verdade, puderam sobrenadar nesse dilúvio de paganismo. Não se preservaram completamente, mas ao menos não deixaram devorar-se suas crenças pelas ondas impuras, embora exteriormente douradas, das doutrinas heterodoxas (*Idem*, 1957, p. 212).

Entendia ele que as festas de santos, o batuque, o Marabaixo e sua dança coreográfica entre os casais bailantes, eram degradações morais que atingiam a vida urbana da cidade de Macapá, as quais vinham se alastrando sobremodo entre as mulheres. Sentenciava que a tomada de gengibirra (licor de gengibre) durante o batuque, com suas músicas e danças, tinha seus resultados nove meses após a festa, fazendo se perderem as meninas em tenra idade. Enquanto isso, lamentava que a igreja estivesse quase sempre abandonada, registrando cinco comunhões. O esvaziamento do templo católico era a decepção de Padre Júlio, pois a igreja dependia de fiéis e eles só chegavam

ao templo no ato final do ritual, quando a Coroa do Divino Espírito Santo era levada ao altar para ser abençoada (*Ibidem*, 1957, p. 212).

Padre Júlio sentia-se indignado com a cultura de recriação afro-ama-paense, caracterizada no Marabaixo — construção híbrida de cultos afros e católicos, conceituada como festa de santo por estudiosos nativos —, visto que esse evento traz no seu bojo a apropriação da religião católica focada na devoção ao Divino Espírito Santo. O que mais desagradava o religioso era observar no ritual do Marabaixo (figura 6) que seus praticantes criaram uma insígnia sagrada, a coroa do Divino Espírito Santo, de modo que a veneravam mais que a própria construção religiosa do Espírito Santo. Este símbolo era levado até a igreja São José ao som de tambores, cantos e danças, para naquele lugar encerrar-se o ritual, deixando a coroa nesse templo católico (LOBATO, 2008).

**Figura 6** - Regressando ao bairro do Laguinho com a bandeira do Divino Espírito Santo.



Foto datada de 1950. Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/  
Jornalista amapaense. Adquirida pela autora em 2010.

O religioso, ignorando a fé dos festeiros, lança-se ao desrespeito quando o representante do Marabaixo (Julião Ramos) vai recolher a coroa da igreja; irado, pega-a e a açoita no chão, quebrando-a e entregando-a aos pedaços ao líder do Marabaixo, criando, devido a tal ação, atrito com os



representantes da manifestação cultural. Padre Júlio, revoltado com os praticantes desse ritual, dizia “só faltam adorar animais”, e:

Não adoravam ainda os animais, mais coisas pouco diferentes. Imagens, estátuas, não eram mais, para muitos, representações de santos, mas sim os santos mesmos, que adoravam como — por aberração estranha — adoram as COROAS, vendo nelas, não um símbolo, mas o Espírito Santo, a Santíssima Trindade até. Era o, verdadeiro FETICHISMO africano, duplicado pelos pagãos, em que se ocultavam, debaixo da auréola de VÊNUS ou BACO, as orgias mais cruas e ignominiosas (MIRANDA, 1957, pp. 213-214).

A concepção fundamentalista apostólica romana de Padre Júlio — assim como suas atitudes de confronto ante as práticas realizadas pela comunidade afro-macapaense — estava chegando aos limites de um embate social de religiosidades, visto que os festeiros queriam acertar contas com ele, estando, inclusive, decididos a invadir a igreja para conversar com o padre. A intervenção do coronel Teodoro Manuel Mendes, pedindo ao povo para se afastar da igreja, acalmou os ânimos dos marabaixistas em relação a seus intentos. Essa não era a primeira vez que o administrador local mediava os conflitos entre Padre Júlio e os festeiros. Outros atritos sérios foram sanados pela interferência dos prefeitos Leopoldo Machado, Alexandre Vaz Tavares, Ernestinho Borges e Jorge Hurley, entre os anos de 1914 e 1926 (BARBOSA, 1998).

Para assegurar a racionalidade cristã que desejava, Padre Júlio começou a cativar crianças, indo visitá-las em casa e na escola, falando sobre a bondade divina, levando roupas para as mais pobres como doação. As estratégias para conquistar os adultos foram produzidas a partir da falta de assistência médica à população, por parte dos administradores, pois pouco interesse havia da parte dos gestores públicos no compromisso de investir em um projeto de educação mais amplo, de esclarecimento sobre a importância do cuidado com a saúde, propiciando aos moradores urbanos e rurais informações básicas para a busca de socorro médico para seus males, visto que a maioria da população trabalhava em áreas de matas e várzeas (coleta do látex e sementes oleaginosas), em contato direto com a terra e a água, sem a proteção

necessária nesse *habitat* natural dos homens e dos animais (escorpiões, cobras, mosquitos, entre eles o da malária) ou contra a bactéria da hanseníase.

A presença de médico, de advogado e de professores na cidade de Macapá, nas primeiras décadas do século XX não significava a acessibilidade desses profissionais a toda a população local. Os moradores ribeirinhos, das matas, padeciam em relação ao atendimento médico ou qualquer que fosse a assistência pública. Os trabalhadores que se encontravam sob a tutela de algum fazendeiro, às vezes, eram levados ao médico quando a doença era mais complicada. No transcorrer dessas três décadas, professores como o tenente coronel Joaquim Francisco de Mendonça Junior, Henrique Jorge Hurley, Benedito João Santos Torrinha e Cora Rola de Carvalho não faltavam para os filhos do corpo administrativo da cidade, dos fazendeiros, dos comerciantes e alguns afilhados da elite da cidade e do campo. Porém, para quase toda a população afrodescendente ou mestiça, a educação era dispensável; descaso que ocorreu de modo semelhante com toda a população brasileira que residia no interior ou afastada do centro urbano, considerando-se que, em 1900, 75% da população brasileira eram analfabetos.<sup>46</sup>

Para conquistar fiéis para a igreja, Padre Júlio começou investindo no compromisso de visitar e assistir pessoas doentes, levando-lhes a fé e remédios, antes conseguidos com seus próprios recursos. A estreita amizade que o religioso tinha com as lideranças políticas de Macapá contribuiu para que o médico e intendente da cidade, Alexandre Vaz Tavares, reconhecesse a atividade filantrópica de assistência aos menos favorecidos, realizada por Padre Júlio, como uma ação importante. Percebendo o empenho desse pároco, Alexandre Vaz recorreu à boa vontade do governador do estado do Pará, o qual solicitou um decreto que outorgasse ao Padre Júlio Maria a farmácia municipal. O pedido foi concedido e a farmácia foi-lhe confiada, possibilitando ao padre a distribuição de remédios aos doentes que clamavam por socorro, favorecendo ao missionário a conquista de mais cristãos para a igreja. Essa assistência social realizada pelo religioso era prenúncio da ação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que viria a acontecer em 1944 (MIRANDA, 1957).

---

46 Anuário Estatístico do Brasil. Fonte: IBGE, 1995 (Versão em CD).

Preocupado com a saúde da população urbana, especificamente a menos assistida, o sacerdote empenhou-se na missão de fomentar, não só a saúde, como também outros serviços negados aos macapaenses, dentre eles, a educação como princípios sociais básicos, não só para as pessoas desassistidas, mas também para a sociedade efetivada na cidade, mas ainda distante dos direitos de urbanidade. Com o objetivo de eliminar os valores morais e culturais amalgamados no encontro de etnias indígena, negra e branca, investiu com esforço em intervenções voltadas para o domínio do saber, da higiene e da saúde. Diante da ausência de saneamento básico no centro urbano, Padre Júlio implantou uma ação política de higiene na cidade, comprando ratoeiras e distribuindo-as entre os alunos, pagando uma quantia por cada rato morto: por cada animal abatido, o garoto teria direito a um pão; jogo estratégico para livrar os moradores do modo de viver que ele julgava como bárbaro, sem higiene (BARBOSA, 1997).

Com a intenção de criar um ar mais urbano, segundo sua percepção de homem urbano europeu, com pessoas mais civilizadas, seguidoras dos princípios fundamentados pelo temor às exigências cristãs católicas (família entrelaçada pelo matrimônio, manutenção dos valores morais, vestir-se de maneira “decente”, respeito aos pais e pessoas alheias, iniciação sexual só após o casamento, entre outros), o missionário resolveu investir na educação. Não demorou a encontrar a parceria de comerciantes e do gestor público da cidade na efetivação de suas estratégias. Recebeu do poder público o cargo de diretor da Escola Municipal, denominada de Escolas Reunidas, enquanto no plano privado contou com a ajuda do Capitão Leão Zaguri, comerciante, de origem judia, que colaborou com a fundação da escola infantil, do internato feminino e na implantação de um pequeno teatro (BARBOSA, 1998).

Muito articulado com a capital, estava sempre viajando. Após o retorno de uma de suas viagens a Belém, Padre Júlio Lombaerde percebeu que as bases religiosas que havia estabelecido andavam afetadas. Alguns de seus fiéis vinham afastando-se da Igreja e a razão da mudança encontrava-se na presença de um pastor que viera da capital paraense. Depois que tomou conhecimento da presença do pastor, mandou dizer ao intruso que se retirasse, por favor, pois não era lugar para sua evangelização a terra daquele bom povo. O pastor se retirou, mas disse aos moradores do local que iria à cidade de Mazagão — melhor teria sido se tivesse silenciado e seguido seu caminho.

Os fiéis à pregação de padre Júlio logo foram comunicá-lo sobre as intenções do pastor, levando o padre a enviar um bilhete a Padre Hermano em Mazagão, com os seguintes dizeres: “Faça-lhe recepção condigna...” (MIRANDA, 1957).

Padre Hermano não esperou o pastor em casa, foi ao trapiche da cidade, com três caboclos fortes e esperou o religioso. Ao encontrá-lo, expulsaram-no do lugar. Padre Hermano mandou-o embora rápido, antes que seus fiéis o jogassem no rio. Dito isto, fez sinal aos companheiros:

[...] que num chispar, agarraram-se com o pobrezinho e o levaram para o barco e ainda lhe puzeram nágua quanto livro trazia. Indo a canoa a alguma distância, gritaram-lhes: suma-se de uma vez, pastoresco duma figa!... Doutra vez que aqui vier, terá que voltar a nado, porque lhe tomaremos o barco [...] (MIRANDA, 1957, pp. 226-227).

Na sua obsessão em civilizar moral e religiosamente os moradores da cidade de Macapá, o padre enfrentou inúmeros embates com seus superiores e, por fim, consegue pôr em funcionamento a Fundação da Congregação das Irmãs e Filhos do Coração Imaculado de Maria, que passa a funcionar no prédio da Escola Municipal de Macapá. O intuito da formação de freiras era produzir pessoal qualificado com a missão de cuidar da educação, da saúde e da evangelização, circunstâncias estas em que teve que lidar com uma instituição feminina, tornando-se “pai” de uma numerosa família. Lombaerde, para atender aos meninos, funda o Colégio Santa Maria, que também serviu de orfanato; posteriormente, o transforma em semi-internato (MIRANDA, 1957).

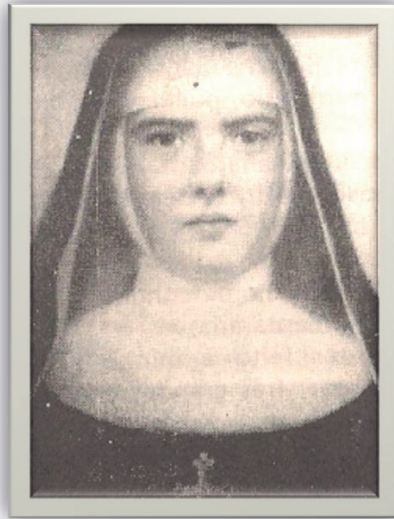
Uma das noviças, Raimunda Siqueira Coutinho<sup>47</sup>, batizada pela irmandade como Irmã Maria Celeste aos 15 anos de idade, era uma jovem

---

47 Raimunda Siqueira Coutinho nasceu na cidade de Macapá, quando esta ainda era município do estado do Pará, aos 28 de abril de 1905. Desencarnou aos 16 anos em consequência de hepatite. Seu pai, João de Azevedo Coutinho, era de origem portuguesa e tinha comércio em Macapá. Apresentando problema de saúde (tuberculose) foi encaminhado para residir em clima quente e seco. Saindo de Belém, foi morar no Ceará (Quixeramobim), retornou a Macapá em 1916. Sua mãe era Ana Siqueira Coutinho. O casal era considerado família abastada de Macapá. Ver informações em LOMBAERDE, Pe. Júlio Maria De. *Um anjo da eucaristia — Irmã Maria Celeste*. Ed. O Lutador, Manhumirim — Minas, 1948.

(figura 7) natural de Macapá e chamava Padre Júlio de “vovozinho”. Tornou-se conhecida como a santinha de Macapá, conceito traçado pelo Padre Júlio, nos escritos narrados e deixados pelo religioso sobre a memória e trajetória dessa jovem que, pelo entendido pela autora, não tinha menor intenção de ser freira. Para o religioso, irmã Celeste era “um anjo da eucaristia”, representação ideológica produzida por ele, pelo fato de, após a morte da freira, ele ter pedido a interseção dela para a cura de uma ferida crônica que possuía na perna e, por fim, ter alcançado a graça. Como destaca Etienne Semain (1998, p. 239), as representações ideológicas modelam e nutrem constantemente as condutas, comportamentos, ideias e ideais dos grupos sociais de qualquer sociedade. O autor compara-as com os espelhos que refletem modelos ligando passado e presente cotidiano, recompondo constantemente essa relação com informações que vão e vem sem parar. Ênfase a versão de Semain, acrescentando que esse retorno ao passado é mais forte ainda quando se trata de princípios religiosos.

**Figura 7** - Fotografia de Irmã Maria Celeste (28.4.1905-7.4.22).



Fonte: LOMBAERDE, 1948.

Esse vínculo de proximidade do religioso com a congregação lhe causou dissabores, principalmente quando o Instituto das irmãs estava em pleno

desenvolvimento, com várias residências, crescido em número de freiras, seguramente estabilizado, tendo surgido como por encanto, em um meio que oferecia todos os óbices e nenhuma facilidade para tal obra. O desenvolvimento da congregação esteve sujeito às críticas de sacerdotes, que diziam que o religioso só mantivera as freiras vestidas de branco para satisfazer sua ambição de passar por fundador de uma ordem, e, também, por mestre espiritual de religiosas (MIRANDA, 1957).

Desse modo, as censuras e acusações morais chegaram aos ouvidos dos moradores da cidade que começavam a reagir, segundo Antônio Miranda:

Pais sem compreensão, levados não se sabem por que espírito, diziam que o padre De Lombaerde era um enganador que havia traído a população, prometendo-lhes irmãs e trazendo-lhes simples professoras, quiçá mais atrasadas que as do município. [...] Nosso pobre padre percebia toda esta ação diabólica e as suas funestas consequências: retirada de certas alunas do Colégio, fuga de excelentes vocações anteriormente atraídas ao instituto (MIRANDA, 1957, p. 246).

O religioso afastou-se da Instituição que havia criado e a transferiu para Belém do Pará, no intento de que ela não corresse o risco de ser fechada, mantendo viva aquela experiência que havia sido iniciada em Macapá. Nessa atividade, ele investiu sua força espiritual, humana e financeira, pois acreditava que o bom filho de Deus deveria sacrificar corpo e alma para o bem das pessoas; esse seria o dever de um missionário. As bases financeiras para assegurar e manter em funcionamento as instituições que criou parecem entrecruzadas por doações estrangeiras, apoio político local e investimentos que fazia. Consta na memória de um dos alunos do padre Júlio Maria Lombaerde, Manuel Torrinha, que ele tinha uma propriedade de produção agrícola e de criatório no Curiaú, ao revelar que aos 17 anos foi para a localidade do Curiaú, conseguindo trabalho como agricultor e vaqueiro do Padre Júlio Lombaerde (BARBOSA, 1998).

Na intenção de eliminar tantas festas de santos, as quais ele havia comparado a uma “orgia a deuses pagãos”, o religioso trouxe, da França, um projetor de filmes Super 8 em que exibia filmes religiosos e educativos. Ele mesmo fazia a tradução das legendas para os ouvintes. Nasceu dessa máquina

quase humana, uma ação não só educativa, mas também cultural, o primeiro cinema do município — O Cine Olímpia. O que se pode observar na prática estabelecida pelo padre Júlio Maria Lombaerde é que o ordenamento do social na cidade de Macapá foi produto de conexões com outras pessoas de fora do lugar, (estrangeiros) e de relações de interações estabelecidas e mediadas através de objetos e agenciados por eles, portanto, o social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos para gerar efeitos tais como educação, cultura, inclusive poder. Na acepção de Latour, uma rede é caracterizada pela heterogeneidade de sua composição; ela é, antes de tudo, aquela que ajuda o outro a fazer, portanto, uma articulação entre humanos e não humanos (LATOURE, 1994b, p. 33).

Partindo da cultura como elemento de formação social, o missionário cria, concomitantemente ao cinema, o teatro religioso e a plateia de discursos para instruir os jovens a falarem em público, ensinando-os a arte da oratória; aspirava com essa educação, o preparo de jovens da cidade de Macapá para a vida religiosa, como padres. Padre Júlio, envolto pelo desejo de educar a população macapaense através de valores europeus e apostólicos romanos, investiu em criar instituições e equipamentos — atividades que lhes exigiram entrelaçamentos afetivos com estabelecimentos religiosos do Pará, Itália e França, sem dúvida com o apoio financeiro local —, mas também enfrentou conflitos com sua própria congregação.

Essa mediação entre homem, máquinas, coisas, estabelecida por padre Júlio Maria Lombaerde, não pode ser olvidada como serviços prestados à cidade de Macapá por esse missionário. Nas escolas, organizadas por ele, saíram filhos de coronéis e afilhados destes para estudar em Belém do Pará, em Recife ou Rio de Janeiro e retornaram para exercer cargos administrativos ou políticos, posteriormente. Mas também se criaram oportunidades de estudo para as crianças autóctones, afrodescendentes, índias e mestiças, mesmo que tal possibilidade tenha decorrido da intenção de estabelecer comportamentos morais e religiosos, bem como vocacionais, valores que o missionário acreditava não possuírem as famílias na cidade de Macapá. As práticas sociais estabelecidas pelo religioso o colocam como ponto de uma rede importante no ordenamento da cidade de Macapá, investindo nas diferenças a seu favor.

por isso é tão importante sustentar que o poder, como a sociedade, constitui o resultado final de um processo e não um reservatório, um estoque ou um capital capaz de fornecer automaticamente uma explicação. Dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos. Não há como negar que as assimetrias existem [...] (LATOURE, 2012, p. 98).

A ideia de Padre Júlio em promover a religiosidade católica na cidade de Macapá passava seu desejo de melhoria espiritual dos moradores da cidade. Esse projeto avançou para além desse princípio cristão e consubstanciou-se em outro intento, o de promover uma melhor condição de vida social para a urbanidade ali estabelecida. Por essas razões, a educação, a saúde e a higiene caminharam *pari passu* aos ensinamentos religiosos, em um espaço urbano que vivia do tempo ecológico, considerando-se que a população assegurava sua sobrevivência pela via da atividade agrícola em terrenos dispostos nos arrabaldes da cidade. A intervenção na cidade trouxe transformações que, se não alteraram substantivamente o universo no qual os moradores estavam inseridos, aportou ações que demonstraram a emergência de novos tempos que estavam a caminho. Sendo assim, a higienização do corpo e da alma realizada por esse missionário forjou um público seguidor, deixando um terreno fértil para o desenvolvimento e a aceitação do “mito” Janary.

A partir do esforço desse missionário, uma parcela da população local passou a consumir outros valores culturais, inclusive, absorvia um estilo de vida mais europeu, posto que Padre Júlio recebera uma formação de origem belga-francesa. As práticas produzidas na cidade de Macapá por esse religioso traduziam uma experiência de mediação em curso, visto que o missionário buscava gestar no lugar um modo de vida que mais se assemelhasse à cultura urbana moderna, fundamentada na *belle époque* francesa. Tal ação de intervenção religiosa fomentou nesse município, de espaço urbano insuficientemente constituído, possibilidades de cidadania ainda não experimentadas pela maior parte de seus moradores, experiência que terá continuidade posteriormente, a partir de uma ação mais radical, motivada pela urgência dos poderes nacionais de investir na transformação mais efetiva sobre a cidade de Macapá, porém não conseguiu romper a rede de relação dos tambores (Marabaixo) com a Igreja.



Na verdade, a intenção de empreender um processo de higienização social em Macapá encontra antecedentes históricos. Dada a localização desse espaço em região de fronteiras, sua formação social se deu pela presença de diversos estrangeiros, com suas visões e ideais díspares concernentes à vida na cidade. Dentre esses, como já vimos o padre Júlio Lombaerde, que prestou inúmeros serviços sociais à população, mas não sem querer impor uma moral disciplinar que, dentre outras investidas, agiu de modo etnocêntrico com o objetivo malgrado de persuadir os afro-amapaenses praticantes da dança ritual do Marabaixo (figura 8) a deixarem de lado suas tradições. Entende-se, portanto, que já havia um caminho aberto para a moralização fincada na ideia de progresso, quando Janary inicia a reestruturação urbana de Macapá para trazer ao lugar que então se tornara a capital do TFA a face de uma cidade moderna, conforme o padrão da época.

**Figura 8** - Ritual do Marabaixo realizado na frente da Igreja São José de Macapá.



Foto realizada em 2000. Cedida por Mariana Gonçalves Araújo, integrante do Marabaixo.

No projeto civilizador, pensado por Pe. Júlio Maria Lombaerde para Macapá, o culto apostólico romano dos brancos deveria ser a prática e base espiritual verdadeira a ser seguida pela sociedade. O encontro com uma cultura contrária à sua foi motivo para ele construir e explicar o ritual do

Marabaixo como cultos satânicos. Estigma que também contribuiu para inferiorizar os afro-amapaenses, porém cabe aqui lembrar que a depreciação foi jogo estabelecido diante de uma forma de espiritualidade cativante, que unia a fé e o lúdico (a festa), integrando um grande número de pessoas (figura 9). A fé profana colocava em risco a representação católica entre o encontro das espiritualidades contrárias. Sobre esses contatos mistos, afirma Erwin Goffman que os “normais e estigmatizados são perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (1975, p.148).

Mesmo diante das marcas desacreditáveis por outras pessoas, o ritual do Marabaixo continuou em ação. Padre Júlio saiu de Macapá em 1923, mas outros padres chegaram à cidade e deram continuidade ao projeto religioso de estigmatização dos rituais afro-amapaenses, posto que conservaram a mesma ideologia de inferioridade dos rituais do Marabaixo e do Batuque, como controle e perigo que o culto estabelecia à sociedade, pelas referências dessas culturas a cultos africanos. Com a presença dos padres do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), o Marabaixo foi considerado tão profano quanto qualquer outro ritual afro: candomblé, macumba (CANTO, 1998).

**Figura 9** - Ritual de coroação da Imperatriz da festado Divino Espírito Santo. Fotografia atual (2014).



Fonte: Acervo da autora- 2014

Tal postura religiosa parece não ter desconcertado os praticantes dos rituais do Marabaixo e do Batuque, posto que essas culturas permanecem fortes, perpassando o tempo, sendo ainda praticadas na atualidade; prática que deixa entrever a ação da comunidade canalizada para a “arte de fazer no cotidiano” — como teoriza Michel de Certeau (1996) —, mesmo diante dos atributos e das discriminações que teve que enfrentar. Mas as táticas de repetições de seus rituais (figura 10) os levaram a garantir a permanência de sua cultura, ação perseverante que contradizia a posição dos religiosos, porém edificante, à medida que seus praticantes produziam seus próprios tambores, suas vestes, içavam os mastros e faziam suas festas anualmente.

**Figura 10** - Adoração da Coroa do Divino Espírito Santo, transgressão vista pelo culto apostólico romano que perpassou perseguições, proibições e se manteve até os dias atuais (2012).



Fonte: Imagem doada à autora, pelo Guarda Territorial Lúcio xxx-2014.

Outros momentos estavam por vir. No lugar criado e vivido por afro-amapaenses, homens e mulheres que traçaram a vida urbana de Macapá a seu modo, voltados para um cotidiano marcado pelas necessidades da vida material, produziram uma cidade vinculada ao campo, voltada para práticas agrícolas tradicionais: plantios de roças nos terrenos de pacovas (planta semelhante a uma bananeira, vegetação de terrenos úmidos — hoje, bairro do Pacoval); caça nos terrenos de campo, lavagem de roupa nos rios — no “igarapé das mulheres”, carregamento de água potável do “poço do mató”, do “São José” ou do “Sambariri” e “8 de março”. Os gêneros que não produziam, como o sal, o açúcar, o querosene, as lamparinas e os tecidos, compravam ou faziam trocas com os regatões (barcos mercearias) que paravam na doca (espaço portuário) da cidade de Macapá.

Esse lugar passou muito tempo iluminado por lampião, especificamente nas casas das autoridades, enquanto as pessoas com recursos insuficientes usavam as lamparinas a querosene. A cidade de Macapá dormia cedo, logo após a ceia; o carapanã, o cantar dos grilos e sapos das várzeas e da lagoa eram a ordem de fechar as portas, pois a noite chegava. O silêncio tomava conta das moradias até que a manhã chegasse pela cantarolada dos pássaros nas mangueiras da Praça São Sebastião e com o sol que, apesar de começar a apontar seis horas da manhã, já nascia quente, lembrando que a cidade em foco é cortada pela Linha do Equador e, portanto, está mais próxima do sol.

Foi no início do século XX, com as eleições dos intendentess, que chegou a Macapá um gerador de luz. O motor de luz não veio destinado, especificamente, à cidade de Macapá, mas sim, ao uso de uma comissão que se dirigia ao Oiapoque. No retorno das atividades, na gestão do intendente Otavio Accioly Ramos, a elite de Macapá pode desfrutar, pela primeira vez, de energia elétrica em algumas casas e ruas. O acendedor das luminárias da cidade, seu Zé de Lina, lembrado em dias atuais como “homem negro do Marabaixo” e pelo ritual de diariamente iluminar Macapá. Todo dia, no final da tarde, saía Zé de Lina para ligar as luzes e, novamente, no início da manhã para desligá-las. Sua missão de sair de bicicleta pelas ruas, quase todas cheias de buracos, sem nenhum beneficiamento, para acender os postes de luz, lhe parecia normal. Ainda levava consigo uma grande vara, que o acompanhava nessa tarefa diária, visto que esse mecanismo era manual, pois os interruptores ficavam no alto dos postes.

Essa tecnologia artesanal não interessava mais aos novos moradores que chegavam à cidade (1943), enviados para administrá-la. Eles trouxeram outros valores e possibilidades socioculturais e humanas. Esses personagens vieram com o objetivo de maquiagem com brilho e nova roupagem a menina do mato, como comparou a professora e poetisa Aracy Miranda de Mont’Alverne, que, pelo visto, dá a entender que leu o romance *Inferno Verde* (1927), de Alberto Rangel. Nele, a Amazônia é vista como “terra moça, [...] que ainda está crescendo”. Talvez Aracy, inspirada na referida obra, tenha escrito a poesia *Macapá*, na qual deixa entrever uma cidade atrasada, como assim declama: “Macapá já foi outrora/ Uma menina do mato.../ Tão pequena, tão franzina,/ Doentia, retraída,/ E que vivia esquecida.../ Muito pálida e quieta,/ Era quase analfabeta...” (MONT’ALVERNE, 1986).

O administrador e seu secretariado, quase todos eram filhos do estado do Pará, formados em escola militar, universidades do Rio de Janeiro (capital federal) e Recife. Eles apostavam na projeção de uma cidade espetacular, de cenário urbano, à semelhança do lugar em que viveram e foram educados. Vamos apreender no próximo capítulo quais foram as conexões que a família Nunes elaborou para promover as mudanças que transformariam a cidade “menina frágil” em menina “joia da Amazônia”.

.....

## 2. FAMÍLIA TRADIÇÃO E PODER EM MACAPÁ

### 2. 1 Quem são os Nunes.

Tomado genericamente, o sobrenome Gentil Nunes confere uma dupla identidade a seus portadores: a de ser paraenses com ascendência em Gênova<sup>48</sup>; e a de pertencer a uma família de tradição desde os primórdios da configuração colonial do Brasil. Esse grupo político de ancestral comum permaneceu no poder até 1970, administrando o território e sua capital, a cidade de Macapá, por meio das diversas instâncias políticas. Quando não estava na gestão do poder local, estava no âmbito federal e até mesmo internacional, e, em alguns momentos, tal controle era paralelo; um membro da família assumia posição local, enquanto o outro estava como deputado federal. A nomenclatura Gentil Nunes perdurou no Território por 26 anos, com participação de pessoas que não eram da família; porém eram consideradas aliadas fiéis ao grupo no poder.

A trajetória dessa família tem origem em uma cidade do interior do Pará. Era comum nas cidadezinhas da Amazônia bem como do Brasil, até a primeira metade do século XX, os sobrenomes revelarem a linhagem social a partir do chefe fundador, à semelhança dos seguimentos genealógicos estudados no clã Nuer por Ervans Prichard<sup>49</sup>. Porém, seguindo as proposições de Antônio Candido (2003), o nome, muito mais do que a filiação, tem o papel de assegurar a participação em um vasto sistema de parentesco, pois sobrenomes famosos tornam-se o símbolo de amplas parentelas. Desse ponto de vista, essas famílias se circunscrevem às camadas superiores da sociedade, ficando evidente que estão relacionadas com a estrutura de poder brasileira,

---

48 O sobrenome Gentil é de descendência italiana, especificamente da república de Gênova, onde residia a família Gentile. Um dos membros se deslocou para Portugal a serviço das guerras deste país. Essa família de militar se vinculou aos Nunes por aliança matrimonial. Residentes em Lisboa vieram posteriormente para o Brasil e assumiram o governo do Grão-Pará. Disponível em: <<http://www.heraldrysinstitute.com/cognomi/Gentil/Portugal/pt/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

49 Evans-Pritchard foi um estudioso da Inglaterra que pesquisou sobre as estruturas de parentelas e os segmentos genealógicos de clãs africanas, especificamente os Nuer, compreendendo a linhagem como um grupo de ágnatos vivos que descendem do fundador. Ver em: EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

pois as oligarquias eram grupos corporativos de parentesco, compostas por uma ou duas origens familiares.

Em uma pequena cidade do interior do estado do Pará, conhecida como Alenquer, com características semelhantes a todos os outros municípios da região Norte, nasceu uma criança que seria, posteriormente, o governador do TFA — o Coronel Janary Gentil Nunes. Do enlace matrimonial entre as famílias Monteiro Nunes e Viana Gentil, fortaleceu-se uma genealogia social marcada pelo capital econômico e cultural que ambas possuíam. União que assegurou e perpetuou a honraria da alcunha Gentil Nunes que herdaram, distinguindo-se socialmente pelas propriedades que possuíam e pelo sobrenome que carregavam. Em Alenquer, essa família morava em terra firme, pois era o lugar dos mais abastecidos economicamente, enquanto os rios, os igarapés e as terras alagadas acolhiam os que nada possuíam para viver em terra firme.

Seu Joaquim Ascendino Monteiro Nunes e dona Laurieta Gentil Nunes eram filhos de famílias que vieram destacando-se socialmente pelos bens em terra que possuíam e pela condição de chefatura municipal exercida desde a vida política colonial. Propriedades e gestão municipal constituíram o binômio que evoca o pensamento de Raymundo Faoro ao configurar os donos do poder como forças que impuseram ao País o patrimonialismo e o estamento burocrático, caracterizado pelo centralismo e pelo poder pessoal. Na compreensão do autor, o Estado no Brasil se caracterizou a partir de duas chaves mestras,

O patrimonialismo — com a sua criatura, o estamento burocrático — continha, no próprio seio, o germe do suicídio econômico. Desenvolvera uma concepção de vida avessa ao trabalho produtivo e à rotina, comprazendo, exclusivamente, no amor aos postos e empregos públicos (FAORO, 1958, p.41)

A escolha dos governantes e funcionários não atendia ao critério das capacidades, mas à afeição dos dirigentes. Era a forma de captar partidários ou recompensar dedicações com emprego público. A família Gentil Nunes foi parte dessa cultura de postos e empregos públicos. Condição que a levou a ser celebrada ainda nos dias atuais, como “vultos notáveis” de Alenquer.

Os pais do moço alenquerense e seus seis irmãos (Coaracy, Pauxy, Ubiracy, Amaury e duas mulheres: Yacy e Miracy) pertenciam à elite agrária e administrativa do referido município. Seu pai, Joaquim Ascendino Monteiro Nunes, foi da Guarda Nacional e intendente daquela cidade (1918-1921), enquanto sua mãe era filha do coronel Joaquim CAETANO Viana Gentil e irmã de Alcides, lembrado por ter sido membro da Academia de Letras do Pará, e de Favilla — poeta e compositor, inclusive de um dos hinos da cidade de Alenquer.

Tal capital econômico e cultural permitiu o encaminhamento dos filhos de seu Ascendino para as academias das maiores capitais do país, em Rio de Janeiro, Recife; em segundo plano eram enviados para Belém do Pará. Mais uma vez lembrando aqui de Raymundo Faoro (1958, p. 85), com o nascimento da burocracia, tem uma importância fundamental para o sistema de educação, pois será função da escola, de agora em diante, produzir os funcionários, letrados, militares, navegadores e outras formações. Nesta circunstância, as principais capitais brasileiras da primeira metade do século XX eram os caminhos de possibilidade social para todos os jovens de família abastada do interior do estado do Pará, dada a estrutura urbana e os serviços sociais prestados à sociedade, apesar desse atrativo não ser favorável a todos.

Benedicto Monteiro, paraense autor da tetralogia amazônica com as obras *Verde vago mundo* (1972), *O minossauro* (1975), *A terceira margem* (1983) e *Aquele um* (1985), deixa evidente em suas obras o contraste da sua condição social em relação a dos demais amigos de infância: enquanto ele era enviado pela família para as melhores escolas de Belém, capital do estado do Pará, ou para o Rio de Janeiro, capital federal, os colegas, desprovidos de alternativas melhores, sequer concluíam o ensino primário, em função da necessidade de terem que vender sua força de trabalho para complementar a renda familiar. Posteriormente, suas narrativas literárias reconhecidas em âmbito nacional e internacional deixam entrever essa contradição da vida social em Alenquer e em todas as cidades do interior do Pará. As diferenças sociais descritas pelo autor podem ser vistas no romance *Verde Vagomundo* (MONTEIRO, 1972).

Dessa memória das possibilidades desiguais da sociedade alenquerense, retratada por Benedicto Monteiro, no fluxo social possível apenas para os



que eram dotados de riquezas, encontram-se as condições de como se deu a formação do primeiro governador do Território Federal do Amapá. O moço alenquerense, Janary Gentil Nunes, como descreve Luiz Imaelino Valente<sup>50</sup>, foi enviado para o Rio de Janeiro e encaminhado a realizar seus estudos na Escola Militar de Realengo (EMR), da qual saiu Tenente Coronel. A educação militar e universitária foi o investimento que Ascendino Monteiro Nunes garantiu para seus filhos, o que era impossível para outros segmentos sociais, subentendendo-se que as escolas militares eram de caráter “racista e antissemita”, com vistas à construção de uma elite na instituição. A escola militar como espaço de formação socialmente classificatória fazia a escolha de seus alunos em decorrência de interesses burgueses. A universidade, nesse contexto, também pouco mudava em relação à acessibilidade, selecionando minuciosamente o seu público (RODRIGUES, 2008, p. 76).

## 2.2 *O poder das armas e missão política.*

Nas histórias traçadas sobre e pelos Gentil Nunes, encontram-se, enfaticamente, a associação entre o poder exercido no passado e a ocupação por sua família por parte de pai e mãe, de postos nas hierarquias das armas. Os coronéis Joaquim Ascendino Monteiro Nunes (pai da Janary) e Joaquim CAETANO Viana Gentil (sogro de Joaquim Ascendino) são apresentados como aqueles que inauguram esta trajetória, quer por haver ele próprio exercido funções de mando, quer por haver provido postos da estrutura de poder na vida da comarca de Alenquer. Nesse caso, a “genealogia política”, da conta da dimensão que assume a mobilização advinda das patentes militares na história construída pela própria família.

Relação política que encontra semelhança com o estudo elaborado sobre estrutura de poder no período colonial por Raimundo Faoro, no seu livro *Os donos do poder*, quando afirma que a instituição do centralismo português no Brasil, desde o meado do século XVIII, ao subordinar a administração das vilas ao comando metropolitano, fez da força militar uma instância de poder dos proprietários rurais, ao mesmo tempo que ampliou a mobilização como

50 VALENTE, Luiz Ismaelino. Editoralista do site Alenqueremos. Nasceu em 21 de março de 1948. Procurador de Justiça aposentado e advogado. <[http://www.Sal\\_Alenquerense.blogspot.com.br](http://www.Sal_Alenquerense.blogspot.com.br)> Acesso em: 16 de setembro de 2015.

espaço institucional de reconhecimento. Funções estas que se perpetuaram após a independência, como assim destaca Faoro:

A patente das milícias correspondia a um título de nobreza que irradiava poder e prestígio... A organização militar constitui uma “casta privilegiada” com poderes para se esquivar à justiça, a ela confiada a tarefa de compelir os recalcitrantes (FAORO, 1875, p. 192).

Esse jogo de cargos eletivos e titulações honoríficas deram concretude à idealização de poder exercido nas instâncias provincial e nacional. As patentes militares — associadas a um número maior de membros da família — atestam o exercício da dominação local como emanado do poder das armas. Como visto, a tradição de mando militar está fundamentada no Brasil desde sua existência de administração portuguesa, perpassando suas diversas formas de organização política. A Guarda Nacional, como força militar civil, sempre teve funções e objetivos, às vezes *latu sensu* (administrador, juiz, credor, padrinho...), na formação social brasileira, compromissos específicos a cada circunstância nacional estabelecida.

A chamada Revolução de 1930 representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político. Estas últimas foram sendo modificadas paulatinamente, de modo a se desenhar no país o modelo de produção capitalista: quando se intensificou no Brasil o desenvolvimento de relações capitalistas. A partir de então, ocorreu um crescente processo de industrialização e urbanização; o mercado interno desenvolveu-se expandindo o sistema econômico; ocorreram mudanças nos órgãos governamentais e na esfera política. O governo Vargas caracterizou-se como sendo um Estado Nacionalista que passou a intervir e a reformular as relações econômicas de mercado (SKDIMORE, 1982, p. 61).

Os eventos políticos pós-revolução de 1930 exigiram do Exército atualização quanto ao seu papel de preservação da ordem republicana. Desta feita, a Escola Militar de Realengo também reestruturou seu *curriculum* educativo a partir do novo cenário político que se estabelecia no país. Seu projeto pedagógico foi norteado pela missão de “salvar a Nação” e de “manter a integridade da Pátria”. O Exército, nesse contexto, apresentava-se como “ossatura da nacionalidade”, portanto deveria investir na inovação política

da educação que se iniciava, “[...] em que seriam formadas as futuras gerações de oficiais, da nova nação que se pretendia construir” no Pós-Trinta (CASTRO, 1979). Nesse ínterim, Janary Gentil Nunes era um dos seus alunos efetivos, portanto recebia a preparação militar norteadada por noções de desenvolvimento e nacionalismo que naquele momento orientava a política brasileira e a Escola Militar de Realengo.

Ao descrever a trajetória de Janary Nunes no Exército, sua família<sup>51</sup> e amigos enfocam que o jovem se empenhou na projeção de sua carreira dentro da Escola Militar de Realengo (EML), conquistando, como uma das primeiras atividades nessa instituição, a condição de redator e, sem tardar, ascendeu à direção da revista da Escola Militar. Ainda relatam em sua biografia que Nunes executou diversas missões pelo território brasileiro, além de projetos de atividades educativas militares, ações que lhe proporcionaram conhecimento da realidade de vários espaços regionais brasileiros: primeiro, como diretor técnico da Federação dos Escoteiros (atividade educativa) no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; depois, como instrutor no curso de chefes de Escoteiros em Curitiba, Petrópolis e Belém (BARBOSA, 1997).

Na região Norte, sua atuação se deu no Oiapoque, área de fronteira, região que, em tal circunstância, ainda era espaço de pouca densidade populacional. Sua missão foi comandar o Pelotão Independente do Oiapoque (antiga Colônia Agrícola/Penal), atualmente Colônia Militar de Clevelândia do Norte, onde permaneceu até o final de 1941; e, em Belém, assumiu o comando da 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, encarregada da defesa da Base Aérea de Val de Cães. A partir dessas experiências, sua carreira militar vai chegando ao fim, e, em seu lugar, começa uma trajetória de personagem político-administrativo<sup>52</sup> e civil, sem perder sua condição de capitão e comandante Janary Nunes, como designou seus familiares e amigos.

A Segunda Guerra Mundial trouxe vários entrelaçamentos políticos — que repercutiram em âmbito nacional, denunciando o risco que afetava

---

51 Alice Déa Carvão Nunes, segunda esposa de Janary Gentil Nunes. Entrevista realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 26, 27, 28 de julho de 2012.

52 Arquivo do CPDOC. <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/janary\\_nunes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/janary_nunes)>. Visitado em: 8 de fevereiro de 2016.

uma área de fronteira, quase sem vínculo político, até então — com os interesses do governo do Rio de Janeiro. Esse evento fez estremecer os interesses nacionais em relação às terras brasileiras situadas na parte setentrional do país. Diante do confronto bélico, a defesa das áreas de fronteiras foi um programa de atenção e prioridade para o governo brasileiro. Vargas, antes de investir na política de criação dos Territórios Federais, já realizava alguns acordos políticos com o intuito de proteger essa área de fronteira setentrional, circunstância em que, com o apoio de Magalhães Barata, governador do estado do Pará, cedeu a base aérea do município de Amapá, em 1941, para os norte-americanos.

Na década de quarenta, pássaros máquinas, como batizou teoricamente a pesquisadora Cassilda Barreto Souza (1999), cruzavam os céus de Macapá, seguindo rumo ao município de Amapá, provocando estranhamento de seus moradores, que elaboravam racionalidades individuais para o acontecimento barulhento. Eram máquinas que modernizariam a Base Aeronaval do Amapá<sup>53</sup>, prontas para interligar espaços sociais diferentes, entrelaçando ideologias e projetos urbanos modernos de outra nação às áreas de florestas. Objetos capazes de estabelecer conexões entre origens e línguas distintas, produziram deslocamento social externo (temporário), a serviço dos interesses bélicos norte-americanos, que, por sua vez, estimularam uma migração interna. Pela primeira vez, os moradores da pequena cidade de Amapá observaram as máquinas produzindo outro lugar na cidade: equipamentos de todos os tamanhos trazidos no convés dos aviões, tratores de esteira, caminhões, motores geradores de energia, bombas d'água, torres para atracação de dirigíveis Zepelins (figura 11).

---

53 A Base Aeronaval do Amapá teve sua construção iniciada em março de 1941, antes, portanto, da entrada dos Estados Unidos e do Brasil no conflito mundial, dezembro de 1941 e agosto de 1942, respectivamente. Ainda na postura de neutralidade, o presidente Vargas autorizou (Decreto-Lei 3.462, de 25 de julho de 1941) a construção e ampliação de bases aéreas e navais em Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador, pela Panair do Brasil (subsidiária da Pan American Airways). As bases foram cedidas aos Estados Unidos para uso militar e devolvidas ao governo brasileiro após a guerra, em 1946. Informação do Grupo de Estudo, Pesquisa e Preservação da Cultura Material Amapaense — UNIFAP, 2016.

**Figura 11** - Torre de atracação de naves Zepelins ou *blimps*, artefato ainda existente na área reservada à Base Aeronaval do Amapá.

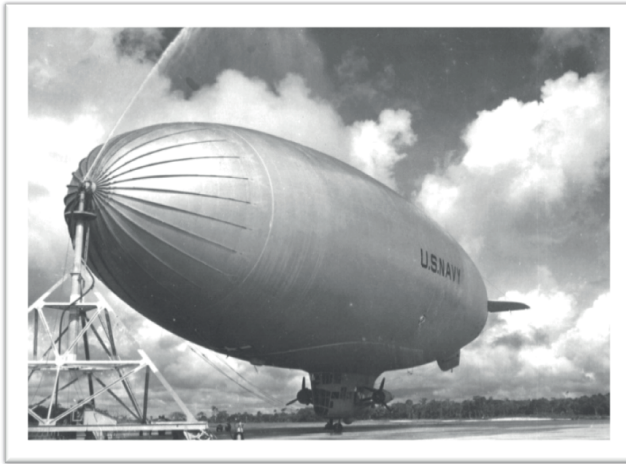


Foto datada entre 1941 a 1946. FONTE: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Essa cidade construída por humanos e máquinas tornou-se mais sofisticada que o próprio núcleo urbano do município Amapá, já que o território da Base dispunha de infraestrutura urbana: saneamento, energia elétrica, água potável, para garantir o conforto dos altos funcionários do exército norte-americano e de alguns poucos brasileiros (SOUZA, 1999). A Base Aeronaval do Amapá foi uma invenção engenhosa e estratégica para evitar a penetração dos alemães pelo território norte do Brasil. Expediente que durou até o término desse confronto internacional. Essas instalações criaram serviços, chamaram trabalhadores, militares, professores, estimulavam os desejosos de outros personagens sociais de tentar arriscar a sorte naquele Município.

Mais de cinco mil pessoas, principalmente nordestinos, as quais se encontravam em cidades próximas, migraram para a cidade de Amapá em busca de trabalho na construção civil. Militares foram destacados de diversos lugares da Amazônia, para servir à cidade das máquinas, obra militar de investimento nacional nos primórdios de sua construção e entregue por Getúlio Vargas ao comando militar norte-americano. Essa articulação entre diferentes criou um lugar na cidade de Amapá de tecnologia espetacular em

detrimento de seu espaço urbano que foi ordenado pela ação dos migrantes pobres que a ocuparam, pessoas sem recursos que vinham arriscar a vida. O espaço urbano do Amapá traduziu-se em uma cidade de relações sociais mais intensas apenas no aspecto cultural, as formas de lazer aumentaram e, no imaginário da população, cresceu o número de crianças sem a paternidade reconhecida<sup>54</sup>.

Nesse momento de tensão militar, todas as decisões do poder administrativo nacional não sofreram demoras, de modo que a criação do Território Federal do Amapá se deu pelo Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943. Esse fenômeno político da Segunda Guerra Mundial agilizará a separação dessa terra de seu pertencimento paraense, para incrustá-la à condição de espaço de poder administrativo vinculado à união. Nasce, então, o Território Federal do Amapá, nova unidade federativa, que recebeu, como gestor público, um personagem político de uma família alenquerense, que teve sua trajetória celebrada, desde as instituições patrimoniais, ao coronelismo sistêmico no Estado do Pará. A escolha política se deu entre personagens outsider ao Território do Amapá.

Em seguida, Vargas fez uma consulta ao governador Magalhães Barata quanto à indicação de um militar para administrar esse novo ente nacional que emergia. A escolha recaiu a favor de Janary Gentil Nunes para governar o recém-criado Território, pela confirmação unânime entre ambos os governantes, regional e nacional. Ao novo governador do TFA, foi dada a incumbência de modernizar e dinamizar a vida sociocultural e econômica dessa região de fronteira, do TFA, a semelhança do projeto nacional de modernidade econômica, principalmente da capital do Território, posto que o lugar ainda se materializava no modo de viver camponês. A indicação de um administrador militar para os territórios foi justificada por Getúlio Vargas em seu discurso realizado na cidade de Ponta Porã, no Rio de Janeiro, quando enfatizou que as áreas de escasso povoamento e de fronteiras era uma questão de interesse nacional, como assim deixa transparecer no recorte de seu discurso.

---

54 Os estudos sobre a cidade de Amapá são praticamente inexistentes, ainda não se tem uma historiografia sobre o Município. Os estudos sobre essa municipalidade dependem quase que totalmente da oralidade. Os documentos da referida Cidade foram queimados e o da base aérea encontra-se nas mãos de particulares não identificados. Nota da autora.

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente pelos militares que possuem aguda sensibilidade em reação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. (VARGAS, 1944, p.270)

O Estado, presidido por Getúlio Vargas, aumentava sua interferência nas relações de mercado, expandindo, bem como diversificando a economia brasileira por meio de uma política econômica centralizada e caracteristicamente burguesa (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). Foi nessa circunstância que Janary Nunes foi chamado a efetivar um projeto político de aspiração nacional, que tinha por objetivo forjar uma grande nação através da meta de incorporar as regiões “subdesenvolvidas”, a exemplo da Amazônia, à sua civilização. Proposta que contou com o apoio dos constituintes de 1946, porém a lei só foi sancionada em 6 de janeiro de 1953 pelo Presidente da República, sob o número 1.806, que determinou os objetivos da obra de valorização da Amazônia e o modo de realizá-la, competência que harmonizou interesses governamentais, contribuindo para Janary Nunes sistematizar uma crença política de integrar o Amapá ao projeto econômico nacional, tornando-o tão desenvolvido quanto os maiores estados do Brasil.

Então, pode-se apreender que o projeto político para o TFA perpassou também pela concepção de interesse de integração nacional que vinha sendo estruturado na primeira metade da década de 40 do século passado. De modo que a problemática da desigualdade regional e sua recuperação através de um Plano Específico de Desenvolvimento foi um dos temas de pauta na mesa da Comissão de discussão e elaboração da Constituinte que foi promulgada em 1946, como descreve Sócrates Bonfim, em seu relatório Valorização da Amazônia e sua Comissão de Planejamento.

Os constituintes realmente foram a encontro de uma aspiração nacional e tomavam posição em presença do dilema histórico que presidiu a formação do Brasil: incorporar o interior à sua civilização e, suportando os sacrifícios desse esforço, manter sua aspiração ao destino de uma grande nação, ou concentrar-se nas suas áreas mais

povoadas e progressistas, desfrutando melhores condições de vida e renunciando à grandeza daquele destino continental (BONFIM, 1953, p. 12).

A amálgama entre a identidade de homem nativo da Amazônia e de militar formado na escola do Exército brasileiro, que nos anos 1930 já defendia o ideal de salvar a nação e de manter sua integridade nacional, abriga os princípios referentes que conduziram o governador Janary Nunes à postura política de seguir a orientação política nacional de “integrar para não entregar” e, para tanto, modernizar os investimentos sociais e internacionalizar a economia, principalmente os recursos minerais, mas também não perder de vista a orientação militar de salvar a nação, enquanto unidade nacional. Ariosvaldo Umbelino de Oliveira, em sua obra *Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia*, ressalta bem essa política brasileira que foi destinada principalmente à Amazônia, enquanto lógica de valorização e desenvolvimento dessa região (OLIVEIRA, 1991).

Na criação e organização das instituições que viriam a gerenciar os projetos econômicos para a Amazônia, encontra-se mais um membro da família Nunes, atuando como mediador de projetos econômicos para o TFA, bem como para toda a Região Norte. Trata-se de Coaracy Gentil Monteiro Nunes, irmão do governador Janary Nunes, segundo filho de Joaquim Ascendino Monteiro Nunes, que no seu tempo de jovem foi enviado para realizar o ensino secundário no Colégio Marista, em Belém do Pará. Em seguida, ainda na capital, ingressou no curso de Direito, o qual finalizou em Recife. Janary Nunes, ao ser indicado para administrar o TFA, cuidou de trazê-lo para seu lado e o convidou para assumir o cargo de representante do governo, no Rio de Janeiro.

No Distrito Federal, Rio de Janeiro, Coaracy montou seu escritório, espaço político que viria a ser a representação do território do Amapá na Capital federal. Tal contexto foi positivo para o crescimento de Coaracy Nunes na carreira política, pois, em 1946, foi eleito deputado federal pelo Amapá, reelegendo-se em 1950 e em 1954, sempre pela legenda do Partido Social Democrático-PSD, que também era integrado por seu irmão Janary. De espírito político mediador e com acesso às repartições públicas federais, o deputado Coaracy tornou-se o suporte político financeiro das políticas



públicas de saúde e educação realizadas por seu irmão no TFA (BARBOSA, 1997).

No contexto de seus mandatos parlamentares, o deputado Coaracy, segundo sua filha<sup>55</sup>, empenhou-se em abrir as portas dos órgãos públicos, principalmente do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, aos quais os Territórios Federais eram subordinados. Com essa prática política, Coaracy foi considerado um “desbravador dos caminhos tortuosos da burocracia”, “um paladino das causas públicas” e “seu horizonte não se restringia apenas ao Amapá”, ganhando “destaque em nível nacional” e ficando mesmo conhecido como “o deputado da Amazônia” (BARBOSA, 1997, p. 64). As verbas conquistadas na esfera federal por Coaracy permitiram ao governador do TFA, seu irmão, executar os serviços públicos de revitalização e higienização da capital do Território nas áreas de saúde, educação, transporte, energia elétrica e saneamento, bem como dinamizar a economia dos municípios interioranos.

Coaracy, como jovem de família com trajetória militar desde os primórdios do Brasil colônia (*Idem*, p. 64), não deixou de enveredar por caminhos semelhantes. Licenciou-se como deputado e dedicou-se à Escola Superior de Guerra (ESG), concluindo o curso com a defesa de uma tese sobre a “Organização dos Estados Americanos”. Mas não fez carreira e retornou ao Congresso Federal. No cargo de deputado federal pelo TFA, Coaracy Nunes se uniu à bancada da região Norte e, com o referido grupo, defendeu os interesses de desencadeamento econômico da região amazônica. Segundo sua filha Carmem Nunes<sup>56</sup>, a visão política que tinha seu pai era ampla em relação ao desenvolvimento das terras de florestas, não se restringindo apenas ao Amapá. Na Câmara Federal, como já dito, associado aos parlamentares, elaborou e defendeu a criação de instituições impactantes e definidoras das políticas econômicas para a Amazônia, aspiração política que rendeu muito reconhecimento dos políticos e populações dos estados e Territórios da região Norte, como destaca Carmen Nunes:

---

55 A biografia de Coaracy Gentil Nunes encontra-se elaborada por vários blogueiros do Amapá, bem como do estado do Pará. Para melhor conhecimento de sua trajetória política, podemos indicar: <edgar.blogspot.com.br>; <Sal\_Albuquerque.blogspot.com.br> (Este último é do estado do Pará). Visitado em: 16 de setembro de 2015.

56 Ver em: <coaracyecarmennunes.blogspot.com.br> (filha de Coaracy Nunes).

A primeira grande luta de Coaracy Nunes, irmanado aos colegas nortistas, foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que depois evoluiu para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), hoje extinta. Integrou inúmeras comissões na Câmara Federal, inclusive a Comissão de Valorização da Amazônia<sup>57</sup>.

Para Coaracy Sobreira Barbosa (1997), as ações de interesse público concederam ao Coaracy Nunes o título de “Deputado da Amazônia”. Tal preocupação com a região Norte estava vinculada à sua identidade amazônica e aos princípios também militares de condução do país a uma integração econômica nacional, procurando equiparar economicamente os estados do Norte aos do Sul. Porém, havia interesses pessoais no desempenho de sua carreira política em tornar-se governador do TFA ou senador pelo Norte do Brasil. Esse intento carreirista de Coaracy Nunes levou-o a mediador político da região Norte, favorecimento que lhe permitiu conquistar aliados, eleitores e reconhecimento da população regional. Desse modo, seus esforços o levaram a destaque nacional, como se lê no parágrafo em ressalva.

[...] Foi um tenaz defensor da criação de uma siderúrgica para a Amazônia, como forma de aproveitar as reservas de ferro e de manganês do Amapá. Foi o autor do projeto que criou a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e autorizou a construção da Hidrelétrica Coaracy Nunes. Sua presença em Macapá, seja acompanhando comitivas de políticos, quer em decorrência de recesso parlamentar ou para visita às bases eleitorais, sempre foi motivo de festas<sup>58</sup>.

A genealogia da família Nunes dá conta da dimensão que assume a nobilitação advinda das patentes militares na trajetória histórica construída pela própria família e atestam o exercício de dominação local como emanado do poder das armas, mesmo assumindo cargos eletivos civis. Práticas que granjearam aliados, como também oposições a seu governo decorrente dos anseios da população, fabricadas nas disputas internas e externas de todos os dias. Nesse contexto de sociabilidade, as interações vão fazendo-se

---

57 Ver em: <coaracyecarmennunes.blogspot.com.br> (filha de Coaracy Nunes).

58 Idem, 2015.

e refazendo permanentemente, umas diante das outras em público — um público formado por grupos de poderes e interesses opostos na produção da vida urbana.

### *2.3 Apropriação do poder local.*

O reconhecimento das várias dimensões do domínio exercido pela família Nunes requer uma análise dos caminhos pelos quais chegaram a monopolizar por 20 anos a vida da política do Território, especificamente do município de Macapá. O objetivo é apresentar, de modo mais sistemático, as expressões mais evidentes da apropriação personalista do poder, ao tempo em que o comando da política de Macapá foi exercido diretamente pela família Nunes.

Na concepção de Victor Nunes Leal (1978), com o federalismo, a condição de chefe do executivo estadual permitiu ampliar as possibilidades de controle da vida política do município, processo que não singulariza a dominação do grupo aqui estudado, pois não é desconhecido que a estrutura política brasileira confere ao executivo, quer em sua instância estadual, quer federal, amplos poderes. No caso de regiões periféricas do país, como a Amazônia, a incipiência da economia dos municípios coloca as administrações municipais como presa fácil dos interesses políticos dos governadores dos estados. A partir desse processo que compõe a tese desenvolvida por Victor Nunes Leal, faz-se necessário o uso do conceito de clientelismo, compreendendo que o estudo trata de espaços urbanos.

Nesse caso, sem perder de vista as missivas do estudioso Nunes Leal, pretendo aproximar-me da concepção defendida por José Murilo de Carvalho em seu artigo, *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*, ao defender que as relações clientelísticas, ocorridas no meio urbano, dispensam a presença do coronel e de mandonismo, de modo que o autor evoca que elas se deram em uma circunstância federativa de concentração econômica agrária entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população; portanto, sua construção foi resultado de uma realidade brasileira vivenciada na primeira República. Para reforçar sua interpretação, cita exemplo de quando o clientelismo foi usado em uma cidade na década de 1960.

Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo (CARVALHO, 1997, p. 5).

As bases para apropriação do poder local começaram pela transferência da família nuclear (figura 12) Gentil Nunes para cidade de Macapá; em seguida, de sua parentela, entendida aqui como irmãos, sobrinhos, cunhados, sogro. Esta última, os parentes, como já vimos, foi distribuída por entre os espaços políticos administrativos, local, regional e federal, de modo que o grupo familiar Nunes foi ampliando e alargando os espaços de poder, no âmbito local, nacional e internacional através de práticas clientelistas que vinculava o local ao nacional, assim de modo contrário.

**Figura 12** - Família Nunes - 1940



Deputado Coaracy Nunes, Yacy Nunes (irmã), Janary Gentil Nunes, Iracema Carvão Nunes (esposa), Alice Déa Carvão (cunhada), Miracy Nunes (irmã), Sra. Laury e Sr. Joaquim Ascendino com os netos, Iracema Nunes e Janary Nunes Filho. FONTE: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Quando, em 1946, Coaracy deixa o cargo de representante do governo do TFA para assumir a pasta de deputado federal, Janary Nunes nomeia seu outro irmão, Pauxy Nunes, para representar o território no Distrito Federal.

No primeiro ano da gestão de Janary Nunes, seu irmão Pauxy foi convocado a assumir a pasta dos desportos, atividade que lhe garantiu reconhecimento e simpatia da população desportista da cidade de Macapá. Na obra *Personagens Ilustres de Macapá*, de Coaracy Sobreira Barbosa (1997), o jovem Pauxy Gentil Nunes foi o terceiro filho da família Gentil Nunes. O único que não nasceu em Alenquer, mas em uma cidade bem próxima de Macapá, denominada Breves, cidade do Pará que fica no arquipélago do Marajó. Formou-se em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Belém do Pará, mas logo seguiu para o Rio de Janeiro.

Tomando em consideração os escritos biográficos de Barbosa, Pauxy Nunes foi indicado a ser representante do TFA no Rio de Janeiro. Entremetidos, caminhou seguindo os passos do irmão Coaracy e foi um defensor incondicional da região Norte, razão pela qual a imprensa o consagrou como o “caudilho do Norte”. Ampliou seu leque de reconhecimento, tornando-se querido por alguns estados do Nordeste, destacando-se aqui o Ceará, por sua defesa pela entrada das regiões Norte e Nordeste nas disputas de futebol de seleções estaduais (BARBOSA, 1997).

Destaca Carmen Nunes<sup>59</sup> que, após três mandatos consecutivos, um acidente de avião tirou da cena política seu pai, Coaracy Gentil Monteiro Nunes, incidente que exigiu ajustes políticos no TFA, posto que Janary, que havia por doze anos administrado o Território, estava nesse contexto presidindo a Petrobrás, enquanto o médico Amílcar da Silva Pereira presidia, por indicação, o governo do Território Federal. Negociações familiares através do Partido Social Democrático (PSD) levaram ao poder mais um membro da família Gentil Nunes, pois a necessidade de realização de uma nova eleição para ocupar as vagas no Congresso Federal e completar o período legislativo que faltava, até as próximas eleições, obrigou o grupo político no poder a realizar um pleito eleitoral (GONSALVES, 2010). O PSD concorreu sozinho, levando para o Congresso o médico Amílcar da Silva e o promotor Aurélio Buarque como suplente, tornando acessível a indicação do irmão mais novo de Janary Nunes para assumir o cargo de Governador do TFA. Pauxy Nunes assume o governo do Território em 1958.

---

59 Conferir em [coaracycarmennunes.blogspot.com.br](http://coaracycarmennunes.blogspot.com.br) (filha de Coaracy Nunes).

Outros familiares foram também chamados a participar da administração Janary, como seu tio Eloy Monteiro Nunes, que passou a ser chefe dos serviços de olarias (fábricas de tijolos), personagem social não esquecido pelo jornal *Folha do Povo*, pelas dívidas que tinha com o território por mais de doze meses, referentes ao pagamento de água, luz e casa<sup>60</sup>. Continuando com a relação de colaboradores da família, cabe ressaltar seu Joaquim Carvão, pai da primeira dama do Território, senhor com formação de contador e comerciante, morador do Território Federal do Acre, que na década de 30 decidiu migrar para Belém, metrópole na qual passou a residir e trabalhar como contabilista. Sua permanência na capital do Pará proporcionou oportunidade à filha de conhecer o capitão Janary Gentil Nunes, com quem, mais tarde, porventura, casou-se, em 23 de julho de 1937. Nunes, ao assumir o governo do Território, convocou seu sogro para representar o TFA em Belém, visto que já residia na capital paraense e tinha bom relacionamento político na cidade (GONSALVES, 2010).

No entender do primeiro administrador, tudo estava por fazer no TFA, inclusive em sua capital, visto que a estrutura urbana era precária para receber o corpo administrativo que estava para chegar, até mesmo a iniciativa privada era praticamente inexistente, razões pelas quais o governo teve que adentrar, invadir esse espaço específico como enfatiza Álvaro da Cunha (1954) ao mencionar:

Sucedeu, por exemplo, que o governo alargou enormemente, por necessidade pública, sua esfera de autoridade e de poder. Ver-se ir-resistivelmente transformado num determinador de atividades humanas, num foco econômico, social e político em torno do qual girava, desintegrada da civilização moderna, uma periferia em atraso (CUNHA, 1954, p. 11).

A esposa do governador, a senhora Iracema Carvão Nunes, foi nomeada gerente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), para cuidar em assistir a população pobre local e de atendimento ao público de baixa renda, política pública de amplitude nacional que levou Álvares da Cunha a enfatizar a necessidade de concentração de poder do governador do TFA, fortalecendo a

---

60 Informações do Jornal *Folha do Povo*. Ano I, nº 2, folha 1, de 4 de junho de 1959.

autoridade como mecanismo de decisão política sobre a população. Assim, assevera que:

É fácil concluir daí o grande poder que foi concentrado no organismo do Governo. Dêle dependiam a amplitude e o caráter dos movimentos sociais em toda região. Pode-se mesmo dizer que, sem o patrocínio do governo, as iniciativas permaneciam tímidas ou quase sempre condenadas a estagnação e ao fracasso (*Idem*, p. 12).

Para atender a população pobre, a gestão territorial do Amapá seguiu o modelo de primeiro damismo criado na América Latina por Darcy Vargas e Eva Péron<sup>61</sup>, bem como a prática de assistencialismo como forma de organizar e prestar assistência a membros ou camadas mais carentes da sociedade, ação que também estava vinculada circunstancialmente aos interesses do modelo clientelista em vigor, que se reproduzia no local. Portanto, o objetivo era proporcionar certos benefícios aos pobres com vistas ao seu aliciamento eleitoral. Em Macapá, esses serviços se estendiam aos migrantes que não conseguiram se oficializar como trabalhadores formais.

A criação da LBA emergiu no contexto da política Getulista, 1942, quando este presidente assegurou para a emergente classe operária brasileira as ações no campo da proteção social como parte de um pacto entre as classes sociais, enquanto para o trabalhador pobre desempregado, sem carteira assinada, restou apenas as obras sociais e filantrópicas responsáveis pela assistência a esses seguimentos sociais. A LBA surge, então, como campo de cobertura de necessidades sociais, que, para Maria Carmelita, foram práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro damistas” e patrimonialistas. (YAZBEK, 2004, p.19). Desse modo, a assistência não passou de troca e moeda de favor, não ocorrendo diferente na cidade de Macapá.

---

61 O primeiro damismo foi resultado do sentimento nacionalista da sociedade brasileira, bem como da argentina, que, de forma diferente, promoveram movimentos de cunho paternalistas que acabaram por fomentar o populismo, entendido aqui como as formas de lideranças políticas se dirigem diretamente à população sem a mediação de entidades representativas, como sindicatos e partidos. Na Argentina, a primeira dama do Estado se fez “a mãe dos descamisados”, no Brasil, Getúlio se faz “o pai dos pobres”, ambos receberam esse reconhecimento a partir de práticas assistencialistas. Ver: SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

No TFA, a LBA foi fundada em 17 de agosto de 1944, quando Iracema Carvão Nunes<sup>62</sup> passou a gerenciar essa instituição de prática social beneficente. Coube a ela a responsabilidade da ação social como “missão da mulher brasileira”, melhor dizendo, de primeira damista, a competência de coordenar as atividades desse órgão beneficente à semelhança das primeiras damas dos estados e da capital federal (BARBOSA, 1977, p. 137). À frente dessa instituição, conquistou a amizade de mulheres que a procuravam para receber os enxovais de bebês e para fazer cursos de costura e bordados. Diariamente, no final da tarde, ocorria a distribuição de sopa às gestantes, parturientes, crianças pobres ou qualquer pessoa que não obtivesse alimento, ou fosse desprovida de meios para ter uma refeição razoável mais de uma vez por dia. A assistência alimentar acontecia na residência governamental, ponto de chegada para muitos necessitados.

No Natal de 1944, relata Coaracy Barbosa (1997) que a primeira dama do estado promoveu, através da Legião, uma refeição natalina para adultos e crianças. Nessa ocasião, foram distribuídos presentes aos filhos das mães acolhidas pela LBA. Os trabalhos de assistência social coordenados pela primeira dama foram mais intensos, com permanente assistência em remédios, fardas para alunos, alimentação para as gestantes, velhinhos e leite para as crianças. Mas, no início da noite do dia 23 de julho de 1945, a primeira dama do Território Federal Amapá, Iracema Carvão Nunes faleceu<sup>63</sup>. Ao falecer, onze meses após ter assumido a LBA, deixou a população comovida pela despedida repentina. Essa recompensa política é uma forma de governar que se traduz em angariar a simpatia da população, estabelecendo laços entre líder e povo, promovendo sua imagem como uma linguagem clara, “a de que todo mundo pode ter acesso”.

A partir de leitura em jornais não oficiais como a *Voz Católica* e *Folha do Povo*, pude observar que outros membros da família foram enviados para

---

62 Mais detalhes sobre a vida e atuação da primeira dama do TFA podem ser encontrados em vários sites de blogueiros macapaenses, que destacam a biografia de Iracema Carvão Nunes; dentre eles: João Lázaro <<http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>>; Nilson Montoril – Arambáé <<http://montorilaraujo.blogspot.com.br>>. E no livro *Personagens Ilustres do Amapá* Vol. I, Coaracy Barbosa - edição 1997, p. 137.

63 A primeira dama Iracema Carvão já apresentava problemas cardiovasculares, os quais se complicaram durante o período de uma malária que lhe acometeu. Ver: *Personagens Ilustres do Amapá* Vol. I, Coaracy Barbosa - edição 1997, p. 138.



instituições privadas ou governamentais, no caso dessa última modalidade, quase sempre no Rio de Janeiro. Favilla, tio de Janary por parte da mãe, foi indicado para trabalhar na CEA (Companhia Elétrica do Amapá) e posteriormente na Empresa de Comércio e Minérios S/A (Icomi), instalada em Serra do Navio, no município de Macapá. Além de Pauxy e Janary (governadores), Coaracy (deputado federal), havia mais quatro irmãos: Ubiracy Gentil Nunes, funcionário do Instituto dos Comerciantes no Rio de Janeiro, e Dr. Amaury Gentil Nunes, Chefe de Gabinete da Presidência da Petrobrás, empresa da qual posteriormente Janary viria a ser presidente. Por meio desses mediadores políticos, empenhados em dar agilidade aos trâmites entre os órgãos burocráticos administrativos do Distrito Federal, os projetos parlamentares eram acelerados, permitindo que Janary Nunes pudesse executar sua missão de requalificar o espaço geográfico urbano de Macapá, emprestando-lhe uma concepção mais moderna de cidade.

Para garantir a reprodução do grupo familiar Nunes, num Território de economia extrativista e de pequeno criatório, que a partir de 1944 passaria por um processo de mudança social, inspirado na integração ao capital nacional e global, especificamente em sua capital, o empreguismo foi a chave mestra, visto que nascia um Território com base econômica no serviço público. Experiência privada ocorreria, mas absorveria pouca mão de obra local. Esse espaço urbano concentrou os prédios administrativos, conjuntos habitacionais, escolas, hospitais, portanto serviu de aporte para o uso do clientelismo como modalidade política de troca entre atores de poder desigual. Quando essa prática não conformava o ator envolvido, o mandonismo enquanto poder de força era chamado a agir, recuperava-se velhas modalidades políticas.

Para tanto, o emprego público adquire importância em si como fonte de renda, mas associado à prática de troca e elemento de fidelidade (CARVALHO, 1997) em todas as circunstâncias da vida política urbana da cidade de Macapá. Evento político possível de ainda ser visto em dias atuais, na passagem de uma administração para outra, quando praticamente todo quadro de funcionário não efetivo é trocado por outro. Os de base estatutária que assumem cargo de direção também são deslocados para dar lugar aos de fidelidade ao novo administrador. Relações de poderes entre o desejo de ocupar cargos de valores monetários compensáveis, ou um emprego, mesmo

que instável, e o poder de se ver eleito e parte da política nacional como mais um cliente.

No contexto da família Nunes, o clientelismo se dava também pela via dos discursos. Primeiro por ser conhecedor da hileia amazônica; segundo, por ser filho nativo dessas terras e conhecedor empírico da realidade do lugar através das missões realizadas nas terras setentrionais por meio da escola militar de Realengo. Em sua oratória de posse, declamou: “O Amapá fascina. [...] — não há ninguém que não sinta essa fascinação que irradia do ambiente e não termine cativo do seu destino”. Com esse desejo incontido, clamou: “Amapaenses! Vamos conquistar a confiança no Amapá — Terra onde a Pátria começa. E trabalhem, ombro a ombro, com o mesmo pulsar de coração, para uma nova etapa de lutas, de vitória e prosperidade. Vamos sem demora criar o estado do Amapá!” (NUNES, 2012, p. 20).

Essa estratégia do discurso convencedor, apelativo, fica bem clara na monografia *Relações públicas governamentais no Amapá*, de Álvares da Cunha, apresentada na FGV, para conclusão do curso de Administração Pública (1954). Este estudo analisou as condições da administração no TFA, que nesse espaço tradicional exigia do governante autoridade e poder para aplicabilidade de políticas de melhorias sociocultural e econômica. No plano da escala cultural, segundo Álvares da Cunha, a utilização do meio de comunicação radiofônico foi a solução, como deixa entrever seus escritos abaixo.

O próprio governador, homem de imaginação muito viva e de cultura geral aprimorada, encontrou a solução ideal, criando e difundindo através da rádio e do jornal (JORNAL AMAPÁ) e de opúsculos [...] largamente distribuídos, uma espécie de discurso da gleba amapaense, inspirado em sua história, costumes, riquezas e na capacidade dos seus filhos para atingir um destino melhor (CUNHA, 1954, p. 17).

Eis aqui a probabilidade de a “mística do Amapá” ter sido outro discurso para conquista da fidelidade do povo amapaense e mais intencionalmente de projeção na vida da família nas escalas do poder político nacional. Ato poético que emergiu da formação militar de Janary Nunes, baseada na convicção nacionalista de salvamento da nação e da garantia de sua integridade, assim como de sua identidade nativa de “homem amazônida”. Essa

competência e condição cultural permitiu-lhe sistematizar a crença do Território do Amapá: “vir a tornar-se um Estado rico, uma São Paulo do Sertão do País” (Nunes, 2012, p.19), pela via de integração do Amapá ao projeto econômico nacional. Os anseios políticos e patrióticos de Janary Nunes em transformar o espaço regional do TFA em uma das unidades mais ricas do país estava associada à necessidade de ampliação e continuidade da família Nunes por entre as escalas políticas do Estado.

Esse desejo político não contou com as contradições internas da política local, como rastros da sociabilidade da própria vida em seu cotidiano urbano. Na forma de administrar escolhida pelo ‘comandante em chefe’, estava esboçada as marcas de uma experiência social de uma época baseada no poder da força quando o jogo de trocas promovido por ele nem sempre surtiam efeitos. Essas práticas desvelam as realidades socioculturais da cidade de Macapá, esmiuçadas em cada trajetória aqui inscrita de forma assimétrica. A sociabilidade como forma lúdica de “sociação” (SIMMEL, 2006) institui o caráter movediço da individualidade humana, essa não se revelando de uma vez por todas, mas, antes, reconhecendo-se no conjunto das táticas que compõem os atores na vida cotidiana. É possível então relacionar as histórias de vida, a sua arte textual, a partir da ideia de progresso da administração política da família Nunes, o que veremos nos próximos capítulos desse estudo, posto que a cidade não ressocializou completamente todos os migrantes, não os integrou no mundo propriamente urbano. Portanto a urbe apenas expressa justamente os desencontros próprios de um moderno, esse, por sinal, insuficientemente constituído.

.....

### 3. *CIDADE ANTIGA: A MENINA FEIA FOI PRAS BANDAS DO LAGUINHO*

A cidade antiga de Macapá concentrava em seu espaço urbano os afro-macapaenses, de vida sem pressa, sem o apitar de fábricas, sem o relógio para controlar o tempo de trabalho, sem anúncio da cultura letrada, marcada por uma vivência preocupada apenas com o necessário, com o hoje. Essa construção social como modo de viver dos moradores de Macapá nos reporta a Michael de Certeau, quando atenta para o modo de como os usuários ou praticantes da cidade se apropriam de seu espaço cotidiano, refazendo-o, organizando-o, transformando-o e até, conforme seus interesses, inventando e reinventando maneiras de fazer e viver esse espaço (CERTEAU, pp. 37-53).

Esse espaço social estabelecido por seus moradores foi um modo de viver em paz, sem o susto de acontecimentos imprevisíveis. As crianças podiam correr soltas pelas ruas, brincar, jogar bola sem a preocupação da presença de carros trafegando, distantes de olhares e julgamentos morais de culturas alheias; os adultos se davam ao prazer de colocar cadeiras na calçada da casa e realizar bate-papos com amigos. Nas idas à igreja, ao mercado, à mercearia, os cumprimentos e conversas delongadas ocorriam com vizinhos ou amigos, atualizando informações sobre familiares ribeirinhos e até mesmo sobre a própria cidade. Essa vivência foi promissora a partir de uma aliança da cidade com a terra e a floresta para a produção de seus bens materiais. Razão que evocou a professora a poetizar a Cidade, porém comparando-a a uma menina do mato, quase analfabeta, como escreveu a poetiza (MONT'ALVERNE, 1986).

Os igarapés (rios) eram a alegria da garotada. Neles, pescavam, banhavam-se e saltitavam em suas águas, nus ou de shorts, inocentes do que estava por vir. Jamais os moradores da pequena cidade de Macapá imaginavam que seus espaços de uso cotidiano, como os pontos de encontro, onde aconteciam trocas de informações sobre os acontecimentos do lugar, perderiam completamente a importância. Leonel Nascimento<sup>64</sup>, um dos meus interlocutores,

---

64 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 19 de novembro de 2011.

trouxe em sua narrativa a lembrança de que “o Igarapé das Mulheres, o Poço do Mato, era lugar onde se lavavam as conversas”, ou seja: os fuxicos. Os adultos não contavam com a possibilidade de saírem da cidade, deixando para trás o lugar de moradia e as amizades estabelecidas.

O lugar compreendia o espaço de duas praças, sendo que, na primeira (São Sebastião), estava a igreja — representando o poder religioso (figura 13). Nas laterais, posicionavam-se as casas dos párocos e a escola, antiga Casa da Câmara. Uma imensa mangueira, uma cruz e um coreto de madeira eram os únicos monumentos representativos daquela praça. Do lado oposto à Igreja, foi edificada a Intendência, lugar das decisões do administrador e dos funcionários que exerciam cargos públicos: fiscais e juízes. Nesse espaço lateral da praça, ainda moravam e tinha comércios os marroquinos, a exemplo da família Zagury. Atrás da igreja, morava parte dos afrodescendentes em casas de taipas e cobertas de palhas. O lugar ficou conhecido como o formigueiro, quiçá pela grande quantidade de reinos de formigas, cuja ausência seria impossível, pois não se pode olvidar que na parede final da igreja teria havido um cemitério, que foi transferido para uma parte mais baixa, porém não tão distante da igreja e que permanece até os dias atuais. Cabe conjecturar também que essa denominação pode estar associada à aglomeração de casas das famílias afro-macapaenses (BEZERRA, 2008).

**Figura 13** - Foto da Igreja Matriz — São José de Macapá — datada de 1935.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Na segunda praça (São José), ficava a vila “Santa Engrácia”, pertencente ao coronel Finéias Jucá. Na faixa de rua que separava as duas praças da cidade, também existiam mais casarões: no de esquina, morava o juiz de paz, em sequência, funcionavam a cadeia pública e o cartório. Crê-se que as outras casas agregavam outros tipos de funcionários, tais como médicos e professores. Por trás da cadeia (figura 14), moravam mais afrodescendentes em casas de terrenos maiores, construídas de taipa, semelhantes às moradias que ficavam por trás da Igreja. Essa praça, nos primórdios da colonização, recebeu o nome de São José e nesse espaço foram construídos o pelourinho e a senzala. Ambas as praças ficavam num altiplano com uma visão panorâmica para o rio Amazonas, que banhava a parte baixa. Os moradores afrodescendentes, talvez, tenham tido desconfianças sobre as informações de autonomia do Território e a chegada de um novo administrador, a exemplo de Tia Zefa<sup>65</sup>, que em depoimento revelou sentir grande insegurança para sua família e a população local, pois pressentia mudanças desfavoráveis ao seu povo com o novo projeto que assumiria a cidade de Macapá. Porém, não imaginavam os moradores afros que, depois de 1944, seus locais de residências se tornariam alvos de desejo do governo territorial, visto que a segunda praça seria desapropriada pelo governo para criação de um novo espaço — instalação da moradia governamental e do colégio Barão do Rio Branco.

**Figura 14** - Cadeia Pública (1940). No início do governo de Janary Nunes, em 1945, a cadeia de edificação colonial foi restaurada para servir de Delegacia de Polícia.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

---

65 Josefa Lima Da Silva. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 12 de dezembro de 2013. Acervo particular.

À esquerda da primeira praça, entre ela e outra parte alta, local onde foi construída a Fortaleza de São José (1764), existia uma área de várzea e/ou de ressaca; um alagado, como o homem comum da região costuma nomear esses espaços de várzea, com um igarapé (pequeno riacho) correndo no centro, que nos dias atuais ainda corta a Cidade — Canal da Mendonça Junior. A ressaca era tomada por tabocas (espécie de bambus) e aturiás (árvores aquáticas nativas), entretanto, mesmo sendo áreas alagadiças, foram ocupadas paulatinamente por migrantes ribeirinhos das cidades circunvizinhas à Macapá, formando-se uma vila de casas de madeira, organizadas com base no estilo palafita, suspensas, respeitando o fluxo do vai e vem da maré. Essa foi a forma encontrada pela população migrante menos abastecida de fazer seu teto. Isso porque as terras alagadiças não se constituíam em local de interesses ocupacionais pela prefeitura (com a ampliação do espaço urbano, essas áreas alagadiças foram desapropriadas). Livres da ingerência do poder municipal, os ocupantes puseram em prática as experiências trazidas do viver às margens dos rios: a casa de madeira, acrescentado a ela um artefato urbano — telha de cerâmica, como se pode averiguar na imagem abaixo:

**Figura 15** - Rua do canal (1940).



Fonte: acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Como se pode observar, o cotidiano social da cidade de Macapá nas primeiras décadas do século XX foi marcado pela presença de comerciantes estrangeiros e por um corpo político de administradores. As demais escalas sociais se organizavam a partir da produção de subsistência, seguiam um modo de viver tradicional voltado para atividades agrícolas e o criatório de animais domésticos. A prática econômica realizada pelos moradores afro-amapaenses consistia na pesca de peixe, camarão e na caça (veado, tatu, caititu, tartarugas e seus ovos), muito comuns ao homem amazônida, mesmo residindo em núcleos urbanos nos idos da década de 1940. Destacava-se, também, o uso do açaí associado à farinha e ao peixe — alimentação indispensável aos filhos das águas (ribeirinhos) e da floresta (caboclo), bem como das pessoas que comungaram com esse prato exótico do homem ribeirinho. A carne bovina não era disseminada como produto de fácil aquisição, apesar de no município de Amapá o criatório ter se constituído um investimento econômico das áreas de campinas (ALMEIDA, 1873, p. 8).

Os criadores do interior dessa região setentrional, especificamente os criadores do município de Amapá, preferiam vender sua produção de carne bovina à Guiana Francesa ou ao mercado de Belém, do que arriscar em um mercado como o de Macapá, sem nenhuma infraestrutura, a exemplo de um frigorífico para conservação do produto até o final da venda. Essa atitude foi motivo de tensões em alguns casos, pois, durante a administração Janary Nunes, alguns fazendeiros se negaram a abastecer a Cidade, fato que deixou o gestor público indignado e o levou a tomar atitudes autoritárias, obrigando os que naturalmente vinham sendo fornecedores de carne a enviá-la para o mercado de Macapá sob o poder de ordem, à força<sup>66</sup>.

A população de Macapá tinha grande preferência pelo açaí (fruto que produz um suco grosso de cor vinho e sabor muito agradável) como parte da alimentação, ou pela bacaba — fruta da qual se extrai uma espécie de vinho; sempre associados ao peixe, ao camarão (alimentos em abundância na região), à carne de charque ou à caça. Essa iguaria esteve sempre presente à mesa dos macapaenses, apesar de criticada por estrangeiros que vieram residir na Cidade, mas ignoravam o hábito local. Segundo Padre Júlio Maria

---

66 Situação descrita por Benony Ferreira Lima, entrevistado na cidade de Macapá-AP no dia 25 de fevereiro de 2012.



Lombaerde, os caboclos do Amazonas só tinham um ideal: comer peixe com farinha e beber licor do açaí (MIRANDA, 1957, p. 223).

É bem verdade que para os homens da floresta (os caboclos), e para os das águas (os ribeirinhos), o açaí foi e é o prato básico, associado às caças e às pescas que eram naturais na região, porém, no pequeno centro urbano, a alimentação já era mais diversificada. Os produtos industrializados eram adquiridos através dos regatões<sup>67</sup>, comércio ambulante realizado por um barco mercearia, em que as negociações eram feitas por meio de um sistema de compra ou de troca de produtos da floresta por alimentos (charque, farinha e gêneros como sal, açúcar) e outros produtos básicos, como sabão, lamparinas, querosene.

### *3. 1 Gentrificação é a nova razão racionalista para Macapá.*

Na década de 1940, enquanto as maiores cidades brasileiras já haviam incorporado os modelos e práticas urbanas pulverizadas pela cultura francesa, a estrutura urbana da cidade de Macapá continuava esquecida pelos interesses regional e nacional. Tal disposição não condizia, segundo o governador Janary Nunes, com as necessidades de conforto social para receber sua família, assim como o corpo de funcionários que formaria o quadro da administração a ser ali instalado, um grupo social acostumado aos padrões modernos de serviços urbanos, com a presença de um gestor público, bem como de um projeto de transformação para o TFA, inclusive de investimento na estrutura urbana de forma sólida, que viesse a atender a nova realidade que ali estava se projetando. Janary Nunes veio com a intenção de ordenar e controlar o social, distanciando-o do mundo natural, introduzindo mudanças a partir de concepções modernas recebidas pela educação que recebeu e lugares, como a região Sul e Sudeste, onde estudou, trabalhou e viveu.

---

67 Estudos sobre a dinâmica econômica e social dessa categoria de negociantes, os regatões, foram desenvolvidos pelo estudioso nativo Paulo Marcelo Cambraia da Costa na sua tese de doutorado: “Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá, 1945-1970” (COSTA, 2008).

Têm início, então, na cidade de Macapá as modificações urbanas para atender a uma categoria social (funcionários do executivo, legislativo e de órgãos financeiros) de padrão distinto do nativo, que se instalaria naquele espaço urbano a partir de 1944. Para tanto, Janary Nunes elegeu o centro urbano como lócus de apropriação atribuindo-lhe um sentido classificador, de ser área de moradias nobres e de edificação dos prédios administrativos. Propósito que o levou a fazer a higienização social do lugar, retirando os afrodescendentes que naquele local residiam.

Para melhor compreensão desse jogo político de poder, especificarei aqui a categoria analítica gentrificação, de elevada importância no campo da sociologia e da antropologia urbana, posto que essa categoria faz referência a processos de enobrecimento do espaço urbano. Segundo a definição utilizada por Rogério Proença Leite (2002), a gentrificação em áreas urbanas caracteriza-se por investimentos realizados por governos, em determinadas situações, com o apoio do capital privado ou ainda voltados para o fomento à iniciativa privada. Em vários modelos de gentrificação já estudados pelo autor aqui mencionado, tais intervenções põem em curso medidas de “higienização” que desalojam ou deslocam grupos e populações específicas.

Na maioria dos casos, antes da intervenção urbanística, tais espaços abrigavam grupos que ali imprimiam seus usos e contra-usos, estando essas áreas empobrecidas e deterioradas pela ausência de infraestrutura e por restrições de acesso aos direitos sociais básicos, mas que, em uma dada circunstância e momento, o lugar passa a atrair o interesse estratégico do poder público, movendo fins especulativos. Dessa forma, é comum a tendência de que a especulação imobiliária favoreça as elites econômicas, estando, em décadas recentes, focada em interesses turísticos. Assim, os projetos de gentrificação removem do seu entorno os moradores que viviam nesses espaços, configurando, portanto, a visualidade do patrimônio urbanístico e arquitetônico dito enobrecido, muitas vezes conservando apenas as fachadas de instalações prediais classificadas como patrimônio histórico, em outros casos destruindo as edificações que constituíam memória histórica de um tempo passado, como ocorreu na cidade de Macapá. Não fosse a intervenção dos moradores, até a Igreja São José de Macapá teria ido abaixo nos dias atuais.

No caso de Macapá, aqui aludido, essa centralidade no turismo não constituiu a força motriz das remoções. No entanto, mesmo considerando-se que o conceito de gentrificação remete a um debate mais contemporâneo, compreende-se que tal discussão aponta chaves de leitura férteis para a problematização do processo histórico ocorrido na capital do Território Federal do Amapá a partir dos anos 1940. A prática de gentrificação urbana como uma política que se vale da utilização do espaço físico e social com “obras de impacto” foi a estratégia utilizada pelo governo Janary Nunes, a qual tinha como objetivo promover o progresso social e econômico do lugar, com intuito específico na potencialização industrial do Território, de modo a integrá-lo no mercado global. Combinação engenhosa que acompanhou uma tendência nacional de integração econômica, como mostrarei nos escritos mais adiante.

A emergência de novas questões na década de 40 do século passado, como a de salvamento da fronteira setentrional do Brasil, assim como a política de integração dessa área fronteira à economia nacional, por meio de projetos de ocupação humana, produziu uma ruptura na sociedade estabelecida antes da formação do TFA, à medida que promoveu outras racionalidades. Instalou-se uma fratura na vida social da cidade de Macapá entre seu caráter social e econômico tradicional e o ideal de cidade moderna que, concomitantemente, estava atrelado ao discurso político nacional do velho e arcaico como forma de negar o passado e invocar novos instrumentos de intervenção social.

O viver produzido pelos afro-macapaenses não se configurava com a vida urbana dentro das condições sociais de cidadania que o governador desejava para servir a sua família e aos funcionários que pretendiam trazer para a desenvoltura do seu governo e administração do Território. A cidade de Macapá foi vista pelo gestor público como um lugar desconfortável ao padrão social do seu dirigente e dos altos funcionários que os acompanhava, razões que o fez denunciá-la como um espaço precário: anti-higiênico, insalubre. Observação que pode ser vista no primeiro relatório (1946) elaborado por sua equipe governamental. Nesse documento, dá-se a conhecer que quase todas as casas eram feitas de taipa ou madeira, cobertas de palhas e nenhuma possuía sistema de privadas, ou quando as apresentavam, não

eram devidamente fechadas. As informações sobre recenseamento sanitário foram enfáticas:

Em Macapá, capital do Território, nenhuma casa possuía instalação sanitária higiênica, dispendo de fossas biológicas, conforme recenseamento procedido. Com exceção das construções dos norte-americanos da Pinar, do exército brasileiro, e de uma casa particular no Oiapoque, nenhuma residência do Território poderia ser escolhida para habitação de famílias acostumadas a relativo conforto (NUNES, 1946, p. 5).

Quanto às casas que comportavam mais de uma família, a leitura concebida pelo olhar da equipe administrativa passou pela consideração de que a concentração de grupos familiares num mesmo ambiente não passava de uma prática de conduta imoral e de promiscuidade, motivo que levou sua equipe a registrar, no relatório de 1946, as seguintes observações: “As casas de residência são miseráveis. No interior é hábito o quarto em comum, vivendo em promiscuidade sexual pais e filhos”. O tipo de acomodação coletiva predizia a falta de pudor entre os membros da família. Na descrição do relatório do governador, as casas enfeavam a Cidade, principalmente as que ficavam na entrada de acesso à parte mais alta, espaço físico considerado o centro urbano do Município.

Nessa localidade central, encontravam-se dezenas de casas, construídas de forma aleatória, desfigurando a ordem do traçado urbano, elaborado nos princípios de criação da Vila Macapá em tempos coloniais. Todas as moradias eram escurecidas pela falta de recursos da população nas melhorias necessárias e pelo tempo. Tais residências descoloriam o centro da Cidade aos olhos do gestor público Janary e sua equipe. Os casarões coloniais que ainda existiam aumentavam o semblante de escuridão da cidade. Para o governador e sua equipe de técnicos, “tudo estava por fazer”, portanto, sua gestão seria um ato de “bandeirantismo na Amazônia”, como comparou o engenheiro Coronel Bernadino C. de Mattos Neto, quando visitou a Macapá (MATTOS NETO, 2012, p. 61). Toda a descrição da Cidade no relatório governamental apontava para um único objetivo: imprimir uma situação de miséria e ignorância que deveria ser revertida.

Nenhum registro foi feito sobre o modo de viver da sociedade local, nem mesmo dos mais abastados, muito menos da comunidade afro-macapaense: suas festas e as caminhadas de ida ao “poço do mato” por mulheres, jovens e crianças para buscar água para beber, ou mesmo de ida ao “igarapé das mulheres”, rio onde elas lavavam suas roupas e as de seus patrões. Lugar onde elas criavam espaço de sociabilidade, de troca de conversa, dos ditos fuxicos<sup>68</sup>, lamentos e risos. Rio no qual as crianças brincavam, tomavam banho, enquanto suas mães ou irmãs lavavam roupas. Para o governador, essas práticas também ensejavam mudança de hábitos. Realmente mudaram, ficando apenas na lembrança, na memória dos filhos que daquele lugar participaram, chegando a servir de inspiração para versos e sua musicalização, como se pode apreciar na obra poética e musical do cantor Osmar Júnior:

Eu lembro a alegria de boiar naquelas águas, e vê as lavadeiras lavando a dor, e lavava a minha esperança perdida de crescer lá no igarapé e lavava o medo que eu tinha da vida e agora o meu medo o que é? [...] entre as palafitas e as lavadeiras [...] e lavavam a minha paixão comovida, as mulheres do igarapé: as Joanas, as Marias, Creusas, as Margaridas, lavarão o que ainda vier.<sup>69</sup>

Era a hora de o príncipe maquiar a cidade, transformá-la em uma cidade importante, como desejava o Comandante Janary — uma cidade “cabeça do país”. A “menina feia do mato” das vivências dos afro-amapaenses, vista como “tão pequena, tão franzina, doentia, retraída, e que vivia esquecida... Muito pálida e quieta... Era quase analfabeta...” (MONT’ALVERNE, 1986, p. 13), foi transferida para os arrabaldes da cidade, “pras bandas do Laguiño” por Janary Nunes, sem dispor de nenhuma mudança na ampliação de sua cidadania. Era a vez de a cidade cinderela assumir o trono. Pautado na

---

68 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 19 de novembro de 2011. Nascimento, um dos nossos interlocutores narra que os três lugares conhecidos como de fofocas eram o Poço do Mato, o Igarapé das Mulheres — local onde ocorria a lavagem de roupa pelas mulheres de menor poder aquisitivo, inclusive das lavadeiras profissionais — e o bairro do Trem. Nesses lugares se ouviam e trocavam as informações, daí pulverizadas por toda a cidade.

69 Igarapé das mulheres (2012), música de Osmar Junior Gonçalves de Castro. O cantor nasceu em Macapá-AP, no dia 14 de junho de 1963. Autodidata, tornou-se poeta, compositor, cantor, cronista e produtor cultural em sua cidade. Suas composições ressaltam as mudanças operadas na região Norte, devastações florestais, a biopirataria, o definhamento das culturas tradicionais da Amazônia. Osmar Junior conta e canta a vida dos nortistas.

modernização como projeto de racionalidade urbana, o governador Janary revestiu a área urbana de Macapá de uma nova plasticidade dando-lhe nova roupagem para recebê-lo, bem como aos funcionários de alto escalão que viriam para compor o quadro de pessoal da administração territorial (NUNES, 2012).

Essa discussão encontra-se, portanto, afinada com o tema da gentrificação ou enobrecimento do espaço urbano. Debruçando-se sobre esse tema, Rogério Proença Leite (2002) entende a gentrificação em áreas urbanas como investimento comumente praticado por governos, materializado em processos de higienização social. Essa assepsia geralmente desaloja ou desloca grupos ou populações específicas que imprimem seus usos e contra-usos em espaços públicos das cidades, os quais são quase todos empobrecidos e deteriorados pela ausência de infraestrutura e acesso aos direitos de cidadania.

Porém, num dado momento, esses espaços físicos de concentração de pessoas desassistidas passam, todavia, a interessar ao poder público ou, incitado pela especulação imobiliária, para dar aos mesmos outros interesses, normalmente com finalidade econômica. Investimento que exclui do seu entorno os moradores que de lá são retirados, configurando, assim, o chamado enobrecimento do patrimônio urbanístico e arquitetônico. Embora se contextualize num debate mais recente, compreende-se que o conceito de gentrificação traz aqui um aporte fértil para se problematizar o processo histórico ocorrido em Macapá a partir dos anos 1940, que é parte do material analítico do presente estudo.

Esse espaço sofreu mudanças no estilo "haussmanniano parisiense"<sup>70</sup>, no sentido de higienização social urbana. No lugar onde moravam os afrodescendentes foram construídos prédios públicos horizontalizados e a residência governamental. O projeto de transferência das famílias negras se deu muito mais na condição de desalojamento dessa população — que vivia em terrenos grandes e eram apegados sentimentalmente ao espaço onde estavam

---

70 Na Paris do século XIX, posteriormente à revolução burguesa, ocorreu o que a história nomeou "haussmannização", um projeto de modernização e embelezamento estratégico da cidade realizado pelo Barão de Haussmann. Esse modelo europeu influenciou várias cidades brasileiras, dentre elas, Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Fortaleza, contexto no qual foram implantadas inúmeras "cirurgias" — cortes abruptos no tecido urbano, que deram origem a novas avenidas. Arte urbana considerada por muitos autores como de higienização social e cultural. Pensamento expresso nas obras de Pesavento (1999), Sevchenko (1998), Löwy (2006) e Benjamin (2006).

há mais de meio século — do que propriamente de mudança. Observa-se nessa estratégia o desvio de um dos compromissos assumidos pelo governo dos Nunes, especificamente pelo gestor público Janary, “a do bem-estar de todos os indivíduos, de todos os lares” (NUNES, 2012, p. 23).

As transformações iniciadas na cidade de Macapá, se olhadas pelo viés das inúmeras imagens fotográficas que a administração dos Nunes deixou arquivadas, parecem dizer que a construção da cidadania era uma possibilidade com limites, cabendo só aos funcionários públicos que vieram compor o quadro de servidores para as instituições criadas, sem nenhuma probabilidade de se estender à população. As construções de casas planejadas, edificadas em alvenaria e cobertas de telhas estão em fotografias presentes em seu acervo como obras realizadas por seu governo (figura 16), porém, no que diz respeito às moradias dos personagens sociais que ele desalojou, elas são totalmente ausentes.

**Figura 16** - Casas construídas em 1940, na administração Janary Gentil Nunes para os funcionários públicos do alto escalão.



Fonte: <<http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/06/02/2013>>. Acesso em: março de 2016.

O projeto de requalificação da cidade de Macapá esteve vinculado à criação do TFA e do novo governante que veio administrá-la. Vista como uma anomalia à realidade urbana da capital do País, foi produzida pelo modelo ideal da gentrificação, entendido aqui como fenômeno de retirada

indireta das populações de baixa renda de determinado lugar de uma cidade, com ou sem a participação do Estado (SMITH, 2006). Esse processo consiste na recuperação e requalificação dos imóveis existentes e na construção de novos edifícios com a intenção de atrair para essas localidades segmentos sociais com poder aquisitivo mais elevado, contribuindo para uma elitização do contexto urbano da área central. Essa intervenção de enobrecimento urbano foi aplicada pelo governante do Território, mesmo diante de repúdio por parte de alguns moradores de origem étnica negra. Sobre as relações de enfrentamentos políticos, destaca M. Castells:

[...] o Estado não é um agente neutro; nem tampouco os instrumentos de uma minoria oligárquica como certas visões esquemáticas, às vezes, tratam de assinalar. A intervenção do Estado é uma intervenção complexa, determinada no plano do urbanismo, em primeiro lugar, pelos conflitos políticos e sociais subjacentes à ação pública, quer dizer, pelo enfrentamento no seio do Estado e com relação ao Estado de grupos sociais e de grupos de interesse. (CASTELLS, 1982, p. 69).

O projeto de gentrificação<sup>71</sup> aplicado à cidade de Macapá, voltado para a elitização da área central urbana, cumpriu além dos objetivos de edificação dos órgãos públicos e casas para seus funcionários: seguindo princípios estéticos, construiu praças, abriu ruas largas e arborizadas, investiu também no controle de doenças endêmicas como a malária, através do controle dos mosquitos, limpeza dos igarapés (a Cidade é recortada por vários rios pequenos), pois, como põe em relevo Neil Smith (2006), esse investimento não se deu de forma semelhante em todos os lugares, assim destaca:

É claro que essas experiências de gentrificação são bastantes diferentes, desiguais e muito mais diversificadas [...] Elas fazem parte de contextos culturais e econômicos de nível muito local de se co-

---

71 O termo *gentrification* (enobrecimento) segue aqui o mesmo sentido dado pelos autores Leite (2002), Harvey (1992) e Smith (1996), que o utilizam para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado. Esse conceito pode ser visto também em LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *manguetown*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 17 no 49, junho de 2002.



nectam de maneira muito complexa com as economias nacionais e globais (SMITH, 2006, p. 62)

### *3.2 Desalojamento dos afrosdescendentes.*

A retirada dos afro-amapaenses do centro da Cidade foi a razão posta e pela qual o governo foi contestado. Nos versos dos marabaixistas macapaenses que foram chamados a se retirar da área urbana de Macapá, há um registro de sentimento de revolta quanto à obrigação de saída de seu lugar familiar de moradia. A transferência se fez pior porque deveriam desmanchar suas casas para ir construí-las em terrenos sem as mínimas condições sociais que lhes permitissem usufruir de cidadania, ao menos água e energia elétrica. Sobre a retirada dos afro-amapaenses, não se encontra nenhum registro oficial que revele alguma proposta ou acordo entre eles e o governador. O que pude apreender de alguns rastros deixados foi que esses personagens sociais, na nova sociabilidade estabelecida, foram obrigados a construir suas casas em terrenos sem os serviços básicos necessários, circunstância que os levaram a nutrir ressentimentos e as razões para construir um ladrão de marabaixo (letras musicais improvisadas):

Aonde tu vais rapaz?/Neste caminho sozinho./Eu vou construir  
minha morada/Lá nos campos do laguinho./ A Avenida Getúlio  
Vargas/As ruas de Macapá está ficando um primor/ Tem hospital,  
tem escola pros filhos dos trabalhado./Essas casas foram feitas/ P'ra  
só morá os doutô (PEREIRA, 1989, p. 103).

Existe uma lacuna ainda não preenchida sobre a saída da comunidade negra do centro da cidade de Macapá. Esse investimento por parte do gestor público do município não se deu de forma documentada como já vimos, mas, ao que parece, ocorreu por meio de negociações que não foram oficialmente registradas, o que deixou dúvidas quanto à forma desse agenciamento. Leonel Nascimento, um dos meus interlocutores, senhor que realizou a limpeza e o nivelamento do solo dos campos do Laguinho, local definido para a ocupação pelos afro-macapaenses, expôs em sua narrativa que houve uma

política de intermediação com o chefe da comunidade negra, Julião Ramos e o governo.

Segundo o depoente, “tudo foi na conversa, na base de tirar vantagens. Eles nunca tinham visto dinheiro [...]”<sup>72</sup>. O modo de encenar de seu corpo parecia dizer que parte da comunidade se deixou persuadir pelo dinheiro. Em outro momento, ele narra a experiência que vivenciou com uma senhora que se ajoelhou aos seus pés, pedindo para não a tirar dali, não derrubar seu coqueiro que há muito seus pais haviam plantado. Novamente, a encenação de seu corpo deixou transparecer que ele agenciou sua saída na condição esclarecida em seu depoimento acima<sup>73</sup>. O que se pode verificar nas letras das músicas, quanto à transferência dos homens e mulheres negros para o Laguinho, foi a total ausência de um planejamento prévio para o deslocamento desses atores sociais, no que se refere à construção de casas, serviços de água potável, luz e saneamento. Apenas foi oferecido um terreno, batizado de “laguinho”, o qual recebeu os serviços de limpeza e nivelamento do solo e foi entregue como o novo lugar para os afrodescendentes.

Alguns receberam madeira para construção de suas casas, outros não, declara Leonel Nascimento<sup>74</sup>. A decisão administrativa de remover essa população do espaço urbano da Cidade desencadeou divergência interna, entre os que estavam de acordo com a ordem do governador Janary e os contra, os que defendiam permanecer. Essa cisão ocorrida no seio do Marabaixo revelou uma contradição que culminou com a divisão do ritual tradicional em dois: o do Divino Espírito Santo (Laguinho) e o da Favela (Bairro Santa Rita)<sup>75</sup> — Santíssima Trindade.

Essa ruptura conduziu os que se resignaram com a decisão governamental a tomarem outro rumo, independentemente da escolha do líder Julião Ramos. É possível perceber outra construção cultural de formas originais

72 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 19 de dezembro de 2011.

73 Idem, 2011.

74 Ibidem, 2011.

75 Os referidos bairros (Laguinho e Santa Rita) atualmente são destaque na Cidade, por sua comunidade concentrar os rituais do Marabaixo. Na verdade, a cultura do Marabaixo retornou sua condição de lugar importante e de destaque na Cidade, inclusive com a construção de um Centro de Cultura Negra, edificado no Laguinho. Fato ocorrido a partir de 1990, circunstância que aponta para a necessidade de um estudo que venha a narrar às redes que produziram esse retorno do Marabaixo a condição de vir a ser reconhecido como patrimônio imaterial do Estado do Amapá.

de apropriação dos espaços pelos não poderosos, bem como das práticas de “contra-usos” (LEITE, 2002), que transgrediram as estratégias dos poderosos. A tática usada, como arte de defesa (CERTEAU, 1998) desse grupo adverso foi ocupar um espaço que naquela época ficava muito distante do centro urbano de Macapá, pois eles não desejavam ver nem de longe aquele administrador que a Cidade recebia. Esse lugar possuía uma mata que o separava da Cidade e passou a ser denominado de Favela, pela presença dessa vegetação em seu entorno. A esse espaço atribuíram um modo de viver correspondente ao seu tempo social, de uma realidade distante da imposta pelo gestor público Territorial. As casas foram sendo erguidas por conta dos moradores, de forma a se alojarem do melhor modo possível.

Essa área sofreu aumento populacional, principalmente com a chegada de migrantes ribeirinhos que se juntaram à comunidade da favela, fazendo crescer o lugar, o qual posteriormente recebeu o nome de Bairro Santa Rita. Amiraldo Bezerra, um morador do Bairro da Favela, recorda do lugar com nostalgia poética:

Um dia muito distante/ Numa cidade do Norte/ conheci a primeira favela/ Onde moramos por sorte.../ Minha favela querida,/ Dos Tempos de Macapá /Onde a vida e era vida/Sem nada a acrescentar.../ (...) era a favela que eu via/aquela que todos queremos./ Não a favela de hoje, /Senão de bala perdida/ De vergonha morreremos... (BEZERRA, 2008, p. 61).

Bezerra foi um morador da Favela que deixou entrever outro conto, o das pessoas “pobres”, ribeirinhos que migravam das localidades interioranas do TFA ou das cidades paraenses vizinhas a Macapá. Todos vieram em busca de melhores condições de vida, sonho que os levou a arriscar tudo pensando na sorte. Esses migrantes, ao aportarem a Macapá, procuravam alugar-se inicialmente em um barracão construído pelo governo para receber temporariamente trabalhadores que chegavam. Quando esses trabalhadores conseguiam um pouco de dinheiro ou quando já possuíam uma reserva, compravam um terreno; do contrário, ocupavam terrenos urbanos devolutos, como as terras da Favela (nome de uma espécie de erva do mato), ali construíam moradias e traziam também a família.

Os dois bairros aqui mencionados, Laguinho e Favela, cresceram mesclados pela presença de diversidades étnicas de uma mesma condição social. Entretanto, com o decorrer do tempo, muitos desses moradores conseguiram condições para galgar o direito à cidadania, aplicando seus esforços em conhecimento (educação) e no comércio. Todavia, ambas as localidades vão manter esse ritual do Marabaixo como um marco da cultura urbana de Macapá, através das famílias afro-macapaenses dos bairros em enfoque, sendo que, no primeiro, a representação é em devoção ao “Divino Espírito Santo”, enquanto no segundo bairro o festejo é realizado em favor da “Santíssima Trindade”.

Nesse contexto, de “higienização social” então empreendida, não obstante seu teor violento, excludente e de discórdia, não foi suficiente para, em nome de um projeto de modernização, minar com as manifestações e práticas da cultura popular afro-macapaense. Pelo contrário, ela permanecerá e se destacará décadas mais tarde como representação cultural do Território e, posteriormente, do Estado do Amapá. Resistência que encontra aporte na reflexão de George Simmel ao mencionar que, “A longevidade de um atributo herdado é o laço que estabelece uma verdadeira união entre as dimensões mais inferiores e sua expansão” (SIMMEL, 2006 [2017], p. 43).

Após a década de 1970, esses bairros vieram a sofrer intervenção dos poderes públicos com serviços urbanos de infraestrutura — água, luz, saneamento básico —, conquistando a condição de espaço urbano de destaque (MARTINS, 2012). O bairro do Laguinho e Santa Rita passaram a ser os *points* culturais mais importantes da cidade de Macapá, eis aqui uma pista para outras reflexões e entendimento do porquê desse retorno de destaque.

O interesse do governador Janary por uma cidade moderna o levou ao desejo de fazê-la tão visível quanto uma das capitais do Sudeste brasileiro. Ideal que se transformou na “mística do Amapá”. Mística que deveria cumprir com o compromisso de garantir as condições sociais e assegurar a permanência de trabalhadores, acostumados a outro padrão de urbanidade e serviços na nova capital que se erguia. Portanto, a implantação de serviços à sociedade foi um dos meios para receber e fixar migrantes graduados, que viriam ocupar os cargos públicos de alto escalão do governo e os vinculados às políticas sociais básicas: saúde (figura 17) e educação. Para fixá-los, era

necessário requalificar a cidade, apresentá-la com status urbano moderno, à semelhança de outras capitais do Brasil, assim como dinamizar a economia do território. Janary Nunes, fixado nesse ideal, passou então a investir na transformação da estrutura do Território Federal do Amapá, principalmente de sua capital — a cidade de Macapá. Vista como arcaica, foi brindada por estabelecimentos e estéticas modernas, como se pode apreender a partir da imagem exposta abaixo.

**Figura 17** — Hospital Geral de Macapá, construído no governo de Janary Nunes. Sua construção teve início em 1948.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

As experiências acumuladas por Janary Nunes e cultivadas ao longo de sua vida nos centros urbanos mais desenvolvidos do País, e com proximidade direta com os padrões da elite do Sul e Sudeste, conduziram-no a alimentar o desejo de transplantar para o Território Federal do Amapá as experiências de progresso de acordo com as normalidades das regiões economicamente mais ricas do Brasil. Projeto audacioso, considerando-se que as diversidades regionais não permitem o uso de fórmula. Elas são resultado da dinâmica humana e social interna, e do modo como seus sujeitos sociais interagem diante das intervenções humanas ou técnicas e das conexões que elas venham a estabelecer.

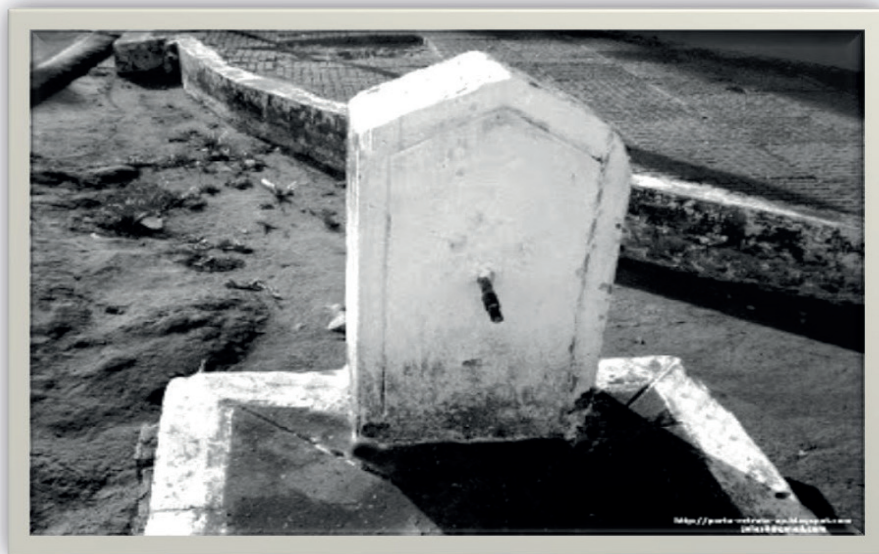
Para tanto, contou com o apoio de vários membros da família, apesar de não fazer menção a nenhum deles na sua obra “Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território”. Nas páginas desse livro, Janary reina sozinho, sem oferecer ao menos uma nota de agradecimento ao irmão Coaracy. Este foi seu companheiro na conquista de verbas para os projetos de envergadura, para a continuidade do desenvolvimento do TFA, como a Usina Hidrelétrica do Paredão (edificada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes), as instalações e maquinários para o polo rizicultor de Fazendinha, bem como as estruturas materiais para as colônias agrícolas no TFA implantadas (NUNES, 2012).

Voltando à aplicabilidade do projeto de enobrecimento do espaço urbano de Macapá, o governador Janary convidou pessoas qualificadas profissionalmente. Adotando o princípio de escolha, convocou engenheiros, juristas, médicos, professores e técnicos administrativos para fazer parte de seu quadro de funcionários. Foram eles os primeiros migrantes a chegarem à Cidade. Parte deles veio de Belém, capital do Pará, outros das cidades do interior do Pará, que, com esforço, iam estudar na Capital, trazendo em cena a trajetória de Alcy Araújo. Outros estados da Federação, como Minas Gerais, Bahia e Ceará, forneceram migrantes para ocuparem os quadros do alto escalão governamental, funcionários que deveriam viabilizar as atividades dos órgãos públicos que iam sendo instituídos.

O espaço físico da cidade de Macapá se modernizava. As casas de taipa, cobertas de palha, foram desaparecendo; as sociabilidades produzidas entre a população dos afrodescendentes e a elite local foram se desfazendo. A exclusão daqueles para os arrabaldes da área central da cidade deu início a uma divisão social hierarquizada entre os personagens sociais de baixo poder aquisitivo e os de melhores posses. Foi-se forjando uma diferença entre o espaço nobre e mais beneficiado e as áreas circunvizinhas, sem nenhuma infraestrutura. O serviço de abastecimento de água que foi implantado assistiu apenas as famílias desse primeiro grupo e os demais moradores tiveram que recorrer aos três chafarizes construídos em três pontos diferenciados da área central da Cidade, para obterem água potável para o uso pessoal e doméstico. A imagem exposta a seguir revela que a extensão do abastecimento se concentrou no centro da cidade: uma delas na calçada da casa governamental, outra na Avenida FAB e na calçada do Colégio Barão (figura 18). Cabe

aqui salientar que os três primeiros bairros de Macapá (Laguinho, Favela e o Trem) são produtos da administração de Janary Nunes.

**Figura 18** - Foto de uma das primeiras torneiras públicas que forneciam água para a população em Macapá — 1950.



Fonte: Blog Porta Retrato de João Lázaro Julho de 2013.

Essa área urbana também recebeu energia elétrica, inicialmente gerada por um motor a óleo diesel, atendendo aos prédios públicos, tais como: hotel (figura 19), hospitais, escolas, casas para professores e médicos. À medida que essas edificações públicas entravam em funcionamento, mais migrantes iam chegando, como professores para o ensino médio — à época, ensino de segundo grau — e para a escola de música e técnicos para os serviços administrativos. Os que tinham o primário ou o ginásio logo conseguiam emprego, bastava recorrerem ao governador. Na área da saúde, a necessidade de enfermeiras qualificadas atraiu também migrantes para Macapá. Nesse espaço-tempo, adentraram os demais interlocutores desta pesquisa, dentre os quais Zaide Soledade e Nonato Leal.

**Figura 19** - Macapá Hotel, construído durante o governo Janary Nunes e concluído em 1945.



Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

A cidade crescia. O comércio que já existia ampliou-se: lojas de calçados, de tecidos, farmácia, fábrica de refrigerante. O jornal *Folha do Povo* já incorpora os espaços dedicados às propagandas de várias lojas, de empresas, farmácias, escritórios (contábeis e de advogados) e consultórios de dentistas (odontólogos). Um reclame lembrado pela população da cidade foi o anúncio do primeiro guaraná fabricado em Macapá — rotulado de “guaraná FLIP” —, que estava sempre presente nas mesas de bares e das famílias que podiam consumi-lo. A casa Pernambucana oferecia tecidos finos para festas e casamentos. A drogaria Zaguri ofertava preços mais baixos, enquanto a oficina São Francisco oferecia peças e serviços de mecânica de motores marítimos. Paulo Ramos oferecia seus serviços de contador aos comerciantes<sup>76</sup>.

---

76 *Jornal Folha do Povo*, números de 1959.



Os primeiros carros chegaram e se tornaram novidades para a população que ali estava estabelecida, porém tal novidade também soou como motivo de preocupação para famílias que não se importavam antes com os passeios das crianças pelas praças ou brincando na rua. Caminhões, ônibus, carros de passeio começavam a transitar pela Cidade (figura 20). O ideal colonizador do gestor público Janary parece ter sido sua maior conquista, visto que Speridião Faissol, em sua obra “Atlas do Amapá”, registra que a população da cidade de Macapá não passava de 2.000 pessoas em 1940. A criação do TFA fez com que esse número subisse a 10 mil habitantes em 1950, disparando para 25 mil em 1960. A sociedade que estava construindo-se começava a se entrelaçar, por meio de relações humanas heterogêneas e hierarquizadas entre seus moradores, condição propiciada pela diversidade social urbana (FAISSOL, 1966).

**Figura 20** - Carro de passeio em frente ao Colégio Amapaense, construído em 1955



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Posteriormente, já na década de 1960, Macapá recebia, em Serra do Navio, uma empresa de mineração de capital misto — Empresa de Comércio e Minérios S/A Icomi. Nessa década, Macapá era a cidade que mais crescia na região Norte,

considerando sua ocupação populacional do início dos anos de 1940. Esse investimento se tornou um enclave<sup>77</sup> econômico na selva, com todas as condições de urbanidade de uma cidade industrial americana. Condição que favoreceu o surgimento de críticas pelos intelectuais de concepção nacionalistas, ao mesmo tempo provocando réplicas por parte dos que viam o projeto como positivo para a economia regional e brasileira. Após visita ao lugar, Raquel de Queiroz, articulista da Revista Cruzeiro, escreveu: “os pruridos nacionalistas podem se acalmar, aquilo tudo é trabalho da terra. Os poucos americanos que vieram para a construção da estrada de ferro já foram embora, os trabalhadores são todos brasileiros”.

Ainda acrescentou Raquel de Queiroz:

Já as duas cidades que nasceram na Serra do Navio e em Santana não custaram nada ao Brasil. Ao contrário, dão riqueza, não só para o local, como para o Território e o país. Se alguém quiser estranhar os excessos de conforto, o custo do hospital, as faturas do supermercado, a beleza californiana das piscinas — fique sabendo que tudo que se gasta ali é dali. Tudo é deles. Tudo sai do Manganês. Tudo é tirado de debaixo do chão, explorado como deve ser e transformado em progresso e riqueza.<sup>78</sup>

A lógica de ocupação do gestor administrativo do TFA partia de princípios nacionalistas de superação da Amazônia de sua condição “inóspita”, sem entregá-la ao capital estrangeiro, como suposto. A projeção de Janary Nunes a partir dessa mediação entre a matéria-prima (manganês) do solo macapaense e o capital agregador de valores, elegeu-o à condição de um gestor que fazia prodígios, discurso produzido para encobrir outro, visto que a narrativa clássica do espaço “vazio” e “inóspito” foi elaborada no sentido de “procurar legitimar a expansão territorial autoritária” em um espaço já habitado e utilizado, desde tempos imemorráveis, por tribos nativas, presentes ainda nos dias atuais, bem como “[...] por comunidades tradicionais

---

77 O uso dessa categoria se baseia nas reflexões desenvolvidas por Geraldo A. Pinto: “A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo”. O autor considera o projeto Icomi um investimento planejado fora de sua área de atuação e muito distante dos interesses e necessidades da população local. Esse conceito também foi empregado por Cardoso e Falletto (1970) em seus estudos sobre “Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação sociológica”, para descrever os problemas de implantação de um modo de produção moderno que os Estados Unidos e alguns países europeus implantaram em países periféricos.

78 Revista Cruzeiro, 681, de 8 de maio de 1965.

distribuídas mesmo que esparsamente por toda a região”, como evidencia Elke Daniela Rocha Nunes, em seus estudos sobre a empresa Icomi (NUNES, 2014, p. 21).

Os visitantes, políticos, empresários e jornalistas discursavam ou escreviam sobre a grandeza socioeconômica da Cidade, a exemplo do ex-juiz de direito da comarca de Macapá, Dr. Inácio Moita, que ao retornar a Macapá concebeu o sistema de planejamento, método e disciplina do governador Janary como de “um rei construindo seu reino”. Nascia, das mediações políticas daquele gestor, a representação de “mito fundador”, pois nas palavras de Dr. José Maria de Lima, Janary construiu a mais bela civilização no trópico amazônico (LIMA, 2012, p. 36), enquanto para Menotti Del Picchia, o governador do Território “era um homem tenaz, fazedor de milagres” (PICCHIA, 2012, p. 94). Foi simbolicamente “entronado” à condição de príncipe, herói e até comparado ao supremo espiritual, como fez o jornalista paraense João Malato, ao escrever que Deus fez o mundo em seis dias, e no sétimo descansou. Já Janary Nunes construiu o Amapá em doze anos, e não havia descansado jamais (MALATO, 2012, p. 26), discurso que conforma a intenção de mitificação da figura de Janary Nunes.

Cabe, portanto, apreender que todo mito político é uma representação sobre determinados fenômenos, pessoas ou ideias, podendo ser ressuscitado, a qualquer momento, visto que é semelhante aos mitos primitivos, pois eles são caracterizados por fluidez, mantendo entre si passagens, transições e inferências. Condição que pode ser observada em discursos políticos ocorridos recentemente no Senado Federal, sobre o primeiro governador territorial do Amapá, Janary Nunes, e sua capital, a cidade de Macapá — quando se comemorava o centenário de seu nascimento —, com o objetivo de fazê-lo emergir como o personagem produtor do Território Federal do Amapá.<sup>79</sup>

79 Em 13 de setembro de 2011, o senador Randolfé Rodrigues (PSOL-AP) dedicou seu discurso numa sessão de comemoração no Senado Federal pelos 68 anos de fundação do Amapá, bem como ao centenário do primeiro governador do Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes. O parlamentar, em seu discurso, reafirmou o mito Janary com frases que o consagraram como o realizador do desenvolvimento do território: “Janary soube valorizar o Amapá e criou a chamada mística do Amapá”. A mística do Amapá foi o ideal de tornar o território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Cada sonho, cada esperança, cada luta vivida para torná-la mais próspera emprestaram-lhe força e brilho. O senador comparou o governo de Janary Nunes ao do presidente Juscelino Kubitschek em sua missão de antecipar o desenvolvimento de 50 anos em cinco. Fonte: <<http://www.amapanocongresso.blogspot.com.br/2012/03/randolfe-rodrigues-homenageia-janary.html>>. Acesso em: 8 de maio de 2014.

Os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade não cessa de manter entre eles passagens, transições e inferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição (GIRARDET, 1987, p. 15).

A ressurreição e o retorno ao mito político Janary, como o produtor uno da identidade macapaense, vem sendo conduzida pelos interesses políticos com o objetivo de fixar uma nova mística para o estado do Amapá, despontando a possibilidade de novas mudanças e crescimento econômico para o Estado. A canonização com um projeto de criação de um memorial em homenagem ao referido governador assume em primeiro plano o obscurcimento da própria família do governador, que foi suporte imprescindível à aplicabilidade de seu projeto de modernização implantado na Cidade de Macapá. No segundo plano, nega as ações estabelecidas pelos moradores da cidade no seu cotidiano, em síntese, as experiências e os desejos sociais mais abrangentes da vida urbana. É a negação da cidade como lugar de homens e mulheres políticos que no dia a dia sabem “jogar com os acontecimentos para transformá-los em ‘ocasiões’”, de modo a usar o momento certo, em que combina elementos heterogêneos e móveis como provisões como defesa para agir diante dos fatos que lhe são instituídos (CERTEAU, 1996, p.47).

O pico social da trajetória de Amaury Farias, Alfredo Távora, Deusolina Salles Farias e Leonel Nascimento é parte dessa trama política e tal enredo marca a narrativa sobre eles. Esses personagens sociais, migrantes com traços culturais de outros lugares vão participar do cotidiano de Macapá, em contato com outros estratos e com eles vão esculpir outro lugar. Entendo, aqui, o lugar como o mundo das experiências locais, através das quais os seres humanos vão elaborando sua existência. Portanto, o objetivo do capítulo a seguir é narrar o lugar como movimento, fazendo parte dos espaços como fluxos multidimensionais, de posições negociáveis, nascidas de lutas, conflitos e confrontos, como assim assimila Durval Muniz de Albuquerque Junior, ao frisar que

os espaços não surgem, apenas, do acúmulo das práticas diversas que o construíram, mas dos sentidos diversos que a eles foram dados. Qualquer espaço é fruto de sucessivos estratos construídos por nomes, símbolos, ícones, textos, mapas, ditos, e formas de ver e de fazer (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010, p. 221).

Sendo assim seguirei os migrantes (interlocutores selecionados pela pesquisa) que aportaram no Cais da cidade de Macapá em busca de trabalho e motivados pelo desejo de melhorias sociais (emprego), sem perder de vista as condições e formação desse ator social e como se mobilizaram nesse espaço urbano.

### *3.3 Um cais que aporta(ou) migrantes: a cidade movente.*

A migração é um projeto, antes de tudo, de uma circunstância caótica do social, acarretando um desejo humano de fuga. Nasce da expectativa de mudança na condição de vida diante de uma crise, política, econômica ou religiosa. Dessa forma, a mudança de um lugar para outro é motivada pelo desejo de melhorias sociais (emprego), por necessidade de esconderijo, retorno em busca de bens deixados por familiares, saudades da terra natal, ou em busca da “paz” de outras terras. As águas são quase sempre o caminho que conduz os homens a lugares distantes, até seu cais de desejo, como as vias oceânicas ou as águas amazônicas. Às vezes, as longas caminhadas antes de chegar a um porto, a uma estrada, ou mesmo a uma estação de trem, são trajetos inscritos e dizem que o sonho a ser realizado não estabelece opção, mas sim o ponto de saída e chegada ao destino almejado, visto então como um porto seguro.

Elfredo Távora Gonçalves (interlocutor deste estudo) era paraense de registro e amapaense de nascimento, mas foi educado em terras da ilha de Madeira desde criança, tendo sido levado aos nove meses de idade para essa área insular de Portugal. Vinte anos mais tarde, resolveu voltar ao torrão natal para cuidar das terras que foram de seu pai. Sua história de vida na ilha de Madeira foi marcada pelos estudos: lá fez o ginásio e o Liceu, que

corresponde ao nosso ensino médio. O fato de que Alfredo, seu irmão José e sua mãe fossem brasileiros de nascimento fazia com que fossem considerados estrangeiros em Portugal, diminuindo a possibilidade de emprego. Mesmo assim, apesar de não possuir condições de fazer um curso superior, trabalhou com seu irmão primogênito, que era nativo de Portugal, como representante de medicamentos farmacêuticos.

Nesse contexto, recebeu um comunicado de seu tio de Belém, o Desembargador Manuel Buarque, alertando-o sobre a necessidade de incrementar os seringais do rio Araguari; alerta que, vale ressaltar, estava vinculado à necessidade de abastecimento do látex para o mercado norte-americano, em função da Segunda Guerra Mundial. Era o momento de retorno de Alfredo Távora:

Essa carta foi a oportunidade chave para sair de Portugal. Sem pensar duas vezes, arrumei a mala e, aos vinte anos e com uns poucos trocados no bolso, emprestados por um tio rico, fui até o consulado brasileiro no Funchal, obtive o passaporte e viajei para Lisboa para embarcar no navio para o Brasil. Meu antigo colega, Romano Câmara, que em Lisboa cursava engenharia no Instituto Superior Técnico, ajudou-me a conseguir passagem num navio português que havia conseguido Navy Cert, autorização dos aliados e dos alemães para transportar refugiados holandeses (GONSALVES, 2010, p. 20).

Chegando a Belém do Pará, em fevereiro de 1943, Alfredo visitou os familiares e depois seguiu viagem para o município do Amapá, onde estavam localizadas as terras que havia herdado de seu pai, no intento de cuidá-las. Nessa circunstância, a região setentrional ainda permanecia na condição de terras do estado do Pará; entretantes, inteirado das oportunidades oferecidas aos seringueiros pelo Banco Central da Borracha (BBC), Alfredo foi buscar financiamento. Detalha o interlocutor que eram várias as exigências; uma das condições impostas era a obrigação de levar os “soldados da borracha” que se encontravam em Belém à espera de encaminhamento para o trabalho de extração do látex em algum seringal. Tais normas eram estabelecidas pelos técnicos vinculados à Superintendência de Abastecimento do

Vale Amazônico (SAVA).<sup>80</sup> De posse dos créditos<sup>81</sup> e dos homens para o trabalho, a produção do látex chegou a 5 mil toneladas no segundo semestre de 1944 e a 10 toneladas em 1945.

Elfredo narra que logo no início começaram os atropelos e que os homens contratados eram “bravos”, isto é, não entendiam nada do trabalho. Os trabalhadores cearenses não eram acostumados com a realidade da floresta, “reclamavam das condições de isolamento nos abarracamentos”. Tudo era dito de forma muito diferente aos camponeses nordestinos, pois em vez de campos agricultáveis, encontravam mata densa. O medo de morrer e da malária encarregavam-se de completar o descontentamento, a ilusão e o fracasso. Em menos de um mês, estavam quase todos doentes e tiveram de ser levados para Belém do Pará em busca de tratamento. Elfredo lamenta: “Para mim foi um prejuízo considerável”. Não encontrando mão de obra nativa acostumada à extração do látex, ele foi obrigado a trazer nova leva de cearenses, agora submetidos a tratamento preventivo<sup>82</sup> (GONSALVES, 2010, p. 29).

Os depoimentos de Elfredo Gonsalves vêm por demolir as divulgações enganosas expostas em cartazes e *trailers* de cinema que ocorriam na década de 1940 sobre o chamado do governo à “Marcha para o Oeste” e para a “Batalha da Borracha”. Gonsalves deixa revelar em sua fala que os auxílios e aparatos prometidos pelo governo nacional e expostos nos cartazes do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), não foram cumpridos. Segundo

---

80 Ambos os programas (financiamento e o Soldados da Borracha) foram parte de um projeto maior, o “Acordo de Washington” (1942). Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a da subsequente tomada dos seringais asiáticos por tropas japonesas, os países aliados voltaram a demandar a borracha dos seringais amazônicos. Foi estabelecido o Acordo de Washington, sobre o qual o governo dos Estados Unidos, representado pela Rubber Development Corporation (RDC) comprometeu-se a apoiar financeiramente o extrativismo gomífero na Amazônia, em troca do fornecimento privilegiado para a indústria bélica norte-americana. Dessa forma, além de dar continuidade à propagação de migração, criaram-se, com capitais de ambos os países, órgãos e instituições encarregados de oferecer os subsídios necessários para estimular a produção. Ver estudos de: SANTOS, Sari Possari dos. *Desenvolvimento em Rondônia: plano de valorização econômica da Amazônia*. Tese de mestrado defendida na UNIR, 1914.

81 Elfredo Távora recebeu 600.000 cruzeiros do Banco de Crédito da Borracha (BCB) (criado pelo Decreto-Lei 4.451 de 9 de julho de 1942) e 32 soldados da borracha, mobilizados pela SAVA, órgão executivo do convênio Brasil-Estados Unidos para exportação da borracha (GONSALVES, 2010, p.28). A SAVA recrutava mão de obra no Nordeste, principalmente no Ceará, e fornecia ferramentas e gêneros alimentícios a preço de custo para equipar os seringueiros (PINTO, 1984; BRITO, 2001).

82 A medicação era em comprimido, cápsulas à base de cloridrato de quinino e atebriana. Os trabalhadores não gostavam de tomar os remédios, alguns chegavam a misturar o remédio com cachaça (GONSALVES, 2010, p. 29).

o depoente, os benefícios oferecidos pelos governos aos “soldados da borracha” eram divulgados nos cinemas, em forma de *trailers*. Antes de começar o filme, havia uma chamada direcionada aos trabalhadores, convidando-os a migrarem rumo à Amazônia. Narra Alfredo que “a cena era uma estrada larga de terra vermelha, caminhando por ela um migrante de bicicleta, todo sorridente, dando com a mão direita e seguindo em direção aos seringais para trabalhar”<sup>83</sup>. Acrescenta que quando esses migrantes chegaram a suas terras, nada encontraram: nem bicicleta, nem casa, apenas longas caminhadas pela mata fechada, na qual iam abrindo os caminhos até completar uma ou duas estradas de seringais que cabiam a cada um (GONSALVES, 2010, pp. 28-29).

A narrativa de Alfredo Távora deixa entrever sua condição de intelectual, de leitor dos acontecimentos nacionais, de sujeito apegado ao conhecimento, apesar de não ter chegado à Academia. Condição que o conduz a cruzar sua realidade próxima à política nacional dirigida a eventos específicos da região nordestina — a exemplo da segunda fase da economia da borracha e a política de convocação dos nordestinos para se tornarem os “soldados da borracha”. Entende-se aqui que a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão — no campo, no mar e na cidade —, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro de si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 2012, p. 221).

Essa política do governo federal<sup>84</sup> tinha por objetivo controlar a produção da borracha e racionalizar a migração. Para tanto, o governo criou uma

---

83 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista concedida em 19 de novembro de 2011.

84 Em março de 1942, Brasil e EUA assinaram um conjunto de acordos que ficaram conhecidos como “Acordos de Washington”. Entre os acordos estabelecidos estava a produção da borracha da Amazônia. Portanto o Brasil, através da região Norte deveria fornecer toda a borracha necessária aos Aliados, bem como a legitimidade de instalar bases militares no Nordeste brasileiro. Para o fornecimento de borracha, foi estabelecido um fundo de financiamento especial, gerenciado pela Rubber Development Corporation e o Departamento Nacional de Imigração (DNI). Com esse incentivo financeiro o governo brasileiro comprometia-se a incrementar as atividades do serviço de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia (Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Ver: CORRÊA, Luiz de Miranda. (1967). *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial* Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas e OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha sob o impacto dos acordos de Washington e a criação do Banco de Crédito da Borracha* (1942-1950). Dissertação de Mestrado em História Econômica, USP, 2001.



série de instituições e organizações, dentre as quais se destacaram o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) e, mais tarde, a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), o Instituto Agrônomo do Norte, a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP). Esse aparato técnico forjou a imagem de um trabalhador protegido, em primeiro lugar, pela legislação, através de um contrato de trabalho que seria supostamente cumprido de pronto pelos seringalistas; e, em segundo lugar, pela onipresença do Estado Novo, através dos órgãos criados, como a CAETA ou o Sesp (GUILLEN, 1997, p. 97).

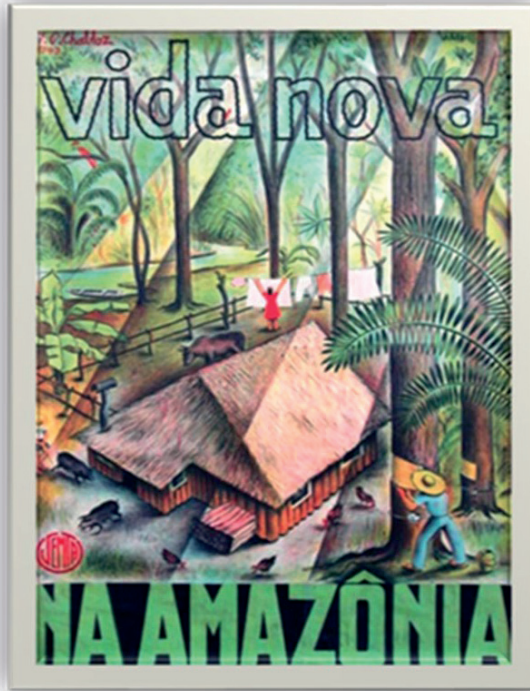
Alguns cartazes de chamadas aos trabalhadores nordestinos estão guardados em forma de arquivos, como os exemplares das figuras 21 e 22 que seguem abaixo. A primeira, simbolizando a proteção garantida pelo governo através da SEMTA, enquanto a segunda, o direito a uma casa digna de moradia, espaçosa, com condição para criatório de animais domésticos, deixando a entrever a assistência às mulheres e filhos que acompanhassem seus esposos.

**Figura 21** - Imagem do quadro “Vai também para a Amazônia, protegido pelo SEMTA”.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará — UFC. Fortaleza, 1943.

**Figura 22** - Imagem do quadro “Vida Nova na Amazônia”, Fortaleza, 1943.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz. Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará — UFC.

O trabalho de coleta do látex é imagetivamente focado, sendo realizado no entorno da casa, perto da família. Do contrário, outras verdades foram impostas aos soldados da borracha e sua família, como o não cumprimento de algumas cláusulas, com destaque para o fim do pagamento dos benefícios destinados às mulheres dos soldados da borracha como pode ser apreendido na obra de Maria Verônica Secreto “Fúria epistolar: As cartas das mulheres dos Soldados da Borracha”.

O fim do pagamento da assistência significava a miséria das famílias. Elas definiam a ação da suspensão do pagamento como desumana e apelavam para o envolvimento de Vargas, dizendo acreditar que ele não ficaria alheio ao sofrimento. A ação era desumana porque lançara na miséria mais de 4.500 pessoas, famílias de homens que acudiram ao chamado da pátria. Pediam a Vargas que examinasse

a causa e a resolvesse de forma que elas saberiam agradecer, como outras vezes já o fizeram, referindo-se com isso ao reconhecimento de outras ‘assistências’ recebidas nas horas críticas do Nordeste. Elas expuseram o duplo abandono em que se encontravam, sem maridos e sem Estado (SECRETO, 2005, p. 189).

Atento às necessidades das terras dos seringais, Alfredo Távora mandou instalar os alojamentos em uma localidade arejada, de frente à localidade de Ferreira Gomes, na outra margem do rio. Segundo o depoente, os alojamentos eram indispensáveis aos trabalhadores da borracha para operar nos seringais. No ano seguinte, conseguiu instalar uma escola primária, trazendo como professora Maria Iracy, esposa do administrador Raimundo Tavares, um dos seus funcionários. Em contato com o governador, Janary Nunes, conseguiu convencê-lo de elaborar estudos para a abertura de uma estrada entre Ferreira Gomes e Porto Grande, empreendimento realizado com a ajuda do mateiro — caboclo conhecedor das matas — Nenê Coelho e do topógrafo José Maria, enviado pelo administrador do TFA.

Aqui tem início a história de vida de Alfredo Távora como homem de negócios, funcionário por algum tempo, profissional liberal, fundador e articulista do *Jornal Folha do Povo*, o que será bem detalhado mais adiante. Um crítico social, principalmente da forma de como se deu o contrato da Icomi e seu compromisso de responsabilidade social com relação à cidade de Macapá. No campo político, também não deixou de emitir sua opinião, principalmente sobre a política administrativa da família Nunes, a qual considerou um período de pressão e de discriminação à liberdade partidária<sup>85</sup>. Segundo Alfredo, o desenvolvimento do Amapá jamais deslancharia, haja vista que as verbas entravam e saíam pelo ralo da incompetência, dada a falta de planejamento (GONSALVES, 2010).

No início de sua residência no município do Amapá, Alfredo Távora Gonsalves manteve um relacionamento amistoso com o gestor público do TFA, inclusive participando de jantares sociais na casa do governador, relacionamento que se rompeu posteriormente. Certo dia, Alfredo teve de intervir junto ao Tribunal de Justiça dos Territórios, em favor de comerciantes

---

85 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 26 dezembro de 12.2012.

e fazendeiros<sup>86</sup>, quando, na ausência do governador, o chefe de polícia (capitão Humberto de Vasconcelos) havia os acusado de roubo, postos presos, aplicando-lhes a penalidade de limpeza urbana. Entendendo a decisão do capitão como uma sentença de humilhação a cidadãos trabalhadores, Alfredo fez valer o uso de um *habeas corpus* impetrado por ele junto ao Tribunal de Justiça do Território (TJT), que foi deferido e os homens foram liberados.

Sabendo que a prisão pelo chefe de polícia havia sido feita em nome do governador, o depoente procurou de imediato comunicar-lhe através de carta o acontecimento e sua interferência no fato ocorrido. No retorno da viagem do governador, de passagem por Belém, Alfredo foi cumprimentá-lo no Grande Hotel e conversar sobre o fato, mas o gestor negou ter recebido qualquer comunicado seu e pediu que o enviasse novamente. Poucos dias depois, Alfredo Gonsalves (2010) recebe um telegrama com os seguintes dizeres: “Recebi sua carta, se não está satisfeito venha fazer política no Amapá. Era um desafio”. A conexão amistosa e política até então estabelecida entre Alfredo e o gestor público do Território ruiu. O vínculo social sustentado por convergência de interesses se rompia, levando-o à decisão de buscar outra composição (GONSALVES, 2010, p. 81).

Emerge, nessa circunstância, uma forma bastante elementar de conflito, neste caso a aversão. A aversão, como uma sociabilidade conflitiva, é muito utilizada na condição de forma de proteção social. Posto isso, tomo como assertiva o pensamento de George Simmel sobre esse sentimento:

Sem tal aversão, não poderíamos imaginar que forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outros todos os dias. Toda a organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões, do tipo mais efêmero ao mais duradouro (SIMMEL, 1983, p. 128).

---

86 A prisão ocorreu por razão de uma denúncia que indicava os comerciantes e os fazendeiros como receptores de furtos. Após investigação, ficou comprovado que os rolos de arames lisos e farpados foram doados aos operários que trabalhavam na Base Aérea do Amapá pelos americanos que estavam deixando essa unidade militar. Outros materiais também foram dados, pois não compensavam as despesas com o retorno de determinados bens (GONSALVES, 2010, p. 42).

A essa altura dos acontecimentos, um sentimento oposicionista já vinha nascendo, com algumas denúncias publicadas nos jornais impressos de Belém, capital do Pará, de que o governador do TFA estava aproveitando forças de trabalho alienígenas nos cargos públicos, em detrimento do pessoal local. Essa denúncia gerou desconforto até mesmo entre os funcionários. O número de pessoas da família que o primeiro governador contratou já era alvo de críticas pela própria equipe do governador e, entre eles, já estava ocorrendo divergências, que se espalhavam ou pela imprensa de Belém ou pela informação "boca a boca" entre as pessoas. A eleição para presidente do Brasil de 1946 terminou por alterar o clima de harmonia desejado pela administração Janary Nunes. Apesar de seu candidato, Eurico Gaspar Dutra, ter sido eleito no Território e no âmbito nacional, a oposição — Eduardo Gomes e Yedo Fiúza — apareceu com vários votos. Começou, então, uma ação governamental de caça aos inimigos, como se pode perceber na fala abaixo:

Os primeiros meses [dois anos] do governador Janary Nunes foram profícuos, porém, depois as coisas passaram a mudar. Começaram a aparecer sinais de egocentrismo e de promoção pessoal, e um velado endeusamento por parte dos aduladores, que vicejavam em torno do governador (GONSALVES, 2010, p. 40).

O investimento na economia do látex vinha satisfazendo Alfredo Távora, mas o conforto durou pouco tempo. Ele foi surpreendido por uma ação judicial dentro da qual lhe acusavam de inadimplência, penhorando toda a sua terra de seringal, mesmo com o contrato estabelecido ainda não expirado. Os trâmites lentos levaram os negócios do seringalista à ruína: até o banco negou-lhe devolver os 30% (em dinheiro) da produção entregue, como era a norma contratual, para pagar os trabalhadores. Dentro desse contexto, acertou contas com os "soldados da borracha" e se retirou para o Rio de Janeiro. Passou a atuar como funcionário concursado da Companhia Telefônica Brasileira, empresa canadense onde trabalhou até 1950 sem perder vínculo com Belém e o TFA, tendo em vista sua condição de delegado do Diretório do PTB de Belém e do Amapá.

O entrevistado confessou que jamais esqueceu suas terras e a injustiça<sup>87</sup> que lhe foi feita, razão que o levou a escrever uma carta ao presidente Marechal Dutra, propondo a moratória para as dívidas dos seringalistas com o Banco Central da Borracha (BCB). Só conseguiu solucionar a perda de suas terras já no governo de Getúlio Vargas, em 1951, quando um funcionário do referido banco lhe aconselhou a comprar suas próprias terras ao banco, que na época foram postas para leilão, mas até então não haviam sido compradas. Elfredo lançou a proposta em carta e a dirigiu a Gabriel Hermes Filho, presidente do BCB, que a despachou favoravelmente; foi quando conseguiu comprar sua propriedade em parcelas de 10 meses de pagamento, conquista que parece ter sido a realização de seu sonho, o retorno das terras de seu pai. Ele assim descreveu a situação: “Fizemos as escrituras e os registros competentes no cartório do Amapá. Assim, ressurgido das cinzas, tal fênix moderna, o meu sonho se concretizou. Voltei a tomar posse da propriedade em fevereiro de 1963” (GONSALVES, 2010, p. 30).

Sua posição crítica de observador do social aproximou vários cidadãos que comungaram com ele a respeito da falta de liberdade política imposta por uma administração considerada autoritária sobre a população da Cidade. Foi jornalista, político e patrocinador cultural de informações e leituras mais reais da cidade em construção. Denunciou a situação de cidadãos que eram colocados nas prisões insalubres da fortaleza de São José e as condições de difícil acessibilidade das ruas em razão dos buracos e atoleiros na estação chuvosa. Ainda revelou a forma como os terrenos públicos estavam sendo ocupados por pessoas de posse, enquanto eram negados a outros por perseguição política.

De pequena e mirrada, a cidade crescia com a chegada de homens e mulheres à capital do Território Federal, principalmente do Norte e Nordeste. Do Sudeste, vieram os trabalhadores mais qualificados, intitulados pelos empresários de “graduados” e se assomavam aos habitantes de Macapá. Migrantes que adentraram na cidade após a década de 1950, com a implantação do enclave mineiro — Indústria de Comércio e Minerais (Icomi, figura 23)

---

87 Em outros momentos de nossos encontros, Elfredo Távora falou que era só conjectura, mas às vezes chegou a pensar que houve interferência política governamental no caso, porque estava tudo pago junto ao banco, só restava um débito de 120.000 cruzeiros que deveria ser pago na terceira etapa de entrega das toneladas de borracha e o próprio banco tinha seu advogado. Encontro ocorrido em 14/9/2011, notas de caderno de campo.

—, “cidade” construída na floresta, no distrito de Serra do Navio, interior do município de Macapá. Inicialmente, seu projeto era de ser um investimento de capital misto, mas posteriormente o capital estrangeiro determinou seu percurso de desenvolvimento. Foi arquitetada em pavilhões divididos por grau de qualificação (graduados, técnicos e braçais), condição social (casado ou solteiro), no último caso, separação entre as áreas de ocupação masculina e feminina. Os trabalhadores de um determinado *staff* não deveriam transitar pelos demais sem a autorização prévia da diretoria geral. O controle do tempo e o trabalho acelerado marcava uma nova forma de viver em Macapá, paralela a outras formas de trabalho com menos inspeção.

Essa indústria de minérios recebeu trabalhadores das cidades vizinhas a Macapá, especificamente para cargos técnicos burocráticos, a exemplo de trabalho em escritório. Capacitou jovem de pouco estudo (primário) para os serviços de controle de máquinas, caminhões, tratoristas, perfuratrizes, britadores. A revista Icomi, mídia que divulgava a selva como possibilidade de convivência com o capitalismo, propagava também a transformação do homem “ignorante” em operário para a indústria. Na primeira revista, publicada em janeiro de 1964 a imagem do homem amazônida impotencial, sem qualificação, é transformada em operário controlador de máquinas. Em seu discurso escrito, evidencia: “para o homem da Amazônia máquinas não têm segredo”. Na concepção dos empresários, esses trabalhadores agora estavam capacitados a servir ao capital, como pode ser entendido abaixo.

Vindo de muitos pontos da região, logo penetram os segredos dos grandes tratores, das perfuratrizes, dos britadores e de todos os equipamentos que, na maioria dos casos, virem pela primeira vez, em Serra do Navio. Sensíveis aos ensinamentos, perspicazes e com elevado senso de responsabilidade, dominam hoje completamente os poderosos mecanismos que enchem de ruídos a Serra do Navio<sup>88</sup>.

---

88 Revista Icomi Notícias, janeiro de 1964, nº 1, ano 1, p. 12.

**Figura 23** - Empresa e Comércio de Minérios Icomi — Serra do Navio.

Fonte: Revista Icomi, nº 661 de 8/5/1965

Nessa empresa de severa hierarquia social, quanto mais importante fosse a qualificação, mais destacado seria o *staff* de moradia dos trabalhadores graduados. Conseqüentemente, diretores, mineralogistas, arquitetos, engenheiros, professores, médicos e funcionários da saúde, ocuparam o primeiro ou o segundo escalão da divisão hierárquica dos *staffs* sociais. Quase todos vieram de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Do estado do Pará, principalmente de suas cidades vizinhas, vieram os trabalhadores para as atividades técnicas (escritório) e os trabalhadores braçais, que operaram as máquinas, tratores, escavadeiras, caminhões. Os demais trabalhadores ocuparam as atividades mais pesadas, pelo uso da força física para romper matas e rios, limpar os percursos, defini-los com britas, enfileirar toras de madeira para suporte das linhas de ferro (figura 24). Era a construção da estrada de ferro que ligaria o Porto de Macapá (atual Porto de Santana) ao distrito Serra do Navio.



**Figura 24** - Linha Férrea — ligando Serra do Navio ao Porto de Macapá (atualmente Porto da cidade de Santana).



Fonte: Revista Icomi, nº 661 de 8/5/1965.

A revista Icomi, criada como mídia escrita para divulgar a ousadia desse portentoso investimento, deixava entrever cada passo desse evento como um glorioso espetáculo a ser provado de conexão possível entre floresta e progresso econômico. Constituía também um veículo de informação para que outros estados brasileiros tomassem conhecimento das possibilidades econômicas do TFA, bem como da transformação de sua força de trabalho, antes vista como bárbara, mas à medida que esses homens brutos da floresta foram agregados ao compasso da empresa, de suas máquinas e mecânicas em geral, tornaram-se trabalhadores a serviço do capital. Esse parque industrial, aberto à oferta de trabalho técnico e braçal para os cidadãos sem qualificação específica, foi um ímã que atraiu muitos migrantes para a cidade Macapá, com objetivos de conseguir trabalho na empresa Icomi, situada no distrito de Serra do Navio.

Homens e mulheres (paraenses, cearenses, pernambucanos, paraibanos) vieram para Macapá em busca de satisfazer sonhos de prosperidade e de melhores condições de vida. Alguns chegaram até a Icomi, outros

conseguiram cargos públicos como técnicos, outros trabalharam na construção civil. Os de espírito inventivo dedicavam-se ao comércio ambulante, começavam a vida colocando uma sacola no bagageiro de uma bicicleta e saíam vendendo roupas nas casas, ou mesmo fabricando e vendendo sacolas de papel no Mercado Central da cidade<sup>89</sup>. Algumas dessas experiências resultaram no sucesso de diversos comerciantes, pois com o perpassar do tempo se tornaram grandes comerciantes, fazendo parte da elite econômica local.

Mas as oportunidades não se deram de forma igual para todos, principalmente para os que não traziam uma qualificação como condição empregatícia, a exemplo dos roceiros que limpavam quintais e calçadas, das lavadeiras, das domésticas: “Pessoas de humilde condição social, cuja riqueza são [eram] os numerosos filhos, a boa vontade de trabalhar”, como relata o articulista Ângelo Biraghi, do jornal *A Voz Católica*. Sobre essas pessoas, o padre ainda descreve que eram moradores oriundos do “interior” do Território e das cidades do Pará e que, ao chegarem a Macapá, ocuparam as resacas (campos alagados). Esses migrantes fizeram suas moradias no Igarapé das Mulheres por não terem condições de comprar terrenos em solo firme; o lugar hoje corresponde ao Bairro do Perpétuo Socorro<sup>90</sup>. A ideia de uma cidade “joia menina da Amazônia” começa a se desestruturar com ocupações desordenadas.

Como já mencionado, as casas foram construídas para o secretariado do governo, assim como para os médicos, engenheiros, diretores de escolas e hospitais. Os professores tiveram inicialmente suas casas construídas de madeira, só melhorando na década de 1950, com a construção do conjunto do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase) (figura 25). Os demais trabalhadores não tiveram acesso à moradia construída pelo governo. Lançaram mão, pois, de construir suas residências comprando terrenos e, no caso dos desfavorecidos, ocupando áreas alagadas e construindo

---

89 Amiraldo Bezerra, em seu livro *A margem esquerda do Amazonas*, narra como sua família começou a vida na cidade de Macapá, inclusive como foram constituindo-se nesse lugar e construindo também a cidade. Inicialmente, foi vendedor de sacolas fabricadas por ele mesmo a partir da reciclagem de sacos de cimento. Usando a parte interna dos sacos, produzia sacolas menores que eram vendidas nas barracas de verduras ou às pessoas que por elas procuravam no Mercado Central de Macapá. Com o passar do tempo se tornou um comerciante reconhecido (BEZERRA, 2008, p. 23).

90 *Jornal A Voz Católica*, 1960, 304, p. 23.

palafitas, denominadas de “bandolas”<sup>91</sup>. Optavam por construir casas de madeira porque o produto era adquirido a baixo custo, ou mesmo sem constituir despesas, pois as tábuas e a mão de obra eram locais, já que alguns tinham experiência na construção dessas edificações. Quando o morador tinha mais recursos e queria uma casa bem projetada, contratava marceneiro especializado.

**Figura 25** - Imagem das casas construídas e entregues em 1950 — Conjunto do Ipase — durante o governo Janary Nunes, na Av. Procópio Rola, indo da General Rondon até a Rua Tiradentes.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

A oportunidade de trabalho e os desejos por melhores condições sociais foram as razões imediatas que levaram trabalhadores a se tornarem moradores da Cidade de Macapá. Dessa forma, uma diversidade de profissionais foi se estabelecendo na cidade e participando politicamente de sua vida urbana, congregando experiências distintas que iam se movendo e se

91 Casa erguida quase sempre no estilo palafita, experiência dos ribeirinhos para se livrarem dos fluxos de maré alta dos rios. Os moradores menos abastecidos faziam suas casas de um único cômodo, que servia de cozinha, quarto e sala ao mesmo tempo. Os que detinham melhores condições as faziam com as devidas divisórias (sala, quartos, cozinha e uma área coberta atrás para lavar e secar as roupas). As paredes eram revestidas de tábuas por fora e por dentro e pintadas de tinta a óleo. Atualmente, com o controle da extração da madeira e a agregação de valor dado a essa matéria-prima, não é mais viável a construção de casas de madeira, porém esse tipo de casa ainda é bastante usado pela população da ressaca, que a constrói no estilo palafita, usando a madeira na sua forma bruta e muitos moradores a trazem do interior, onde a compram a preços mais baixos e a trazem de lá no barco de alguma pessoa da família.

acomodando enquanto multiplicidade urbana. Nesse momento, a cidade pacata incorporava, através de seu Cais, novos e múltiplos valores que ela haveria de guisar sem poder se desfazer do que acolheu como produto para se tornar mais moderna. O entrecruzamento das experiências coletivas solidificava-se a partir da mistura dos vários saberes naquele lugar instalados. É nesse contexto da gestão do governador Janary Nunes que apresentaremos a experiência de Benony Ferreira Lima.

A trajetória de Benony Ferreira Lima, mais um interlocutor dentre os cinco desta pesquisa, encontra-se entrelaçada ao ímã que se tornou a cidade de Macapá quando passou a sofrer as intervenções na sua forma urbana. No espaço físico urbano, a construção civil criou canteiros de obras com necessidade de força de trabalho para quase tudo, até mesmo para encher os tambores de água para as construções, já que a cidade não possuía água encanada. O pai de Benony, Francisco Ferreira de Lima, foi o primeiro de sua família a migrar para Macapá. Como carpinteiro experiente, chegou à cidade em 1945, quando logo foi contratado para trabalhar na construção civil. Ciente de que seu filho Benony estava desempregado em Belém do Pará, mandou chamar-lhe para trabalhar em Macapá. Não era bem o interesse de Benony, pois, apesar de ser filho de nordestinos — que viviam entre a experiência de ser ribeirinhos e de trabalhar desde cedo nos seringais para complementar a economia familiar —, sempre sonhara com a cidade grande<sup>92</sup>.

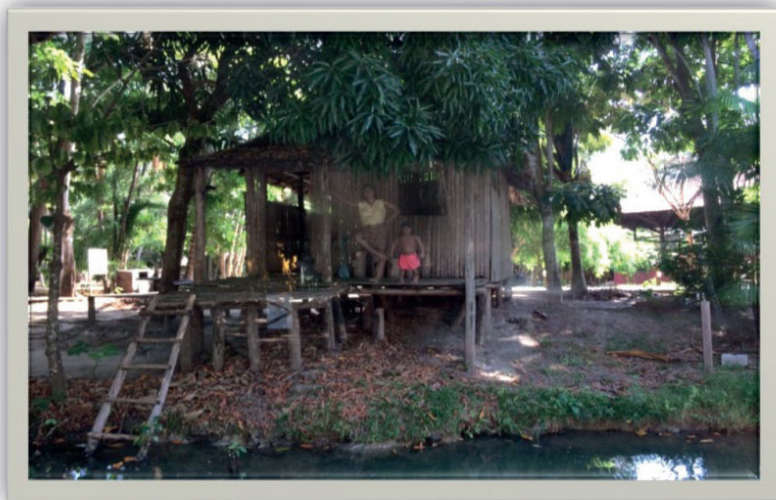
Benony Ferreira Lima, como já vimos, era filho de família nordestina adaptada à vida ribeirinha, vivendo numa casa construída de paxiúba, uma dentre as espécies de palmeiras da floresta amazônica. A haste longa da palmeira é ripada e atada por cipó uma a outra formando uma parede, como destacada na imagem abaixo (figura 26). Nas lembranças do jovem Benony, ele recorda ter sido menor trabalhador nos espaços da floresta desde os cinco anos de idade, porém sua memória registrou uma atividade que realizava um pouco mais velho, quando já caçava para ajudar na alimentação diária, como se pode observar na citação a seguir. Com o aumento da idade, passou a ajudar o pai em atividade remunerada, na caça de jacarés e na extração do látex, como forma de complementar a dieta alimentar cotidiana, a qual era retirada da floresta e do rio, garantindo a sobrevivência da família.

---

92 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 25 de dezembro de 2012.

Eu (9 anos) e o meu irmão Samuel (7 anos) entrávamos na mata com três cachorros “farrusco, garotinho e taquice”, quando voltávamos, geralmente trazíamos, paca, tatu, cotia, guandú, preguiça, murcua e outros que deixei de mencionar. No interior a vida é assim...<sup>93</sup>

**Figura 26** - Casa construída de paxiúba, com cobertura de folha de buçu (palmeira) e assoalho de paxiúba de açazeiro.



Fonte: Arquivo da autora, fotografia feita no Museu Sacaca, em 2011.

O rapaz possuía um sonho de morar na capital do estado, Belém do Pará, pois acreditava que lá a vida era mais fácil. Cansado da dureza como trabalhador da floresta e dos sacrifícios da coleta do látex no seio das matas alagadas, deixou tudo e seguiu para Belém. Não tinha, porém, nenhuma qualificação, apenas a experiência em marcenaria aprendida com seu pai, razão pela qual não conseguiu emprego na metrópole belenense. Quando seu pai o intimou para trabalhar em Macapá, a atividade que realizava em Belém era ajudar seu irmão a entregar pães pela cidade a serviço de uma padaria. Mesmo assim, estava estudando e guardava seu sonho de ser advogado, motivo que o fazia não querer sair da Capital, mesmo desempregado.

---

93 *Idem*, 2012.

Em seu relato, revela: “deixei Belém chorando, porque o maior sonho de minha vida era morar na capital do estado do Pará, mas naquele tempo ordem superior era cumprida”. O rapaz atendeu a ordem do pai e viajou para Macapá. Em julho de 1945, Benony chegava a Macapá e seus anseios por urbanidade logo captaram a imagem interiorana da Cidade:

[...] o lugar era atrasado, tudo parecia difícil, a essas alturas Macapá não possuía água encanada e a população da cidade consumia água de três poços: São José, Abileiro e Samba-ri-ri. Este último ficava por trás do “Museu Joaquim CAETANO da Silva”, o qual, na época, funcionava como prédio da prefeitura municipal e o palácio do governo.<sup>94</sup>

A migração como entrecruzamento das experiências coletivas promovida pela atração de possibilidade de emprego solidificava-se a partir da mistura dos vários saberes naquele lugar instalados. É nesse contexto da gestão do governador Janary Nunes que se apresenta a experiência de Benony Ferreira Lima. Sua trajetória encontra-se, como fica aqui demonstrada, entrelaçada ao ímã que se tornou a cidade de Macapá quando passou a sofrer as intervenções na sua forma urbana. Analisando-se esse processo histórico situado em Macapá dos anos 1940 à luz das proposições de Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol (1996, p. 165), pode-se inferir que essa intervenção no urbano tinha a função de “curetagem social”; assim, tal empreendimento urbanístico acabava por reabilitar o patrimônio, porém de um modo que “subtrai a usuários o que apresenta a observadores”.

Como já foi enfatizado, nas circunstâncias em que tal processo ocorreu, a cidade de Macapá converteu-se em um espaço moderno. Para tanto, exigia várias modalidades de trabalhadores, desde engenheiros à escala do trabalhador braçal. Francisco Lima, pai de Benony, sabendo que seu filho havia perdido o emprego em Belém, manda ordens de que vá para Macapá, pois havia assegurado um emprego para ele. Nesse ponto em que se encontra a trajetória narrada por Benony, é possível alargar esse tecido analítico em conexão com a Antropologia Urbana. E aqui as assertivas de Ana Luiza C. da Rocha e Cornelia Eckert sobre o exercício de uma “etnografia da duração” afluem como referência metodológica para estudar a memória coletiva em

94 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 25 de dezembro de 2012.

situações nas quais a cidade configura como plano de fundo a instigar identidades e imagens narrativas, relatos práticas e saberes. Nessa perspectiva, o olhar sobre o espaço urbano compreende que

[...] o trabalho do antropólogo, na produção de uma etnografia da duração, tem por desafio acompanhar os deslocamentos (nos espaços vividos, nos tempos lembrados etc.) dos habitantes [...] aos confins das experiências [...] vividas, que ultrapassam até mesmo suas referências históricas e geográficas mais ontológicas, mais concretas e palpáveis (ROCHA; ECKERT, 2013, p.22).

Esse exercício de pensar a memória como uma identidade narrada e produto de trajetórias que não se tecem na linearidade põe em relevo o tema da migração. Nesse sentido, importa destacar que o sonho de Benony era morar em Belém, capital do Pará, mas seu desejo foi interrompido pela ordem paterna, que era incontestável, à semelhança da relação moral estabelecida entre seu avô e seu pai. Nesse referente empírico, o fenômeno em discussão mantém relação com a categoria família, assertiva corroborada por Fausto Brito (2009), inspirado em Eunice Durham (1984), ao observar que a migração é predominantemente familiar e definitiva. Para Durham (*Idem*), o indivíduo não migra sozinho; nesse deslocamento, normalmente está associado à família ou articulado dentro de uma rede de interações sociais que facilita a sua integração na região urbana. A autora ainda acrescenta que a migração é mais do que necessária do ponto de vista da modernização da sociedade e que o deslocamento humano é parte da cultura brasileira, como caminho para a mobilidade social do indivíduo, de maneira que não é resultante somente da racionalidade econômica na decisão de migrar, mas produto da racionalidade social enraizada na própria cultura brasileira.

Relatou Benony que chegou num final de semana em Macapá, era um dia de domingo. Observou que a maré estava baixa, o barco o havia deixado distante da rampa de atracação da Doca da Fortaleza (porto da cidade); então tirou os sapatos dos pés e segurou-lhes nas mãos, saiu caminhando por dentro das águas baixas do rio Amazonas até chegar à sua margem de areia fina e meio amarelada. Ao dirigir o olhar a seu lado esquerdo, observou a Fortaleza de São José e, à frente, mirou-se num grande pé de assacuzeiro; não sabia Benony que aquela árvore, outrora representara um monumento

de terror aos visitantes da Cidade. Caso tivesse conhecido a maldição que lhe impuseram, teria voltado imediatamente daquele lugar. O jovem era mais um trabalhador que chegava à Cidade sem experiência. Em vista disso, vai começar pelo trabalho mais pesado, segundo Benony (2012), “o pior da construção civil”<sup>95</sup>.

O emprego que seu pai lhe conseguira, de serviçal na escola Barão do Rio Branco (figura 27), foi logo recusado por ele, pois consistia em encher dois tambores de água de duzentos litros, todos os dias, pela manhã e na parte da tarde. A água era retirada do rio Amazonas para o local de construção, trajeto de mil metros de distância, com várias idas e voltas com baldes pequenos. Cabe aqui ressaltar que em Macapá não existia água encanada, só poços para as necessidades humanas. Segundo o jovem, parecia-lhe um insulto: “eu que trazia do interior o ódio por tais trabalhos, o de carregar água e remar, desisti antes de assumir”<sup>96</sup>.

**Figura 27** - Primeira escola em alvenaria na cidade de Macapá. A foto data de 1944/5. Foi concluída em 1946 e inaugurada em 13 de setembro do mesmo ano.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

---

95 Idem, 2012.

96 Ibidem, 2012.



Benony era um jovem que se dizia destemido. Na mesma escola em construção, Barão do Rio Branco — a primeira edificação escolar construída por Janary Nunes —, ele procurou o mestre de obras, de nome Paraíba, e com ele conseguiu trabalho como ajudante de pedreiro. O mestre, a princípio, duvidou de sua capacidade pelo fato de ser muito novo e de não possuir experiência. Mesmo assim, foi aceito na obra e começou sua vida como trabalhador urbano aos 18 anos, ganhando quinze mil cruzeiros, subindo e descendo escada, levando tijolos para os pedreiros. Benony reconhece que era um trabalho pesado, “mas era ainda bem melhor do que aqueles que eu executava no Afuá”<sup>97</sup>.

O rapaz não demorou a galgar melhores condições de trabalho. Passou a ajudante de marceneiro e ganhava vinte um mil cruzeiros por mês. Especializou-se em raspagem de piso de madeira e passou a ganhar noventa mil cruzeiros por dia. Por achar que já ganhava bastante bem, inclusive mais do que seu pai, o depoente confessa que “dava o da casa, o restante eu derretia com jogos de cartas e festas, naquela idade eu não pensava no futuro”<sup>98</sup>. Benony relata que “esse momento histórico foi bastante propício para quem tinha profissão em Macapá, foi um período áureo para se conseguir trabalho e ganhar bem, compreendendo que nesse período o governador Janary Nunes tinha pressa na execução das obras”<sup>99</sup>.

Não estavam sendo construídos apenas prédios públicos (escolas, postos de saúde e hospitais), mas também conjuntos residenciais para os funcionários do alto escalão, os diretores e secretários dos órgãos públicos administrativos. O conjunto de casas para moradia dos professores foi feito de madeira (figura 28), com as paredes internas revestidas por outra camada de tábuas e cobertas de telhas. A “distinção social” ficava bem explícita, pois as casas dos médicos e outros indivíduos que faziam parte do secretariado do Estado recebiam o desenho a estilo do arquiteto, além de serem construídas de alvenaria e telhas, como visto anteriormente.

---

97 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

98 Idem, 2012.

99 Ibidem, 2012.

**Figura 28** - Casas dos primeiros funcionários, principalmente professores, construídas de madeira e telhas durante o governo Janary Nunes, nas Avenidas Mendonça Furtado e Presidente Vargas, em 1945.



Fonte: Arquivo de João Lázaro. Foto datada de 1948.

Benony, sem demora, mandou buscar seu irmão em Belém, que vivia ganhando pouco com a entrega de pães. Quando chega, logo começa a trabalhar também. O depoente declarou: “nossa vida melhorava a passos largos, pão, carne e outras coisas a mais, que não existia no interior passaram a fazer parte do nosso dia a dia. Nossa Canaã havia chegado”<sup>100</sup>. Preocupado sempre em melhorar suas condições de trabalho, o rapaz estudava à noite. Não demorou em fazer o exame de admissão e, quando passou, foi cursar o ensino ginásial. Posteriormente, apresentou-se para o serviço militar no então criado Tiro de Guerra em Macapá, e recebeu sua carteira de reservista de 2ª Categoria. Todavia, alega que, nos anos de 1948, uma ousadia sua lhe valeu reconhecimento de heroísmo, repercutindo por toda a Cidade: a derrubada de quatro torres de madeira (duas de quarenta metros e duas de trinta) que sustentavam as instalações de Transmissão da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, correspondente à extinta empresa Varig.

---

100 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

O depoente revelou ter recebido a ordem de funcionários do Território para derrubar as referidas torres, pois elas estavam por cair sobre várias casas. Como um bom marceneiro que dizia ser, deu conta da tarefa em vinte e um dias, sem expor os moradores do entorno a perigo e salvando a si mesmo também. Essa capacidade engenhosa de Benony elevou seu mérito, sendo promovido a carpinteiro de primeira classe e tendo seu salário acrescido. Porém, o governador Janary Nunes perdeu uma eleitora, mesmo sem ser o mandante de tal serviço perigoso, uma vez que a operação foi realizada sem as mínimas condições de segurança do trabalhador. O interlocutor revela: “por causa desse trabalho de risco, minha mãe passou o resto da vida com mágoas do governador”<sup>101</sup>.

Sempre metido em pequenas confusões, Benony, no curso ginásial, foi acusado de estar colando na realização das provas na escola. O fato o irritou muito, pois, segundo ele, foi uma acusação injusta. Faltando-lhe a paciência, saiu da sala de aula falando palavras que não devia. Foi expulso por quinze dias pelo diretor da Escola Pública Amapaense, Amílcar da Silva Pereira. No entender do jovem, ele era um médico de “excessiva autoridade”<sup>102</sup>. No outro dia, o governador Janary manda demitir Benony, perseguição que, para ele, durou muito tempo em sua vida, só terminando quando se tornou eleitor janarista e partidário do governador. Como em 1952 a única fonte de emprego era o Estado, o depoente teve que voltar para Belém, capital do Pará.

Trabalhando sempre como marceneiro, Benony continuou estudando, mas vivendo sempre apertado, visto que seu salário era apenas suficiente para pagar o aluguel do quarto em que morava, a comida e a escola onde estudava em Belém. Passou por vários contratemplos, perdeu a possibilidade de fazer suas provas finais de conclusão do Ginásio por estar em débito com o colégio. Posteriormente, realizou trabalho extra e quitou a dívida, fez suas provas e passou para o primeiro ano do ensino científico. Apesar de ser operário da construção civil, Benony manteve um ciclo de amizades que o fez participar politicamente de reuniões de partidos políticos, como o Partido Social Democrático (PSD), do General Magalhães Barata, e do Grêmio Cultural Recreativo Brasil, que funcionava na rua Presidente Vargas (Belém/

101 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

102 Idem, 2012.

PA). Estava também diretamente aliado ao Partido Integralista Brasileiro, do orador Plínio Salgado, nos altos da Café Carioca, em Belém, como descreve:

No Grêmio, eu era o único operário que integrava ao grupo, os demais eram todos formados: Bonifácio Serra — advogado; Virgílio Lobonate — agrônomo; Rafael Ruper — advogado; Luiz Moura — bancário; Carlos Moura — bancário; Arnando Carneiro — empresário; Hector — hoje é juiz de direito e outros que não me vem à memória.<sup>103</sup>

Nesse contexto, foi convidado para ir ao Rio de Janeiro por um primo e, como já estava no primeiro grau do científico, tinha certeza de que pegaria um bom emprego e realizaria seu sonho de ser advogado. Resolveu, então, ir a Macapá para se despedir dos pais, mas ao chegar à Cidade encontrou-os morando em outro bairro, em uma casa nova e com boa alimentação. Benony recuou em sua decisão e ficou em Macapá, mas sua interpretação realizada a partir do presente é de mágoa de si mesmo, uma vez que acreditava ter jogado fora mais uma vez a oportunidade de ser um homem formado em direito judiciário. O depoente fala como se tivesse a certeza de que sua ida para o Sudeste seria bastante proveitosa, com caminhos favoráveis aos seus planos.

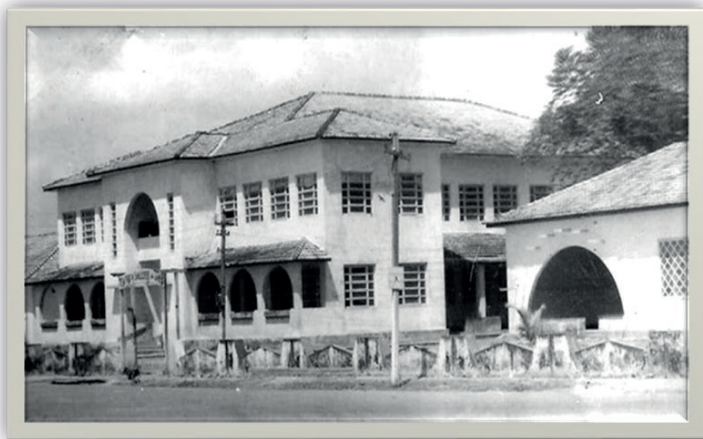
Permaneceu em Macapá como marceneiro e estudante. Em 1955, junto a alguns amigos, adentrou para a política estudantil com a intenção de que o governo trouxesse para Macapá uma universidade, para atender às necessidades dos jovens do Território Federal do Amapá. Aproveitaram o ensejo de eleição para o Grêmio Estudantil Rui Barbosa, do Colégio Barão do Rio Branco (figura 29), e se colocaram em defesa de José Maria da Cunha, em oposição à reeleição de Edilson Borges de Oliveira, que representava a situação. O referido espaço de educação foi a primeira escola de alvenaria, como destaque visualmente com a imagem abaixo disposta, construída na gestão do governo de Janary Nunes. O estudante Edilson estava na presidência do Grêmio e representava os interesses do gestor territorial, motivos pelos quais ignorava qualquer defesa ou interesse de levantar bandeira em favor do ensino superior na Cidade, muito menos de defender a continuidade

---

103 Ibidem. 29.12. 2012.

dos estudos para os alunos que não tinham condições de se deslocarem para cursar universidade na capital do Pará, Belém.

**Figura 29-** Inaugurada em 13 de setembro de 1946, com o nome de Grupo Escolar de Macapá, posteriormente, Grupo Escolar Barão do Rio Branco, foi a primeira escola de alvenaria de Macapá, na qual foi construído o primeiro cinema oficial da cidade, denominado de Cine Teatro Territorial.



Fonte: Acervo particular de Edgar Rodrigues/Jornalista amapaense. Adquirida em 2010.

Na narrativa de Benony, ele reforça: “Foi aí que eu, com Jackson Alencar, Ulisses, José Maria da Cunha e meu irmão Samuel, levantamos em oposição a Edilson, e nosso protesto fazia alusão no que se referia à criação da faculdade do Amapá”<sup>104</sup>. Essa bandeira de luta não se restringia simplesmente aos estudantes, mas fazia parte do desejo da sociedade mais letrada de migrantes, que chegou à Cidade e sentiam a necessidade desse serviço para a garantia do desenvolvimento cultural e urbano do Território. Jornalistas, padres, professores aliados e defensores do conhecimento acadêmico puseram-se também, em outros tempos, a defender a implantação do ensino superior, proposta que chegou a ser temática e assunto crítico no jornal da igreja, *A Voz Católica*.

As mediações aqui ganham destaque e apontam para um processo de constantes agenciamentos que não só vinculou humanos como não

---

104 Benony Ferreira Lima. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

humanos. Tais conexões geraram redefinições da realidade de Macapá, posto que novos controles assumiram o poder e levaram a público os anseios da Cidade por educação superior. Esse processo de “engenharia heterogênea”, no qual elementos do social e do técnico se acoplam, são definidos por Bruno Latour como seres/agenciamentos que não são nem puros humanos e nem puros não-humanos. Partindo das assertivas do sociólogo:

O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz — seus desempenhos [...]. Uma vez que, em inglês, a palavra actor (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes *actant* (atuante), termo tomado à semiótica, para incluir não-humanos na definição (LATOURE, 2001, p. 346).

A cidade de Macapá já atingia certo grau de urbanidade, mas a ausência do ensino acadêmico limitava os sonhos dos jovens de baixo poder aquisitivo a dar continuidade aos estudos, posto que apenas um pequeno grupo tinha condição de se deslocar à capital do Território. As dificuldades para a conquista do ensino universitário não eram poucas, uma vez que a região era praticamente ilhada, havendo apenas duas vias de saída: a via aérea, nesse caso a 1 hora de viagem Macapá/Belém, e a via fluvial, na qual a viagem para a capital do Pará durava 24 horas nas águas do rio Amazonas. Financeiramente, era impossível para um jovem sem recursos chegar à academia se de antemão não ganhasse uma bolsa de estudos ou não fosse apadrinhado por uma família que o sustentasse em Belém.

Leonel Nascimento, um dos meus interlocutores (prefeito do município do Amapá), será mais evidenciado adiante. Ele investiu esforços no sentido de garantir que estudantes pudessem sair para fazer um curso superior em Belém do Pará. Comprometeu-se com os estudantes da cidade do Amapá e batalhou por conseguir padrinhos para mantê-los na universidade. Leonel narrou que essa experiência foi muito importante, porque muitos desses jovens destacaram-se na sociedade amapaense. Esse compromisso foi uma das realizações de que se lembra com satisfação<sup>105</sup>. Para o jovem Benony e para os padres do jornal *A Voz Católica*, essa conquista era um paliativo,

---

105 Leonel Nascimento. Entrevistado na cidade de Macapá-AP, em 8 de novembro de 2011.

uma conquista social injusta, visto que só atendia a um número reduzido de alunos, ficando a maioria impossibilitada de ter acesso à educação superior.

Na trajetória de Benony Lima, observamos uma grande contribuição cultural não só manifestada por ele, mas pelo sonho coletivo daqueles jovens. Era uma rede de desejos sendo evocados através dos estudantes macapaenses no final da década de quarenta do século passado. Essa exigência por uma educação superior foi compartilhada pelo jornal *A Voz Católica*<sup>106</sup>, periódico da igreja local, que se posicionou pela importância da elevação cultural dos jovens e do desenvolvimento da sociedade, em seu número de dezembro de 1961. O governo vinha resolvendo esse *deficit* social de forma paliativa, com o emprego de bolsas de estudos, porém não era uma política de educação que favorecia os estudantes filhos de trabalhadores.

Essa decisão vinha sendo criticada nas páginas dos jornais *Folha do Povo* e *A Voz Católica*, posto que os críticos da imprensa Católica não acreditavam na inserção do ensino superior por essa via, considerada muito seletiva, pelo fato de a bolsa quase sempre atender as pessoas mais próximas da elite política. Para eles, era mais uma política clientelista; dentre as várias, a bolsa de formação universitária era uma das piores, pois a seleção ficava entre as famílias mais abastadas. Desta feita, o jornal *A Voz Católica* reclamava que a não implantação do ensino superior em Macapá era “falta de interesse do governo [...], pois anos de experiência não deram masculinidade desejada ao governo”<sup>107</sup>.

Essa luta estudantil e de grande parte da sociedade por ensino superior foi tolhida, o que impediu a juventude amapaense, principalmente os jovens de pouco poder aquisitivo, de ter acesso ao ensino universitário, condição que perdurou por trinta e cinco anos. Essa conquista só foi obtida em 1991, quando a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi implantada em um prédio tão pequeno que uma única sala constituía o aparato legal de funcionamento para todas as coordenações. Foram ofertados nove cursos, quase todos na área de humanas (geografia, história, educação artística, secretariado, pedagogia, enfermagem, direito e letras), exceto matemática.

---

106 *Jornal A Voz Católica*. Macapá, 3.12.1961, 784, ano III, nº 110.

107 *Jornal A Voz Católica*. Macapá, 10.12.1961, 785, ano III, nº 111.

Envolvido na política estudantil pelo direito dos amapaenses aos conhecimentos acadêmicos, Benony perdeu seu emprego. Na época da mobilização da eleição para o Grêmio estudantil, o jovem estudante era aluno do Colégio Barão do Rio Branco e ao mesmo tempo trabalhador dessa instituição, inclusive realizando serviço de carpintaria na sede da representação discente. Mesmo assim, foi demitido sem demora depois que Edilson Borges de Oliveira comunicou a postura de oposição do estudante ao diretor da escola, o qual passou adiante a informação. A demissão foi uma penalidade do administrador Janary Nunes, por ter considerado as práticas do jovem subversivas aos interesses do governo do Território.

Benony narrou que para “fazer oposição ao governo, precisava de muita coragem, eu tive”<sup>108</sup>. Ele esclareceu que resolveu fazer política contrária aos interesses do governador justamente na campanha para presidente da República, que ocorreu no mesmo ano da eleição para o Grêmio. Naquela época, enfrentavam-se na arena política nacional os candidatos Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), de São Paulo; Juarez Távora, da União Democrática Nacional (UDN), do Ceará; e Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD), de Minas Gerais. Após sua demissão, partiu de “uma vez para a oposição, dessa vez contra o governo de Janary Nunes, a minha sorte estava selada, nada mais havia para mim”<sup>109</sup>. Apesar de não ter muita força política, Benony e mais quatro jovens iniciaram uma campanha em favor do candidato populista Adhemar de Barros.

Essa atitude oposicionista do depoente emergiu porque ele sabia que não tinha mais vez em Macapá, onde todo emprego dependia do governo, porém não imaginava que a perseguição política iria extrapolar o espaço público e adentrar ao privado. Benony conseguiu um emprego com um empreiteiro que estava construindo um depósito de material de construção, na baixada do Elesbão, hoje bairro Santa Inês, mas assim que o governador tomou conhecimento, ordenou ao construtor que o funcionário deveria ser demitido. O estudante/trabalhador só via uma saída para sua situação: ir para o Rio de Janeiro e enfrentar o mercado de trabalho.

---

108 Benony Ferreira Lima. Entrevistado na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

109 Idem, 29.12. 2012.



A bandeira de luta por uma universidade na cidade de Macapá foi levantada pioneiramente pelo jovem Benony e alguns amigos, mas posteriormente ela recrudescceu como um desejo de toda a sociedade macapaense, como ficou registrado nas várias edições do jornal *A Voz Católica*. A necessidade urgente por uma instituição de ensino superior como aporte de formação cultural para os jovens da Cidade era uma reivindicação que já recebia apoio, inclusive, dos padres da Igreja Católica, que percebiam nesse empreendimento um meio de construir uma sociedade culturalmente crítica e de múltiplos saberes. Benony retrata a falta de interesse da parte dos poderes públicos, dizendo:

Solicitações anteriores foram tolhidas pelo oficial do gabinete do governador. Macapá havia crescido muito e mudado bastante, porém, já existia uma política ambiciosa, coordenada pelo oficial do gabinete, já falecido, no sentido de preservar a permanência dos interesses do governador Janary Nunes, ao ponto de ser tolhida a criação da faculdade do Amapá, dessa forma, estava selado o desenvolvimento do jovem amapaense.<sup>110</sup>

Essa bandeira de luta foi resultado de desejos e de outras experiências de Benony, adquiridas em uma sociedade mais complexa, na qual o controle do exercício político não era tão fácil. Quando estudava e trabalhava em Belém, passou pela experiência de fazer parte de partido político, de ser membro do Grêmio Cultural Recreativo do Brasil. Essa experimentação o levou a ser oposição ao presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Amapaense em Macapá e, posteriormente, a apoiar a chapa presidencial de oposição no Grêmio Estudantil Macapaense, no ano de 1955. As experiências entrecruzadas de Benony pelas várias instituições de que participou, conduziram-no a um campo de luta importante para sua pessoa e para a construção da vida social de Macapá, mesmo não sendo reconhecida pela sociedade local, principalmente pela administração pública territorial.

Observei, através da trajetória de Benony Ferreira, estudada por mim em laboratório, que as fronteiras entre campo (primeiras experiências de Benony) e cidade não são fixas, mas moventes. Na verdade, são produtos da “mobilidade”, como compreende Marc Augé (2010), e das sociabilidades

---

110 Benony Ferreira Lima. Entrevistado na cidade de Macapá-AP, em 29 de dezembro de 2012.

entre os indivíduos sociais de ambos os espaços de produção social da existência. São encontros que modificam o tecido social de ambas as localidades, pois os sujeitos sociais, ao incorporarem novos comportamentos e aprendizados, levam-nos consigo e disseminam esses valores culturais apreendidos. Na condição de indivíduos móveis, que se deslocavam entre ambos os lugares, eles vão transformando as fronteiras, quase sempre pensadas como fixas, em fronteiras moventes.

Essa mobilidade do jovem Benony, de ribeirinho para a capital do estado do Pará, de lá para a cidade de Macapá, constitui uma trajetória marcada por alteração em ambos os espaços transitados, mesmo que essas mudanças sejam diferentes para cada localidade envolvida. Em Belém o operário elaborou nova mentalidade em suas relações sociais ao participar do Grêmio Cultural de postura integralista, e essa mesma experiência o motivou a ser um sujeito a favor da ampliação da cultura de educação superior na cidade de Macapá, a partir da exigência de implantação de uma universidade, pensando nas conquistas sociais como direito dos jovens menos abastados da Cidade. Apesar de sua postura política ser marcada em uma determinada temporalidade, suas práticas o fizeram um homem preocupado com as condições de urbanidade de seu tempo.

Como ator social que se contrapôs à política autoritária dos anos da gestão de Janary Nunes na cidade de Macapá, especificamente nos seus primórdios, Benony não deixa de expressar em suas práticas políticas a ação de um personagem urbano em favor da cidade. Como destaca Carlos Fortuna (2009, p. 86), em sua obra *Léxicos Urbanos*, “não é mais apenas o direito a ascender e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente, a condição de cidadania política e cultural”. Fechadas as portas para Benony, do direito de produzir a cidade e de ser produzido por ela, o jovem planejou sair de Macapá e ir para o Sudeste em busca de trabalho.

A presença de Benony no universo da política, como atuante na oposição ao governo e como alvo da perseguição deste, remete à discussão que aqui se tece com importantes referências do campo da Sociologia e da Antropologia Política, que podem auxiliar na compreensão do contexto de mandonismo e reprodução de valores e práticas do coronelismo, como forma de

poder que, não obstante não tivesse mais uma presença oficial no sistema de governo, ainda respingava fortemente seus traços sobre as relações políticas na sociedade brasileira naqueles anos 1940-50 e por décadas seguintes, associado também ao clientelismo, sendo bases de forte sustentação da trajetória política de Janary Nunes no Amapá e, especificamente, na capital do TFA, a cidade de Macapá.

Esse assunto remete a obras consideradas clássicas, como *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal (1948), e *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raimundo Faoro (1958), que permanecem lançando luzes para a compreensão de relações de poder em diferentes regiões do Brasil, não obstante as especificidades de cada contexto. Encontram-se também aportes fecundos em referências mais recentes, a exemplo das reflexões tecidas por Moacir Palmeira e Beatriz Herédia, pesquisadores que empreenderam trabalho etnográfico em comunidades de colonos gaúchos e sitiantes do sertão pernambucano, observando práticas que associam categorias como voto, interesses materiais e relações políticas, tomadas como referentes analíticos para o ensaio intitulado *Os Comícios e As Políticas de Facções* (1995)<sup>111</sup>.

A oposição de Benony e seus aliados nas eleições para presidência do Grêmio estudantil, assim como a todos os candidatos que se colocassem em torno dos interesses da família Nunes, estremeceu a política clientelista em jogo, através do poder de barganha. Esse ato do estudante de opor-se à política de relações de troca estabelecida pelo poder local, que apenas beneficiava uma pequena quantidade de jovens, à medida que prorrogava o atendimento de um ensino superior à coletividade, provocou os Nunes. As relações de poder, agora seriam de ordem mais violenta, perseguição e controle em torno do direito ao trabalho. Assim, o grupo político local agia contra as forças que lhe eram opositoras, de modo a reduzir esses poderes de ação, ao minar suas possibilidades de trabalho na cidade. As relações clientelistas eram oportunas no esforço de sustentar a hegemonia do projeto de permanência dos Nunes

---

111 É importante notar que a exploração do assunto em foco não se esgota com a alusão às obras citadas, havendo diversas contribuições de peso no campo da Sociologia e Antropologia da Política, não menos importantes que essas. Lembrando aqui de LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família Tradição e Poder*. São Paulo: ANNABLUME/ Edições UFC, 1995; COMERFORD, John Cunha. *Como Uma Família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro> Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

no Território, configurando-se assim como um poder simbólico<sup>112</sup>, ancorado no discurso de progresso por via da modernização do TFA, ambiente geográfico promissor que, pela intervenção dos Nunes, chegaria a uma grande riqueza.

O imaginário mítico do poder fica implícito nesse quadro histórico e político do Amapá, especificamente de Macapá, quando se tenta compreender o cenário da cidade de Macapá à época aqui estudada, no que concerne aos jogos de interesses que mobilizavam governo e aliados contra seus opositores e estes contra aqueles. Não por acaso, esse quadro evoca o raciocínio de Raoul Girardet (1987) em sua caracterização de constelações mitológicas do poder que, não obstante originalmente contextualizadas no cenário europeu, lançam luzes para a leitura de situações políticas em outros ambientes.

A imagem do ‘herói’ zelador da ‘mística do Amapá’ atrai para si o mito da salvação, desenhando a figura de um ser potente, empreendedor, capaz de fazer o Território transpor a condição do atraso, como portador de um tempo novo, materializando, naquele tempo, o mito da idade de ouro. Contra os que criticassem ou se opusessem a esse empreendimento que, como já fora descrito, concretizou-se via processos de higienização social e acirramento de desigualdades sociais, a ação revestia-se da força simbólica do mito do complotê ou conspiração, que, por sua vez, atrai o mito da unidade; legitimação para fazer crer que aplicar toda a força contra a oposição se justificaria, em defesa de uma suposta união a fomentar o progresso do Território Federal do Amapá e de sua capital, a cidade de Macapá.

Como o mito da unidade não se projetava com força capaz de homogeneizar consciências e sentimentos, a oposição, apesar de seu poder frágil e pouco aparamentado — em seu movimento para chegar ao poder no grêmio estudantil, na articulação com jornais que denunciavam o quadro de uma cidade que se modernizava para as elites deixando à margem a pobreza de seus arrabaldes e na articulação com partido político contrário ao governo —, também acionava o esforço de atrair para si mais adesões, assim como o fazia

---

112 O conceito de poder simbólico é apropriado aqui da obra Pierre Bourdieu (1994), entendido como um poder que se exerce com propriedades simbólicas, não condicionadas ao exercício da força física, mas não necessariamente independentes desta, capazes de agir como suporte atrativo e legitimador, fomentando adesão, pertencimento e persuasão. Tal poder atua, no entanto, de modo tácito, produzindo e reproduzindo sentimentos duradouros em relação a pessoas, lideranças, sistemas de crenças e posições sociais.

o poder hegemônico. Punha-se em cena, como diria Clifford Geertz (1989: 206-222), uma “política do significado”, entendida como disputa pela elaboração e significação da realidade. Todavia, como se verá mais adiante, nem sempre uma oposição é definitiva. Pode arrefecer, em função de determinadas circunstâncias.

A decisão do governador Janary era uma ordem na Cidade e deveria ser cumprida. Benony estava de malas prontas para viajar com destino ao Rio de Janeiro, pois, de fato, parecia que todas as marés estavam em baixa para ele naquele lugar, impedindo-o de permanecer. O fato se inverte a partir de uma curta conversa com seu primo Jorge, com o qual, por coincidência, encontrou-se. Seu primo revelou nesse encontro que recebeu um convite para trabalhar de escriturário na Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (Icomi), mas não aceitou porque já trabalhava no governo e o aconselhou a tentar conseguir essa vaga na empresa. Tudo ocorreu de forma positiva, Benony conseguiu o emprego. Como se considerava um rapaz de muita responsabilidade em seus compromissos, logo foi promovido.

Com a eleição presidencial favorável ao candidato Juscelino Kubitschek, a estrutura política da cidade de Macapá mudaria. O presidente Juscelino, ao assumir o poder, nomeou o governador Janary Nunes para a presidência da Petrobrás e, dessa forma, o trabalhador ficou livre das perseguições por muito tempo. Benony lembra que, alguns anos depois, Janary esteve em visita à empresa Icomi e, ao entrar na sala onde ele trabalhava, olhou-o com ar de surpresa. Naquele momento, Benony “pensou que o político Janary fosse intervir junto à diretoria da empresa e pedir sua saída do cargo”<sup>113</sup>, mas, segundo o biografado, vários dias se passaram e nada aconteceu. Benony não deixa de expressar em suas práticas políticas a ação de um personagem urbano em favor da cidade. Este ponto da narrativa remete à reflexão elaborada por Carlos Fortuna (2009, p. 86), quando destaca que o interesse que move o ocupante cidadão em relação à urbe “não é mais apenas o direito a ascender e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente, a condição de cidadania política e cultural”.

---

113 Benony Ferreira Lima. Entrevistado na cidade de Macapá-AP, em 29.12. 2012.

A presença de Benony no universo da política, como atuante na oposição ao governo e como alvo da perseguição deste remete à discussão que aqui se tece a importantes referências do campo da Sociologia e da Antropologia Política, que podem auxiliar na compreensão do contexto de mandonismo e reprodução de valores e práticas do coronelismo, como forma de poder que, não obstante não tivesse mais uma presença oficial no sistema de governo, ainda respingava fortemente seus traços sobre as relações políticas na sociedade brasileira naqueles anos 1940-50 e por décadas seguintes, associado também ao clientelismo, sendo bases de forte sustentação da trajetória política de Janary Nunes no Amapá e, especificamente, na capital do TFA, a cidade de Macapá.

Naquele contexto, a atitude oposicionista de Benony emergiu porque ele sabia que não tinha mais vez em Macapá, onde todo emprego dependia do governo; porém, não imaginava que a perseguição política iria extrapolar o espaço público e adentrar ao privado. Benony conseguiu um emprego com um empreiteiro que estava construindo um depósito de material de construção, na baixada do Elesbão, hoje bairro Santa Inês, mas assim que o governador tomou conhecimento, ordenou ao construtor que o funcionário deveria ser demitido. O estudante/trabalhador só via uma saída para sua situação: ir para o Rio de Janeiro, pois estando fechadas as portas para Benony no direito de produzir a cidade e de ser produzido por ela, o jovem planejou sair de Macapá e ir para o Sudeste em busca de trabalho.

Benony já estava mais maduro, já havia casado. Passou então a investir e ampliar seus bens construindo várias casas para ganhar com os aluguéis. Segundo o depoente, possuiu mais de vinte casas de madeira, as quais foram vendidas posteriormente. Com o decorrer do tempo, tornou-se funcionário do Território Federal do Amapá, tendo que, para isso, apoiar a candidatura de Janary Nunes a Deputado Federal. Sua trajetória de prática oposicionista ao governo foi rompida para se configurar em prática aliada e a serviço do governo.

Sua trajetória foi percorrida com algumas dificuldades, segundo seus depoimentos, devido às divergências entre interesses pessoais e políticos, entre um grupo e outro de dirigentes em uma cidade pequena. Independentemente dos caminhos percorridos pelo depoente, sua atuação na cidade de

Macapá foi perpassada por uma prática atuante, melhor dizendo: uma ação política que foi além do desejo individual, tornando-se um apelo coletivo, à medida que seus anseios tiveram consonância nos jornais locais, tornando-se mais atento à construção de uma sociedade, a partir do acesso ao conhecimento como desenvolvimento cultural.

Nesse poder de resistência, muitas vezes pouco visibilizado, os sujeitos que o agenciaram foram também construtores do social, do lugar como espaço vivido, praticado. Há uma historicidade abrigada aí, numa sociologia das idas e vindas, partidas e permanências (KOFES, 2001) de sujeitos que constroem o cotidiano e depois de um longo tempo, no tempo das lembranças, trazem à tona as imagens de um passado que estruturou o presente, ainda que as narrativas da história oficial e da memória dos “grandes heróis vencedores” não lhe deem o devido reconhecimento na mística consagrada pelo poder dos “notáveis”, a “mística do Amapá”.

Pensando o trajeto de Benony, observa-se que a migração ocorria quase sempre objetivando a procura por melhores condições de vida, tendo em vista que o trabalho foi o principal fator motivador para o êxodo. Entretanto, nem sempre essas migrações são provocadas por causas materiais, pois, historicamente, os seres humanos se movem entre a razão e a emoção. Portanto, suas necessidades vitais não se limitam só a fatores econômicos, mas é perpassada, também, por valores religiosos, psicológicos, morais e amorosos. O medo e o correr risco, são elementos que fazem parte das emoções.

A trajetória de Leonel Nascimento, um dos meus interlocutores, não se encontra marcada na infância de garoto nascido em 13 de abril de 1922, mas em sua juventude. Era um jovem alto, de cor negra, bela expressão facial, bem assistido culturalmente, visto que teve condições de entrar para a universidade e iniciar o curso de engenharia civil, o qual frequentou por apenas dois semestres em Salvador, capital da Bahia. Começou a juventude usufruindo da educação superior. Não trabalhava, pois vivia para o estudo. Na universidade, envolveu-se com política, chegou a ser vice-presidente do Diretório dos Estudantes de Engenharia. “Eu era vice-presidente dos estudantes universitários, eu era muito ligado, mas não foi por questões de política que eu vim para Macapá”<sup>114</sup>.

---

114 Leonel Nascimento. Entrevistado na cidade de Macapá-AP, em 8 de novembro de 2011.

Leonel resistiu ao falar do acontecimento que o levou às terras do Norte, mas depois esclareceu: “Eu vim por questões outras, de família, uns problemas aí dentro de casa que não adianta eu comentar, contanto que eu vim parar aqui no Amapá”<sup>115</sup>. Percebi em sua fala rastros de lembranças que se achavam silenciadas — angústias que as encerravam há anos, as quais envolviam relações de sociabilidades com outra família. Michael Pollak assevera que existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”, mas que essas fronteiras de silêncios e “não-ditos” não são efetivamente estanques e estão em perpétua mudança, constatação que se aplica a toda forma de memória, coletiva, individual, em família ou em grupos, marcando, portanto, “uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”. (POLLAK, 1989, p. 7)

Tudo parecia bem encaminhado para o estudante Leonel, mas uma carta entregue em mãos pela doméstica da casa de sua namorada não lhe pareceu um bom sinal. A carta era da mãe de sua parceira, e continha dinheiro dentro do envelope. A comunicação dizia: “Leonel, pegue esse dinheiro e vá embora daqui para longe, meu esposo jurou que vai à tua procura, quer pôr fim a tua vida”. Segundo Leonel, quando inquirido por mim, revelou que o problema não era de discriminação por ele ser um homem negro, mas por ter traído a confiança do pai da moça, pois eles eram muito amigos.

Não roubei [...]. Foi ela [Mãe da namorada] que financiou minha passagem. O pai sabendo que ela [namorada] estava grávida quis me sacrificar, aí a mãe dela mandou a empregada entregar o envelope com dinheiro que dizia — desapareça que você está preparado [marcado] para morrer. Eu com medo fugi.<sup>116</sup>

O estudante fugiu, pois estava amedrontado. Em sua narrativa atual, relatou: “não tomei nem ônibus, nem avião, porque ficava registrada a saída e o local de destino, isso era perigoso. [...] Viajei de trem porque comprava apenas o bilhete e na estrada peguei ‘ns’ transportes”<sup>117</sup>. Desse modo, chegou a Belém do Pará e, de lá, seguiu para Macapá, com o objetivo de assistir ao

---

115 Idem, 2011.

116 Ibidem, 2011.

117 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 19 de dezembro de 2011.



Sírio de Nazaré, em outubro de 1945, a convite de D. Zilda — da família Serrano —, que ele havia conhecido em Belém. Recorda que a cidade era pequena, “sem nenhum atrativo, a não ser a simpatia das pessoas, o carinho e o tratamento gentil”<sup>118</sup>. Pouco a pouco, o estudante foi ficando. Leonel não foi mais longe porque precisava de várias documentações. Estava se referindo a ir para a Guiana Francesa, vizinha fronteira do TFA.

A migração de Leonel para a cidade de Macapá ocorreu motivada por fatores morais<sup>119</sup>, e não em busca de trabalho. Entretanto, ao chegar nesse lugar, encontrou as condições viáveis para conseguir um bom emprego, já que era um jovem que ingressou na vida acadêmica, apesar de não ter concluído seu curso de engenharia, e com algumas experiências adquiridas no Exército, quando foi aspirante naquela instituição. A reabilitação da cidade de Macapá pelo primeiro gestor público do Território favoreceu a trajetória do jovem, que saiu dos bancos da universidade para outra realidade: a experiência do trabalho, da vida profissional. Chegou à cidade de Macapá quando o administrador da cidade estava pondo em prática seu projeto de construção do espaço material urbano e, nesse ínterim, procurava por mão de obra qualificada, por pessoas com conhecimento.

Leonel foi apresentar-se ao governador, o Capitão Janary Gentil Nunes, que havia começado a vida militar também como aspirante da artilharia, condição da qual Leonel Nascimento tirou proveito. No decorrer do encontro, Janary Nunes percebeu, ao olhar para o documento de reservista, que Leonel foi da artilharia. Quando indagado sobre sua participação nesse segmento do Exército, o depoente afirma que respondeu:

Eu cantei o hino da artilharia — ‘Eu sou a poderosa Artilharia/  
Que na luta se impõe pela metralhadora/ A missão das outras armas  
auxilia/ E prepara o campo de batalhas...’. Ele [o governador] se  
levantou e nós cantamos juntos, todos dois, e aí a amizade se cris-  
talizou.<sup>120</sup>

---

118 *Idem*, 2012.

119 No transcurso do depoimento, Seu Leonel Nascimento revela que sua namorada ficou grávida, mas anos depois ficou sabendo que a jovem havia morrido em um acidente automobilístico aos sete meses de gravidez, quando viajava pelas rodovias de Salvador (*Idem*, 2012).

120 *Ibidem*, 2012.

No depoimento, Leonel relata o fato com muito orgulho e satisfação dessa relação de aproximação com grupos de sociabilidades políticas, com maior grau de empoderamento, nas decisões de ordens administrativas. Esse encontro selou uma trajetória de fidelidade à administração da Família Nunes, como se o próprio pertencesse àquele grupo social, assumindo o compromisso de dedicação com afinco para garantir a prontidão das obras, principalmente de aberturas de estradas no Território, já que a política territorial teve como objetivo a interligação dos municípios com a capital — a cidade de Macapá.

Leonel, como funcionário público, atuava mais no interior que na cidade, cumpria e garantia que as decisões do governador fossem cumpridas. Foi, dentre os funcionários, o mais consonante com o projeto governista de urbanização. Seus serviços foram de grande contribuição para a produção material, não só da cidade de Macapá, mas para todo o Território. Inicialmente contribuiu na educação; como não era o seu campo de interesse, foi para o Departamento de Estradas e Rodagens, no qual dedicou maior parte de sua vida (BARBOSA, 1998), permitindo a interligação de espaços antes dissociados pela ausência de estradas vicinais.

A trajetória de seu Leonel Nascimento seguirá no cumprimento de serviços e ordens estabelecidas pelas autoridades políticas, como caracteriza Raquel Rolnik (2004, pp. 21-22), em sua obra acadêmica *O que é cidade*, ao estabelecer que “ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos”. Dedicou-se por meio do trabalho ao progresso e às mudanças sociais impressas como texto pela família Nunes e posta em prática por vários atores sociais que afinados ou não com a prescrição de modernização do TFA, colaboram para seu desenvolvimento atual.

Em seus depoimentos, pude observar o grande prazer em sua missão de abrir estradas por entre matas e áreas de arbustos. O funcionário público parecia obstinado à atividade de fazer a localização, exploração e locação das estradas para abri-las posteriormente. Leonel Nascimento considera a abertura da estrada BR-156 sua maior contribuição, quando comandou o descerramento e revestimento do trecho Macapá/Ferreira Gomes, estrada que daria acesso a dois grandes projetos conquistados pela família Nunes: a

Usina Elétrica do Paredão, projeto financeiro conquistado por Coaracy Nunes e a implantação da Icomi, de interesse de Janary Gentil Nunes. Após a morte de Coaracy, a hidrelétrica recebeu seu nome em homenagem ao grande préstimo possibilitado por esse deputado federal. Destinado a atuar profissionalmente no interior, em região de florestas do TFA, Leonel narra que, mesmo usando mosquiteiro, ainda teve duas malárias fortes. Ele comenta que permaneceu com o costume de usá-lo até os dias atuais, não sabendo dormir sem o uso dessa tela de proteção<sup>121</sup>.

Empenhado em suas atividades de funcionário topográfico, curso que realizou na Escola Técnica de Macapá, abriu as estradas vicinais de acesso ao Paredão, onde seria construída a hidrelétrica que veio a ser denominada de Usina Elétrica Coaracy Nunes, e de acesso à Colônia do Matapi. Essa última foi um projeto de ocupação e ordenamento estruturado pelo governo federal, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)<sup>122</sup>, lembrando que um dos membros responsáveis pela criação da Superintendência foi o deputado federal Coaracy Nunes, irmão do gestor público do Território do Amapá. A cada via que era preciso abrir, estava Leonel Nascimento<sup>123</sup> com uma equipe de operários e máquinas, como assim ele descreve: “Construímos as estradas vicinais para o Ambé, 25 km; da Pedreira até o Rio Bonito, mais 25; a da Colônia do Matapi foi de 32 km; Paredão, 18 km; a Colônia do Piquiá, 14 km; a estrada Tucunaré a Pracuúba foi de apenas 8 quilômetros”.<sup>124</sup>

Houve interesse, por parte da bancada dos deputados da Amazônia, em um investimento planejado para a implantação de áreas agrícolas. Para tanto, foram desenvolvidos estudos no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com a função de mapear

---

121 Leonel Nascimento. Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2011.

122 A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada a partir da Lei 1.806, promulgada no dia 6 de janeiro de 1953, para atender anseios governamentais de longas datas no sentido de amenizar os problemas do Nordeste e da Amazônia. Na década de 40, alguns discursos já salientavam a necessidade de criação de órgão específico que tratasse da problemática Norte/Nordeste (GUERRA, 1954).

123 Coaracy Sobreira Barbosa, autor do livro *Personagens Ilustres de Macapá*, v. II, também traz uma biografia de Leonel Nascimento, na qual se encontra registro sobre os operários que trabalharam com o referido técnico e as estradas que abriram no Território (BARBOSA, 1998).

124 Leonel Nascimento. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 19 de dezembro de 2011.

toda a região do Território Federal do Amapá e detectar lugares onde seriam mais bem acondicionadas as colônias com seus núcleos populacionais. Os estudos foram realizados por técnicos<sup>125</sup> desse órgão e do IBGE, encaminhados para o levantamento socioeconômico da região, assim como de áreas e solos viáveis à prática agrícola. A região do rio Matapi, 120 km distante de Macapá, foi selecionada como uma das Colônias Agrícolas. Seu funcionamento teve início em fevereiro de 1949 e recebeu colonos nordestinos, japoneses e sitiantes paraenses, com registro, em março de 1950, da existência de 17 casas abrigoando 100 pessoas, as quais receberam mensalmente, pelo período de dois anos, Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) em forma de pecúlio e as sementes para o plantio.

A produção do arroz foi um dos primeiros incentivos agrícolas, sendo instalada uma usina de beneficiamento de arroz no polo agrícola de Fazendinha, a seis quilômetros da cidade de Macapá. Sendo assim, toda a rizicultura colhida seria comprada pelo governo e destinada a agregar valores no Posto de Experimentação Agropecuária da Fazendinha. Após o beneficiamento, a mercadoria abasteceria o comércio da Capital e mercados das cidades do TFA. As aspirações políticas nacionais, através da bancada dos deputados da Amazônia, eram de fazer do TFA um modelo avançado nas experiências de povoamentos, aliado ao desejo da gestão Territorial de transformar a Colônia de Matapi em “um ótimo celeiro para Macapá”, do qual toda produção seria escoada por caminhões do governo para a Capital, o que teve pouco resultado (GUERRA, 1954).

A produtividade para o abastecimento do mercado interno declinou. As colônias se tornaram espaços ocupados por camponeses voltados para a economia tradicional. O problema agroeconômico do TFA exigia ir além do reconhecimento da produtividade do solo e o reconhecimento das experiências dos camponeses nordestinos e japoneses no uso da terra. Englobava a necessidade de um aparato técnico agrônomo local, bem como de garantia

---

125 Três estudos de aporte metodológico técnico foram realizados sobre o solo amapaense. Eles foram editados em 1954, 1955 e 1958 e descrevem as condições geográficas e sociais e os investimentos econômicos existentes na década de 50. GUERRA, Antônio Teixeira (geógrafo). O estudo geográfico do Território Federal do Amapá, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1954); Amapá: um estudo para a colonização. CUNHA JUNIOR, Alarico da Costa & GENSCHOW, Fernando. Os solos do Território Federal do Amapá, 1958; Luiz Rainho da Silva Carneiro (geólogo) membro da coordenação e divulgação da SPVEA, de 1955.

de estruturas mínimas de escoamento da mercadoria até Fazendinha — Posto de experimentação, atividade que exigia condições materiais adequadas como caminhões, tratores, tendo em vista as estradas operarem no barro. Sem essas condições, era inviável para o colono investir em grandes produções, pois corria o risco de perdê-las, razões que levaram Matapi e outras colônias a permanecerem investindo na agricultura de abastecimento familiar.

A falta de estrutura para o bom andamento das colônias do interior do TFA faz parte do cotidiano de sociabilidade de seu Leonel Nascimento com vários segmentos sociais, desde o homem camponês a professores, motoristas, políticos. Suas práticas concederam-lhe a fama de um personagem social tido como carismático, prestígio que angariou para lhe servir de arranjos políticos nas relações estabelecidas com o administrador público do Território. Investidas que canalizaram para sua indicação a condição de prefeito da cidade do Amapá, como evidencia a narrativa de Coaracy Sobreira Barbosa:

Onde chegava era recebido com alegria e festas, isso porque jamais negou uma “carona” para levar doente para a Capital, comprar um rancho para fulano, comboiar com máquinas e pessoal os caminhões que transportavam as professoras para suas escolas no término das férias, tirando os veículos dos atoleiros ou na travessia da balsa. Nunca deixou de atender um pedido de prefeito, professor, enfermeiro ou pequeno agricultor. Esse seu trabalho e o prestígio que tinha na região o credenciou junto ao Governador para nomeá-lo Prefeito do Município do Amapá no dia 13 de junho, permanecendo até 15 de agosto de 1975 (BARBOSA, 1998, p. 234).

A assistência aos vários segmentos sociais por Leonel Nascimento deixa visíveis as dificuldades da relação campo-cidade pela falta de estruturas viárias, pois as estradas — todas ainda no barro — não se apresentavam em boas condições, considerando-se a estação chuvosa da região Norte de mais de seis meses de chuvas, que principia em janeiro e segue até agosto, às vezes setembro. Não é de se estranhar que o projeto de uma agricultura de abastecimento viesse a decair, não pelo fator das águas, mas pela ausência de um investimento de capital que possibilitasse toda a infraestrutura necessária, não só com relação ao campo, mas também na cidade, que garantisse maior interseção entre os referidos espaços sociais.

Leonel Nascimento, atualmente aposentado, reconhece-se como um profissional com dever cumprido. Porém, sente-se injustiçado pela sociedade que ajudou a construir, posto que a mesma se posicionou em lhe injuriar com acusações falsas<sup>126</sup>, segundo ele, levianas, de ter incendiado o almoxarifado da prefeitura da cidade do Amapá, e por perseguições políticas contestáveis como de comunista. A socialidade aqui está vinculada às emoções, portanto, próximas às concepções acadêmicas de Maffesoli:

O termo socialidade (...) significa que a vida social não poderia se reduzir às simples relações racionais ou mecânicas que servem, em geral, para definir as relações sociais. Ele permite integrar na análise parâmetros tais como o sentimento, a emoção, o imaginário, o lúdico (...). (MAFFESOLI, 1996. p. 160).

As acusações expostas resultaram em processos judiciais que prejudicaram sua vida pessoal e social. As associações humanas traçadas no percurso da trajetória do interlocutor Leonel, de vínculo afetivo e profissional com a administração Territorial, foram rompidas por elos contrários à família Nunes, especificamente pelo modelo de administração militarista implantado em todos os Estados brasileiros a partir de 1964. No TFA, essa política investiu em romper o entrelaçamento existente entre o político Janary Nunes e seus seguidores com a população. A estratégia que foi usada apostou em vincular as práticas clientelistas ao vínculo com o comunismo. A via instituída foi a acusação de que os Nunes e seus seguidores eram defensores do modelo socialista.

Seguirei, no capítulo adiante, outros laços de relações que compuseram não só sociabilidade (civilidade) como também socialidades (sentimentos) da vida urbana macapaense, no espaço temporal da família Nunes,

---

126 Quanto às pressões que sofreu, chegando a ser impedido de atuar como cidadão político, vem sendo decidido atualmente pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP). Durante a audiência, Nascimento contou que houve perseguição de lideranças locais, principalmente do chefe de polícia do ex-Território Federal do Amapá. Ainda de acordo com o ex-prefeito, houve um golpe para destituí-lo do mandato. “Me tiraram porque eu não apoiei politicamente o então governador”, disse. À época, os prefeitos dos municípios eram indicados pelo próprio governo militar, com exceção da capital. Para justificar a saída, Leonel Nascimento afirmou que o governo do ex-Território forjou um incêndio na prefeitura do município do Amapá. Nascimento foi apontado como culpado, resultando na cassação dele em 1975. <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/12>>.

porém esses laços serão estabelecidos como facção contrária à administração dos Nunes. As formas de interações vão desencadear-se em uma cidade de sociabilidades conflituosas, marcada por embates constantes entre grupo de oposição e administração pública. O entrelaçamento da facção oposicionista com artefato maquínico (a tipografia) permitiu ao grupo opositor poder de força na participação do ordenamento social da Cidade, desde os eventos políticos aos socioculturais: denúncia da precariedade de abastecimento das necessidades humanas (alimentação) e abusos sociais (violência, assédios e estupros), ações que encontraram na relação grupo de oposição e máquina a possibilidade de participar do destino da cidade de Macapá.

.....

#### 4. *UM CAIS QUE ABRIGA(OU) HISTÓRIAS DE VIDA*

Iniciava o ano de 1958, a alegria contagiava parte da Cidade que festejava a chegada do deputado Coaracy Gentil Monteiro Nunes e seu suplente, Dr. Hildemar Maia, do Rio de Janeiro, capital federal. Chegavam a Macapá para ir a essa festa na localidade de Macacoari. A Cidade, aproveitando o ensejo da presença de tais autoridades, foi dormir em festa. Era janeiro, mês de festa de São Sebastião no interior da cidade de Macapá, na comunidade de Carmo de Macacoari (atualmente o lugarejo faz parte do município de Itauba do Píririm). A festa de santo ocorria por oito dias, “as ladainhas eram rezadas todas as noites e no final da reza um baile dançante. Para alimentar o pessoal que chegava para os festejos, os bois eram sacrificados, de quando em quando, para oferecer churrasco e cozidão à moda da festa e, também, o caldo quente com farinha d’água” (FARIAS, 2006, P. 8). A festa era muito valorizada pelos políticos, visto que permitia sua aproximação com a população e seu reconhecimento enquanto cidadãos políticos que precisavam ser votados.

Em 21 de janeiro, seguiram para a festa de São Sebastião, Coaracy e Hildemar, com o piloto Hamilton Silva, funcionário do território e piloto civil recém-formado pelo Aeroclube de Macapá. No retorno da festa, horário não acatado pelo piloto, mas obedecido, veio a ocorrer um acidente aéreo que vitimou todos os tripulantes. A informação acordou a Cidade, deixando todos atônitos e em comoção com a notícia que se espalhava como vento, pois ambos os políticos eram bem familiares no meio urbano de Macapá. O piloto Hamilton Silva, homem de muita alegria e amizades na Cidade, foi lamentado por seus amigos e familiares (FARIAS, 2006, P. 9).

A notícia foi comentada pela rádio difusora, no Jornal “O Amapá” (jornal oficial), na Revista “Rumo”, dos editores Ivo Torres e Amaury Guimarães Farias, grandes amigos. A revista era uma produção local, mas percorria por todo o território nacional, pelo seu conteúdo cultural híbrido, marcado por informações nacionais e internacionais, crônicas, críticas, versos de poetas



locais e de outros estados. Esse acontecimento mexeu com os sentimentos da população, mas, também, com o campo político. A política de base familiar, até então estabelecida, começava a rachar, cindir no seu projeto de continuidade, razões pelas quais a ação em prol da permanência da família Nunes deveria ser mais eficaz, não permitindo a penetração de outros desejos partidários contrários à representação Nunes.

Segundo Amaury Guimarães Farias (2006), dias após a tragédia, a cidade toda dormia tranquila, mas o silêncio da noite foi rompido por um barulho de chamada em sua residência, pois já decorriam as 11 horas da noite, mas a batida continuava: “toc... toc... toc...”. Farias comenta que bateram com tanta insistência à porta de sua casa que ele logo se levantou e ainda meio atordoado foi atender para saber o que queriam. A autobiografia desse funcionário do Território diz que “era Amando Lima, irmão do professor Antônio Ferreira Lima Neto, seu amigo, seu compadre e ex-pracinha da FAB na Segunda Guerra Mundial” (FARIAS, 2006, P. 11). A cidade de Macapá se desenvolvia, os funcionários antes estranhos uns aos outros iam produzindo novas sociabilidades, formando grupos de amizades constituídos por identidade profissional, ideais políticos ou por laços de vizinhança. As relações sociais iam se ampliando, através de batizados, casamentos e encontros entre os filhos de famílias do interior, que os pais haviam separado no momento de encaminhá-los para a educação escolar em outros estados, de modo que a criação do TFA cuidou de juntar o que havia antes divorciado.

Guimarães Farias ressalta que o mensageiro não lhe era estranho, mas, muito sério lhe repassou o recado de que o Dr. Dalton Martins precisava lhe falar urgente, e nada mais falou. Recorda que saíram ambos caminhando pela Cidade. No íterim dos anos de 1950, o espaço urbano de Macapá mesmo tendo sofrido o enobrecimento como razão política aspirada pelo governador Janary, era tranquila, a qualquer hora se podia transitar por entre suas ruas, pois ainda se tinha a paz de não ser importunado. Seu Amaury conhecia Dalton Martins, ele era funcionário/advogado do Banco do Brasil. Como era vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, criado por Getúlio Vargas, defendia as causas trabalhistas dos operários organizados em seus sindicatos em Macapá, principalmente os da indústria Icomi. Porém, ele só o conhecia como um bom vizinho e pessoa ativa, mas não de amizade selada, visto que ele era da oposição ao governador na cidade de Macapá.

Amaury foi aluno de professores de renome do Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, em Belém do Pará, dentre eles o amazonense pesquisador e historiador de temas sobre a região Norte, Arthur Cezar Ferreira Reis. Aplicado em seus estudos e de visão política participativa, logo foi presidente do Grêmio Dom Romualdo Coelho, nessa mesma instituição. Sempre dinâmico, foi mais longe: fundou com seus colegas a União dos Estudantes Secundários do Pará e participou do primeiro Congresso Estudantil realizado no Estado. Aos dezessete anos, sabendo da criação do TFA e da criação do Colégio Amapaense, veio para Macapá e concluiu o secundário em 1945. Em 1946, voltou para a cidade do Amapá, município onde nasceu em 1927, na fazenda do seu pai — o cearense João Farias Filho, como foi revelado no primeiro capítulo.

Nesse ínterim, foi convidado para trabalhar como escrevente juramentado no Cartório Waldemar Balieiro, na cidade do Amapá. Conheceu nesse município sua esposa, Deusolina Salles Farias, casando-se muito novo. Entrou para o quadro de funcionários públicos como desenhista da Divisão de Obras, mas, logo depois, foi designado para fiscalizar e receber obras realizadas nos municípios do Território, atividade que o levou a estar sempre viajando para o interior no cumprimento dessa missão. No décimo mês do ano de 1949 foi designado a ser o administrador da construção do Porto de Macapá, na cidade de Santana, numa área próxima ao rio Matapi, que exigia muita transformação em seu solo: desmatamento, terraplenagem, rebaixamento e nivelamento da área, trabalho que o fez se envolver com uma equipe de homens, considerada por ele como “destemida”, formada por engenheiros e operários (BARBOSA, 1998).

Como profissional e conhecedor da região do TFA, acompanhou a expedição de Maximiliano da Fonseca, com o objetivo de elaborar a carta do Canal Norte do Rio Amazonas e fazer a localização da passagem da Linha do Equador, o Marco Zero. Nesse mesmo ano, foi encaminhado para acompanhar os serviços de prospecção da Usina Hidrelétrica do Paredão, que seria construída no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, a qual receberia posteriormente o nome de “Hidrelétrica Coaracy Nunes”. Quando Amaury ainda estava prestando serviço na edificação da empresa geradora de energia elétrica, ganhou uma bolsa de estudos da Fundação Getúlio Vargas por meio de um concurso que realizara nessa instituição. Ao retornar, passou

a compor a equipe de assessoramento técnico do gabinete do governador do TFA.

Ao integrar a equipe, Amaury Farias realizou várias atividades, como a elaboração do “Relatório Decenal do Território” e o levantamento socioeconômico e geográfico para o assentamento de japoneses na Colônia Agrícola do Matapi. Voltou novamente para a Hidrelétrica, agora na condição de administrador das obras da usina elétrica, quando investiu na construção dos primeiros alojamentos para os operários, na escavação da barragem, na rodovia de acesso à usina e no desmatamento do entorno onde seria implantada a empresa que viria a abastecer o TFA de energia elétrica. Obedecendo à designação do governador do território, retornou para a Assessoria Técnica do governo, local onde construiu amizades de valor familiar, pois, juntamente com o jornalista Ivo Torres, fundou a revista “RUMO”, apreciada pelo público local pela veiculação de informações que iam além do nacional, bem como pelas composições poéticas de literatos de outros estados do Brasil, aproximando e divulgando a cultura amapaense em todo o território nacional. Quando a revista chegou à sua nona edição, a amizade de fé entre os dois profissionais viria a romper-se.

Em tais circunstâncias, as ações interativas entre os funcionários do TFA permaneciam fortes, indicavam uma sociabilidade possível de interesses, inclusive com relação ao gestor público do Território. Mas no silêncio dessas interações germinavam formas sociais controversas que eclodiriam posteriormente, dissolvendo a sociabilidade estabelecida. Movimento que me fez recordar a premissa de George Simmel ao conferir que o conflito se reproduz junto às ações interativas, ou seja, em todas as relações produzidas no interior de um grupo social, ou mesmo na sociedade. Nessa perspectiva, posso associar esse germe de ruptura apontando para a seguinte ponderação do estudioso Simmel: “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de sociação” (SIMMEL, 1983, p.122).

Pelo caminho à casa de Dr. Dalton Martins Lima, Amaury ia indagando o que queria aquele funcionário do Banco do Brasil àquela hora da noite. A casa de Dalton ficava na Avenida Iracema Carvão Nunes, denominação em homenagem a ex-esposa do governador Janary Nunes, que, no contexto

desse acontecimento, já havia casado novamente; sua esposa era Alice Alegria Nunes, sua cunhada, irmã mais nova de Iracema, jovem com a qual se casou seis meses depois de viúvo. A residência do advogado do Banco do Brasil, Dalton Martins, era uma das casas do conjunto habitacional construído pelo referido governador para atender aos funcionários graduados e de alto escalão. Não era bem do agrado do governador tal ocupação, visto que Dalton era um defensor dos ideais Getulistas, mas ele era um funcionário de uma instituição da qual os gestores do Território dependiam e não podiam agir contra ela.

Não sabia Amaury, mas, enquanto foi chamado e estava a caminho da casa de Dr. Dalton, na sala da casa desse líder estava reunida a cúpula do PTB, Alfredo Távora Gonsalves, Laranjeira, Raimundo Alves, Benedito Uchôa, Jorge (conhecido como padeiro), Altino Nazareno, Mariso Luiz Barata, Orlando Saboia, Manuel Amanajás, Aurino Oliveira, Duca Serra e Reverso. Todos ali presentes eram moradores de Macapá e, segundo Alfredo Távora, não estavam satisfeitos com a falta de liberdade política e de expressão, direito do cidadão que se tornou manifesto com a abertura política nacional à democratização, ocorrida após o Estado Novo. Na leitura do livro de Alfredo, “Folhas soltas do meu alfarrábio”, ele reforça que a luta que eles travaram em Macapá não era ideológica, nem doutrinária; era apenas uma busca de liberdade de expressão, de justiça e de respeito aos direitos do cidadão (GONSALVES, 2010, 48).

Revela Amaury Guimarães Farias que, ao chegar e adentrar na sala, tudo lhe pareceu estranho e pensou: o que ele estaria fazendo ali, em meio a adversários do governo, posto que nunca fora filiado a nenhum partido político? Ele achou estranha aquela reunião do PTB, partido de oposição ao governo, que agregava gente de muita independência e coragem demais, como seu amigo Alfredo Távora e, ele, funcionário do governo, com exercício no gabinete do governador, o que estaria fazendo ali, o que lhe seria falado ou exigido? Outras preocupações, segundo Amaury Farias, lhe vieram à memória como alerta de perigo, sabendo que os opositores, naquela época, eram considerados à margem da vida administrativa do governo (FARIAS, 2006, p. 12). Impactado com o que estava lhe ocorrendo, destaca Farias que sentou e se deixou ouvir.

O silêncio tomou conta do ambiente, segundo o autobiógrafo, porém, foi rompido por Alfredo Távora, que tomou a palavra e fez lembrar o lamentável incidente de janeiro, sobretudo porque o Dr. Hildemar Maia estava cogitado para ser o candidato a Deputado Federal pelo PTB, tendo como suplente o advogado Dalton Lima. Todavia, continuou Alfredo, “o evento ocorrido nos negou essa possibilidade, mas a assembleia do Partido viu na sua pessoa, Amaury, o perfil de candidato que queremos e foi unânime o desejo de tê-lo entre nós” (*Idem*, 2006, p. 14). Ao continuar seu discurso, Alfredo diz ser do conhecimento do Partido toda a trajetória de atuação e dinamismo do funcionário nos vários rincões do Território. Em seguida, fez referência à importância da esposa de seu Amaury, a professora Deusolina Salles Farias, pela liderança sindical que exercia sobre os professores primários enquanto categoria de classe. Essa reunião era um momento preliminar do desejo de liberdade daqueles atores sociais participarem da vida política e as eleições de 1958 pareciam ser a hora de decisão (FARIAS, 2006, p. 13).

Deusolina Salles Farias foi, e ainda é, muito lembrada na cidade de Macapá, por ter sido a primeira mulher a se tornar vereadora do município. Sua trajetória de vida começa em Belém do Pará, capital onde nasceu no dia 29 de outubro de 1921, filha de Carlindo de Sousa Salles e D. Maria Marques de Sousa Salles. Sua condição de professora formada para atender ao magistério se deu na citada capital, na Escola Normal do Estado do Pará, no ano de 1937. Muito jovem, começou a lecionar no interior do Pará nas escolas primárias em Fordlândia e Tapajós. Aos 24 anos de idade, a convite do governador Janary Nunes, chegou a Macapá para desenvolver com outros profissionais o programa de Educação para o TFA, oportunidade em que, por suas qualidades pedagógicas, foi contratada pelo governador Territorial (BARBOSA, 1997).

Como profissional pertencente à categoria dos professores, contribuiu na organização da Associação dos Professores do Amapá-AP. Participou da primeira eleição dessa entidade de trabalhadores da educação, especificamente de professores, ocorrida em 23 de fevereiro de 1953, quando apoiou a chapa da mestra Maria Lúcia Brasil (presidente) e seus respectivos membros: Diretor de Secretaria: Diniz Henrique Ferreira Botelho; 1º Secretário: Alzir da Silva Maia; 2ª Secretária: Iracema Araújo; Tesoureira: Maria Cavalcante; Diretora Nutricionista: Esther da Silva Virgolino; Diretora da Biblioteca:

Graziela Reis de Souza; Diretora de Propaganda: Margarida Silva; e Diretor Social: Alfredo Oliveira. A chapa venceu o pleito.

Deusolina compôs a comissão que fez o Projeto de Regulamentação do Ensino Primário, aprovado através do Decreto nº 69/48; e ainda participou do Grupo de Trabalho para a criação da Escola Normal de Macapá (figura 30) que, posteriormente, foi implantada com o nome de Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA). A criação da Escola Normal tinha como objetivo assegurar a formação de professores macapaenses com competência para assumir a educação primária, visto que esse profissional era procurado fora do Território. Em alguns casos, foram aproveitados profissionais locais que não tinham o curso normal, mas havia realizado o curso ginasial.

**Figura 30** — Escola Normal de Macapá. Foi implantada em 13 de janeiro de 1949 com o nome de Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA).



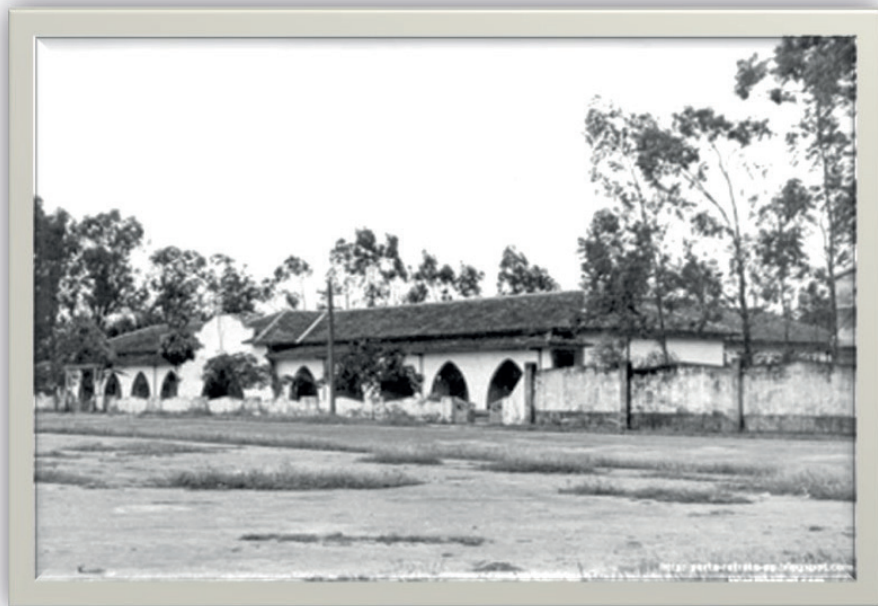
Fonte: Acervo da coleção digital do IBGE.

Comprometida com a educação na cidade de Macapá, era a professora mais requisitada pela chefia da Divisão de Educação. Para tanto, foi indicada para assessorar as irmãs de caridade Celina Querini, Batistina Gritti, Rosa Agostini, Elvira Briatti, Francisca Vila e Santina Rioli contratadas pelo governo para administrar a Escola Doméstica de Macapá (figura 31), criada

em 29 de maio de 1944. A Escola foi instituída com a finalidade de formar jovens para o desempenho das tarefas domésticas, ensinar as moças sobre o uso de uma boa alimentação, desde a escolha à sua fabricação; formação que tinha como objetivo a melhoria do modo de a população se alimentar, considerado pelo gestor público como precário (NUNES, 1046).

Desde a sua fundação, foi mantida pelo poder público, quando, no ano de 1951, foi transformada em Ginásio Feminino e funcionou em regime de internato até o ano de 1964. Foi desativada ainda no período do Território, por conta da reforma do ensino, em 1978. Continuou oferecendo o ensino primário e ginásial, porém foi oficializada com o nome de Escola Irmã Santana Rioli<sup>127</sup>.

**Figura 31** — Escola Doméstica de Macapá, criada em 29 de maio de 1944. A partir de 1951 se tornou uma escola de atendimento ao gênero feminino na forma de internato. Em 1978 recebe a denominação de Escola Santana Rioli.



Fonte: Acervo da coleção digital do IBGE.

---

127 Zaide da Soledade, em seu depoimento faz referência a essa negociação para suprir de professores as salas de aulas do interior. Entrevista realizada na cidade de Macapá, em 01 de março de /2012.

Deusolina enveredou também pelo caminho da liderança organizacional e foi eleita presidente da Associação dos Professores do Amapá (APPA) em fevereiro de 1955, substituindo a professora Maria Lúcia Brasil, concomitantemente vice-presidente da Federação Nacional dos Professores. A líder era muito respeitada pelos colegas profissionais. Conquista política que lhe assegurou o poder de organizar a categoria dos professores e lhe favoreceu, pois ampliou seu vínculo com quase todos os professores. Consequentemente, atraía os que lhe guardava gratidão. Essa conquista consistiu em um dos motivos que levou a convocação de seu esposo Amaury Farias à condição de candidato em oposição aos Nunes. Os contatos da professora extrapolavam o âmbito da Associação de professores, pois Deusolina implantou uma escola de Madureza Ginásial, que funcionou por alguns anos no preparo de candidatos a cargos públicos, ampliando seu entrelaçamento social (BARBOSA, 1979).

Amaury Farias, após ouvir os elogios do grupo presente com relação ao seu compromisso profissional e também de sua esposa, ficou surpreso; contudo, sem nenhum poder de decisão. Estava diante de um chamado para ser o suplente do candidato a deputado federal Dalton Lima, determinação que implicava em complicações para sua vida familiar e profissional, como assim relatou:

Sei que coragem para acompanhá-los não me falta, mas não sou sozinho, tenho uma família para sustentar, três filhos já são nascidos e minha esposa já está com uma gestação de seis meses. Embora saiba que ela detém uma liderança extraordinária no seio do magistério primário, também devo satisfação a ela sobre atos que ferem ou desarticulem nossa vida doméstica. [...] Somos funcionários do governo do Território e, certamente, as pressões virão cair sobre nossas cabeças e sofreremos as consequências da adesão que acabam de me pedir (FARIAS, 2006, p. 13).

Amaury pede um tempo a todos os presentes para pensar e conversar com sua esposa, proposta que foi aceita por todos. Porém, Dalton Lima se posiciona, dizendo que esperava com ansiedade o posicionamento do convidado, pois sabia que só uma decisão forte de oposição à política deteria a ação ditatorial ferrenha que andava assolando a liberdade da população



macapaense, bem como de todo o Território. Acreditava Dalton, que a política era o caminho pelo qual se poderia modificar o rumo da Cidade e resguardá-la de sofrimento e consequências futuras. Esse era um discurso de um funcionário (advogado) do Branco do Brasil, seguidor dos ideais de Getúlio Vargas, motivo que o levou a assistir várias organizações sindicais na cidade de Macapá. Ao conhecer a experiência de Alfredo Távora Gonsalves, logo estabeleceram alianças (FARIAS, 2006).

Eclodia, a partir desse grupo, o conflito como um elemento dos mais corriqueiros e intensos nas diversas sociedades e, ao mesmo tempo, um componente pouco observado e estudado em consonância à sua relevância na cidade de Macapá. Sendo assim, destaco a importância do conflito como um elemento integrante das interações sociais desse grupo que ficou conhecido como petebistas, que deram início a uma série de controvérsias contra o poder local. Interação que busco reconhecimento nas observações de George Simmel ao afirmar que “[...] se toda interação entre os homens é uma socialização, o conflito — afinal, uma das mais vívidas interações [...]” (SIMMEL, 1983, p.122).

O perfil de Alfredo Távora era mais de mentor e mediador, como sua trajetória demonstra, visto que não tinha impulso para arranjos políticos. A única vez que cumpriu esse papel, o fez simplesmente na condição de compor chapa para registro eleitoral<sup>128</sup>. Observei em seus depoimentos que ele era um idealista pelo direito à democracia, como ele mesmo definiu em sua entrevista<sup>129</sup>. Como ator político local, era sempre bem informado e articulado nacionalmente, pois era secretário geral do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, em Belém do Pará, condição que lhe permitiu observar o andamento da política do TFA e as estratégias lançadas para a manutenção do poder local. Em 1945, Alfredo assiste à eleição de Eurico Gaspar Dutra no TFA, apoiado pelo então gestor do Território que, mesmo diante da vitória de seu candidato, ficou insatisfeito por não ter conseguido unanimidade da parte dos correligionários, implicando em desentendimentos entre o governador e a incipiente oposição que emergia como deixa entrever Alfredo no depoimento abaixo.

---

128 Alfredo Gonsalves Távora Entrevista realizada na cidade de Macapá, em 26 de dezembro de 2012.

129 Idem, 2012.

[...] No Amapá a eleição realizou-se aparentemente tranquila. Somente um partido, o partido Social Democrático — PSD. Todavia não houve a unanimidade que o governador desejava. Apareceram alguns votos para Eduardo Gomes e para o candidato Yedo Fiúza. Os simpatizantes desses candidatos foram identificados e marcados pelo governador, que considerou aqueles votos um ato de rebeldia e hostilidade a seu governo e passou a discriminá-los. Não foi atitude de rebeldia, mas a atitude do governador foi recebida pelos “rebeldes” como uma tentativa à liberdade de pensamento, contrária ao clima democrático em que vivia o resto do país... Isso eu falo no meu livro.<sup>130</sup>

Após a ditadura de Getúlio Vargas e a eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra, a Constituição Federal de 1946 estabeleceu o direito de cada território eleger um deputado federal. Esse momento foi tomado como importante para o grupo local, denominados de “rebeldes” pelo administrador de Macapá por usar o direito de liberdade política que esse gestor público fazia questão de ignorar ao obscurecer os princípios democráticos que emergiam em âmbito nacional. Alfredo Távora, cidadão com residência em Belém e no TFA e conhecedor da política local de cunho parental, resolveu entrelaçar seus interesses aos de Claudomiro Moraes, um líder de Macapá que aspirava um projeto político mais democrático para a Cidade e representava a resistência à invenção do partido único. Tal acontecimento motivou Alfredo a ampliar o raio de ação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para outro lugar — a cidade de Macapá.

O objetivo da articulação era organizar um partido de oposição para aproximar os descontentes e perseguidos, mesmo ciente de que naquele momento não sairiam vencedores, como assim narra: “Sabíamos de antemão que não tínhamos possibilidade de vitória, mas que daríamos uma prova de que no Amapá não existia a unanimidade proclamada”.<sup>131</sup> Em pouco tempo, Alfredo e um grupo de companheiros, sob a presidência de Claudomiro de Moraes, fundaram o Diretório Regional do PTB, em 16 de dezembro de 1946. Para candidato, foi consultado o General João Álvares de Azevedo

---

130 Idem, em 26 de dezembro de 2012.

131 Alfredo Gonsalves Távora. Entrevista realizada na cidade de Macapá, em 26 de dezembro de 2013.

Costa<sup>132</sup>, que acatou a proposta. Porém, outras articulações ousaram usar um objeto de mediação rápida, o telefone, para retardarem e impedirem a chegada do telegrama para o registro de candidatura no tempo hábil, como narra Alfredo Távora Gonsalves:

A premência de tempo obrigou o PTB a fazer o registro via telegráfica. Apesar de ainda haver tempo, a mensagem telegráfica foi retardada e só deu entrada no Tribunal Eleitoral do Rio de Janeiro, que naquela época ainda era a capital do Brasil, duas horas após terminar o prazo para o registro. Os governistas empenharam-se em divulgar a notícia que o PTB não teria logrado registrar o candidato e que os votos que aparecessem seriam nulos. Mesmo assim, mais de duas centenas de eleitores votaram no general. [...] O governador se livrou de um confronto eleitoral, frustrando a vontade do povo de manifestar sua vontade democrática, mesmo que fosse minoritária (GONSALVES, 2010, p. 44).

Com a fundação do partido (PTB) e a certeza da existência de um fio político opositor à gestão local, a Família Nunes (Janary apresentou seu irmão Coaracy Nunes como candidato único a deputado federal) irrompeu na caça aos condutores que alimentavam e ampliavam o grupo trabalhista. Para assegurar a longa duração familiar nas várias instâncias da política, era preciso identificar os responsáveis pela resistência e cortar o fio condutor que agregava e animava energicamente mais pessoas nas ações do proposto partido. Dias em silêncio decorreram, foi o tempo necessário para o governador Janary cartografar a vida social dos atores do grupo da “resistência”, principalmente o órgão onde eles trabalhavam. Segundo os relatos de Alfredo, o poder administrativo tinha a missão de:

[...] perseguir e aniquilar o adversário, pois sendo o governo e a prefeitura os únicos empregadores, deveria negar-lhes [aos cidadãos

---

132 O General Álvares de Azevedo Costa nasceu na cidade de São José de Macapá, em 14 de novembro de 1871. Filho de pais humildes, ele demonstrou sempre o desejo de sair Brasil afora, em busca de concretizar o seu ideal mais caro: serviço à Pátria no então glorioso Exército de Caxias. Fez o curso de Estado Maior, sendo Bacharel em Ciências, Física e Matemática e Engenheiro Militar. Participou do movimento de 15 de novembro de 1889. Comandava a quarta Região Militar em Minas Gerais — 1930. Após a revolução, foi-lhe dada uma reforma administrativa que muito lhe entristeceu. Retornou à ativa pelas mãos de quem antes lhe reformou — Getúlio Vargas —, promovendo-o a General do Exército Nacional. <<http://eegazevedocosta.blogspot.com.br/p/historico-da-escola-general-azevedo>>. Visitado em: 04.02.2015.

macapaenses] o acesso ao emprego, barganhar, se possível amedrontá-los, corromper usando a máquina administrativa e até obrigá-los a sair do Amapá, como fizeram com alguns, como eu, era a palavra de ordem.<sup>133</sup>

No caso de Alfredo Távora Gonsalves, a perseguição não podia ser pela via da demissão, pois o fio condutor que os Nunes procuravam era um homem sem vínculo empregatício, fora do âmbito da máquina governamental. Mas era preciso limitar essa força opositora que vinha se estabelecendo em Macapá, que trazia divergência e que já conquistava outras pessoas na Cidade. Como fica explícito, havia “[...] uma matriz formal de tensões” estabelecendo os códigos sociais existentes no interior das próprias relações sociais. Um molde é estabelecido e propiciado pelas atitudes de: “oposição”, “aversão”, “sentimentos de mútua estranheza”, “repulsa”, “ódio”, “lutas sociais” (SIMMEL, 1983, p. 127). Nessa circunstância a oposição era a razão e matriz das tensões estabelecidas.

A estratégia do gestor público foi o uso da força de segurança, uma ordem de prisão, que só não ocorreu porque eram muitos os atores que defendiam o direito de liberdade (barqueiros, delegados, operários), dispostos a garantir apoio incondicional aos que estavam no front dessa luta, mas preferiam ficar ocultos justamente para evitar as perseguições, como consta no relato de Alfredo Távora:

Certa manhã, quatro guardas arrombaram a porta da residência de Claudomiro Moraes, onde eu estava hospedado, procurando por mim, para me conduzirem preso, a presença do chefe de polícia, capitão Vasconcelos. Porém, na noite à véspera do acontecido um delegado, amigo, avisara Claudomiro sobre o arдил que estava sendo preparado para me apanhar. Diante do aviso, nessa mesma noite, embarquei para Belém numa canoa à vela, chamada “Deus te Salve”, que só estava esperando a hora da maré para sair, com escala em Afuá, Chaves e Anajás. A viagem demorou onze dias, debaixo do toldo de uma canoa, em meio a jerimuns e melancias, escapei por pouco, porque o chefe de polícia, pessoalmente, costumava visitar as embarcações que saíam de Macapá. Se fosse preso, não sei o que aconteceria, dado o espírito truculento daquele esbirro (GONSALVES, 2010, p. 45).

---

133 Alfredo Gonsalves Távora. Entrevista realizada na cidade de Macapá, em 26 de dezembro de 2012.

As amizades cresciam a partir dos encontros nos bares, nas práticas de boemia acompanhada de músicas e cerveja ou mesmo um copo de cachaça. Claudomiro<sup>134</sup> foi um desses boêmios eméritos. Não dispensava nunca uma ou outra rodada da boa pinga nos botecos da moda, com preferência aos mais democráticos, onde a frequência permitisse confraternizar, sem discriminação, com todos os níveis da representatividade social. Foi usando dessa prática que Zito Moraes, como assim era chamado, construiu sólida amizade, indispensável nos momentos decisivos. O barqueiro foi suposto de uma dessas alianças nas mesas de bares, que também defendia a luta pela liberdade e direitos políticos, dos que davam preferência em ficar na invisibilidade, atuando quando era necessário. No conflito, também, destaca-se uma outra dimensão, a de ser ele um encontro social, com a capacidade de produzir resultados e, em virtude disso, considerado como algo socialmente construtivo, na medida em que:

O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. [...]. Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação — a antitética e a convergente — são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. (...) o conflito contém algo de positivo. (SIMMEL 1983, p. 123).

A realidade urbana da cidade de Macapá foi constituída por redes positivas através de relações heterogêneas, as quais foram estabelecidas por um amplo jogo associativo de mediação entre seus atores. Essas mediações foram constituídas por dinâmicas abertas com intuito de serem transformadas em novas mudanças. Portanto, os atores sociais foram articuladores que atuaram, formaram redes, promoveram mudanças no conjunto de elementos, fazendo com que os conflitos se tornassem positivos e ocorressem favoravelmente,

---

134 Claudomiro de Moraes não deixou nenhuma autobiografia, tampouco sua biografia foi escrita por Coaracy Sobreira Barbosa, que se preocupou em registrar o trajeto de vários personagens do Amapá. Porém, tive acesso a registros informais de sua vida que relatam: contam os mais antigos que, ao desembarcar no velho trapiche da cidade, a primeira pergunta do recém-chegado Intendente da Capitania dos Portos de Macapá dirigida a um velho marinheiro, tripulante da embarcação, foi: Aqui tem governo? — Tem, respondeu o marujo. — Pois sou contra; disparou o mais novo habitante da cidade. Instituiu-se então, naquele exato momento, a oposição no Amapá que, mais tarde, tomou abrigo sob a bandeira do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Vargas.

atividade graças à qual os atores modificaram, deslocaram e transladaram seus vários e contraditórios interesses a seu favor.

A ocupação do espaço urbano de Macapá pelos múltiplos modos de viver a urbanidade, após a efetivação dos migrantes, conduziu seus atores sociais a divergências na forma de pensar o ordenamento da cidade. O poder de força de alguns articuladores de participar ativamente do fluxo social urbano foi a controvérsia maior e aparece como um ressentimento, consistindo em um traço marcante no itinerário dos interlocutores e autobiográficos em estudo.

Para rastrear esses impasses de forma que eles não desencadeassem na linearidade, foi preciso apreender os pontos de partidas e/ou retornos dos biografados e autobiografados (KOFES, 2001, p. 14) de forma a enfatizar a subjetividade desses atores entrevistados e seu cotidiano. Para Suely Kofes, falar de “itinerário e/ou trajetória é privilegiar o caminho, o percurso, não destacando o sentido e a perspectiva subjetiva destes. É falar de partido, estadas, retornos, partidas, mesmo que existam várias partidas, que as estadas sejam também viagens e que os retornos sejam jamais definidos’ (KOFES, 2001, p. 23), como será visível no final da trajetória do grupo petebista na cidade de Macapá.

O poder de força em favor da liberdade de expressão política foi a controvérsia que alimentou a necessidade de uma oposição na cidade de Macapá e o motivo para o fortalecimento de outros entrelaçamentos políticos. Em um primeiro momento, essa luta se deu de forma coletiva, porém, na condição de “quase grupo interativo”, dado que os indivíduos em interação, apesar de organizados para aquela ação, não possuíam nenhum vínculo associativo, como define Adrian C. Mayer (1987, p. 133). Era um conjunto de pessoas que não havia conseguido ampliar sua luta de modo que ela viesse a conquistar mais aliados em torno do projeto de reivindicação por ensino superior, estou me referindo a Benony Lima.

Faltou ao grupo uma associação com a técnica para divulgar seus interesses de forma a envolver mais pessoas. Chamo a recordar aqui o caso da luta de Benony, desejoso de fazer um curso superior, mas limitado pelas condições sociais de trabalhador marceneiro nas obras da construção civil em Macapá, motivo que o impossibilitava de realizar estudo superior em Belém

do Pará. Um sonho desfeito sem que ele pudesse concretizar, assim como o de muitos jovens de sua idade que não recebiam bolsas de estudos, chance muito pequena para os jovens menos favorecidos.

No segundo caso, a produção do social urbano de Macapá segue mediada por outro grupo social, que já não era o “quase grupo” de luta em favor da educação. Era, todavia, um grupo associativo vinculado ao campo da política, interessado na conquista pelo direito de participar, como sujeitos da cidade, da luta pela liberdade de expressão, de escolha partidária, de votar e ser cidadão votado. A luta agora exigiria a estratégia de conhecer e intimidar o outro, de apropriar-se e apoderar-se do outro. Nessa malha incipiente de desejo de liberdade e de participação política, encontram-se Alfredo Távora Gonsalves, Amaury Farias e a professora Deusolina Farias, com o apoio de Claudomiro Morais.

Enquanto isso, a Cidade ia recebendo melhorias. O poder administrativo, ocupado em ver o progresso da cidade de Macapá, exercia o controle das instituições públicas, das construtoras e até de empresas privadas (Icomi), pois coube a esse poder público criar os meios para suas instalações na área do Território. Em política, são os benefícios do exercício da autoridade que entram na troca e estão relacionados ao jogo de poder dos diferentes grupos econômicos ou políticos. No passado, essencialmente, e em nossa época, o clientelismo aparece como fator endógeno às sociedades estruturadas. Não podem elas — organização e hierarquia — prescindirem dele, como nos sugeriu Luiz Henrique Bahia (2003), em seu livro “O poder do clientelismo”. Essa nova leitura, adotada por Bahia, permite observar o fenômeno do clientelismo, não como uma característica predominante em sociedades atrasadas, mas endogenamente pertencente ao mundo moderno.

Tal operação política de trocas assimétricas assegurava ao gestor público o controle da população, intermediado pela via estatal, canal de acesso às possibilidades de emprego que, em alguns casos, se estendia à indicação ou demissão nas empresas privadas. A família Nunes detinha um poder simbólico, pensado aqui no sentido de um poder que se exerce por trás, escondido nas entrelinhas e que é cunhado por um determinado propósito. O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou

mesmo que o exercem. Portanto, o poder simbólico é um poder de construção de realidade (BOURDIEU, 1989, p. 7).

O controle começou a partir dos convites realizados pelo próprio governante a parentes, amigos de confiança, que deveriam ser o suporte das ações governamentais, ou efetuado na forma de um pedido, um favor pessoal, principalmente, pelos migrantes que chegavam ao território e não encontravam emprego com a facilidade que sonharam. Sobre o fenômeno do clientelismo, o que se pode presumir é que a troca em política não são favores pessoais, como acontece entre indivíduos comuns, são favores de autoridade. No caso dos migrantes, a necessidade de obtenção de proveitos — particularmente, na cidade de Macapá que, apesar de se modernizar, manteve a permanência de um modelo hierárquico patrimonial excludente, permitindo “a proliferação das potencialidades do clientelismo ou seja, da relação patronus-cliente” (BAHIA, 2003), a troca se deu pelo compromisso de lealdade por benefícios recebidos.

Ficava então selada uma relação de respeito e dívida, a exemplo do ocorrido com seu Leonel Nascimento, como já descrevi anteriormente, um dos interlocutores desse estudo que representou as ações de tantas outras pessoas no viver urbano de Macapá — porém não na sua totalidade, porque outras práticas eram elaboradas, já que toda relação social é prescrita por limites, pois não se negocia a liberdade subjetiva individual, visto que ela confere ao homem poder, criatividade e sentidos, tanto ao homem culto, quanto ao “ordinário”, como conceitua Michel de Certeau (1996).

O gestor público do TFA, Janary Nunes, concebendo a cidade e sua vida urbana como produto de sua administração, a começar por seu quadro de funcionários, que deveria ser unânime ao seu projeto de urbanidade, tomou os cidadãos como se esses atores sociais fossem tão somente consumidores de suas vontades ou receptores de suas ações. O controle para esse projeto “harmônico” estava no setor público que era a máquina empregatícia, aparato que legitimava a dependência dos funcionários, à medida que os persuadia a escolher entre a necessidade do emprego e o desejo de exercer suas atividades de liberdade, quando esta se constituía um direito do cidadão, como deixa entrever o depoimento abaixo.



[...] No Amapá de então, não existia um poder que desse ao povo o direito de reclamar. Nada temos em particular contra os Nunes, o que nos levava a luta era a perpetuidade do sistema que durou nada mais de vinte anos, restringindo oportunidades e marginalizando aos amapaenses natos ou de coração que quisessem participar da governabilidade (FARIAS, 2006, p. 6).

A liberdade política foi a contenda que levou Amaury também a outro campo de negociação, principalmente quando ele encontrou apoio e cooperação da parte de sua esposa, força que o alimentaria nessa decisão de compor com o grupo de oposição. De forma diversa ocorreu no âmbito do trabalho, onde a indiferença foi evidente e os laços de amizade estabelecidos começavam a desprender-se. Os amigos começavam a se distanciar, como assim transcreve:

No gabinete do governador, onde eu trabalhava na assessoria técnica, senti, de imediato, o afastamento de Ivo Torres, amigo inseparável de minha lambreta e dos artigos que junto editávamos na revista RUMO, de nossa propriedade, onde narrei os detalhes do desastre que ceifou a vida de Coaracy, Maia e Hamilton, em Macacoari. Os serviços não foram mais distribuídos à minha carteira e a maior parte dos companheiros da Assessoria, entre eles Augusto Monte (datilógrafo), Álvaro Cunha, Teodolino Flexa e Ivo Torres, se refugiavam, talvez com medo de aderir à causa que ainda eu não tinha abraçado (FARIAS, 2006, p. 16).

Amaury Farias e Ivo Torres, nesse ínterim, eram funcionários do quadro da assessoria técnica do governador. Juntos, criaram, em 1957, a “Revista RUMO”, que registrava o cotidiano da vida social urbana da cidade de Macapá. Editada pelas mãos de cidadãos que se comportavam como preocupados com o desenvolvimento cultural de sua cidade, a revista projetava o TFA no plano nacional e já contava com correspondente de vários estados. Seus editores e articulistas<sup>135</sup> antecipavam-se em comunicar à população de leitores os projetos a serem implantados para o desenvolvimento cultural do

---

135 Trabalhavam como articulistas da Revista RUMO, Alcy Araújo — radialista e poeta —, Paul Ledoux, Flexa de Miranda, Arthur Néry Marinho — poeta —, Waldemar Firmino, Vilma Torres, Aluizio da Cunha, Amaury Farias, John Newman e Mavil Serret, entre outros. Ver Revista Rumo. Outubro/janeiro, nº 12-13 de 1959, p. 7.

Território. O tão sonhado curso superior de Benony Ferreira Lima foi anunciado por este periódico — a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Amapá, a qual deveria funcionar no Colégio Amapaense<sup>136</sup>. Inquietos ainda com o desenvolvimento cultural da Cidade, questionavam a necessidade da criação de um teatro. Essa paciente produção de folhas escritas “eram trabalhos de artezão [sic] no século da cibernética”, como relata Ozório Nunes na Revista Rumo (1959).

[...] pois fiquei a reconstituir o esforço de cada um dos que fizeram aquelas folhas, pelejando no compunidor [sic] letra por letra, rodando no manual, página por página, e senti a grande alegria de ver tão sério labor continuado. A inteligência do Brasil na mais setentrional de suas unidades, não estava parada, inclinava-se para si mesma, para suas dúvidas, seus anseios, para suas próprias definições do mundo ambiente, artesanalmente, em plena era da cibernética.<sup>137</sup>

Os escritores da “Revista Rumo” estavam diante de uma aliança que começava a ruir. Uma aliança que não era firmada simplesmente em função do trabalho, mas de afinidade e amizade estabelecidas e não tinha mais retorno. Amaury Farias, ao transladar para o grupo de Alfredo Távora Gonsalves, irrompia com a linha de orientação do grupo da administração territorial; postura que culminou com o afastamento de vários de seus amigos que não compartilhavam da sua escolha. Em seguida, sua esposa, professora Deusolina, é exonerada da função gratificada que exercia; situação que só não foi de toda negativa porque ela, como liderança, trazia consigo muitos eleitores. À medida que a notícia foi se espalhando sobre a candidatura de Dalton e Amaury, os laços de relacionamento iam se desfazendo ou se compondo, uma vez que as pressões se realizavam a partir do controle dos vínculos empregatícios nos setores administrativos do Território.

O médico Armênio Câmara Leão passou por experiência semelhante. Este, apesar de não ser um funcionário Territorial, mas sim enviado pela Delegacia Federal de Saúde de Belém para prestar serviço no combate à hanseníase no Amapá, sofreu a tentativa de ser deslocado de seu posto de trabalho

---

136 Não se sabe por qual motivo esse projeto não vingou, quando a população já estava certa de seu funcionamento em Macapá.

137 Idem, 1959, p. 7.

por ser vizinho do candidato Amaury. Essa condição dava ao gestor público a certeza de que ele não ficaria neutro, motivo pelo qual solicitou seu retorno para Belém, porém não foi atendido. Tal acontecimento magoou o médico, que revidou a manobra decidindo, juntamente com sua esposa, aderir e apoiar a primeira tentativa de trazer a sociedade local para uma decisão de múltipla escolha, desde que se instituiu o TFA, em 1943. As eleições, até então ocorridas, eram direcionadas por uma composição única.

Para Amaury (2006, p.18), “o jeito é arregaçar[sic] as mangas” diante de uma situação que não seria fácil, pois teriam que encarar “as mais furiosas tempestades e furacões”. Primeiro, estavam diante de um poder que jogava com a população, pois quase todas as pessoas eram funcionários do Território ou da prefeitura e dependiam deles; segundo, era uma luta entre o grupo do “tostão contra o do milhão”. Amaury e os membros do grupo do PTB (Elfredo Távora, Dalton Lima, Bingo Uchôa, Amando Lima) estavam reunidos a discutir e enumerar os objetos que, junto com eles, mediarão a campanha que os direcionaria ao encontro da população, principalmente do interior, meio pelo qual levariam ao conhecimento das pessoas o direito de múltipla escolha e a proposta política do partido.

Temos uma lambreta, lembrou Dalton Lima, e nela podemos fazer muitas coisas, visitar nossos amigos, mandar recados. Quando eu não puder, o Manuel Amanjás irá. Também temos um ubá com motor de popa que Raimundo Alves e Reverso tomam conta e podemos visitar o interior das margens do rio. E pela estrada, interferei [Amaury], não podemos ir porque não temos nenhum carro para viajarmos e, certamente, os adeptos do governo irão impedir qualquer um que queira nos vender ou alugar uma condução para darmos prosseguimentos aos nossos objetivos (FARIAS, 2006, p. 19).

Estavam todos eufóricos com a organização da chapa que seria adversária à ordem local estabelecida. Amigos foram surgindo para dar suas contribuições: Manoel Amanjás se ofereceu como responsável por entregar recado, usando a moto de Dalton Lima. Raimundo Alves e Reverso para remar a ubá com motor à polpa, para irem ao interior com possibilidade de chegada por rio. Mas outros equipamentos eram necessários. “Não temos aparelho de som, onde fazer cartazes, dinheiro para construir palanques,

advertia Alfredo” (*Idem*, p. 19). Segundo Alfredo, os filiados do partido, em sua maioria, eram operários que ganhavam apenas o salário mínimo; mesmo assim, ajudavam quando um membro do Diretório precisava se deslocar para as articulações políticas na capital do País, mas não havia mais como esperar deles.

Mais uma preocupação vinha-lhes à memória: era a dificuldade para realizar a campanha eleitoral, visto que todos eram funcionários públicos e não possuíam carro; os poucos que existiam eram do governo ou particulares (de comerciantes). Dalton Lima, Bingo Uchôa, Alfredo Távora, Armando Lima começavam a sentir as inúmeras dificuldades que iriam enfrentar na Cidade. O maior problema para a divulgação da candidatura de Dalton Lima e Amaury Farias, estava nos objetos de que precisavam. Sem eles, não era possível os candidatos e os aliados ampliarem suas ações na conquista de adeptos e eleitores, pois a missão que se propunham a realizar exigia-lhes aparelho de som, máquinas para impressão de cartazes, inclusive um carro. Sem a interação com esses artefatos, a aspiração dos candidatos do PTB de levar à população a importância do exercício democrático da múltipla escolha não seria realizada. Porém, as informações repassadas de modo informal começavam a surtir alguns efeitos, inclusive assustadores para o grupo, como podemos observar no texto abaixo.

Estávamos pensando nessa situação caótica, quando bateram palmas, fui ver quem era. O carro de um garimpeiro estava parado em frente à casa e o motorista, ao me ver, mandou descarregar dois alto falantes, uma caixa de som, amplificador e microfone. O motorista gritou, já com o carro quase em movimento: O João Nobre mandou que eu lhe entregasse esta aparelhagem de som para o senhor mandar consertar. Depois ele vai dar um jeito para mandar buscar. Está entregue! Passa bem e até mais ver. Retirou-se com tanta velocidade que nem deu tempo para agradecer a entrega daquele objeto que tanto queríamos. João Nobre era meu cunhado, casado com minha irmã Valquíria e trabalhava nas minas de Lourenço. Na realidade, o aparelho não tinha nenhum defeito e essa era uma forma de ajudar sem que os demais soubessem (*Idem*, 2006, p. 22-23).

Amaury, mesmo sabendo da dificuldade de encontrar quem vendesse um carro e, ao mesmo tempo, receoso de que o poder administrativo tomasse

conhecimento e impedisse tal negociação, procurava meios para adquiri-lo, pois era uma associação imprescindível e para essa tarefa encontrou aliados. Abel Ramos Ferreira, um jovem que havia trabalhado com Amaury na construção do Porto de Macapá anuncia conhecer um senhor que deseja vender um caminhão Ford. Era seu Valter, dono de uma pequena fábrica de vinagre de cana-de-açúcar e possuidor de um caminhão de pequeno porte (Ford V-8, ¾). Seu comércio ficava ao lado do Mercado Central em Macapá, prédio público construído pelo governador Janary Nunes, em 1952. O Mercado Central foi entregue à população em 13 de setembro de 1953, edificação localizada na Rua Cândido Mendes, praticamente frente à Fortaleza de São José de Macapá.

Seu Valter entrou em negociação com Amaury Farias, que tinha interesse na aquisição da máquina. Certo do compromisso que assumia com a venda de seu caminhão ao membro do PTB por cem mil cruzeiros, o comerciante deu sua palavra de honra ao comprador. No acordo estabelecido ficou prevista a entrega do caminhão para o dia da última parcela do pagamento, que seria 10 dias depois da negociação, sendo a primeira uma casa de madeira, coberta de telhas, no valor de 60 mil cruzeiros e o restante em dinheiro. Poucas horas após a negociação, seu Valter anuncia a desistência da venda realizada a seu Amaury.

O senhor sabe que sou comerciante e nem sempre nossa escrituração está cem por cento correta. Nossa função é correr atrás de lucros e estabilidade em nossos negócios [...]. Então ele falou [representante do governo] que se eu não desfizesse o acordo, eles tinham o poder para fechar meu comércio. Protestei, mas eles me disseram que, nesse caso, mandariam fazer uma devassa em minhas contas e isso podia resultar em pesadas multas ou então encerrar minhas atividades. Deu-me um prazo de vinte e quatro horas para resolver o problema. Aí o jeito foi concordar. Por isso estou aqui para pedir desculpas, pois contra a opressão não há resistência que agente (FARIAS, 2006, p. 26).

Segundo Amaury Farias, os comerciantes, que poderiam ser homens politicamente independentes, acabavam tendo que se subordinar aos interesses administrativos por dívida sobre imposto ou por não pretenderem perder sua clientela. Ainda relata em seu livro autobiográfico “Memórias Políticas”

(2006), que a administração não tinha pressa na cobrança dos impostos e escrituras atrasadas, mas se esse negociante desobedecesse às vontades do gestor local as dívidas triplicariam, impedindo o comerciante de criar manobras para manter seu comércio e garantir sua sobrevivência.

Para Luiz Henrique Bahia (2003), os mecanismos que fazem parte da troca política assimétrica/clientelista são partes de uma negociação. Estas últimas, expressam situações de troca em que as recompensas não são iguais, seja da perspectiva do observador, do ator ou de ambos. A “troca política se caracteriza por [ser] sempre assimétrica [...]” (BAHIA, 2003, p. 33), ocupam espaços vazios, onde não há garantias legais, não constituem direitos, mas também não constituem, necessariamente, ilegalidades. Fazem parte do universo possível das trocas políticas entre atores políticos socialmente interessados. Assim, o clientelismo condenável será frequentemente o clientelismo bem-sucedido do outro, não a troca política legítima.

A compra do carro ocorreu em outro município, no Amapá, nas viagens que realizavam para divulgação da candidatura, onde o jovem Inácio era seu coadjuvante nas ações do Partido. Amaury conseguiu um pick-up Dodge, inclusive de menor valor, razão pela qual logo negociou, acertando o pagamento para ser realizado em Macapá, mas com a condição de já levar a máquina. Antes do dia do acerto do negócio o vendedor vai à casa de seu Amaury, o que lhe causa um susto:

Seu Amaury, passei aqui para confirmar o combinado porque já foram comigo para desmanchar o negócio e não dar condições para vocês viajarem. Disse a eles que não tinha molecagem com meus negócios, que não me interessava a política e não ia desfazer aquilo que já tinha feito (FARIAS, 2006, p. 27).

Agora, objetos (carro, casa/diretório, som) e o grupo petebista estavam juntos mediando a candidatura dos trabalhistas para além da cidade de Macapá. Os municípios ficaram mais perto com a aquisição do carro, possibilitando viagens para Mazagão, Calçoene e Amapá, Serra do Navio, Oiapoque (por trem), nos quais foram estabelecidas alianças com amigos e familiares. Essa articulação conduz as formas de como são construídas e reproduzidas por meio de redes as diferentes estratégias na articulação de um fato, o qual

nem sempre é uma decisão consciente. De como os fatos são mobilizados na e pela rede a fim de estabelecer um território significativo por meio do qual os atores buscam aliados, construindo suas translações, formando assim materialidade para resultar resultados (LATOURE, 2000). Lembrando aqui que “a palavra rede indica que recursos não estão concentrados em poucos locais — nas laçadas e nos nós-interligados — fios e malhas” (LATOURE, 2000, p. 294). Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte.

As surpresas foram muitas para os candidatos do PTB, segundo Elfredo Távora Gonsalves (2010). Os que se fizeram adeptos à luta, como os pequenos comerciantes, se colocaram à disposição na oferta de estadia e alimentação e se dispuseram a propagar a campanha para outros conhecidos. Estudantes, pescadores, canoieiros, pessoas que não eram conhecidas do grupo do PTB, iam se chegando a eles. Elfredo Távora enumerou vários deles em seu depoimento e, pensativo, ainda ressaltou que esperava não ter esquecido o nome de nenhum<sup>138</sup>.

Os operários da Icomi eram solidários à candidatura de Dalton Lima por ele ser advogado do Sindicato de sua classe. Na visita que o candidato fez aos operários dessa empresa, apesar do aceite anterior do prefeito da Icomi, no dia do comício, Dalton Lima recebeu a informação de que esse ato havia sido cancelado. Segundo o prefeito da empresa, era ordem superior (do Rio de Janeiro); entretanto, para o grupo do PTB estava claro que a estratégia do uso do fio telegráfico de comunicação imediata havia sido usada, “certamente sugerida pelo coronel Janary, amigo de um dos donos da empresa, afim [sic] de que não pudéssemos alcançar nossos objetivos. Porém, o prefeito permitiu que nós falássemos de nosso propósito ao operariado” (FARIAS, 2006, p.44). Mais uma surpresa renova as forças dos petebistas:

[...] um murmúrio longínquo foi se aproximando num aumentar constante de vozes que exaltavam: “Dalton e Amaury é petebê e não afroxa! Dalton e Amaury agora é que acocha!” Não tiveram condição de conter a massa e o Dalton achou por bem irmos ao encontro daquela passeata. Ao nos aproximarmos, um grupo de operários carregou o Dalton nos ombros: e o refrão mudou para: “Dalton e Amaury, agora estão aqui”... “Dalton e Amaury, agora

---

138 Elfredo Távora Gonsalves. Entrevista concedida em 01 de março de 2013.

estão aqui...” e o trajeto continuou pelas ruas de vila até chegarmos no estádio, onde fomos recebidos com um “hip-hip-urra; hip-hip-urra... é Dalton nosso candidato, é Dalton nosso candidato” que foi contagiando a galera (FARIAS, 2006, p. 45).

As informações sobre as candidaturas de Dalton e Amaury foram se espalhando pelas cidades do TFA, cativando cada vez mais simpatizantes nos municípios, os quais não deixavam de dar suas contribuições, como se pode observar.

Nos comícios em Macapá uma surpresa agradável! Uma adepta de nossas lutas trabalhava no DENERu (Departamento de Endemias Rurais), alegrava nosso palanque. Essa moça era Raquel Capiberibe (ex-deputada federal e atualmente conselheira do TCE), cujo ânimo da juventude nos dava mais fôlego para falarmos e fazermos a diferença de nossa situação (FARIAS, 2006, p.32).

A caminhoneta denominada de “betebê” era o artefato que possibilitava aos candidatos trabalhistas o fazer, pela modificação mútua que se realizava entre os dois agentes, compondo-os em atores híbridos (LATOURE, 1994a, p. 35), posto que ação não é uma propriedade única dos humanos, mas de associação com objetos diversos, na composição de uma prática possível. Para o estudioso a ideia de híbridos se refere a um achatamento das classes epistemológicas modernas (sujeito/objeto, sociedade/natureza) e expressa uma releitura do conceito de social, na medida em que se opõe à noção sociológica clássica de ator social, visto que o social não é o que abriga as associações, mas o que é gerado por ela; portanto, enfatiza a importância desse caminhar pelos meios, pelas misturas, de forma que assegura:

O motivo pelo qual parece tão importante aprender a navegar nesse espaço achatado é que, quando passamos a focalizar melhor aquilo que circula, conseguimos perceber muitas outras entidades cujo deslocamento mal era visível antes. Em verdade, nem mesmo se supunha que circulassem. Talvez seja possível vislumbrar fenômenos bem mais sutis que, antes, tinham de ser guardados no santuário interior do sujeito por causa de sua aparente insignificância (LATOURE, 2012, p. 295-296).



Ainda em Macapá, astúcias eram usadas para garantir apoio incondicional ao grupo trabalhista; eram os híbridos homens/máquinas/objetos, gerando associações que iam mediando o processo da candidatura. Nesse caso, é também perceptível o jogo de táticas estabelecidas para que as práticas da oposição continuassem suas atividades.

Outra surpresa foi seu irmão João [Raquel Capiberibe], mais conhecido como João Bacana, funcionário do posto de gasolina e da casa de peças Teixeira Scotti, que nas caladas da noite deixava combustível na porta de minha casa a fim de abastecer a Petebê, cujo mecânico era nosso grande amigo Adolfo Fernandes de Lima, hoje falecido, que, apesar de não participar de nossas jornadas de rua, não deixava que nosso carro desse pane, ação essa importantíssima para o partido (FARIAS, 2006, p. 33).

A luta em prol da liberdade partidária e de expressão se expandia, mas ao mesmo tempo se via reduzida. Foram várias as tentativas de impedir o grupo do PTB de realizar seus comícios no interior do TFA, desde a interferência no âmbito do privado, quando se proibia a venda de bens à oposição, como no impedimento de usar as balsas. Essa travessia de carros e pessoas por balsa é uma prática comum entre uma cidade e outra, até mesmo entre comunidades na região Norte, em virtude de seus rios caudalosos e de grande extensão, onde o objeto balsa substitui as pontes tão comuns em outros lugares. Em uma dessas passagens, um dos interlocutores deste estudo, Leonel Nascimento, é acusado de ter mandado seus operários sabotarem a balsa, no intuito de impedir a passagem do grupo do PTB para a localidade de Calçoene e a realização de seu comício. Não conseguiram, mas atrapalharam a viagem dos candidatos por mais de duas horas. As experiências de nadadores que estavam com o grupo trabalhista lhes proporcionaram a continuidade da viagem, o que se pode ver na narrativa a seguir:

Um cidadão que pediu carona, cujo nome não me lembro, juntamente com o Inácio, nadou até a outra margem do rio e aos poucos foram encontrando os tambores que foram colocados nos lugares da armação de madeira, em quantidade suficiente para aguentar o peso da *pick-up* [...]. Quando pensamos que os tambores colocados já aguentavam a caminhonete me aventurei a atravessá-la. À medida que ia colocando o carro sobre a armação de madeira ela foi assen-

tando até que se estabilizou. Raimundo Alves e José Monteiro se juntaram ao demais e foram puxando a balsa até o outro lado do rio. Enquanto isso, um menino, morador do local, trouxe uma canoa e atravessou os demais que ficaram do outro lado para não sobrecarregar a balsa (FARIAS, 2006, p. 55).

Os trabalhistas tiveram sempre que se curvar, ou criar contornos diante das interações com os poderes governamentais, por eles possuírem um aparato administrativo associativo maior de humanos e objetos; interação humana com carta branca para agir de forma nefasta, sem o prejuízo de punição. O jornal *Folha do Povo* traz o registro desse tipo de experiência, pelo qual passou a professora Deusolina, ocasião que muito indignou todos os trabalhistas pelo abuso de poder e da falta de um mínimo de respeito a uma grávida em seu estado de parto, como revela Alfredo Távora:

[...] defronte à residência de meu companheiro [Amaury] um carro 143 pertencente ao governo do Amapá partiram bombas foguetes para que atingissem a residência a fim de finir [sic] dona Deusolina, que naquele momento já começava a sentir a dor sublime do parto. Queríamos eximir o Sr. governador de culpa que o caso exige. No entanto, dentro [do carro] ia Leonel Nascimento, Afonso Alvite e Francisco Cabôclo do Nascimento (concreto). Três pessoas de inteira confiança do Sr. Governador.<sup>139</sup>

Para os candidatos trabalhistas, a luta foi uma “batalha quase vencida”, visto que tiveram uma boa acolhida por onde visitaram e lá deixavam aliados que reforçavam a campanha: comerciantes, professores, líderes da comunidade, pescadores, atravessadores, produtores agrícolas e outros, os quais o narrador não conseguiu lembrar<sup>140</sup>. Essa conquista veio demonstrar que o poder local não tinha mais o poder absoluto. Na fala de Alfredo Távora e nos escritos de Amaury, ficou explícita a desconfiança de fraude eleitoral por várias razões: impossibilidade de enviar fiscal para as localidades distantes; existência de transportes apenas controlados pelo governo territorial; domínio dos eleitores pelo medo de perseguição, principalmente de perder seu

---

139 *Folha do Povo*, 1959.

140 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista concedida em 1 de março de 2013.

emprego e a compra do juiz eleitoral. Algumas narrativas deixam transparecer essa impressão que tiveram da eleição para deputado federal em 1958.

A urna de Tucumã, apesar de estar completamente aberta, foi apurada alegando-se que o presidente da mesa tinha esquecido de fechá-la... O que fazer?... A urna de Tartarugalzinho foi despescada debaixo de uma ponte na BR-156... O que fazer?... A única urna em que fomos vitoriosos foi a de Lago Novo, que teve fiscalização constante até sua entrega na mesa apuradora, o que vem demonstrar a nossa afirmação de que todas as urnas do interior, onde não pudemos fazer o acompanhamento, foram adulteradas. [...] Tivemos direito a uma suplementação eleitoral, porém deveriam ser submetidas dentro de um prazo de 60 dias. Um dia antes de terminar o prazo, nosso delegado perante a justiça foi até o juiz saber se os processos já tinham sido encaminhados e julgados. Com um sorriso largo e maroto respondeu: “Quem não tem dinheiro não ganha eleição” (FARIAS, 2006, p. 67-68).

Para Alfredo e Amaury, o sonho não estava acabado, ainda existia no desejo dos trabalhadores a esperança fechada na caixa de pandora, a qual alimentava a força e continuidade da luta pelo direito de liberdade de expressão e participação política, possibilidade de construção para o grupo em ação e para toda a população. A liberdade como esperança foi absorvida pelos trabalhadores como um desejo positivo, pois envolvia a possibilidade de superar a opressão política e a construção de uma vida urbana melhor, mas, na prática, essa esperança conduziu o grupo a sofrer vários desatinos na temporalidade de sua trajetória política. Nesse último caso, essa categoria liberdade aparece aproximada do pensamento de Friedrich Nietzsche (2005) como o pior dos males, pois prolongou o “suplício dos homens”, mas a esperança de trazer de volta o direito de liberdade, tomado de assalto do cidadão macapaense, parecia um sofrimento que valia a pena.

A necessidade de os trabalhadores encontrarem um caminho ou um meio pelo qual eles poderiam manter viva essa vontade de liberdade que havia sido congregada através do partido político PTB era o intento a seguir. A conquista de aliados na Capital e nos municípios do TFA havia criado um entrelaçamento social que era preciso ser conservado e fortalecido, inspiração

que ficava visível nas reuniões que foram ocorrendo após a eleição, como deixa entrever Amaury.

Nas reuniões que aconteciam na sede do partido, ou na minha casa ou na casa do Alfredo, sempre vinha a cobrança de nossos seguidores de como íamos fazer para sustentar a chama da oposição acesa que foi, com as eleições de 58, quando ficou demonstrado que o senhor feudal não tinha mais aquele poder absoluto sobre grande parte da população, haja visto o resultado eleitoral, apesar de nossa inferioridade financeira que enfrentamos contra a máquina avassaladora do Governo (FARIAS, 2006, p. 70).

Havia a necessidade de continuar com o projeto de liberdade de expressão e participação política. Esse fio condutor de base social — liberdade — havia agregado vários outros atores sociais e, para manter vivos esses desejos que se aproximaram no percurso das eleições, seria indispensável um meio de manter acesa essa comunicação, de modo a não deixar arrefecer tamanha vitória. Esse será o novo trajeto de mais atores sociais, os demais interlocutores deste estudo agora entrarão em cena pela democracia, por uma luta pelo direito de liberdade política de cidadãos e cidadãs em Macapá.

.....

## 5. *SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS NA GENTRIFICAÇÃO DE MACAPÁ*

Com as eleições, não terminavam as mediações estabelecidas em prol do direito de participação política. Esse projeto político avançava agora para uma ação continuada. A necessidade de outro engenho que servisse de canal para assegurar a continuidade da oposição, da chama que sustentava o desejo de liberdade como construto da cidade, era, após as eleições, o maior dos anseios do grupo que já contava com aliados por todo o TFA. Para tanto, era preciso novamente uma sociedade, um objeto que lhes permitisse, em associação, mediar a comunicação entre o grupo trabalhista e seus novos parceiros em luta, na Capital e nos municípios; um veículo que os ligasse, semelhante à caminhoneta, “a petebê”, que lhes possibilitou o deslocamento e, por conseguinte, a conquista de mais companheiros. Esse desejo vai se configurar na necessidade do grupo de acesso a um meio de comunicação para informar suas atividades. Brotou, então, como possibilidade, o desejo de criar um jornal.

A máquina tipográfica fora um sonho de início praticamente impossível para o grupo trabalhista. Diante da impossibilidade, veio a ideia de um jornal impresso fora de Macapá, em Belém. Seria um jornal de oposição local. Como o grupo não tinha um jornalista registrado, confiou a responsabilidade da editoração a Luiz Mendes da Silva, que havia chegado do Acre para Macapá. A primeira experiência ocorreu financiada pelo professor Mário Barata e pelo advogado Dalton Lima. O nome do jornal passou por votação, em função das várias sugestões apresentadas: Oposição, Batalha, O Combatente. Este último obteve a maioria dos votos e foi para a primeira folha do jornal. As três primeiras edições de “O Combatente” foram um sucesso; dos 500 exemplares não sobrou nenhum, esgotaram-se todos.

O jornal, mesmo sendo muito procurado, terminou sua edição no quarto número. Cabendo a responsabilidade de chefe-redator a Luiz Mendes da Silva (Lula), jornalista acreano que chegava à Cidade, a quem foi atribuído relevante compromisso, não cumpriu o preceito do grupo de não

atacar a integridade familiar. No caminho para a editoração em Belém, Lula acrescentou outras informações a uma dada edição e, desse modo, expôs a intimidade extraconjugual do administrador da Cidade. “O Combatente” morreu na última edição, posto que um de seus artigos forçara os integrantes do jornal a encerrarem com sua própria invenção. Foi desagradável o acontecimento, segundo Amaury Farias (2006), a finalidade do jornal não era de atacar a moral de seus adversários políticos; porém, lastima que nem mesmo o irmão do redator, Crespo Mendes da Silva, um dos aliados da luta, soubesse que Lula viera do Acre fugido das perseguições por sua arte redacional agressiva, como reflete Farias:

Foi um duro golpe para nós, a revolta se espalhou tanto no nosso meio que apesar de a maioria ser operária, tinham dignidade. Quanto ao outro lado (pois o artigo feria uma das mais tradicionais famílias amapaenses), cujo passado de luta só tinha a ser enaltecido por ser um dos mais afamados pioneiros do interior do território. Nossa alegria durou um instante em que um meteorito leva para se inflamar e se apagar na imensidão do espaço (*Idem*, p.72-73).

Elfredo Távora narra sobre a necessidade de fechamento do jornal “O Combatente” por outra ótica, a de coerção ao jornalista Lula:

As três primeiras edições foram um sucesso. Esgotaram-se. No quarto número, o portador que levaria a matéria para Belém, e que era metido a jornalista, introduzira um artigo considerado ofensivo à honra de uma personalidade da administração, embora sem citar nomes. Os meios oficiais, então, procuraram o jornalista responsável e sob pressão, ameaças ou outro meio mais convincente, convenceram-no a passar para o lado do governo, e dessa forma esse número do jornal veio com a matéria alterada contrapondo-se a oposição. Assim morreu “O Combatente” (GONSALVES, 2010, p. 85).

A ideia de manter o jornal como instrumento intermediário de comunicação entre o grupo do PTB, seus aliados e admiradores não arrefeceu. O desejo de uma tipografia como objeto associativo, capaz de produzir um jornal independente, com credibilidade para contemplar e atender os anseios da coletividade que os acompanhava, era uma constante. O dia chegou através da professora Deusolina, líder da Associação dos Professores do Território,

que informou da viagem de uma de suas colegas de trabalho, que, diante das perseguições que vinha presenciando na Cidade, resolveu retornar para Manaus. Surgiu então a possibilidade de aquisição de um acervo gráfico, visto que Danilo Du Silvan, esposo da amiga de Deusolina, resolveu vender seu equipamento, através do qual ele editava em Macapá, um panfleto com pequenas notícias de interesse público, anúncios comerciais e notas de aniversários, como assim registra Alfredo Távora Gonsalves (2010, p. 84):

Logo em seguida, compramos a velha minerva do Danilo Du Silvan, instalada num pardieiro, em frente à casa Leão do Norte. A oficina tinha poucos recursos: uma fonte 12, um pouco mais de outros tipos. Compramos mais algumas fontes de tipos e assim, em 28 de maio de 1959, lançamos o primeiro número da Folha do Povo, tendo como diretor responsável eu, Amaury Farias como redator chefe, e nesse momento já havíamos conquistado o registro de jornalistas. Como não tínhamos papel de jornal, usamos por algum tempo papel de embrulhar pão, adquirido na fábrica Amapaense.

Começa então toda uma mobilização para a continuidade da editoração do jornal e confiabilidade no seu conteúdo. Para respaldo do redator e do diretor, Alfredo Távora e Amaury oficializaram sua profissão como jornalistas no Ministério do Trabalho e na Associação Brasileira de Imprensa — ABI. Quando esse meio de comunicação já circulava, ocorreram duas tentativas de empastelamento do jornal, com o objetivo de impedir a saída da Folha do Povo. Foi quando se criou então a “subscrição para a formação de uma sociedade anônima, que permitiu a compra de fontes de tipos e outros materiais. E cerca de trezentas pessoas se tornaram acionistas da Folha do Povo”, esse era um apoio popular contra os atentados, como assim se verifica:

O atentado chocava grande parte da opinião pública, o que fez com que a população, espontaneamente, viesse em auxílio para manter a existência do jornal. Assim surgia a EGASA (Empresa Gráfica Amapaense S. A.). Compramos então uma máquina mais nova, papel, tintas e várias fontes de tipo. Em pouco tempo estávamos com um novo jornal nas ruas. O que mais impressionou foi o apoio popular ao jornal, que era o único meio de manter acesa a chama

da resistência e a defesa contra as arbitrariedades de um governo discricionário.<sup>141</sup>

Elfredo, Amaury e a tipografia lançaram um meio de comunicação impresso — um semanário de cunho popular, o jornal *Folha do Povo*, com o objetivo de divulgar o descaso do poder público com as condições materiais e humanas da Cidade, bem como quaisquer que fossem os tipos de represália contra trabalhadores, funcionários públicos ou privados, como no caso da Icomi. A tipografia foi mais além: sua associação com humanos promoveu a mobilização para a transformação do Território em um estado da União. Esse artefato quase humano encontrou muitos colaboradores: desde os que vendiam os jornais<sup>142</sup> para conseguir fundos monetários para ir ao cinema, aos que escreviam artigos para o semanário, mesmo que o fizessem usando de pseudônimos para evitar perda de amizade no trabalho ou na convivência das relações sociais urbanas.

Muitos jovens surgiram como nossos colaboradores. Alguns timidamente assinaram os artigos e as crônicas, outros ocultando com pseudônimos para não pôr em risco os seus cargos ou de seus pais. Entre os colaboradores, lembro-me de: Nestlerino Valente, Dalton Lima, Raimundo Nonato Maia, Isnad Lima, Alberto Uchôa, Waldemar Firmino de Lima, Dr Manoel Amoedo Brasil, Clóvis Pena Texeira, Aley Araújo, José Aragarino Montí Alverne [sic], Mário Luiz Barata, Manoel Bispo, Professor Moura, Íris Cavalcante, Waldir Jucá, Filipe Gilett, Evilásio Fernandes, Haroldo Franco, Euclides Pinho e Wilson Sena (GONSALVES, 2010, p. 88).

A cidade deve ser pensada como um processo concreto de seu existir, viés pelo qual se pode revelar a dinâmica de seu espaço urbano, trazendo para a superfície as múltiplas formas de habitar e construir a vida social. Contudo, esse pensamento, baseado em uma ontologia simétrica, fluida e plana, deve revelar as práticas e os processos que reproduzem as assimetrias na distribuição de bens e culturas, através das associações dos agentes de

---

141 Elfredo Távora. Entrevista concedida em 01 de maio de 2013

142 Luiz Carlos Santos (atualmente desembargador); Paulo Guerra (chegou a Deputado Federal e Reitor da UNIFAP); Antônio Pontes Távora (formou-se em matemática e se tornou professor da referida disciplina), Alberto Amorim (atualmente médico da cidade de Macapá).



poder e capacidade de agenciamentos, sejam eles humanos ou não humanos. Caminhos metodológicos que permitem apreender a representatividade e as práticas participativas, de seus atores políticos. Assim, a atenção deve se voltar não somente para os atores, mas também para a associação entre eles, é o efeito ator-rede. É essa relação a responsável por manter vivo o coletivo.

O termo ator-rede é usado para ressaltar que um ator nunca age sozinho, pois sua ação é induzida “por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. São muitas conexões que lhe dão existência: primeiro os vínculos, depois, os atores” (LATOURET, 2012, p. 312).

A tipografia não deixou de sofrer pressões para que não viesse a funcionar, desde o corte de energia, à invasão da gráfica e desmantelamento de seus tipos e empastelamento dos jornais. A intenção dos sabotadores era não permitir que ela imprimisse o jornal da semana. Mas a interação dessa máquina com os humanos fazia da tipografia um artefato ainda mais poderoso, pois, na falta de energia elétrica, as mãos humanas faziam-na funcionar. As noites, iluminadas por velas, foram testemunhas silenciosas do trabalho desses atores sociais para que o jornal chegasse aos seus leitores. A corrida contra o tempo para a impressão do semanário fora a razão, segundo o depoimento de Amaury Farias (2006), de algumas edições saírem com erros tipográficos, porém, nunca o jornal deixou de chegar às mãos dos leitores.

Muitas vezes éramos surpreendidos com a falta de energia por mais de quarenta e oito horas, não no meio da semana, mas na sexta-feira e sábado, subterfúgio usado pelos situacionistas para que no domingo a população ficasse sem o arauto da liberdade. Engano dos adversários, pois nossa vontade de vencer e fazer mostraram do que éramos capazes, e fazia com que nosso esforço fosse redobrado. Lembro-me que nossa impressora era velha, uma Minerva, feita para aguentar um motor humano sobressalente afim [sic] de que nossa edição fosse para rua, isto é, ela suportava o funcionamento manual e, muitas vezes, sob a luz de velas, trabalhávamos em nosso semanário e lá estava ele circulando na cidade e nossos distribuidores vendendo o produto de uma plêiade de lutadores pela luz da liberdade (FARIAS, 2006, p. 76).

Essa interação homem/máquina com o intuito de assegurar a produção contínua do jornal Folha do Povo, bem como os erros tipográficos, foram experiências de um cotidiano, no qual o semanário independente se tornara uma leitura indispensável, pois as pessoas ficavam à espera do primeiro dia da semana (domingo) para receber as informações. Esse compromisso com a população não poderia ser rompido, sofrer descontinuidade. Esses atores, homens e máquinas, haviam produzido efeitos na rede com a editoração do jornal, mas foram também modificados, de modo que todo esforço valia para que o jornal chegasse ao leitor. Foram negociações heterogêneas que os levaram ao impulso de não deixar faltar informações que tanto agradavam a população e, ao mesmo tempo, não se renderam aos interesses alheios de impedimento da saída do semanário Folha do Povo. O que se pode observar nessas ações distribuídas é o pensamento de Bruno Latour sendo efetivado, quando afirma que o poder é consequência dessas associações e não sua causa (LATOURE, 2005).

Dentre os vários colaboradores articulistas na composição textual do jornal estava Alcy Araújo. Este ator, envolvido com a cultura do rádio e artística de Macapá, entra em cena por ter sido uma das autobiografias selecionadas para o estudo em foco. Atuando como funcionário público a serviço da administração da família Nunes, as ações de Alcy também estavam interligadas aos mediadores sociotécnicos (Elfredo, Amaury). Porém, ele preferiu se colocar no anonimato no jornal Folha do Povo. Suas práticas políticas ocorreram em campos de atuação plurais, na arte da poesia, da música, nos artigos escritos para jornais, nos programas de rádio e na boemia. Sua atuação foi tecida por meio associativo, participando das várias escalas da vida cultural urbana de Macapá. No campo da cultura carnavalesca do presente, escondem-se as ações desse migrante que foi Alcy Araújo e, sem dúvida, de outros que também foram chegando à cidade de Macapá e fomentaram sua vida social.

Alcy Araújo Cavalcante experimentou traços da mesma trajetória que Benony Ferreira Lima, no sentido de estar sempre em mudança de uma cidade para outra, condição que implicou em um investimento maior nos estudos, os quais só pôde adiantar quando passou a residir efetivamente na capital do Pará. Esse deslocamento de porto em porto, em função do ofício de seu pai, deixou-lhe marcas das lembranças dos cais. Alcy Araújo nasceu

no dia sete de janeiro de 1924, no interior do estado do Pará, no distrito denominado Peixe Boi, no município Bragantino. De origem ribeirinha, estudou as primeiras letras nesse lugarejo, assim como nas pequenas cidades às margens dos afluentes dos rios Amazonas, Madeira, Juruá e outros rios da região Norte, para onde seu pai, Nicolau Cavalcante, era destacado para implantar os serviços de Correios e Telégrafos; depois se mudou para Belém, capital do Pará, quando pôde estudar.

Como deixa entrever em suas poesias, a vida de cais em cais pelo interior do Amazonas era-lhe bela, porém dolorosa. Era preciso buscar melhores condições de vida em outros lugares, como representa em seu livro “Poemas do Homem do Cais”: “Tudo tem que ser conquista/com suor muito suado. /Quando o passado, /e o presente pesa, mas difícil é conquistar. /Maior é o sacrifício/dentro da vida”. (ARAÚJO, 1983, p. 6). A falta de estudo para barganhar melhores condições de trabalho em uma capital como Belém foi uma marca entre o passado (de cais em cais) e a exigência do presente (uma qualificação profissional) e maior ainda o sacrifício para alcançar o que ainda não havia conquistado.

Ao retornar ao Pará, fez estudo técnico. Coursou a Escola de Aprendizizes de Artífices, tornando-se mestre marceneiro, bem como conhecedor de outras especialidades vinculadas à profissão, como polidor de móveis, atividade que exerceu por algum tempo. Aos dezessete anos de idade, trabalhava como marceneiro, ganhando salário mínimo e com uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Mesmo exercendo trabalho braçal, sua subjetividade poética deixava marcas nos papéis, a poesia que desabrochava da mente de um rapaz sonhador, que não sabia que sua oralidade, seus escritos e poesia teriam vida em outro espaço cultural, a cidade de Macapá. Apenas tinha uma certeza naquele presente vivido, a de que o ofício que havia adquirido não lhe encantava, não correspondia aos seus desejos, levando-o a procurar outra atividade, a qual ainda não tinha certeza do que seria.

Foi quando uma possibilidade veio ao seu encontro. Alcy recebe um convite para fazer um teste no jornal Folha do Norte, na cidade de Belém do Pará. Sua escrita poética lhe assegurou uma classificação para realizar outro ofício, agora à mesa de um jornal. Alcy, sem tanta certeza ainda de sua vocação jornalística, trocava a bancada da oficina de madeira por uma mesa

cheia de papéis, canetas e uma máquina de datilografia. A partir de 1941, aos dezessete anos, deu início à sua nova atividade profissional, que criou as possibilidades de descobrir sua vocação profissional e pessoal, habilidade que o fez prosseguir como articulista no campo da produção comunicativa, sem se separar do seu aporte poético. Seguindo a carreira de articulista, passou por vários jornais do Pará, *Folha Vespertina*, *Imparcial*, *O Estado do Pará* e *O Liberal*. Em 1947, migra para outro espaço urbano e vai aportar no cais da cidade de Macapá, a capital do Território Federal do Amapá<sup>143</sup>.

Alcy se lançou ao cais de Macapá a convite do poeta Álvaro Cunha. Logo ingressou no serviço público como redator do gabinete do governador Janary Nunes. Responsável nas suas atividades laborais, foi conquistando outros espaços de trabalho. Em 1956, foi chefe de gabinete do governador Amílcar Pereira. Foi diretor da *Imprensa Oficial* (1957), oficial de gabinete (1961), chefe de expediente da *Secretaria Geral do Governo* (1964), trabalhou como assessor administrativo na *Câmara Municipal* (1971) e, por fim, foi também diretor da *Rádio Difusora*. De posse de uma máquina de datilografia Ollivet e com um cachimbo na boca, Alcy parecia sempre inspirado: de suas contemplações saíram vários artigos e crônicas para os veículos informativos como: a *Folha do Povo*, *A Voz Católica* e a *Revista Rumo*, a qual ajudou a fundar. Ficou conhecido como Tio Alcy por músicos, poetas e cronistas da cidade de Macapá<sup>144</sup>.

Suas poesias, além de cartografarem socialmente a geografia e a cultura amapaense, foram mais além de Macapá; falavam da América Latina, como também de outros mundos, da Europa, da Ásia, da África, como se os conhecesse profundamente. Arte poética que o levou as páginas de enciclopédias nacionais e internacionais. Além de ser jornalista, Alcy levava uma vida boêmia, trajetória que teve início no bairro da Pedreira, de Belém, e lhe valeu o codinome Nenê da Pedreira.

Sua boemia trasladou o rio Amazonas, chegou ao cais de Macapá como continuidade de uma prática, até então sem muito destaque na vida urbana da Cidade; animação que para ele dava vida à cidade noturna de Macapá,

---

143 No livro de poesia "Poemas do Homem do Cais" (1983), de Alcy Araújo, encontra-se incorporada uma resumida biografia do autor, que traz algumas informações importantes sobre sua trajetória.

144 Fonte: <<http://www.alcilenecavalcante.com.br/Repiquete> no meio do mundo>. Acesso em 08 de maio de 2014.

adentrando pela madrugada até seu amanhecer. Os bares da Cidade eram o seu palco. Ao lado de amigos músicos, como Nonato Leal, Isnard Lima e Dorival Santos, levava a música para os bares da Cidade e a serenata para os lares. Para o cronista das coisas do Amapá, Hélio Pennafort, “Titio Alcy foi um dos mais macapaenses de todos os paraenses que ajudaram a desenvolver e animar a Cidade”.<sup>145</sup> O tratamento por Titio era a forma carinhosa que amigos íntimos usavam para falar ou se dirigir ao boêmio Alcy.

Vinculado aos órgãos oficiais, Alcy Araújo conservava entrelaçamentos sociais com amigos paraenses: Álvaro da Cunha, Aluízio da Cunha, Arthur Nery Marinho e com o carioca Ivo Torres, todos residentes em Macapá. A relação de proximidade entre Ivo Torres e Amaury Farias (político e poeta) foi estremecida com as eleições de 1958, para deputado federal, momento em que Ivo estabelece maior aproximação com Alcy Araújo; ambos deram continuidade à produção da revista *Rumo*<sup>146</sup>. Essa Aliança permitiu a manutenção da editoração e, com ela, a divulgação do universo cultural da cidade de Macapá. No seio da própria burocracia do Território Federal, iniciativas diversas (*Revista Mensagens*, *Latitude Zero*, *Rumo*, *Hileia*) afloravam no intuito de transpor a vida cultural do TFA para o âmbito nacional.

Para transpor os valores culturais do TFA ao contexto nacional, esse grupo de poetas teve, sem dúvida, que estabelecer alianças sociotécnicas. Foi imprescindível para esses poetas a associação com a máquina tipográfica, o que para eles não era um problema, pois faziam parte da administração governamental. Muito depressa foi instalada outra tipografia e com ela o registro da gráfica “Editora Rumo”. Com essa mediação sociotécnica, foi possível a publicação do livro “Antologia dos “Modernos Poetas do Amapá”, obra que divulgou as poesias de Álvaro da Cunha, Aluízio da Cunha, Ivo Torres e Alcy Araújo, bem como o livro de poesia “Autogeografia”, de Alcy. Quase todos os autores retratavam e declamavam os aspectos geográficos e sociais do Amapá a partir do olhar poético de trovador. O lançamento da antologia poética ocorreu em Belém, capital do Pará, e no Rio de Janeiro, com

---

145 Raimundo Nonato Leal, Entrevista realizada na cidade de Macapá, em 21 de janeiro de 2014.

146 Outros jovens também foram articulistas e cronistas da revista *Rumo*: Paul Ledoux, Flexa de Miranda, Arthur Néry Marinho, Waldemar Firmino, Vilma Torres, Aluízio da Cunha, John Newman e Mavil Serret, entre outros. <<http://www.alcilenecavalcante.com.br/Repique no meio do mundo>>. Acesso em 08 de maio de 2014.

a participação das autoridades governamentais desses estados<sup>147</sup>. Coube ao jornal oficial “Amapá”, de 1960, e à revista Rumo, as informações aos leitores desse acontecimento que projetava a cultura amapaense pelo solo nacional.

Essa atividade cultural que se manifestava por dentro do aparelho governamental — e financiada por ele — implicava em críticas não contra a produção cultural, mas às ações governamentais, à medida que se deixava de assistir um funcionário no tratamento de sua saúde, mas se financiavam passagens e coquetel em Belém no momento de lançamento do livro de poesias, como deixa entrever o recorte a seguir.

Há dias, desta semana, um funcionário, gravemente enfermo, procurou o sr. Governador, afim [sic] de conseguir uma passagem via aérea, para tratar-se em centro especializado. De nada valeram seus apelos e rôgos ao sr. Governador, que ignorando a dor do pobre funcionário, categoricamente lhe disse não. Enquanto isso são fornecidas passagens e oferecido coquetéis para certos funcionários irem dar autógrafos na livraria “D. Quixote” em Belém.<sup>148</sup>

Por essas razões, o autor adotou vários pseudônimos para publicar artigos na imprensa, visando driblar a vigilância dos governantes, dos quais alguns podem ser destacados aqui: Mário Santa Cruz, Nelson Maroin, Sérgio Burocrata, Alcimar Cavaleiro, Jean Paul. Seus artigos estabeleceram um vínculo associativo com os demais jornais editados (Folha do Povo, A Voz Católica, Jornal Amapá — oficial), entrelaçando-se com as várias concepções urbanas de editoração de periódicos e revistas. Em tempo do chamado “perigo vermelho”, os artigos de Alcy premiavam os ideais comunistas como uma ideologia nefasta, mas a Igreja de Macapá e seu meio de comunicação A Voz Católica viam seus discursos como valores políticos educativos para a população. Seus artigos eram bem aceitos, com páginas garantidas no jornal católico (1962-4).

A vida “moderna” estabelecida na cidade de Macapá provocou contato de interação urbana entre múltiplos sujeitos sociais. Os contatos diários

---

147 O Jornal Amapá foi um periódico oficial do governo que circulou de 1944 a 1966. Em suas páginas, foram estampadas fotos dos poetas no Rio de Janeiro, de 1960.

148 “Mais uma injustiça”. Artigo do Jornal Folha do Povo, 1960, ano 1, edição de 22 de fevereiro de 1960, nº 45, folha 6.

dessa sociedade, agora assentada numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças forjou uma vida social conflituosa. Para George, as formas de sociação estarão preñes de energias, entre essas e aquelas consideradas "energias de repulsa" que, em contato com as "forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergências de interesses" (SIMMEL, 1983), produzindo diferenças grupais na sociedade em construção. As práticas sociais estabelecidas no espaço urbano de Macapá, marcadas por divergências de interesses, imparcialidades, posição política ocultada ou ofensiva, canalizou a sociedade para uma sociabilidade conflituosa. Nessa perspectiva, os conflitos sociais são destacados como socialmente importantes, são formas prevalentes nas interações de convivência social.

A revista Rumo nasce da diferença e separação entre seus protagonistas. Alguns permaneceram como colaboradores, outros foram afastados de sua produção. Esses personagens deram início aos encontros que reuniam poetas, pintores, músicos e artistas de teatro para discutir o que se fazia no Amapá e no Brasil no campo da literatura, da música e das artes cênicas e plásticas. Ao mesmo tempo, promoviam concursos de crônicas e poesias; movimento que tinha como objetivo a procura de novos talentos, a exemplo da exposição do concurso de fotografias ocorrido em 1958, no hall do Cine Macapá<sup>149</sup>. O evento foi promovido pela revista Rumo e patrocinado pelos comerciantes locais, Foto Cruz e Casa Leão do Norte; interações sociais que fortaleceram o movimento cultural que marcou a origem do Clube de Arte Rumo. Essa efervescência social animava a Cidade e a enveredava no gosto pela cultura.

A necessidade de construção de um teatro em Macapá tem suas raízes nesse grupo, que através da revista Rumo já trazia informação sobre essa atividade cultural realizada no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e acerca de algumas leis que só favoreciam o financiamento de peças teatrais concentradas nos estados maiores do Brasil. A animação cultural, provocada pelo "Clube Rumo", vai fortalecer a vida urbana de Macapá, fazendo brotar novos poetas, músicos, atores de teatro, que investiram nessas práticas culturais, assegurando-lhes continuidade de ação. Paralelamente às práticas de Alcy

---

149 Registro de datas e eventos históricos do Território Federal do Amapá realizado pelo jornalista Edgar Rodrigues. Acervo particular doado à pesquisadora deste estudo em 2010. RODRIGUES, Edgar. Informações do Amapá no dia a dia, 1910.

e seus associados, vários aliados vão se voltar para essa causa, a exemplo da professora Zaide da Soledade Santos da Silva e Raimundo Nonato Leal, sem duvidar dos inúmeros talentos urbanos que se entrelaçaram nesse momento de formação do social em Macapá.

Nonato Leal, amigo de boemia de Alcy Araújo, costumava chamá-lo também de tio Alcy, apesar da pouca diferença de idade entre eles. Raimundo Nonato Leal nasceu em Vigia, cidade do estado do Pará, em 23 de julho de 1927. Filho de uma família de músicos, ele parece ter nascido inspirado por essa arte, à semelhança de Amadeus Mozart, músico austríaco, visto que aos dez anos se apresentou em público tocando violino. O talento do garoto não se resumiu só a esse instrumento, pois com o passar dos anos foi dominando a arte de tocar em banjo, cavaquinho, viola, bandolim e, por último, violão, como assim narra Nonato Leal em seu depoimento.

A música é hereditária, eu herdei de meu pai, Manoel Vera da Cruz Leal, que era um excelente músico. Minha mãe tocava piano e todos os meus irmãos tocavam algum instrumento. A casa era uma verdadeira orquestra. Aprendi inicialmente de ouvido, quando já sabia tocar bem, já mais velho, estudei partituras.<sup>150</sup>

Essa cultura musical foi adquirida por Nonato Leal sem o aparato de conservatório ou professores que lhe ensinassem a ler em partituras. Sua experiência na música nasceu da prática junto à família e da dedicação constante em ouvir e dedilhar. Quando chegou a Macapá, em 02 de março de 1952, já havia realizado shows pela região Amazônica com o conjunto “Soberanos do Ritmo”, bem como morou no Rio de Janeiro, onde fez shows para um grande público, que lhe acolheu muito bem.

Aos 45 anos de idade, reconhecido como um mestre na área musical, teve que se dedicar ao estudo de música para se tornar formalmente um professor. A formação profissional lhe aproximou de um mestre que já atuava em Macapá como professor e regente da Banda Musical da Cidade, Oscar Santos. As linhas das pautas musicais do mestre Oscar já não eram seis, mas uma rede de valores musicais que iam se espalhando na Cidade, da qual

---

150 Raimundo Nonato Leal. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 21 de janeiro de 2014.



Nonato Leal agora fazia parte. Mestre Oscar foi o embrião musical que se tornou conhecido como o “revolucionário da educação musical em Macapá”.

Quando os pais de Nonato se mudaram para Belém, foram morar no bairro Telégrafo e foi nesse local, conhecido como bairro dos artistas, que Leal conheceu Alcy Araújo, como assim relata.

Quando conheci tio Alcy, eu morava no bairro do Telégrafo (sem fio) como assim era denominado pelo povo, aí morei 18 anos. Era considerado o bairro dos artistas, porque congregava todo tipo de artistas: pintor, cantor, músico. No telégrafo, tinha um cantinho chamado “Sinuca bar”, a partir da quinta-feira à noite e das dez horas era muito cheio, dava muita gente. Chegavam pessoas dos bairros Pedreira, Marizal, Sacramento. Eu conheci Tio Alcy naquele bar, ele vestia terno branco de linho tubarão da Islanda, até o sapato era branco. No Sinuca bar, encontrei com Tio Alcy, Isnard Lima, Wilson Sena, Aymoré Batista, Sebastião Mont’Alverne, Pedro Afonso da Silveira, Durval dos Santos, era lá nossa convivência. Mas eu tive que viajar para o Rio de Janeiro, quando voltei, já haviam acabado com o bar, com a seresta, com tudo. Perguntei por meus amigos, falaram-me que uns viajaram, outros não se sabe para onde foram, sumiram. Quando fui para Macapá me dei de cara com tio Alcy, reatamos nossa amizade.<sup>151</sup>

Nonato Leal<sup>152</sup>, de aprendiz das partituras musicais com o professor Oscar Santos, passou a ministrar aulas na Escola de Música Valquíria Lima, na cidade de Macapá. Nas atividades fora do conservatório, compôs em parceria com Alcy Araújo e Isnard Lima, posto que musicalizou poesias desses trovadores e actantes da vida poética da cidade de Macapá. Nonato, sempre aliado aos demais artistas da cidade, nunca deixou de participar dos festivais musicais do estado e manteve-se sempre entre os músicos mais novos, pois, em sua opinião, “ainda tem muito que aprender com a juventude, pois a

---

151 Raimundo Nonato Leal. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 09 de janeiro de 2014.

152 Raimundo Nonato Leal, no ato da escrita dos resultados desta pesquisa (em 2016), possui 87 anos, dos quais 77 de vida musical; mas não deixa de se envolver nos eventos musicais da cidade de Macapá. Após aposentado como professor participou de vários festivais realizados no estado do Amapá, inclusive os produzidos pelo Serviço Social do Comércio - SESC/AMAPÁ os quais não os descrevi aqui para não fugir à temporalidade em estudo.

nossa vida é um eterno aprendizado. Por isto, é bom a gente sempre ouvir os jovens, o que procuro fazer sempre”.<sup>153</sup>

A cidade se produzia, os entrelaçamentos culturais aumentavam, a população fazia a escolha das programações oferecidas pelos vários canais radiofônicos: difusoras, rádio Educativa, rádio Difusora de Macapá e seus programas (Carnet Social, A Hora do Gury, radionovelas). Os jornais, Folha do Povo, A Voz Católica, espalhavam também suas notícias e críticas aos acontecimentos locais. Os bares da Cidade (Gato Azul, Café Society, Elite Bar, Bar do Abreu), eram espaços de lazer e trocas de conversas. Nesse ínterim, as representações teatrais começaram a despontar, mesmo que de forma tímida, através de jovens vinculados à igreja católica e às escolas públicas que haviam sido implantadas em Macapá. É quando entra em cena a professora Zaide Soledade, ainda como aluna na cidade de Macapá e estimulada por sua professora Rizalva Amaral, que era dramaturga e diretora das peças teatrais ao mesmo tempo. Zaide ainda foi incentivada por Onorinha Banha, sua avó.

A professora Zaide Soledade nasceu em Óbidos-PA, no dia 31 de julho de 1934. Em 1952, seu pai veio residir na cidade de Macapá; logo em seguida, Zaide veio acompanhar a família. Tinha apenas 16 anos, pouco lhe faltava para os dezessete, mesmo assim foi trabalhar na casa Leão do Norte, dos irmãos Zagury, donos da fabricação do guaraná FLIP, muito procurado pelos que podiam comprá-lo. Porém, não era seu desejo aquele público passante que ela atendia, mas outro com o qual ela pudesse ter mais proximidade, interação. Em 1958, recebeu um convite para ministrar aula em Tartarugalzinho, quando esse lugarejo ainda estava longe de ser elevado à categoria de cidade, com via de acesso só por caminhões em estrada de barro.

A jovem, mesmo sem experiência, seguiu viagem para cumprir sua missão de professora e levou três dias para chegar ao local de trabalho. Ao chegar, percebeu que tudo era muito precário, desde sua moradia à escola onde deveria ensinar. Em seu depoimento ressalta: “a escola era de madeira, coberta com cavaco (telha de madeira), tudo era muito pobre”. Para a jovem aprendiz de professora, com o passar do tempo, nada lhe causava mais estranhamento, pois naquele lugar ela havia descoberto o que gostava de fazer. Ensinar era a sua paixão. Essa atividade de ensino era regulamentada em

---

153 Raimundo Nonato Leal. Entrevista realizada na cidade de Macapá-AP, em 21 de janeiro de 2014.

um contrato ligado ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens do Território (DNET), o qual não tinha vínculo direto com o Território. No início de 1960, a professora Zaide ingressa para o quadro de professores do TFA (SILVA, 2013).<sup>154</sup>

Em 1960, ingressou na área da educação e cultura do Governo do Território e passou a ministrar aulas nas escolas do TFA. Foi vocalista do coral do mestre Oscar Santos, participou de dramatizações, dentre elas “As Pastorinhas” e a peça teatral “As Loucas do Jardim”, um famoso drama circense da época, que muito agradava ao público e que marcou a história da atriz, porque quando andava nas ruas da Cidade as pessoas pensavam que a professora Zaide era louca de verdade<sup>155</sup>. Impulsiva nos seus desejos, ela fez curso de teatro infantil na antiga Escola de Comédia da Guanabara e pela Fundação Nacional das Artes (Funarte).

Zaide era colega muito próxima de Deusolina Farias e, inclusive, participava dos Congressos Nacionais de professores em companhia da amiga, razão que a levou a fazer parte da Associação dos Professores Primários do Amapá (APPA). Como sempre gostou de estudar, fez o curso do magistério no colégio Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA)<sup>156</sup>. Na continuidade de suas práticas, assumiu outras escalas de responsabilidade social: foi diretora da Escola de Arte Cândido Portinari, diretora do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Macapá e atuou no Conselho Municipal de Educação desta cidade.

Enquanto a dinâmica cultural de Macapá alcançava liberdade, através da música, do teatro e da poesia, o direito político de gozar de liberdade, justiça e segurança enquanto prerrogativa garantida aos cidadãos ainda era

---

154 Conforme depoimento da professora Zaide da Soledade dos Santos Silva, seu contrato para professora permanente do quadro do TFA ocorreu pela intermediação do jornalista Hélio Pennafort, que a convidou e perguntou se ela aceitava. No mesmo momento, Pennafort ligou para o governador Pauxy Nunes, então governador do Território, que estava no Rio de Janeiro, o qual confirmou seu enquadramento no TFA, no final do ano de 1958. Ver: PALHANO, Romualdo Rodrigues. Teatro no Amapá: Artistas e seu tempo. João Pessoa: Sal da Terra, 2013.

155 Idem, 2013.

156 A professora Zaide da Soledade também fez graduação em pedagogia no Núcleo de Educação de Macapá — NEM, um núcleo de extensão da UFPA. Uma de suas últimas apresentações ocorreu em 2006, na novela Mãe do Rio, produzida pela TV Tucuju (SBT) local. Foi diretora do Teatro das Bacabeiras, participou do Conselho Estadual de Cultura por duas vezes e foi membro da diretoria da Confraria Tucuju. Não destaquei no texto, por fugir à temporalidade da pesquisa.

cerceado, especificamente quando se manifestava como oposição. A livre expressão política era respeitada apenas para consolidar um único interesse com o monossílabo “sim”. Por essa razão, os mediadores sociotécnicos Alfredo, Amaury e a tipografia produziram o semanário independente *Folha do Povo*, com o propósito de ser um intermediador comunicativo entre os trabalhadores da cidade de Macapá e os que residiam em outros municípios, bem como entre aliados desse movimento pela liberdade de expressão política.

Portanto, o jornal foi o canal de divulgação das realizações governamentais desfavoráveis à população macapaense e das perseguições políticas aos empregados, como também de denúncia da alta de preço dos alimentos, da falta de carne e do abuso de poder das forças de controle social — a Guarda Territorial e os delegados de polícia. Como destaca o estudioso George Simmel, ao considerar os fenômenos sociológicos conflituosos, encontramos assim uma hierarquia de relações. [...]. Os sentimentos de valor com que acompanhamos as ações das vontades individuais classificam-se em certas séries. (SIMMEL, 1983, p.132).

Os embates estabelecidos nas interações e relações sociais são ações das vontades individuais que podem vir à tona em forma de denúncias de outras práticas particulares. Na cidade de Macapá a denúncia de extorsão da economia do Território foi a público, ferindo os interesses dos administradores locais. O jornal *Folha do Povo* registrou a falta de pagamento das casas financiadas, de luz, água, por pessoas da administração e bem assistidas financeiramente, bem como de compras de objetos superfaturados<sup>157</sup>. Um reclame constante era realizado por esse semanário, mas também pelo jornal *A Voz Católica*, o qual registrou a falta de serviços nas ruas da Cidade, que ainda se encontravam somente no barro; o fato parecia incomodar a população. A *Folha do Povo* de 1959 registrou também que as ruas estavam intransitáveis, pois quando não era a poeira vermelha do Verão, eram os buracos de lama que mal permitiam a passagem dos transeuntes, principalmente nas duas ruas principais, Cândido Mendes e São José. Outro incômodo eram os animais à solta pelas ruas.

Por outro lado, na capital “do Território mais Progressista do Brasil”, é muito comum ver cavalos, vacas, galos, patos, perus etc., fazerem

---

157 *Jornal Folha do Povo*, dezessete de junho de 1959, ano I, nº 02, Folha 3.

da “grama municipal” que a prefeitura mandou plantar para embelezamento das valas que manda fazer [...]. No bairro do Trem é muito frequente um passeio pelas ruas de um rebanho, principalmente, de frente a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. [...] já alguns dias atrás, na General Rondon, no perímetro do Colégio Amapaense, uma cobra fazia praça pondo a língua bifurcada para os transeuntes que passava na ocasião.<sup>158</sup>

Os atores populares começaram a procurar a direção do Jornal para fazer suas denúncias, pois, não assistidos pela segurança local, encontravam no semanário apoio maior para registrar sua indignação diante das injustiças ocorridas. A tipografia e os redatores da Folha do Povo eram a conexão mais confiável para a população. Através deles, era possível levar a público os abusos sofridos pelas pessoas, em muitos casos, efetivados pelos membros dos órgãos públicos de proteção aos cidadãos (delegacia e policiais da Guarda Territorial). Os serviços de segurança prestados à população eram tão opressores, que só uma denúncia pública era capaz de revelar a verdade dos acontecimentos. Mortes, surras, roubos, assédios, estupro, em muitos dos casos estavam vinculados a esses homens da segurança pública. Em algumas denúncias, podem-se apreender as razões que fizeram com que alguns cidadãos se aproximassem dos diretores e da tipografia.

Sábado passado, dia quatro, ocorreu sério incidente em Santana entre os policiais Pinheiro e Milton de tal e um morador daquele vilarejo. Motivou o fato a medida arbitrária e discricionária adotada pelos agentes da Lei que entenderam de acabar de qualquer maneira com a festa que se realizava na residência do senhor Manuel Guedes, festa esta cuja licença foi concedida pelo comissário Silva Filho. Cerca das 24 horas a casa do Sr. Manuel Guedes foi invadida pelos insensatos policiais obrigando-o a terminar com a festa. De nada valeram as ponderações e os apelos do pacato cidadão e das pessoas ali presentes. Em dado momento, os policiais lançaram impropérios e palavrões contra a honra do dono da casa e dos convidados. O guarda Milton não se contendo com as ofensas por eles dirigidas aos presentes, apelou para a violência baixando a borracha no sr. Milton Guedes que ficou bastante contundido. Constam que os aludidos policiais estavam embriagados.<sup>159</sup>

158 Jornal Folha do Povo, 1959, ano I, nº xx, fh. 3.

159 Jornal Folha do Povo, 1961, ano II, nº 99, fh. 4.

Os episódios de violência praticados pelos funcionários da Guarda Territorial (corpo de paramilitares criado durante a gestão de Janary Nunes para garantir a segurança local), comissários e delegados, não foram poucos; o jornal *Folha do Povo* trazia em cada edição vários casos, como se pode observar.

Domingo último [sic], por volta das 17 horas, a praça do mercado foi palco de uma das cenas mais deploráveis que já se teve conhecimento praticadas pelos responsáveis da lei e do sossego público. [...] Acompanhada do Dr. Cícero Bordalo [advogado], compareceu a nossa redação a Sra. Sebastiana Ribeiro, esposa da vítima do espancamento policial. Declarou dona Sebastiana que João Alves Ribeiro se encontrava discutindo com um seu companheiro quando apareceu um Guarda, que conhece como Ribeirinho, que deu voz de prisão e sem outro motivo que justificasse, começou a espancá-lo, pedindo que mais outros dois viessem ajudá-lo. [...] não cansados de esborrachá-lo, levaram-no para a Fortaleza de São José e lá ainda se ouviam os gritos de socorro que pedia.<sup>160</sup>

A ação mediadora das máquinas (tipografia, diretores<sup>161</sup>, tipógrafos<sup>162</sup>, impressores, vendedores de jornais<sup>163</sup>) produziu outras associações. Atores citadinos sentiram a necessidade de agregarem seus descontentamentos quanto à falta de abastecimento regular de mercadorias, carne, café e pão. Para a compra deste último produto, a fila também não era pequena. Portanto, uniram seus anseios por justiça aos desejos de liberdade de expressão política, bem como ao de luta contra uma “dinastia” autoritária de mais de 20 anos de governo na cidade de Macapá. O clamor por alimentos e justiça foi uma conexão dos citadinos menos assistidos, que ocupou lugar em várias

---

160 Policiais espancam um pobre indefeso. *Jornal Folha do Povo* de 14 de fevereiro de 1960, ano 2, 1ª folha.

161 Diretores e colaboradores: Raimundo Maia, Alfredo Távora, Amaury Farias, Dalton Lima, Carlos Alberto, Mario Barata, Donato Santos, João Wilson Carvalho, Aldo Morais, Abraham Uchôa, Jorge Fernandes Ribeiro, Waldemar Firmino, Waldemar Viana, Maximiano Lopes Junior, Armando Lima, Raimundo Guedes e comerciantes financiadores do jornal.

162 Os tipógrafos e impressores eram Osmar M., Isaac M. Pelaes, Galdino A. Souto, Zeferino Santos e João G. Lobato.

163 Os vendedores de jornais foram Amorim (posteriormente formou-se em medicina), Luís Carlos Gomes (formou-se em advocacia e se tornou desembargador em Macapá), Wilson Sena e Nestlerino, ambos atualmente funcionários públicos em processo de aposentadoria.

páginas da Folha do Povo, como se pode apreender a partir desse registro feito no semanário de fevereiro de 1960.

Infelizes daqueles que são obrigados a permanecer horas a fio, nas filas, em frente à fábrica [sic] amapaense. Reina no local a maior e mais completa anarquia, sob as vistas dos policiais destacados para manter a ordem. São os próprios policiais que quebram a disciplina de que resulta a desordem. Formam-se várias “cobrinhas” com diversas categorias, homens funcionários, mulheres funcionárias, gestantes, casadas e a fila mista, em que as mocinhas são obrigadas a aturar toda a espécie de molecagens dos garotos. É precisamente nesta última onde a anarquia é maior. Os guardas não permitem que uma moça entre na fila de senhoras para livrar-se das molequeiras, todavia, quando aparece alguém conhecido, ou filho de conhecidos, fazem-no passar na frente de todo mundo, causando revolta e indignação, pois muitas pessoas encontram-se nas filas desde as 10 horas da manhã. É clamorosa injustiça. A lei deve ser igual para todos e todos devem ter sua participação nas dificuldades que a vida nos oferece. É preciso acabar com essa história do céu para uns e as profundezas dos infernos para os pobres que são os que mais sofrem. Vamos esperar que termine pelo menos a anarquia, enquanto não termina a falta de pão.<sup>164</sup>

A precariedade na oferta de alimentação, principalmente de carne, foi motivo de anúncio público, não só da existência de fila de espera, mas sim das mãos invisíveis que passavam por cima da fila e levavam quase toda a mercadoria. Na metade da fila, a carne se acabava e a maioria dos cidadãos voltava para casa indignados com a falta do produto e a perda de tempo na fila. Nesta última, quase sempre ocorriam atritos entre as pessoas por ocupação de lugar. Em contraponto, presenciavam-se almoços sendo oferecidos pela administração com fatura de carnes na praia do Araxá. Para a população, a única forma encontrada para levar a conhecimento de todos era o reclame via diretores da tipografia Folha do Povo, pois no domingo estava lá a denúncia de desaparecimento da carne, das filas à espera do produto, inclusive do aumento no preço da carne com maior percentual para os cortes de preços mais acessíveis à população menos assistida, como se pode observar no jornal Folha do Povo.

---

164 Anarquia na fila do pão. Jornal Folha do Povo de 10 de janeiro de 1960, nº 26, ano 2, 3ª folha.

No decorrer da semana que agora finda, a COAP, em comum acordo com o governo do Território, tabelou aumento do preço da carne bovina em Macapá e em outros lugares do Amapá. Em parte, o aumento desse principal produto de abastecimento, veio a solucionar um problema, mormente o problema particular de cada criador. É possível que com o preço atual alguém deixe de desviar gado para o exterior, engrossando dessa maneira as reservas para a matança territorial. Mas, o que mais admira a tabela atual foi a disparidade do aumento concedido. Ao rico, aos afortunados pelos cofres do governo, aos que usam na mesa o ótimo filé, o aumento foi somente de 14%, ao passo que, para o operário, para os pobres, para aqueles que de sol a sol trabalham para o sustento do lar foram agraciados com 48% no preço da carne de segunda, sem contar com a péssima pesagem que lhe fornecem.<sup>165</sup>

As conexões entre os cidadãos se ampliavam no sentido dos rizomas e fazia crescer os agenciamentos, na forma que assevera Gilles Deleuze.

As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. [...] um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas (Deleuze e Guatarri, 1995: 23-24).

Para todos os lados, atores agiam de forma sub-reptícia, para fazer chegar as informações entre os atores (colaboradores anônimos) do jornal *Folha do Povo*, de modo que funcionários que atuavam dentro da máquina governamental, no silêncio da noite, passavam várias informações sobre os desmandos da administração governamental e municipal, como: o uso e abuso dos carros do governo que estavam sendo apropriados como táxi, duplas atividades empregatícias que só beneficiavam a elite dos funcionários, leite vencido em grande quantidade, desvio de óleo diesel de domínio do Território, sumiço de cofre do Estado, doação de terrenos por parte da autoridade administrativa municipal por noitadas de amor.

---

165 A carne e o Pobre. *Jornal Folha do Povo* de 03 de fevereiro de 1962, nº166, ano 4, 1ª folha.



O governador Pauxi Nunes acaba de estarrecer a opinião pública com a recente ordem telegráfica que constitui uma verdadeira cortina de ferro sobre a administração amapaense. Eis o texto do telegrama que nos foi enviado por um colaborador anônimo. Solicito reunir Diretores, chefes de serviços, dando-lhes conhecimentos a partir dessa data não poderão ser concedidas informações de espécie alguma, aos órgãos federais, Bancos e entidades particulares, sem a expressa autorização do governo. Peço recomendar que inobservância da determinação implicará ações prevista em lei.<sup>166</sup>

Os cidadãos articulavam-se com a associação sociotécnica e estava com eles. Desse modo, os migrantes que ainda chegavam à Cidade na esperança de dias melhores também tiveram espaços na coluna do semanário a Folha do Povo. A fome foi uma necessidade que interligou os migrantes com os atores maquínicos, razão pela qual os híbridos “máquinas-e-homens” passaram a ser alvo de perseguições, inclusive pelo juiz da Cidade. Este último era um cidadão aliado aos interesses governistas. O maior desejo da administração era colocar os atores da tipografia na cadeia, mas as oportunidades lhe faltaram, de modo que os registros sobre a fome continuavam a ser estampados nas folhas do semanário. Um desses registros oferecidos pelo referido jornal deixa subentendida a questão em foco.

Uma criança entrou, aproximou-se da senhora e disse com voz sumida: “vim buscar a roupa” ... E ficou a espera que fosse atendida, o olhar denunciando exaustão, aspecto de doentio. A dama voltou-se, viu-a e estremeceu diante daquela inocente tão castigada pela miséria: — você está doente, não é menina? — Não senhora... não como há vários dias. “Mamãe e os manos também”. A dama providenciou, imediatamente, alguma comida e entregou-lhe dizendo: — “Leve à sua mãe”. Recebeu tremendo e se foi.<sup>167</sup>

### Comentário do articulista do semanário Folha do Povo:

Fiquei pensando na sorte desgraçada dessas criaturas. Há milhares nesta cidade de “grandes progressos”. Os territórios foram criados

166 Cortina de Ferro no Amapá. Jornal Folha do Povo de 28 de fevereiro de 1960, nº 33, ano 2, 3ª folha.

167 Artigo Êxodo e miséria. Jornal Folha do Povo de 23 de fevereiro de 1961, ano 2, nº 95, 3ª folha.

para facilitar a assistência às populações das fronteiras há séculos abandonadas ao primitivismo, à agressividade da selva e à inclemência da Natureza. As populações do interior, principalmente, teriam de receber os benefícios da Civilização em maior escala, pois a Nação precisa desenvolver a sociedade rural. Deu-se pelo menos no Amapá, exatamente ao contrário. As populações do interior continuaram sem assistência. De tanto viverem no sofrimento, desesperadas, muitas famílias abandonaram suas “roças” e vieram para a cidade... Sem trabalho e sem a Natureza para lhes facilitar o alimento, ficaram penando, vivendo umas de carretos, outras de lavagem de roupa, outras não sabemos de quê. Tais ocupações não lhes asseguraram o mais modesto padrão de vida. Morrem, lentamente, depauperadas pela fome... O êxodo foi grande e as consequências funestas.<sup>168</sup>

Os atores e suas mediações, bem como as articulações com os vários outros atores da Cidade, aliados ou não, produziram o ordenamento do social na cidade de Macapá. Cartografia de ações e práticas, que ficaram registradas nas trajetórias de vida de algumas representações dos atores da cidade e nas folhas de um intermediário do social, a Folha do Povo. As articulações desses mediadores foram além do espaço urbano da cidade de Macapá e alcançaram Cidades do Território e a área considerada rural, a exemplo das Colônias Agrícolas, nas quais os colonos procuraram a direção do jornal para denunciar que viviam ilhados, sem transporte, sem médicos, sem sementes. Além de fazer a denúncia, os atores do jornal mediarão a questão perguntando ao governador pelos altos valores enviados pela SPVEA para o desenvolvimento da agricultura.

Como veem os nossos leitores são dez os estabelecimentos<sup>169</sup> agrícolas além do velho e crônico improdutivo Posto agropecuário de Macapá (a conhecida fazendinha) para os quais a Nação através da SPVEA e Ministério da Justiça destaca anualmente verbas na base de um milhão de cruzeiros para cada um. A bolada é boa, porém, o povo amapaense desconhece como essa dinheirama é empregada e igualmente ignora o desenvolvimento dos referidos estabelecimen-

---

168 Idem, 1961.

169 O número de Colônias Agrícolas corresponde a quatro, são elas: Colônia do Oiapoque, Mazagão, Matapi e Uaçã, enquanto os Núcleos Coloniais são em número de cinco, sendo eles: Núcleo Colonial de Ferreira Gomes, Calçoene, Cassiporé, Macacoari, Santo Antônio da Pedreira e Jari. Informação da Folha do Povo de 18 de julho de 1959, ano 1, nº 7, folha 2.

tos. Para orientação do povo gostaríamos que o senhor governador determinasse ao órgão competente, no caso o Sr. Administrador das Colônias Agrícolas e Núcleos Coloniais que respondesse o seguinte: a) quanto já foi gasto em cada um dos estabelecimentos acima mencionados? b) Qual a despesa mensal de cada um? c) Qual a produção? d) Qual o número de colonos instalados em cada estabelecimento? e) Quantas casas existem em cada colônia e núcleo coloniais? f) Qual o número de funcionários existentes em cada estabelecimento?<sup>170</sup>

Ainda no interior, Serra do Navio<sup>171</sup>, distrito de Macapá, a indústria de minério (Icomi) implantada no seio da floresta não encontrou apoio de grupos políticos mais críticos da cidade. Dentre eles, estava Alfredo Távora, que em toda a sua trajetória de vida resistiu ao projeto de exploração do manganês por empresas estrangeiras. Formado por uma concepção ideológica de sabor nacionalista, não admitia o “entreguismo” a preço de mercado como solução para o progresso econômico do Território. Para Alfredo Távora Gonsalves, o manganês brasileiro deveria ter sido mais bem negociado. A associação sociotécnica permitiu que esse entrelaçamento crítico entre o local e o global chegasse ao leitor macapaense.

Causa-nos surpresa que os senhores parlamentares, os senhores diretores do DNPM, o senhor Glycon de Paiva Texeira, a imprensa nacional, empenhando-se no que era Reserva Nacional, tenham ignorado a importância do manganês para os Estados Unidos e não tenham levantado a voz para evitar que se vendesse o nosso minério a preço de mercado quando se tratava de manganês de alto teor (GONSALVES, 2015, p. 115)

A mesma associação técnica criticou a hierarquia social criada entre os trabalhadores da Icomi, que os separava por categorias, impedindo-os de se visitarem caso o alojamento fosse distinto. Tal estrutura impedia maior interação entre os trabalhadores e feria o código institucional brasileiro de que todos devem ser tratados igualmente, como assim defendeu.

---

170 Bom Dia Sr. Pauxy. Folha do Povo de 18 de julho de 1959, ano 1, nº 7, folha 2.

171 O referido distrito, Serra do Navio, só foi elevado à categoria de cidade em 1º de maio de 1992, através da lei n.º 007/92. Do final da década de 40 até 1990, o lugar era um distrito do município de Macapá.

Quando falamos da Icomi, nosso único desejo é tornar público nosso sentido nativista de nacionalismo puro, sem máculas e que venha realmente reproduzir, no todo harmônico da sociedade, a objetividade das coisas. [...] Duas vilas foram feitas com todos os requisitos sociais e técnicos da excelsa vitória estadunidense no Amapá, criada pelo “rush” do entreguista Antunes, que vive imensamente satisfeito com o desequilíbrio social que conseguiu criar no Território. As duas vilas têm um regime. Regime que deturpa os homens num país onde as leis exigem em que todos sejam tratados igualmente. No entanto, a administração da Cia. dividiu a classe dos seus funcionários em três categorias sociais, stafs, intermediária e primários. Divisão esta que veio causar um estado de coisa entre seus funcionários que se viram pejado de um direito social que lhes é garantido.<sup>172</sup>

O Jornal destaca como a empresa, com essa divisão, desestabilizou os trabalhadores de uma maior interação e organização operária.

As visitas são observadas. As casas não podem ser modificadas no seu modo de habitar. Não podem criar animais domésticos. Os inquilinos não podem abrigar pessoa sem prévia autorização da empresa. Os filhos de intermediários não podem assistir aulas na escola dos filhos dos stafs. Os filhos dos primários não podem, da mesma forma, frequentar as aulas do intermediário. O campo de esporte é separado. As sessões cinematográficas são distintas. Enfim, até no mercado as classes têm dia e hora para efetuar as compras para as suas famílias. Há dias, um cidadão que reside na separação ‘staf’ foi visitado por um motorista seu amigo, mas, logo depois desse haver se retirado, o inquilino foi seriamente admoestado, afim [sic] de não receber tal gasta nos seus limites. [...] O que fazer com nossa constituição? [...] O divisionismo social que a Icomi impõe aos seus funcionários, nada mais é do que a infração da lei Afonso Arinos de outra forma.<sup>173</sup>

Enquanto a empresa Icomi, de caráter privado, foi denunciada pela prática de classificação, de disciplina rigorosa sobre seus trabalhadores, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) foi reclamada por ser uma instituição governamental dirigida por dois segmentos sociais; os primeiros

---

172 A Icomi e as castas. Folha do Povo de 15 de maio de 1960, ano 1, nº 44, folha 1.

173 A Icomi e as castas. Idem, 1960.

e bem mais conceituados funcionários aproveitaram de seus recursos para campanhas políticas e proveitos pessoais. Enquanto na segunda categoria, os técnicos deveriam indiscutivelmente fazer parte de qualquer campanha eleitoral para a família Nunes, caso contrário, sua transferência ocorria para cidade vizinha, sem os recursos materiais da Capital. Os técnicos da CEA foram funcionários controlados por uma estratégia política de compra de seus serviços por diárias oferecidas, capital extra que comprava seus serviços, como fica esclarecido no recorte.

Fomos informados que sexta-feira passada esteve [sic] reunidos no gabinete do governador, todos os chefes de seções da Companhia de eletricidade do Amapá, a fim de apontarem os funcionários daquela Empresa que não estejam trilhando e participando da cartilha política do senhor Pauxi Gentil Nunes. Achamos que essa atitude vem a ferir frontalmente os nossos princípios democráticos, demonstra mais uma vez que o Governo, esquecendo-se das normas que devem nortear uma administração, apega-se ferreamente nessa tática mesquinha a perseguir opositores da sua fracassada política. Que o povo julgue mais esse ato aviltante contra nossa Constituição política.<sup>174</sup>

Crescia a articulação em torno do grupo sociotécnico (coletivo do jornal *Folha do Povo*), atraindo desde funcionários que se aproximavam desses atores e levavam informações, cópias de documentos — que desvelavam a realidade da administração e seus acordos arbitrários —, aos atores populares, com suas denúncias contra a má qualidade dos serviços prestados aos moradores urbanos. A falta de eletricidade, da coleta regular de lixo, a constante falta de carne em quantidade suficiente para atender as necessidades do consumidor, a fila desumana para se conseguir o pão, a falta de segurança, configuravam os representantes dessa ordem como praticantes da violência ou que a acobertavam. Esses acontecimentos entrelaçaram várias formas de ação, dentre as quais a principal foi a denúncia dos abusos impostos à população macapaense que não se encontrava na elite. Na população de menor condição financeira estavam os maiores agredidos, social e moralmente, especificamente as mulheres, com assédios, estupros, corrediadas e cadeia para as “meretrizes”.

---

174 Novas perseguições. *Folha do Povo*, de 7 de agosto de 1960. Ano II, nº 57, folha 3.

As únicas “meretrizes” que gozaram do direito de cidadania na cidade de Macapá foram as moradoras da “Pensão Alegre”. Essas, entretanto, foram reconhecidas e tiveram a satisfação de terem sido agraciadas com passagens aéreas Macapá-Belém-Macapá. Tal acontecimento foi denunciado ao grupo sociotécnico e foi impresso no jornal a Folha do Povo com cobranças, pois havia um impedimento legal para a compra de passagens aéreas.

Não é necessário despender grandes esforços para demonstrar, com fatos concretos, o que dissemos em nossos artigos anteriores de que no Território a imoralidade já está oficializada... E para que essa nossa crônica não seja apenas uma dissertação sobre os nossos propósitos, vamos aproveitá-la para recordar a denúncia feita em março deste ano, através deste jornal, sobre o fornecimento de passagens aéreas, através de requisições do governo, no trecho Macapá-Belém-Macapá a certas meretrizes, ocupantes da pensão alegre... Devemos declarar que nada temos contra as beneficiadas, tão somente insurgimo-nos contra a imoralidade do benefício que atenta não só contra os dispositivos da lei e recomendação do Sr. Presidente da República, como constitui um fraudulento processo de ludibriar os cofres públicos.<sup>175</sup>

Alguns cidadãos, descontentes com a falta de justiça, procuravam pelos órgãos públicos, outros já não acreditavam em suas ações. As idas e retornos dos atores populares em busca de garantia de seus direitos junto às autoridades parecia humilhante, vergonhoso, além de tempo gasto e quase sempre perdido por não alcançarem o retorno pretendido. Ir ter-se com as autoridades para as pessoas de origem ribeirinha ou da floresta é sentir-se inferior, incapaz de solucionar seus problemas. John Cunha Comerford, em sua narrativa sobre “desfamiliarizações: autoridades, heranças e demandas”, destaca os valores e reputações de pessoas de comunidades rurais com relação as autoridades, conforme ato de narrar exposto,

Em certo sentido, a autoridade, nesse momento de narrativa de conflitos, entra em cena curiosamente “desautorizada”. Sua presença desqualifica o outro, mas isso não significa que a autoridade e o recorte do mundo em que faz sentido o poder institucional do qual ela depende para se definir assume a condução da contenda tal como ela

---

175 Imoralidade Oficial. Folha do Povo, de 28 de agosto de 1960. Ano II, nº 60, folha 2.

é apresentada na narrativa: o cerne desta continua a ser a apresentação, da forma mais inequívoca e convincente, da superioridade moral daquele que narra ou daquele com quem o narrador se identifica, e a contenda continua a ser apresentada como conduzida em termos de afirmação da respeitabilidade. (COMERFORD, 2003, p. 211).

Na cidade de Macapá, quando o delito era realizado por um militar ou um funcionário, o caso era sempre obscurecido e dado como encerrado. A investida para que o fato viesse a público recaía como única opção aos mediadores sociotécnicos que pareciam mais familiares aos conflitos da população urbana menos assistida. Esses atores, operando através do intermediário a Folha do Povo, apresentavam à sociedade as denúncias populares e os abusos sucedidos. Destaca-se aqui a ausência de uma política administrativa que respeitasse os valores morais e os direitos dos cidadãos da periferia urbana de Macapá, posto que a aliança do poder local com a justiça encobria as barbaridades que os agentes do governo e município infligiam sobre os cidadãos menos compensados financeiramente, como se pode apreender nessa denúncia em seguida descrita.

Compareceram a nossa redação Dna. Rosa Lima do Nascimento, que veio se queixar de um elemento João Vilhena de Andrade, ligado umbilicalmente às hostes governamentais e figura destacada das fileiras do PSD [partido do governo]. Disse a respeitável senhora que há tempos, sua filha Maria do Carmo, vinha se entrevistando com o dito elemento, resultando daí um odiado namoro pelos pais da moça, em face do indivíduo João Vilhena ser casado e de péssimos costumes. No entanto, o citado elemento, se valendo do pouco conhecimento que tem, procurou iludir sua filha, tendo carregado do seu lar para viver em concubinato. Adiantou mais dna. Rosa, que João Vilhena pelas intimidades palacianas que possui, andava ameaçando a família caso viesse dar conhecimento público do ocorrido, pois sua família numerosa não podia ser sabedora do fato. Espera dna. Rosa Lima do Nascimento, que as autoridades Territoriais tomem conhecimento do ocorrido e eliminem de suas intimidades tal indivíduo, que além de pernicioso a administração é um elemento péssimo à sociedade.<sup>176</sup>

---

176 Denúncia de concubinato. Folha do Povo, de 10 de janeiro de 1960. Ano II, nº 26, folha 4.

Os casos de assédio quase sempre eram ignorados pelas autoridades competentes ou elas estabeleciam um jogo para cansar o denunciante, orientando-o a procurar outra pessoa de igual responsabilidade para resolver o caso, a exemplo da menor de 13 anos que, enviada pelo médico odontólogo para tomar uma injeção na farmácia do hospital, o chefe do setor lhe assediou. A menina, horrorizada com o que acabara de ouvir, saiu correndo para contar a sua mãe o sucedido. “Esta, imediatamente tomou as providências devidas, apresentando queixa ao delegado de polícia Dr. Floriano Waldeck, que fingindo ignorar suas atribuições, aconselhou que apresentassem a queixa ao cabo Alfredo, prefeito da cidade (Amapá). Este por sua vez devolveu a queixa ao delegado, que se descartou alegando que a menina não tinha testemunha”. O caso chegou ao conhecimento do governador do Território, inclusive cartas de outras vítimas foram enviadas ao grupo sociotécnico, o qual fez a denúncia vir a público.

Os casos iam se multiplicando por falta de punição dos acusados. Entre as autoridades citadinas havia se estabelecido uma aliança de amizade que aproximava administrador, juiz e delegado e outros poderes, os quais eram difíceis de romper. As meninas pobres eram as maiores vítimas de assédios e estupros. A procura por justiça exigia uma inter-relação com várias autoridades, um ziguezague de idas e vindas que, nos finalmentes, em nada favorecia a vítima, como se reporta o caso citado.

Vivia na companhia do monstro, Dna. Augusta Pereira e uma menor, sua filha (D.P.) de onze anos de idade... Um dia ficou sozinha com o MONSTRO que era seu padrasto e que se aproveitou da oportunidade para possuí-la animaisicamente ... O caso foi levado à polícia que até hoje nem uma providência tomou a não ser o de mandar fazer o exame o qual constatou a verdade. O monstro continua solto para fazer novas vítimas... O monstro chama-se Raimundo de Almeida Lopes, com trinta anos de idade, aproximadamente, e proprietário da Casa Quatro Irmãos, no Igarapé das Mulheres [área ocupada por migrantes pobres]. É pessedista, e anda pelas ruas acobertado pela bandeira do partido do Sr. Pauxy Nunes que o apoia em todos os seus atos e gestos. Não acreditamos que o processo policial ande. Deve haver ordem do governador para sustar qualquer



providência sobre o assunto. O Dr. Juiz de direito já tem conhecimento do fato.<sup>177</sup>

O grupo sociotécnico, ancorado pelo ideal de liberdade de expressão, de justiça e do respeito aos direitos dos cidadãos, teve sua base, como já mencionada, no partido PTB, expediente de oposição política local, vinculado ao nacional. Era constituído por defensores dos trabalhadores e de suas organizações sindicais, inspirados no ideal trabalhista de Getúlio Vargas, razão que os conduziu a firmarem entrelaçamentos com as lideranças sindicais, a começar por Raimundo Pereira Duarte, um dos incentivadores do movimento sindical no Território, principalmente, em Macapá. Esse dirigente mobilizou os trabalhadores de sua área e, por conseguinte, presidiu o Sindicato dos Estivadores e dos Arrumadores, prática que estimulou outros setores a também se organizarem em prol de seus direitos, de modo que promoveu o surgimento de outros sindicatos, como os dos trabalhadores industriais da panificação, da construção civil, da indústria de mineração, dos oleiros. Todos mantiveram forte articulação tornando-se híbridos em ação.

Raimundo Pereira Duarte, representante dos estivadores, Jorge Ribeiro, dos padeiros, e Altino Nazeareno dos Santos, da Icomi, levantaram bandeira reivindicatória e de defesa dos direitos trabalhistas, num período em que a organização dos trabalhadores era vista como crime, apesar das circunstâncias nacionais apresentarem-se favoráveis às ações democráticas. Mas no Território Federal esse direito constituía uma ameaça à gestão da família Nunes, interessada em permanecer no poder. Nesse ínterim, Raimundo Pereira Duarte foi um dos principais incentivadores do entrelaçamento entre humanos e máquinas, híbridos que fossem capazes de registrar as manobras e movimentos da coletividade, as imoralidades sociais (violência, assédios, estupros), perseguições políticas, demissões, mas também as conquistas jurídicas dos trabalhadores. Esta última categoria contou com o apoio de Dalton Martins, advogado do Banco do Brasil e membro político do PTB. O jornal *Folha do Povo* foi o meio pelo qual foram operacionalizados as manobras e os movimentos dessa coletividade.

---

177 MONSTRO. *Folha do Povo*, de 10 de julho de 1960. Ano II, nº 53, folha 5.

O agrupamento de atores sociais em torno dos sociotécnicos media-  
vam através do ideal de liberdade de expressão, de justiça e do respeito aos  
direitos dos cidadãos, diversos anseios da coletividade e do próprio grupo  
trabalhista, como assim se autodenominava, ao invés de petebista. Mas o  
cotidiano como “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em par-  
tilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do  
presente” (CERTEAU, 1996, p. 31), que tende a transsubstanciar os atores  
de modo que vão se deslocando, unindo-se a outros projetos, rompendo  
com seus valores antes defendidos. Os sonhos passaram a fazer parte de ou-  
tras imagens já passadas, as quais agora são sombras de um trajeto, como se  
refere Alfredo Távora Gonsalves.

Muitos dos companheiros ainda vivos devem se lembrar das pressões  
que sofreram. Alguns até por instinto de sobrevivência sucumbiram,  
mas não abdicaram do direito sagrado de pensar livremente. Os tra-  
balhistas eram expurgados da administração pública, governamental  
e municipal, além de não conseguirem lotes para construir suas ca-  
sas e até mesmo empregos em comércios de particulares, cujos em-  
pregadores tinham receio de desagradar ao governador. Com todas  
essas represálias, aconteceram algumas deserções em nossas hostes,  
mas o governador não conseguiu extinguir os protestos silenciosos  
(2010, p. 46).

Pouco a pouco os afastamentos irrompiam-se subitamente entre os  
trabalhistas. Alguns casos foram vistos como traição, caso do petebista Mario  
Ramos, militante convicto, que em 1950 fez campanha política para Getúlio  
Vargas em Macapá, juntamente com seus companheiros de luta, Claudi-  
miro Moraes, Alfredo Távora e Benedito Uchôa, mas foi surpreendido pelos  
associados do PTB no devido momento em que tentava criar uma dissidên-  
cia no diretório do partido a mando do governador Janary Nunes, o qual  
desejava tomar a legenda do PTB para si. Esse dismantelamento dentro da  
sociedade partidária foi motivo de grande constrangimento entre os associa-  
dos e destaque no jornal Folha do Povo; porém, Alfredo Távora em narrativa  
declara que foi subornado a praticar tal embrulho.

Depois da eleição [Getúlio Vargas], tomou parte [Mário Ramos] nas  
*démarches* para substituição de Janary. Feito o acordo PTBñJanary

[sic], foi designado como administrador do Hotel Macapá. Dotado de um coração humanitário, usou do cargo para ajudar os companheiros vítimas das perseguições de Janary. Esse, maquiavélico, mandou abrir um inquérito para responsabilizá-lo pela situação financeira do hotel que, diga-se de passagem, sempre foi deficitária. Janary ficou com esse trunfo nas mãos para mantê-lo preso e forçá-lo a obedecer a suas manobras. Além dele, a sua esposa, que era funcionária pública e que poderia ser demitida sumariamente. Quando [Janary] pretendeu tomar a legenda o PTB chamou Mário para abrir uma dissidência no Diretório. Mário esperto condicionou atender ao pedido à prévia anulação do inquérito que nunca tinha sido transformado em processo. Mário Ramos cumpriu sua parte, mas não teve êxito porque o presidente do PTB não aceitou o pedido de intervenção. Com Jango conseguiu se transferir com a esposa para Brasília, ficando lotados no Palácio do Planalto. Aí, longe do domínio de Janary e Pauxi, pôde se reabilitar com os antigos companheiros (GONSALVES, 2010, p. 99-100).

A partir de 1960, a trajetória de relações entre os trabalhistas começou a rachar. Os agregados começaram a se desprender para tomarem outro rumo, numa terra em que a esperança foi dogma de fé, mas paulatinamente o que parecia sólido foi se desmanchando. Como se pode apreender, “cada indivíduo é o ‘depositário’ de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos [...] e em diferentes formas de relações sociais” (LAHIRE, 2004, p. X-XI). Apesar de ter sido considerado um membro trabalhista magnífico, um professor do magistério amapaense muito querido pelos alunos, o professor Mário Luiz Barata afastou-se do PTB sem deixar explicações, como relata Alfredo Távora.

Até hoje não sei o que o levou a deixar o PTB. Ele, que lutava com denodo pelo ideal da liberdade e contra a opressão, caiu no ninho da corrupção e foi envolvido pelo regime, que o obrigou a permitir pela omissão à prática de atos lesivos a[sic] administração. Apesar de tudo isso, continuo a admirá-lo, na certeza que nada fez em benefício próprio e sim por imposição de um sistema desonesto. Os mesmos conceitos que emiti sobre Mário Luiz Barata, por um dever de justiça, atribuo também a Raimundo Nonato Maia, porque não acredito que interesses pessoais o tenham levado a mudar-se para um regime que combateu e que o prejudicou. Durante anos, em

crônicas constantes publicadas na Folha do Povo, dirigiram pesados artigos contra o Pauxi Nunes e a oligarquia. Não atino quais as razões ou motivos que o teriam levado a mudar o pensamento (GONSALVES, 2010, p. 97).

Segundo Alfredo Távora (2010), com a administração nacional nas mãos de Jânio Quadros e, em pouco tempo, nas mãos de João Goulart, ocorreu o desmantelamento da família Nunes que se hospedava em Macapá há dezesseis anos. O desespero, no sentido de assegurar a manutenção do status quo, leva Janary Nunes à tentativa de tomar a legenda PTB para si, infiltrando pessoas alheias e enviando-as para se inscreverem na legenda, com a finalidade de posteriormente abrir uma dissidência, tentativa que não deu resultado. Em seguida, convidou a cúpula do PTB no sentido de forjar acordo, negociações que não lhe foram favoráveis, pois, além do partido não renunciar à indicação para governador, não aceitou assinar nenhum compromisso escrito.

O que se pode apreender, a partir dessas relações estabelecidas, é que o clientelismo, como destaca Luiz Enrique Nunes (BAHIA, 1983), se enraíza intrinsecamente na hierarquia inerente a toda organização, particularmente nos espaços não regidos pela lei. De modo que não se constitui, em apenas um resíduo da sociedade tradicional, mas se mantém permanente nas relações sociais da modernização. Esse postulado colabora com o contexto de uma cidade que participava dos princípios nacionais de interesse de integração da economia nacional, à medida que encontrava, no âmbito local, grupos que se associavam a esses preceitos e deles tiravam proveitos também dessa ordem financeira. Razões pelas quais as práticas clientelistas foram sempre presentes.

Insistente em seus objetivos, Janary Nunes, investiu em convencer elementos da cúpula do PTB, conseguindo aliança com seu principal opositor. Nas relações em rede, “qualquer ponto pode se conectar a outro, qualquer linha pode ser rompida, quebrada em algum lugar, mas também ser retomada por uma de suas linhas e mesmo segundo outras linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24). Dalton Lima e outros membros, como Mário Barata e Orlando Sabóia, resolveram por abrir uma dissidência no referido partido. Na concepção de Alfredo Távora, Dalton Lima e seus amigos tomaram decisões precipitadas, caíram nas estratégias de um político que não tinha mais os prestígios de anos atrás, nem o apoio local de seu partido

— posto que Amílcar Pereira (deputado federal) havia saído do PSD para o PSP, e fez oposição ao governo no poder (João Goulart) —, muito menos o apoio do governo do Amapá Raul Valdez. Por fim, Dalton perdeu a chance de ser indicado para governar o TFA, pois a determinação do presidente João Goulart era prestigiar o PTB no Amapá.

Lamenta Alfredo que assim, Dalton Lima perdeu a oportunidade de ser governador do Amapá e iniciar uma brilhante carreira política, porque inteligência, integridade de caráter e coragem não lhe faltavam (GONSALVES, 2010). Segundo Paulo d’Avila Filho, se o diagnóstico estiver correto, formatos de participação política, portadoras de ideais democráticos, a exemplo dos “trabalhistas” aqui elencados, não deixarão de conviver com aspectos clientelistas, tal como apresentados. Na concepção desse estudioso, “experimentos democráticos que ampliam a participação política não estão infensos à incorporação de aspectos das relações assimétrico-clientelistas, a despeito da intencionalidade dos sujeitos envolvidos (D’AVILA FILHO, 2004, p. 217).

Observo então que as relações de poder, no contexto histórico da gentrificação da cidade Macapá, não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas a cada instante vão “de um ponto a outro” (FOUCAULT, 1991, p. 144), no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudança de direção, resistências. O PTB aos poucos também ia desagregando-se. Os líderes oposicionistas mais radicais fizeram concessões políticas, tomaram decisões de sair da legenda e alinhar-se ao adversário, o que parecia para os demais membros que permaneceram, um giro de convicção de trezentos e sessenta graus; resolução política praticamente incompreensível pelos componentes do Diretório que restaram.

Outros permaneceram fiéis ao Partido — que só foi dissolvido em 1964, haja vista as circunstâncias da política nacional —, a exemplo de Claudomiro Morais e Benedito Uchôa, considerados por Alfredo Távora como atores “corajosos, lutadores, intemoratos, fiéis aos seus ideais, leais aos seus companheiros, amigos, bondosos aos extremos e imunes às cantadas do inimigo. Capazes de sacrificar a própria família diante do ideal maior” (GONSALVES, 2010, p. 98). Claudomiro Morais sempre esteve envolvido com a política, pois as experiências no campo da militância partidária tiveram suas

raízes na antiga Aliança Liberal, quando ficou ao lado de Getúlio Vargas. Em Macapá, além de ser membro do PTB, assumiu por pouco tempo a administração municipal, em 1951 (por seis meses), e no ano seguinte assumiu um mandato de dois anos (1952-1954).

Binga Uchôa (apelido dado pelos amigos) conquistou as amizades do Presidente Getúlio Vargas e de eminentes políticos como João Goulart, Parival Barroso e Ulisses Guimarães. Após a extinção do PTB e demais partidos, ele filiou-se ao Movimento Democrático Nacional (MDB) de Ulisses Guimarães, que, posteriormente, transformou-se em Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB) e presidiu a Convenção Nacional da formação do referido partido. Na cidade de Macapá assumiu a presidência do Diretório Regional. Anos depois, fundou o Partido Democrata Cristão (PDC) e assumiu sua presidência. Foi eleito vereador de Macapá posteriormente, em 1978. O desmantelamento do PTB foi ocorrendo paulatinamente, até a sua dissolução com a entrada do modelo militar como forma de governo.

Atores sociais como, Alfredo, Amaury e a tipografia continuavam juntos, como membros do PTB. Esse grupo mediador contava com o apoio de outros trabalhistas que, como funcionários públicos, atuavam por dentro da esfera governamental e dela tiravam informações e as passavam para a articulação sociotécnica. Desse modo, em pouco tempo as denúncias, as solicitações e os esclarecimentos chegavam às mãos dos leitores por meio do intermediário Folha do Povo. Esses híbridos que mediarão sobre interesses políticos, econômicos e sociais (individuais e coletivos), articulando escalas sociais distintas, se desarticularam diante das circunstâncias da política ditatorial militar, que censurou a associação sociotécnica e a operação que realizavam em favor dos interesses públicos.

Da máquina tipográfica, tantas vezes assaltada para não funcionar, não se soube informar qual o final de sua trajetória; quanto aos humanos, sofreram perseguições. Amaury e Alfredo foram presos, mas liberados pela articulação política que possuíam com o regional e nacional. Amaury assumiu seu perfil de homem político e, aliado à sua esposa Deusolina Sales Farias, ambos participaram da vida política administrativa da cidade de Macapá. Amaury chegou à condição de prefeito da cidade de Macapá, enquanto Deusolina conquistou o título de vereadora e de primeira mulher a participar de

eleições partidárias nesta cidade, durante os anos 1970; porém, sua saúde impediu que desenvolvesse suas ações administrativas, visto que faleceu logo após sua posse como membro da Câmara Municipal.

Entrementes, Alfredo foi muito articulado aos acontecimentos nacionais e internacionais, foi leitor dos jornais do Distrito Federal (Rio de Janeiro), de jornais do Pará e das literaturas históricas da região Norte. Converteu-se em um crítico da política e da economia local. Portanto, sempre se perguntou sobre o “desenvolvimento”<sup>178</sup> que o projeto estrangeiro Icomi deixou para o Amapá, assunto que estudou e deixou como memória póstuma o livro “O Amapá d’Outrora”, que foi publicado após sua morte. Como um ator social, e sujeito da mídia impressa local, Alfredo Távora promovia através das notícias inter-relações com os trabalhadores e membros dos sindicatos de Macapá. Como mediador do social na cidade em estudo, divulgava as assembleias, eleições e comemorações realizadas pelos sindicatos, no semanário *Folha do Povo*. Os reclames eram mais intensos quando se tratava de demissões de trabalhadores por perseguição política.

A presidência de Jânio Quadros e em seguida a de João Goulart tiveram um significado importante para os militantes do PTB em Macapá. Elas produziram a queda de um grupo político que, para os trabalhistas era uma oligarquia no poder — a família Nunes, e com ela a saída de funcionários que tiravam vantagens do Território. Mesmo assim, Janary Nunes ainda tentou retornar, quando em 1970 se candidatou a deputado federal, mas não encontrou o apoio que ainda acreditava ter da população. Desgostoso, saiu para não mais retornar.

---

178 A fase da Icomi está relacionada ao Plano Nacional de desenvolvimento econômico. Esse projeto e processo de industrialização vigente no país teve repercussões na região amazônica ao espaço nacional. No primeiro plano de integração da Amazônia, o investimento se deu em criar as estruturas básicas para o estabelecimento de uma economia industrial, já no segundo Plano foi dada a liberdade de iniciativa ao capital privado, nacional ou estrangeiro. Projetos que tiveram como norte o pensamento de desenvolvimento e subdesenvolvimento de Celso Furtado, intelectual que via as possibilidades de solução para as desigualdades regionais na incorporação do caráter técnico pela sociedade. A concepção de desenvolvimento para Furtado já parte do seu projeto nacional, já que a amplitude da definição de “desenvolvimento”, tem para ele uma diretiva global — econômico, político, social e cultural. De modo que o autor conceitua desenvolvimento como “[...] um processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade” (2000, p. 41) que é estruturado ao longo de um processo de comportamento racional, de ação programada e de ação técnica. Ver: FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126p.

.....

## 6. *CONSIDERAÇÕES FINAIS, TESSITURA REFLEXIVA: UM PARECER PELO OLHAR DO SINGULAR*

Com o pensamento voltado para minha realidade de migrante nordestina, hoje entrelaçada aos movimentos da sociedade macapaense, e, como tantos outros atores que fizeram e ainda fazem parte da vida urbana da capital do estado do Amapá, vejo nas tessituras sociais dos tempos históricos da gestão da Família Nunes, uma sociedade local imbricada na construção do espaço social a partir das inter-relações produzidas pelo seu corpo social. Entretanto, apreendemos que o conjunto de atores sociais espalhados pela cidade de Macapá, independentemente de sua condição na escala social, estavam atuando a seu modo nos acontecimentos que iam se produzindo na cidade.

Sigo sempre insistindo que é nas relações cotidianas de uma sociedade e nas tessituras de seus atores sociais que a sociedade vai se construindo. Edificação que vai se formando por meio de uma rede de inter-relações e formas de tecer caminhos, mesmo que tortuosos, para fazer valer as aspirações e desejos individuais ou coletivos. Seja qual for o poder instituído, ele não consegue ser sólido, posto que sua força de controle depende dos interesses das individualidades e do coletivo social e, este, está em constante mudanças de si mesmo. Obscurecer a participação dos diversos atores sociais na construção da sociedade é negar a própria existência humana, suas necessidades, seus desejos e sonhos.

As experiências individuais e coletivas, focadas nesse texto desconstruem as narrativas memorialísticas sobre a cidade de Macapá do período da Família Nunes. Escritos que canonizaram os feitos materiais dos diversos gestores, com fatos e datas das ações administrativas no Território, tomando a figura do primeiro governador como único mentor de seu desenvolvimento social, como se Janary tivesse sido sozinho o criador da cidade de Macapá. Os moradores da cidade foram deixados na condição de passivos na produção de sua própria historicidade, esquecendo os narradores que nem sempre



os projetos e investimentos políticos contemplam as necessidades dos atores coletivos ou individuais.

A presença de atores coletivos interagindo na construção do social no espaço do Território se fez real nos estudos das entrevistas e documentos que propiciaram a narrativa aqui construída. O ordenamento espacial e social da cidade de Macapá, em uma circunstância histórica na qual interesses políticos e econômicos locais e nacionais prescreviam maior investimento no “desenvolvimento” da Amazônia, com o objetivo de integrar a região Norte à economia nacional, não ocorreu sem a manifestação do corpo social local. Os jornais produziram críticas sobre os acordos políticos para implantação da empresa Icomi, de extração do manganês (minério de ferro), posteriormente, livros foram publicados discorrendo sobre que ganhos teve o Território do Amapá com esse empreendimento econômico. Autores locais, como Alfredo Távora também se preocupou com os resultados desse investimento local e escreveu o livro: “O Amapá d’Outrora”, o qual foi publicado após sua morte.

A produção do espaço social urbano não é só resultado do investimento do poder público. Sua edificação social depende de uma rede de interações sociais coletivas e individuais, em constante processo de conexões e rupturas entre seus atores sociais. É nessa relação social fluída que os atores sociais urbanos, políticos, intelectuais e o povo em comum, vão produzindo a vida social. Entrementes, tomei como postura filosófica não pretender chegar a uma verdade, mas apenas dar um sentido renovado às ações coletivas, como via de superação de outros olhares mais sentenciosos.

Desse modo, apenas conferi significados ao caminhar dos funcionários públicos do período da administração dos Nunes, tomando por base a ideia de cotidiano, interrelações, ator rede, pois entendo que, como pesquisadora e sujeito singular, não sou dona da verdade; unicamente tenho o poder de construir minhas lentes, meu modo de ver e sentir esse mundo, inclusive as práticas de uma cidade da qual sou parte, sem apartar seus efeitos como síntese das multiplicidades sociais desse espaço.

A mediação sociotécnica (tipografia e humanos) cumpriu uma ação valorosa ao revelar e denunciar crimes administrativos, como os abusos no uso do dinheiro público com aluguéis de carros nobres para passeio de

autoridades administrativas do Amapá no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Compras de embarcações supervalorizadas, falta de investimento nas ruas e praças da cidade e falta de abastecimento alimentar, especificamente a carne. Todas essas denúncias eram feitas por meio da mídia — a Folha do Povo, produzida numa máquina tipográfica que operava pela junção de tipos. Esse semanário ainda divulgou a falta de zelo dos juízes da cidade pela causa pública, especialmente pelos atores de menor padrão aquisitivo de vida.

A ocupação urbana e a economia desencadearam os elementos cruciais para a atuação do coletivo de resistência promover os efeitos interativos de base material relacional, sempre em conexão, em redes que se entrelaçavam, produzindo a construção do espaço urbano de Macapá. Produzindo no cotidiano outros pontos, que não significa estabilidade, fixidez, mas, sim, novos fios e movimentar da rede constituída.

Vista desta forma, a organização do social é uma conquista, um processo, uma consequência, um conjunto de resistências superadas, um efeito do precário, da desorganização. O processo é uma construção que invoca os sujeitos a participarem do ordenamento do seu social, a partir de uma inter-relação entre humanos. A necessidade de se fazerem atores com maior poder de força pelo direito de liberdade de expressão, negado à população que não constituía a elite administrativa e seus associados.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos membros da legenda do PTB, que a essas alturas encontravam como aliados professores, advogados, médicos, pequenos comerciantes, presidentes dos vários sindicatos de trabalhadores, operários e canoeiros. Era preciso investir em outras conexões que os unissem ao princípio de “direito à liberdade”. A invenção foi a compra de uma máquina tipográfica. Esse empreendimento sociotécnico foi de fundamental importância para manter a interação entre o diretório do PTB com seus aliados e simpatizantes.

Essa mediação de humano e não humano produziu o jornal Folha do Povo, uma mídia impressa, mas ao mesmo tempo um canal de comunicação mediador, tão quanto os atores sociais humanos, posto que os grupos urbanos subalternos e desprovidos de seus direitos, encontraram nesse jornal o lugar certo para que suas denúncias viessem a público, principalmente as de abuso de poder e violência.

A justiça e os direitos de participação democrática tornaram-se um projeto político do grupo PTB, atributo que envolveu os interesses da população de menor poder aquisitivo, sobretudo as injustiçadas pela ordem pública administrativa. Não importa aqui discutir os interesses políticos petebistas, mas trazer como os diversos atores sociais de Macapá estabeleceram redes de comunicação, entrelaçamentos para se constituírem individualmente e coletivamente.

As violências, como assédios, estupros, surras, quase sempre efetuadas por funcionários, principalmente pela Guarda Territorial, mas acobertadas pelo governo, revelam a ausência da justiça como um serviço público. Esses fatores foram também reflexos de uma escala social de pobreza absoluta, produzida pela chegada de migrantes não aproveitados como força de trabalho na vida material da cidade de Macapá. A existência desse coletivo social e de suas necessidades imediatas não assistidas, lançou mãos a fios conectivos que foram capazes, pelo menos, de levar a público seus desconfortos, posto que, como cidadãos só tiveram como única opção viver nos arrabaldes da cidade, principalmente em terras alagadas e com tetos erguidos no formato de palafitas.

Contudo, na experiência desse laboratório de investigação social, sentiu-se uma incógnita presente e ela ficou traçada no caminho: por que os atores sociais petebistas e operadores da mídia opositora curvaram-se às suas ideologias após 1964 e quebraram com o coletivo que formava a linha de resistência? Apresento aqui uma proposta de estudo para outros pesquisadores que compactuarem com esse estranhamento, pressupondo que o problema em foco, pode trazer para a história local a quebra de um ponto de luta ou a continuidade de esforço por outras linhas de ação, não mais partidária. Vejo esse caso como imagem da ação permanência de uma coletividade, entendida aqui como movimento de construção de uma sociedade. Assim, aqui se conclui um estudo, abrindo uma pergunta que precisa ser analisada em laboratório de futuras pesquisas.

O presente estudo chegou a uma relativa apreensão de que o ordenamento do social na cidade de Macapá se deu a partir de seu todo social, constituído por coletivos de interesses diferentes quanto ao projeto do social desejado. Portanto tiro minhas conclusões de que a cidade, são, de

fato, os seus figurantes, sendo assim, constitui um espaço social de homens pensantes e ativos, de modo que sua produção passa pelas interações e agenciamentos que esse todo elabora. A cidade como uma teia de aranha, vai criando pontos, articulando e quebrando linhas, compondo, a partir dos diversos interesses um todo social, o espaço urbano. O Território do Amapá, hoje Estado do Amapá, foi e é um caos aberto a todos, porém dinamizado pelos vários poderes que o constitui.

.....

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Julieta de. *Cultura Crioula e Lanc-Patuá no Norte do Brasil*. Escola de Folclore, S. Paulo, 1984.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários. In: FREITAS, Nilson Almiro de; HOLANDA, Virgínia Célia C. de; MARIA JUNIOR, Marta. *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e a região em foco*. Sobral, UEC/UVA, 2010.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Projeto Pinsônia, ou elevação do território septentrional da província do Grão Pará à categoria de Província com essa denominação*. Projeto, defesa, esclarecimentos. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova typographia de João Paulo Hidelbrandt: a rua da alfandega, nº 93, 1873.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brazil. Compreendendo as respectivas divisões, administrações, eclesiásticas, eleitoraes e judiciárias, dedicado à sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II, destinado a Instrução Pública do Império, com especialidade à dos alumnos do Imperial Collégio Pedro II, Rio de Janeiro*. Lithographia do Instituto Phiomático. Rua sete de setembro, 68, 1868.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALICINO, Padre Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.

ARAÚJO, Alcy. *Poemas do Homem do Cais*. Editora Oficial, Macapá-AP, 1983.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 2005.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. I, 1997.

\_\_\_\_\_. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. II, 1998.

BARBOSA, Coaracy Sobreira. *História da Justiça no Amapá*. Macapá: Gráfica “O Dia”, 1999.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. Ed. Cultrix, São Paulo, 1971.

BASTOS, Cecília Maria C. B. Índios das Corporações: Trabalho Compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). *A Escrita da História Paraense*. 1ª ed. BELÉM: NAEA/UFGPA, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Minas Gerais, Editora da UFMG/Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas I. Magia e técnica – Arte e política*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov*. In: *Obras escolhidas I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social*. Petrópolis, Vozes, 2009.

BEZERRA, Amiraldo. *À margem esquerda o Amazonas*. Fortaleza, Premiun s, 2008.

BONFIM, Sócrates. *Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento*. Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, Série Conferências, 1953.

BOURDIEU, Pierre A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius Editora, 1996.

\_\_\_\_\_, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1994.

BRITO, Daniel Chaves de *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de mestrado em História. PUC/SP, 2008.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.

CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: FUNDECAP/ GEA, 1998.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre Conflitos e Negociações: o território contestado na última década do século XIX*. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento - PLADES). NAEA/UFPA, Amapá, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Luiz Rainho Silva. *Os solos do Território Federal do Amapá, SPVEA*. Setor de Coordenação e Divulgação. Belém-PA, 1955.

CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro, 1997. On-line version ISSN 1678-4588 <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>.

CASTELLS, M. (1982). *A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos*. Espaço e Debates. São Paulo, n. 6.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, J. B. de. *A Milícia Cidadã: a guarda nacional de 1831 a 1850*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CERTEAU, Michael. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do cotidiano*. Vol. 2: Morar, cozinhar. 5ª ed. [Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAGAS, Izoneide Bezerra dos Santos. *A República Obscura: Revelando às Práticas Políticas Mandonistas no Amapá (1890-1929)*. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIFAP, 2015.

COIMBRA, Adriana Modesto. A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX. *Revista Conhecimento Histórico e Diálogo Social* – XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH. Natal/RN, 22 a 26 de 2013.

COMERFORD, John Cunha. *Como Uma Família*. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial Manaus*, Edições Governo do Estado do Amazonas. 1967.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945/1970/ Belém: Açai, 2008.*

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai – centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. 432p.

CUNHA, Álvaro da. *Amapacanto*. Imprensa Oficial do Estado do Amapá, Macapá-AP, 1989.

\_\_\_\_\_, Álvaro da. *Relações públicas governamentais no Amapá*. 1954. Trabalho de Conclusão do Curso de Administração Pública- FGV, Macapá, 1954.

CUNHA JUNIOR, Alarico da Costa; GENSCHOW, Fernando. *Amapá: um estudo para a colonização*. Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, 1958.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; COELHO, A. F. *Acesso ao poder: clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 211-233, dez. 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.



ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

ELLIS, Myrian. *O Brasil Monárquico*. Tomo II: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE), 1966.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo Editora, 1958.

FARIAS, Amaury Guimarães. *Meus momentos políticos*. Macapá: [produção independente], s/d, 2006. (Memória escrita).

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FORTUNA, Carlos, PROENÇA, Rogério Leite (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Ed. Almedina, 2009.

FORTUNA, Carlos. “Cidade e Urbanidade”. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. Pp.83-97.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126p.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GONSALVES, Alfredo Félix Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio: um livro para meus filhos* [produção independente]. Brasília: Gravo Papers, 2010.

\_\_\_\_\_, *O Amapá de Outrora*. [produção independente]. Macapá-AP, Gráfica Vitória, 2015.

GONSALVES, Alfredo. *O verdadeiro Eldorado: o Território d'Amapá, o Antigo Contestado Franco-Brasileiro*. Portugal, 1932.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Rolnik – 7ª Edição Revisada, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GUERRA, Antônio Teixeira. *O estudo geográfico do Território Federal do Amapá, (geógrafo) do Brasileiro de Geografia e Estatística*. IBGE, 1954.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o estado novo. Fundação Joaquim Nabuco. *Revista de Sociologia e Política*, nº 9, 1997.

HARVEY, David. *Espaço de Esperança*. 7ª Ed. São Paulo: Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 1999.

KOFES, Suely. *Uma Trajetória em Narrativas*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LATOUR, Bruno. *Um monde pluriel mais comum*. Entretien avec François Ewald. Paris: Éditions de l'Aube, 2005.

\_\_\_\_\_, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

\_\_\_\_\_, Bruno. *A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo; Ed. ENESP, 2000.

\_\_\_\_\_, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição Revista Forense, 1978.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família Tradição e Poder*. São Paulo: ANNA-BLUME/ Edições UFC, 1995.

LIMA, J. M. *Janary construiu a mais bela civilização no trópico amazônico*. In: Janary Gentil Nunes. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. Brasília. 2. ed. Editora do Senado Federal, 2012.

LINS, Cristovão. *JARI, 70 anos de História*. Rio de Janeiro: DATAFORMA em convênio com a prefeitura municipal RI de Almerim – PA, 1991.

LOBATO, Decloma. *O Candomblé no Amapá: história, memória, imigração e hibridismo cultural*. Tese/UFGA. Ano de obtenção: 2008.

LOMBAERDE, Pe. Júlio Maria De. *Um anjo da eucaristia – Irmã Maria Celeste*. Ed. O Lutador Manhumirim – Minas, 1948.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, homem, natura*. Belém: Cejup 2004.

LÖWY, Michael. Introdução pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LÖWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LUNA, Verônica Xavier. *Africanos redesenhando a Vila São José de Macapá. 1840-1856*. João Pessoa, 2011.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

MALATO, João. O Amapá e seu Criador. In: Janary Gentil Nunes. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. Brasília. 2. ed. Editora do Senado Federal, 2012.

MARRÉ, Jacques Léon. História de Vida e Método Biográfico. In: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, UFRGS, v.3, no. 3 jan/jul. 1991.

MARTINS, Benedito Rostan Costa. *Marabaixo, ladrão, gengibirra e rádio: traduções de linguagens e o rádio regional*. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS NETO, Cel. Bernardino C. de Bandeirantismo da Amazônia. In: Janary Gentil Nunes. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. Brasília. 2. ed. Editora do Senado Federal, 2012.

MAXWELL, Kenneth R. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal*. Cambridge University Press, Londres, 1973.

MAYER, Adrian C. A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, Bela. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese, Barcelona, 2006.

MEIRA, Silvio. *Fronteiras sangrentas: Heróis do Amapá*. Rio de Janeiro. Editora Gráfica, 1975.

MIRANDA, Antônio (padre). *Padre Júlio Maria: Sua História e sua missão*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1957.

MONTEIRO, Benedito. *Verde Vago Mundo*. Rio de Janeiro. Gernasa, 1972 (romance).

MONT'ALVERNE. Aracy. *Luzes da Madrugada*. Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal do Amapá – Departamento de Ação complementar. Macapá, 1986.

MORAIS, Paulo Dias; DIAS, Jurandir. *O Amapá em perspectiva*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2005.

NETO, Edgar Braga. *Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. Dissertação de Mestrado em Sociologia-UFC, defendida em 2012.

NUNES, Janary Gentil. *Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá – Impressões sobre o Território*. Brasília. 2. ed. Editora do Senado Federal, 2012. 2ª Ed. Senado Federal, Brasília, 2012

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas São Paulo: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *A economia da borracha sob o impacto dos acordos de Washington e a criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950)*. Dissertação de Mestrado em História Econômica, USP, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e as políticas de facções. In: *Anuário Antropológico*, n. 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. *Teatro no Amapá: Artistas e seu tempo*. João Pessoa: Sal da Terra, 2013.

PANTOJA, Leandro de Freitas. *Nos meandros das Vivências, Tensões Cotidianas e Crise da Escravidão Negra em Macapá – 1856-1886*. Curitiba, Ed. Prottexto, 2015.

PENNAFORT, Hélio. *Amapaisagens*. Macapá, Departamento de Imprensa Oficial, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PEREIRA, Nunes. *O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1989.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*, 1978.

\_\_\_\_\_, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

PICCHIA, Menotti Del. *Obra de quem? Desse tenaz fazedor de milagres: Governador Janary Gentil Nunes*. In: NUNES, Janary Gentil. *Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território*. Brasília. Editora do Senado Federal, 2012.

PICANÇO, Estácio Vida. *Informações sobre a História do Amapá de 1500 a 1900*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PINTO, N. P. A. *Política da borracha no Brasil: a falência da borracha no Brasil*. São Paulo: HUCITEC e Conselho Regional de Economia, 1984.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

- REIS, Arthur César Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua Época: história política no Pará*. Belém: CEJUP, 1996.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946*. 2008. Doutorado (História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, R. N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo, Annablume, 2003.
- SIMMEL, Georg. *A Natureza Sociológica do Conflito*. In: Sociologia / organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho ; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... et al.]. — São Paulo : Ática, 1983.
- SIMMEL, G. *A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal)*. In: SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1968.
- SANTANA, Antonia Neide Costa. *O urbano no semiárido: pequenas cidades do Ceará em discussão*. In: FREITAS, Nilson Almino de; HOLANDA, Virgínia Célia C. de; MARIA JUNIOR, Marta. Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e a região em foco. Sobral, UEC/UVA, 2010.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. Editora Valcan. Macapá-AP, 1998.
- SANTOS, Sari Possari dos. *Desenvolvimento em Rondônia: plano de valorização econômica da Amazônia*. Tese de mestrado defendida na UNIR, 1914.
- SARNEY, José, COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. 270 p.

SECRETO, Maria Verônica. *Fúria epistolar: As cartas das mulheres dos Soldados da Borracha. Uma interpretação sobre o significado da assistência às famílias*. In: Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 14, pp. 171-190, 2005.

SECRETO, Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2007, pp. 37-39.

SAMAIN, Etienne. “Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a antropologia visual”, in O Fotográfico (org. Etienne Samain). São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões de progresso*. In: SEVCENKO, N. (org.) História da Vida Privada no Brasil. Da belle époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. *As questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 [edição original 1917].

SIMMEL, Georg. *A Natureza Sociológica do Conflito*. In: Sociologia / organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho; [tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... et al.]. \_ São Paulo: Ática, 1983.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SMITH, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo, AnnaBlume, (2006).

SOUZA, Maria Cassilda Barreto de. *Rebelião Rural no Amapá*. Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A gestão do território e as diferentes escalas da descentralidade urbana*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano III, nº 4, jan./jun., 1998.

TAVARES, Alexandre Vaz. Poesia Macapá. In: BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens Ilustres do Amapá*. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. I, 1997.

TOSTES, José Alberto. *Planos Diretores do Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá-AP, 2006.

VARGAS, GETÚLIO DORNELAS. *Discurso de improviso agradecendo o banquete oferecido em Guaiara, no Território de Ponta Porã*, a 27 de Janeiro de 1944. Disponível: em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/getulio-vargas/discursos-1/1944/03.pdf/download>. Acessado no dia 15 de Agosto de 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Memorial Orgânico*. [2ª parte]. Madrid. Na Imprensa da Viúva de R. J. Dominguez, R. de Fortaleza, Núm. 67, 1850.

VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIDEIRA, P. L. *Marabaixo - dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. As Ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo V.77, p. 11-29, 2004.

WIRTH, Louis. *O Urbanismo como Modo de Vida*. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.



.....

## ANEXO

*Projeto Pinsônia*, ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de Província com essa denominação. Projeto, defesa, esclarecimentos coordenados por Candido Mendes de Almeida. Com uma vista da cidade de Macapá. Rio de Janeiro. Nova typographia de João Paulo Hidelbrandt: a rua da alfandega, 93, 1873.

*Atas do Império do Brazil*. Compreendendo as respectivas divisões, administrações, eclesiásticas, eleitoraes e judiciárias, dedicado à sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II, destinado a Instrução Pública do Império, com especialidade à dos alumnos do Imperial Collégio Pedro II, organizado por Candido Mendes de Almeida, antigo professor de geografia e filosofia do liceu de São Luiz, na Província do Maranhão. Rio de Janeiro. Lithographia do Instituto Phiomático. Rua sete de setembro, 68, 1868.

IBGE. Brasil. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Fonte: IBGE, 1995 (Versão em CD).

*Livros de Notas Cartório Jucá-1790-1999*. Pesquisa realizada em 2012.

*Tomos de Registros da Igreja Católica*. Arquivos da Diocese de Macapá, digitalizados pela autora deste estudo, para fins de estudos anteriores, 2010.

Grupo de Pesquisa – Estudo, Pesquisa e Preservação da Cultura Material Amapaense – UNIFAP, 2016.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1995. (Versão em CD).

Diário de Campo, 2012

## MÚSICAS E POESIAS

SILVA, João & CANUTTI, Ivo. *Macapá Querida*. Letra de música, 1991.

MIGUEL, ZÉ. *Eta que vida boa!* Letra de música, 2002.

JUNIOR, Osmar & CASTRO, Gonçalves. *Igarapé das Mulheres*, 1980.

MONTE'ALVERNE. Aracy. *Macapá Cinderela*. Luzes da Madrugada. Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal do Amapá — Departamento de Ação complementar. Macapá, 1986.

ALEXANDRE VAZ TAVARES. *Poesia de Macapá*. In: BARBOSA, Coaracy Sobreira. Personagens Ilustres do Amapá. Amapá: Departamento de Imprensa Oficial. V. I, 1997.

## ENTREVISTAS

Benony Ferreira Lima nasceu em 9.2.1922-13.4.2013. Entrevistado nos dias 25 e 29 de fevereiro de 2012. Foi trabalhador braçal das obras do território federal, considerado um dos melhores marceneiros. Sua dedicação aos estudos lhe permitiu ascensão social, passou a trabalhar como contador na Icomi e, por último, como funcionário do TFA.

Elfredo Félix Távora Gonsalves nasceu no Amapá/PA, em 14.1.1922-30.4.2015. Entrevistado nos dias 19.11.2011, 26.12.2012 e 1.3.2013, porém, com encontros anterior e posterior a data da entrevista (4.9.2011; 11.9.2011; 14.9.2011; 26.12.2012). Foi um dos fundadores do PTB no Amapá e foi um dos principais líderes da oposição ao Janarismo. Combatia em seus artigos a falta de liberdade de expressão e participação do cidadão na sociedade local.

Leonel Nascimento nasceu em Ilhéus/BA, no dia 13.4.1922. Entrevistado nos dias 8 e 19 de novembro de 2011. Chegou em Macapá em 1946, quando logo começou a trabalhar no TFA como funcionário público, na condição de topógrafo. Atividade profissional que lhe permitiu abrir estradas e rodagens por entre matas, no interior do Território do Amapá. Foi a mão direita do governador Janary e chegou ao cargo de Prefeito do município de Amapá.

Professora Zaide da Soledade nasceu em Óbidos/PA no dia 31.7.1934 - 5.8.2015. Entrevistada em 1º de março de 2012. Chegou ao Amapá com 16 anos. Trabalhou no comércio e foi professora na localidade de Tartarugalzinho por contrato pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens do Território (DNET). A partir de 1959 foi contratada pelo TFA, como professora, portanto, esteve sempre vinculada a educação e a cultura (teatro, poesia, música) na cidade de Macapá.

Raimundo Nonato Leal nasceu na cidade de Vigia - PA, no dia 23.7.1927. Entrevistado em 9 e 21 de janeiro de 1914. Músico desde os dez anos de idade, chegou ao TFA em 1958. Trabalhou na Olaria do Território e depois se tornou professor de música na Escola Valkiria Lima, até sua aposentadoria. A música ainda permanece fazendo parte da vida musical da cidade.

## MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA

Alcy Cavalcante de Araújo nasceu na Vila de Peixe-Boi, município de Igarapé-Açu-PA, no dia 7.1.1989 - 22.4.1989. Radialista, poeta, articulista, promotor da cul-

tura urbana literária e artística da cidade de Macapá. Funcionário do Território Federal. Memória biográfica cedida pela filha, Alcinea Cavalcante, em abril de 2014.

Maury Guimarães Farias nasceu na fazenda Santa Maria da Prainha, no município de Amapá-PA, no dia 2.2.1927 – 22.4.2007. Nos anos 40 e 50, trabalhou na Divisão de Obras do governo territorial e no gabinete do governador. Em 1958 ingressou no PTB e tornou-se um dos mais destacados líderes da oposição e nesse período foi um jornalista que investiu em artigos críticos aos desmandos da gestão da família Nunes.

Deusolina Sales Farias nasceu em Belém-AP, no dia 19.10.1921 -10.12.1973. Foi professora, sindicalista, primeira mulher a adentrar na vida política da cidade de Macapá. Sua biografia foi disponibilizada por seu filho Leury Farias, por meio de recortes de jornais e escritos ainda não publicados, fotografias, em fevereiro de 2012.

## SITES

<<http://www.blogderocha.com.br/reuniao-alinha-aco-es-para-o-centenario-de-janary-gentil-nunes/>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

<<http://www.amapanocongresso.blogspot.com.br/2012/03/randolfe-rodrigues-homenageia-janary.html>>. Acesso em: 8 mai. 2014.

<<http://edgar-amapa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 mai. 2014.

<[http://www.Sal\\_Alenquerense.blogspot.com.br](http://www.Sal_Alenquerense.blogspot.com.br)>. Acesso em: 16 set. 2015.

<<http://coaracyecarmennunes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

<<http://eegazevedocosta.blogspot.com.br/p/historico-da-escola-general-azevedo>>. Acessado em: 4 fev. 2015.

<<http://www.amazoniajudaica.org/167563/Fora-Judeus>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

<<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2010/07/cel-jose-julio-o-czar-do-jari-parte-i.html>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JJK/biografias/candido\\_mendes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JJK/biografias/candido_mendes)>. Acesso em: 8 fev. 2016.

<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JJK/biografias/janary\\_nunes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JJK/biografias/janary_nunes)>. Acesso em: 8 fev. 2016.

Discurso de improviso agradecendo o banquete oferecido em Guáira, no Território de Ponta Porá, em 27 de janeiro de 1944. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/getulio-vargas/discursos-1/1944/03.pdf/download>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

## **JORNAIS & REVISTAS**

- 01 - Jornal *Pinsônia*, 1898.
- 02 - Jornal *Amapá*, números de 1945 a 1966.
- 03 - Jornal *A Voz Católica*, números de 1959 a 1965.
- 04 - Jornal *O combatente*, números de 1959.
- 05 - Jornal *Folha do povo*, números de 1959 a 1964.
- 06 - Revista *Icomi*. Período de circulação: janeiro/1964 a julho/1967. Total de publicações: 38 edições.
- 07 - Revista *Hileia*. Período de circulação: fevereiro/1968 a julho/19??
- 08 - Revista *Rumo*. Período de circulação: novembro/1957 a julho/1960. O projeto inicial dos editores fora que a revista deveria ter uma edição por mês, mas tudo indica que isso não se concretizou, pois, dos 36 números, até hoje só foram encontrados 6 exemplares.





Secretaria de Editoração  
e Publicações



O percurso histórico desta região de vivência dos autóctones que, porventura, tornou-se o Território Federal do Amapá, foi marcado pela presença de diversos povos exógenos (franceses, ingleses, holandeses, irlandeses, espanhóis e portugueses). Desde os primórdios do processo de colonização das terras setentrionais do Brasil, a região Norte, no que se refere à Amazônia enquanto terra de florestas e de concentração ameríndia, foi concebida como espaço econômico possível apenas por meio da ocupação, ou seja, pela via da migração do homem branco considerado, todavia, como “civilizado”. Tal condição atingiu seu ápice com a iniciativa de Marquês de Pombal, ao integrar a Amazônia à economia da metrópole, com o objetivo de ampliar e potenciar os cofres lusos (LUNA, 2011). Uma de suas primeiras atividades foi ampliar o número de cidades e vilas na Amazônia. A estratégia do ministro lusitano consistiu em enviar migrantes das ilhas de Portugal para a Província do Grão-Pará, especificamente para sua região setentrional – área de fronteira e espaço geográfico do futuro Território Federal do Amapá (TFA) – fortalecendo, dessa forma, a ideologia de ocupação pelo homem branco, civilizado. Para tanto, foram enviados, das ilhas de Portugal, vários casais açorianos e funchalenses, com suas famílias, agregados e escravos, os quais se estabeleceram na vila São José de Macapá, implantada, em 1752, à margem esquerda do rio Amazonas.

*Verônica Xavier Luna*



Baixe gratuitamente  
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

